

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS
SAN TIAGO DANTAS – UNESP, UNICAMP E PUC-SP

JESSICA TAUANE DOS SANTOS

Estabilidade, ordem e atividade de inteligência: um estudo sobre a Missão das Nações Unidas
para a Estabilização do Haiti

São Paulo

2021

JESSICA TAUANE DOS SANTOS

Estabilidade, ordem e atividade de inteligência: um estudo sobre a Missão das Nações Unidas
para a Estabilização do Haiti

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais, na área de concentração “Paz, defesa e segurança internacional”, na linha de pesquisa “Estudos de Paz, Resolução de Conflitos e Gerenciamento de crises”.

Orientador: Sérgio Luiz Cruz Aguilar.

São Paulo

2021

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

Santos, Jessica Tauane dos.

S237 Estabilidade, ordem e atividade de inteligência : um estudo sobre
a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti / Jessica
Tauane dos Santos. – São Paulo, 2021.
168 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Sérgio Luiz Cruz Aguilar.

Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) –
UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa de Pós-Graduação em
Relações Internacionais San Tiago Dantas, São Paulo, 2021.

1. Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti. 2.
Nações Unidas – Forças de paz. 3. Construção da paz. I. Título.

CDD 327.172

JESSICA TAUANE DOS SANTOS

Estabilidade, ordem e atividade de inteligência: um estudo sobre a Missão das Nações Unidas
para a Estabilização do Haiti

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais, na área de concentração “Paz, defesa e segurança internacional”, na linha de pesquisa “Estudos de Paz, Resolução de Conflitos e Gerenciamento de crises”.
Orientador: Sérgio Luiz Cruz Aguilar.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Sérgio Luiz Cruz Aguilar (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”)

Prof. Dr. Samuel Alves Soares (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”)

Prof^a. Dr^a. Máira Síman Gomes (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)

São Paulo, 21 de julho de 2021.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações aqui expressas são de responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a visão das instituições que apoiaram esta pesquisa.

À família que vibrou com cada uma das minhas conquistas, especialmente, à minha mãe, Lecilda, à minha avó, Esmeralda e à minha tia, Alessandra, essas três mulheres maravilhosas sem as quais nenhuma linha desta dissertação teria sido escrita. Ao meu pai, José Newton, que foi a primeira pessoa que me ensinou o que é ter dedicação, como me disse diversas vezes “tudo que se faz convém que seja bem feito”.

Aos amigos que fiz nessa trajetória e que compartilharam comigo as alegrias e frustrações de ser pesquisador no Brasil. Leonardo Taquece, que desde o primeiro momento foi meu parceiro inseparável. Gabriela, Getúlio e Vitória, que foram incríveis durante nossa gestão da APG Olga Benário, nossas reuniões foram um afago para mim. Leonardo Barreto, com o qual já combinei e vou cobrar uma amizade para a vida. João Estevam, cuja gentileza tem o poder de instantaneamente esquentar nossos corações. Letícia e Cristian, com quem trabalhei, estudei e diversas vezes desabafei, obrigada pelo acolhimento. Agradeço também a Thaiane, que me escutou, indicou caminhos e ajudou a dar sentido aos meus incômodos de pesquisadora. Enfim, agradeço as estes e a tantos outros amigos e amigas que fizeram do Dantas um lugar único, foi um alívio encontrá-los nessa caminhada, torço demais por cada um de vocês.

À minha amiga Marina, meu presente da graduação, que enxugou minhas lágrimas, vibrou com as vitórias, leu e revisou meus resumos, artigos e e-mails. Eu não sei o que eu faria sem você, mas sei que não preciso ter essa preocupação, obrigada por tanto.

Aos amigos que já estavam e aos que encontrei durante esse percurso, obrigada por permanecerem. Beatriz, a quem dedico todo meu amor e admiração e que nesses dez anos de amizade me deu um apoio incomensurável. Leonardo Marcondes, por acreditar tanto em mim, apesar da minha teimosia. Lucas, pelos cafés e conversas que me esquentaram a alma em tantos momentos. Tatiana, que me acolheu em sua vida, sua casa e seu coração e que é minha saudade diária. Nicole e Lys, que fazem tanta falta no dia a dia, mas que de longe recarregam minhas energias. Gabriel e Vinícius pelas conversas e risadas, que tantas vezes me deixaram sem ar.

À Isabela, Giovana, Graziela, Mauro e todos os funcionários e funcionárias do PPGR San Tiago Dantas que facilitam tanto nosso dia a dia e nos apoiam com tanta presteza.

À professora Fernanda, com quem tive o prazer de realizar meu estágio docência e que se tornou uma grande inspiração.

Ao professor Samuel, que desde o primeiro momento me incentivou e pelo qual eu guardo um enorme carinho.

Ao meu orientador, professor Sérgio, que me acompanha desde a graduação e esteve comigo em mais esta etapa. Obrigada pela paciência, pelos elogios e por acreditar em mim.

À professora Maíra e ao professor Samuel que me ajudaram tanto no momento da qualificação e cujos comentários e indicações foram imprescindíveis para desenvolvimento deste estudo.

Não posso deixar de ressaltar que foi angustiante escrever esta dissertação em meio a uma pandemia e assistindo a um desgoverno. Contudo, todas as pessoas que me acompanharam nessa trajetória me deram forças para continuar e dividem comigo os méritos desta pesquisa.

RESUMO

Com o fim da Guerra Fria, o mundo voltou sua atenção para os conflitos intraestatais que ocorriam especialmente no sul global. Alguns desses conflitos foram entendidos como marcados por motivações criminosas e pela violência indiscriminada contra a população, o que exigia a mobilização da comunidade internacional em prol da proteção de civis e de novas formas de gestão da segurança e da paz internacionais. Nesse sentido, as operações de estabilização foram apresentadas como uma forma de intervenção que, combinando força coercitiva e atividades civis-militares, seriam adequadas para lidar com esse tipo de conflito e estabelecer as bases para a construção de uma paz duradoura no longo-prazo. No entanto, esse tipo de operação não é novo e pode ser relacionado à contrainsurgência. Além disso, prioriza a ordem pública e práticas de pacificação que colocam a população como um terreno a ser disputado e controlado. No âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), a proteção de civis tornou-se o principal objetivo das operações de paz e abriu caminho para que elas intensificassem o uso da força. Nas operações de estabilização resultaram em maior permissividade em relação ao uso da força, na tendência à parcialidade, na ampliação do caráter policial das missões e no uso mais frequente de formas controversas de apoio, como a contrainsurgência. A Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH) foi a primeira operação deste tipo estabelecida pela ONU e proporcionou um terreno fértil para novas experiências, dentre elas, a atividade de inteligência, que embora registrada em missões anteriores ganhou destaque ao ser empregada contra ‘ameaças assimétricas’ naquele país, servindo de modelo para operações futuras. Dessa forma, este estudo procurou explorar como a atividade de inteligência foi conduzida pela MINUSTAH de modo a servir aos objetivos de estabilização e como a priorização da ordem se traduziu nessa condução. Para isso, apresentamos as transformações impulsionadas pela agenda de proteção de civis e pelas operações de estabilização, as particularidades do contexto haitiano e da MINUSTAH e de que forma elas foram racionalizadas a partir da noção de estabilização, para, por fim, analisar a condução da atividade de inteligência da Missão, especialmente, no que se refere ao uso da força contra as ‘gangues’, à pacificação e ao monitoramento de protestos no Haiti. A análise foi conduzida a partir de documentos da ONU e fontes bibliográficas, e permitiu concluir que os conhecimentos que envolvem as práticas da atividade de inteligência foram mobilizados principalmente para preconizar a ordem e o controle na tomada de decisões exatamente porque, ao longo de toda a Missão, essa era a principal demanda.

Palavras-chave: estabilização; MINUSTAH; atividade de inteligência; operações de paz.

ABSTRACT

With the end of the Cold War, the world turned its attention to intrastate conflicts that occurred especially in the global south. Some of these conflicts were understood to be marked by criminal motivations and indiscriminate violence against the population, which required the mobilization of the international community in favor of the protection of civilians and new ways of managing international security and peace. In this sense, stabilization operations were presented as a form of intervention that, combining coercive force and civil-military activities, would be adequate to deal with this type of conflict and lay the foundations for building a lasting peace in the long term. However, this type of operation is not new and could be related to counterinsurgency. Furthermore, it prioritizes public order and pacification practices that place the population as a terrain to be disputed and controlled. Within the framework of the United Nations (UN), the protection of civilians became the main objective of peace operations and paved the way for them to intensify the use of force. In stabilization operations, they resulted in greater permissiveness regarding the use of force, a tendency to partiality, an expansion of the police character of missions, and in a more frequent use of controversial forms of support, such as counterinsurgency. The United Nations Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH) was the first operation of this type established by the UN and provided a fertile ground for new experiences, among them, the intelligence activity, which, although registered in previous missions, gained prominence when used against 'asymmetric threats' in that country, serving as a model for future operations. Thus, this study sought to explore how the intelligence activity was conducted by MINUSTAH in order to serve the stabilization objectives and how the prioritization of order translated into this conduct. For this, we present the transformations driven by the protection of civilian agenda and stabilization operations, the particularities of the Haitian context and MINUSTAH and how they were rationalized from the notion of stabilization, to finally analyze the conduct of the Mission intelligence activity, especially with regard to the use of force against 'gangs', pacification and monitoring of protests in Haiti. The analysis was conducted from UN documents and bibliographic sources, and allowed to conclude that the knowledge involving the practices of intelligence activity was mainly mobilized to advocate order and control in decision-making precisely because throughout the Mission that was the main demand.

Keywords: stabilization; MINUSTAH; intelligence activity; peace operations.

RESUMEN

Con el final de la Guerra Fría, el mundo centró su atención en los conflictos intraestatales que ocurrieron especialmente en el sur global. Se entendió que algunos de estos conflictos estaban marcados por motivos delictivos y violencia indiscriminada contra la población, lo que exigía la movilización de la comunidad internacional a favor de la protección de la población civil y nuevas formas de gestionar la seguridad y la paz internacionales. En este sentido, las operaciones de estabilización se presentaron como una forma de intervención que, combinando fuerza coercitiva y actividades cívico-militares, sería adecuada para enfrentar este tipo de conflictos y sentar las bases para la construcción de una paz duradera en el largo plazo. Sin embargo, este tipo de operación no es nueva y podría estar relacionada con la contrainsurgencia. Además, prioriza el orden público y las prácticas de pacificación que colocan a la población como un terreno de disputa y control. En el marco de las Naciones Unidas (ONU), la protección de los civiles se convirtió en el principal objetivo de las operaciones de paz y les abrió el camino para intensificar el uso de la fuerza. En las operaciones de estabilización, resultaron en una mayor permisividad en el uso de la fuerza, una tendencia a la parcialidad, una expansión del carácter policial de las misiones y un uso más frecuente de formas de apoyo controvertidas, como la contrainsurgencia. La Misión de Estabilización de las Naciones Unidas en Haití (MINUSTAH) fue la primera operación de este tipo establecida por la ONU y brindó un terreno fértil para nuevas experiencias, entre ellas, la actividad de inteligencia, que, aunque registrada en misiones anteriores, cobró protagonismo cuando se utilizó contra 'amenazas asimétricas' en ese país, sirviendo como modelo para operaciones futuras. Así, este estudio buscó explorar cómo la actividad de inteligencia fue realizada por la MINUSTAH para atender los objetivos de estabilización y cómo la priorización del orden se tradujo en esta conducta. Para ello, presentamos las transformaciones impulsadas por la agenda de protección civil y operaciones de estabilización, las particularidades del contexto haitiano y de la MINUSTAH y cómo se racionalizaron desde la noción de estabilización, para finalmente analizar la conducción de la actividad de inteligencia de la Misión, especialmente en lo que se refiere a al uso de la fuerza contra las 'pandillas', pacificación y seguimiento de las protestas en Haití. El análisis se realizó a partir de documentos de la ONU y fuentes bibliográficas, y permitió concluir que el conocimiento que involucra las prácticas de la actividad de inteligencia se movilizó principalmente para abogar por el orden y el control en la toma de decisiones precisamente porque en toda la Misión esa era la principal demanda.

Palabras clave: estabilización; MINUSTAH; actividad de inteligencia; operaciones de paz.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AARs	<i>After-Action Reviews</i>
ACISOs	Ações Cívico-Sociais
ARPA	<i>Advanced Research Projects Agency</i>
AusAID	<i>Australian Agency International Development</i>
BRABAT	Batalhão Brasileiro
Caricom	<i>Caribbean Community</i>
CIMIC	<i>Civilian-Military Cooperation</i>
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
DARPA	<i>Defense Advanced Research Projects Agency</i>
DDR	Desmobilização, Desarmamento e Reintegração
DFAIT	<i>Department of Foreign Affairs and International Trade</i>
DFS	<i>Department of Field Support</i>
DIH	Direito Internacional Humanitário
DOP	Destacamento de Operações Psicológicas
DPKO	<i>Department of Peacekeeping Operations</i>
DPO	<i>Department of Peace Operations</i>
FAd'H	<i>Forces Armees d'Haiti</i>
FIB	<i>Force Intervention Brigade</i>
FPU	<i>Formed Police Units</i>
HIPPO	<i>Report of the High-level Independent Panel on Peace Operations</i>
HUMINT	<i>Human Intelligence</i>
ICISS	<i>International Commission on Intervention and State Sovereignty</i>
IPSF	<i>Interim Public Security Force</i>
IRs	<i>Intelligence Requirements</i>
JMAC	<i>Joint Mission Analysis Centre</i>
JOC	<i>Joint Operation Centre</i>
JOTC	<i>Joint Operations and Tasking Centre</i>
MICIVIH	<i>Mission Civile Internationale en Haïti</i>
MIF	<i>Multinational Interim Force</i>
MINUSCA	Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a

	Estabilização da República Centro-Africana
MINUJUSTH	Missão das Nações Unidas para o Apoio à Justiça no Haiti
MINUSMA	Missão de Estabilização Integrada Multidimensional no Mali
MINUSTAH	Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti
MIPONUH	Missão de Polícia Civil das Nações Unidas no Haiti
MONUSCO	Missão das Nações Unidas pela Estabilização na República Democrática do Congo
OCHA	<i>United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs</i>
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIM	Organização Internacional para as Migrações
ONU	Organização das Nações Unidas
ONUC	Operação das Nações Unidas no Congo
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PMA	Programa Mundial de Alimentos
PNH	Polícia Nacional do Haiti
QIPs	<i>Quick Impact Projects</i>
RSS	Reforma do Setor de Segurança
S/CRS	<i>Office of the Coordinator for Reconstruction and Stabilization</i>
S/CSO	<i>Bureau on Conflict and Stabilization Operations</i>
SGNU	Secretário-Geral das Nações Unidas
SRSG	<i>Special Representative of the Secretary-General</i>
START	<i>Stabilization and Reconstruction Task Force</i>
UNDSS	<i>United Nations Department of Safety and Security</i>
UNEF I	<i>First United Nations Emergency Force</i>
UN-HUMINT	<i>UN human intelligence</i>
UNICEF	<i>United Nations International Children's Emergency Fund</i>
UN-IMINT	<i>UN imagery intelligence</i>
UNMIH	<i>United Nations Mission in Haiti</i>
UN-OSINT	<i>UN open-source intelligence</i>
UNSMIH	<i>United Nations Support Mission in Haiti</i>
UNTMIH	<i>United Nations Transitional Mission in Haiti</i>

USAID	<i>United States Agency for International Development</i>
USIP	United States Institute for Peace
USSOUTHCOM	<i>US Southern Command</i>
VBTP	Veículos Blindados de Transporte de Pessoal
VSN	Voluntários da Segurança Nacional

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	OPERAÇÕES DE PAZ DA ONU E ESTABILIZAÇÃO	19
2.1	As operações de paz da ONU: uma visão geral	21
2.2	Proteção de civis	27
2.3	Estabilização e intervenções internacionais	32
2.3.1	Pacificação: um fenômeno multifacetado	40
2.3.2	Contrainsegurança: desenvolvimento e princípios basilares	46
2.3.2.1	Inteligência em operações de contrainsegurança	50
2.4	Estabilização e operações de paz da ONU	54
3	O HAITI E A MINUSTAH	61
3.1	Haiti: da Revolução à MINUSTAH	62
3.1.1	Os grupos armados haitianos	71
3.2	O desdobramento da MINUSTAH e o desenvolvimento da Missão	75
3.3	A MINUSTAH como uma operação de estabilização	80
3.3.1	O uso da força	82
3.3.2	A conquista da população	88
3.3.3	A criminalização e estigmatização da população	91
3.3.4	O Estado de Direito	95
4	A ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA DA MINUSTAH.....	98
4.1	A atividade de inteligência em operações de paz	99
4.2	O histórico da atividade de inteligência na MINUSTAH	104
4.3	A atividade de inteligência da MINUSTAH e sua contribuição para a estabilização	109
4.3.1	O uso da força e as operações de segurança da MINUSTAH	110
4.3.1.1	As <i>intelligence-led operations</i> e o direcionamento da força	113
4.3.2	Pacificação e HUMINT	122
4.3.3	O monitoramento de manifestações	126
4.3.3.1	As manifestações no Haiti	132
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	146
	REFERÊNCIAS	152

1 INTRODUÇÃO

A Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti (MINUSTAH) foi a sexta missão de paz estabelecida no Haiti pela Organização das Nações Unidas (ONU) e a primeira operação de estabilização da Organização. Embora não tenha existido um conflito armado nos termos do Direito Internacional Humanitário (DIH), a MINUSTAH permaneceu no país durante 13 anos. Nesse ínterim, a Missão gerou diversas novas experiências que forneceram para a ONU ensinamentos sobre os quais a Organização pôde basear políticas e operacionalizar novas formas de intervir no terreno. Dentre essas novas experiências, está a atividade de inteligência.

Entre 2006 e 2007, a MINUSTAH conseguiu pacificar, a partir de ações ofensivas contra as ‘gângues’ haitianas, as principais áreas da capital Porto Príncipe que eram tidas como conturbadas. Essas ações foram apoiadas, principalmente, pelo Centro Conjunto de Análise da Missão (*Joint Mission Analysis Centre - JMAC*), uma divisão pioneira no âmbito de uma operação de paz que tem o papel de fornecer análises integradas e avaliações preditivas, o que forneceu uma enorme vantagem às forças da ONU sobre as ‘gângues’. A experiência da MINUSTAH na condução da atividade de inteligência para apoiar as ações ofensivas foi tida como uma referência a ser seguida por outras missões de paz. Após o fim das operações de segurança nas comunidades de Porto Príncipe, a atividade de inteligência foi direcionada para apoiar o monitoramento e a tomada de decisão em relação a outras ações tidas como “ameaças”, tais como violações de direitos humanos, atividades ilícitas, como sequestro, tráfico transfronteiriço de pessoas, drogas e armas, além de protestos.

A MINUSTAH é vista como uma missão que foi bastante representativa uma vez que se espera que as operações de paz lidem cada vez menos com conflitos interestatais, nos quais exércitos de nações oponentes se enfrentam, e cada vez mais com complexos conflitos intraestatais, onde não predomina a atuação de forças convencionais, mas sim de pequenos grupos armados disputando poder. Devido à atividade de ‘gângues’ urbanas, o contexto haitiano é considerado um ambiente típico da conjuntura do pós-Guerra Fria, caracterizado pela complexidade e pela presença de “ameaças assimétricas”.

Nesse sentido, o pós-Guerra Fria foi marcado por uma eclosão de diversos conflitos intraestatais localizados principalmente no sul global. Alguns classificaram esses conflitos como “novas guerras” (KALDOR, 2013), argumentando que eles seriam caracterizados por uma ênfase nas motivações criminosas em detrimento das motivações políticas e pela violência indiscriminada contra civis. Para responder a esses novos conflitos, foi atribuída às operações da ONU uma grande quantidade de tarefas que eram bem mais complexas do que aquelas que

costumavam ser desempenhadas e que envolviam um espectro maior de agentes em campo.

No entanto, essa ampliação do escopo das operações de paz resultou em um aumento da pressão sobre a ONU para responder de maneira eficaz a esses novos desafios. Assim, para lidar com essa pressão, dois movimentos da Organização podem ser destacados: a ampliação da permissividade em relação ao uso da força nas operações e a busca por gerir as expectativas em torno das capacidades das operações em promover a paz. Nesse sentido, a análise do desenvolvimento da agenda de proteção de civis e do redirecionamento da ONU para as operações de estabilização podem revelar alguns aspectos desse movimento.

Por um lado, a violência direta contra civis nos conflitos do pós-Guerra Fria colocou a questão da proteção de civis em conflitos no centro das preocupações da comunidade internacional a partir da década de 1990. No contexto das operações de paz, rapidamente, a proteção de civis se tornou um dos principais objetivos das missões e uma justificativa considerada legítima para o uso da força. No âmbito operacional, isso não só significou operações mais robustas, mas também uma ênfase nas capacidades de policiamento das operações, atribuindo à agenda de proteção de civis da ONU um caráter biopolítico. No entanto, como não seria possível proteger a todos, as mortes de civis foram gerenciadas através da contagem de corpos, criando uma necropolítica, segundo a qual, as mortes são racionalizadas pela ONU através de uma lógica de “lições aprendidas”. Ou seja, já que não há como impedir que alguns civis morram, as mortes servem para indicar onde repousam as falhas das operações e no que se deve investir para diminuir esses números.

Por outro lado, as operações de estabilização e a própria noção de estabilidade surgem como uma proposta mais atenta às limitações da construção da paz. As operações de estabilização vêm sendo estabelecidas pelos Estados nacionais desde, pelo menos, a década de 1950 e entram na história da ONU apenas no início do século XXI. De qualquer forma, essas operações teriam surgido a partir da compreensão dos Estados interventores de que não é possível atingir uma paz duradoura no curto-prazo. Primeiramente, seria necessário criar as bases sustentáveis para que, no longo prazo, os Estados considerados frágeis ou incapazes pudessem fortalecer suas instituições e suprir as necessidades de sua população. Essas bases seriam então lançadas pelas operações de estabilização.

Todavia, a priorização da ordem, característica das operações de estabilização, e a não existência de diretrizes claras sobre o que se espera de tais operações deixa em aberto as abordagens que podem ser utilizadas para o objetivo da estabilidade. Consequentemente, as táticas de contrainsurgência e as práticas de pacificação, que eram adotadas nas primeiras operações de estabilização dos Estados nacionais, continuam tendo espaço nas operações da

atualidade e dentro da ONU isso não tem sido diferente.

As operações de estabilização sob a égide da ONU colocam a Organização em uma situação delicada em que as operações têm o mandato de estabelecer e manter a ordem ao mesmo tempo em que devem proteger civis. A contradição está no fato de que manter a ordem nessas operações significa a manutenção do *status quo*. Levando em conta que os ambientes onde as operações são estabelecidas geralmente sofrem com desigualdades estruturais que geram conflitos sociais e políticos, o esforço para manter o *status quo* cria bases não para uma paz duradoura, mas para a acomodação dessas desigualdades e das violências delas decorrentes.

Dessa forma, a agenda de proteção de civis e a aproximação da ONU com os preceitos da estabilização permite que a Organização articule a ampliação do uso da força nas operações e faça a gestão de expectativas quanto aos resultados limitados delas. Com a priorização da ordem, as operações de estabilização da ONU se tornam cada vez mais robustas, apresentam uma tendência a “tomar lados”, intensificam seu caráter policial e se utilizam com mais frequência de formas controversas de apoio, como a contrainsurgência.

Levando essas questões em consideração, a MINUSTAH se coloca como uma missão bastante representativa das operações de estabilização, pois incorpora diversas características como priorização pela manutenção da ordem, a centralidade das ações de policiamento, o uso da força para a realização de operações ofensivas e o uso de táticas de contrainsurgência e práticas de pacificação. No Haiti, a ONU reconheceu apenas o Governo de Transição como parte do conflito, assim, a MINUSTAH direcionou todos os seus esforços em apoio ao governo e sua força de segurança. Ainda que a relação entre a MINUSTAH e o governo não fosse isenta de discordâncias e desconfianças, a prioridade conferida à manutenção da ordem em um ambiente marcado por fortes conflitos sociais e políticos fizeram com que as ações escolhidas para a realização do mandato favorecessem a elite haitiana ao mesmo tempo em que criminalizavam a parcela mais pobre da população.

Os grupos armados urbanos do Haiti receberam a alcunha de ‘ganges’ pelo seu envolvimento com atividades ilícitas que, de grupo para grupo, podem variar de crimes de pequena escala a sequestros, extorsões e assassinatos. No entanto, tais grupos são bastante diversos e a denominação ‘ganges’ inclui grupos formados para segurança comunitária, paramilitares, milícias, entre outros. Se por um lado, a elite haitiana utiliza os serviços dessas ‘ganges’ para manter seu poder político, por outro muitas delas fornecem serviços sociais para moradores dos bairros periféricos e assim mantém seu controle sobre esses bairros.

Enquanto o conflito social e político existente no Haiti foi minimizado, a ameaça representada pelas ‘ganges’ foi colocada no centro das ações da MINUSTAH. Como as

‘gângues’ tinham como “base” as comunidades mais pobres, a MINUSTAH via essas localidades como potenciais ameaças e ao longo de toda a Missão reservou para seus residentes táticas de contrainsurgência, que tinham como objetivo pacificar esses locais e impedir que qualquer desestabilização da ordem emanasse dali. Na verdade, como a prioridade da MINUSTAH era a ordem, qualquer situação de desordem constituía uma ameaça à estabilidade. Assim, na MINUSTAH, as práticas que permitem a produção de inteligência foram mobilizadas para apoiar a realização do mandato e, conseqüentemente, foram guiadas por lógicas de ordem e controle.

Uma vez que se espera que o desenvolvimento da atividade de inteligência de uma Missão permita a tomada de decisão consciente, o que se entende por ameaça é uma questão central. Ao mesmo tempo que os tomadores de decisão utilizam os relatórios de inteligência, considerando o que é apontado como barreira para a realização do mandato, a atividade de inteligência também é conduzida a partir do que os tomadores de decisão compreendem ser ameaças. Em uma operação de estabilização cuja prioridade é a ordem, a atividade de inteligência também será conduzida por essa lógica e apresentará como ameaça situações que nem sempre pertencem ao campo da segurança. Ao igualar essas situações a ameaças, desconsideram-se seus aspectos políticos e sociais e, assim, as criminaliza.

Diversas novas práticas foram inseridas na MINUSTAH e puderam contribuir para o desenvolvimento de novas formas de intervir no terreno. A atividade de inteligência conduzida pela operação foi então uma dessas experiências produtivas e marcou um movimento em prol da aceitação do desenvolvimento da atividade de inteligência por operações de paz da ONU. No entanto, a condução da inteligência não se insere em um vácuo. Pelo contrário, ela dialoga com o seu entorno e é por ele moldada.

No contexto de uma operação de estabilização, em que ordem e controle são axiomas, a atividade pode tomar formas diversas e convém analisá-las para além de suas técnicas e estrutura organizacional. Nesse sentido, considerando que a MINUSTAH é a primeira operação de estabilização da ONU e a Missão em que a atividade de inteligência teve um papel importante para impulsionar a aceitação de seu desenvolvimento em operações de paz, nos propomos a explorar o questionamento sobre o que a atividade de inteligência produziu que deu apoio à consecução do mandato da MINUSTAH. Dessa forma, pretendemos explorar como a atividade de inteligência foi conduzida de modo a servir para os objetivos de estabilização e como a priorização da ordem se traduziu nessa condução.

Para a realização do estudo, recorreremos à pesquisa qualitativa com a exploração de documentos e fontes bibliográficas que viabilizaram a apreciação da temática. A análise

documental utilizou-se de relatórios do Secretário Geral da ONU, resoluções do Conselho de Segurança e diretrizes políticas publicadas por aquela Organização. Para a revisão bibliográfica, selecionamos trabalhos de pesquisadores que também se dedicaram ao estudo da temática proposta, assim, foram utilizados artigos em revistas especializadas e de centros de pesquisa, livros, teses, dissertações, entre outros tipos de fontes bibliográficas.

Uma vez que a MINUSTAH foi uma operação de estabilização, fez-se necessário compreender suas várias dimensões. Buscamos, então, articular as análises de autores que se debruçaram na temática da estabilização como Muggah (2013a; 2013b), Zyck, Barakat e Deely (2013), Mac Ginty (2012), Gilder (2019), Karlsrud (2019) e Pingeot (2019).

Procuramos também entender as violências decorrentes das práticas de pacificação e das táticas de contrainsurgência que são inseridas nas operações de estabilização. Para isso, utilizamos autores como Baron et. al (2019), Kunreuther (2006), Neocleous (2011). Ainda, buscamos entender as conexões entre a violência da pacificação e a violência colonial, estabelecendo um diálogo com o pós-colonialismo a partir de Fanon (1968). Por outro lado, para debater contrainsurgência utilizamos autores clássicos que desenvolveram a doutrina de contrainsurgência como Trinquier (1967), Galula (2006) e Thompson (1967), além de autores contemporâneos como Kilcullen (2010) e do Manual de Campo de Contrainsurgência 3-24 dos Estados Unidos.

Considerando que a proteção de civis é hoje um dos principais fatores que influenciam a forma como as operações de paz são estruturadas e conduzidas, trouxemos a discussão feita por Doucet (2018) sobre a forma como a Agenda de Proteção de Civis é mobilizada pela ONU em suas missões de paz.

Procuramos responder como a atividade de inteligência foi conduzida de modo a servir para os objetivos de estabilização e como a priorização da ordem se traduziu nessa condução. Diversas questões direcionaram a análise que realizamos da atividade de inteligência da MINUSTAH. Para além de sua estrutura, procuramos responder algumas perguntas sobre essa atividade: qual foi o papel da atividade de inteligência ao longo dos 13 anos de Missão? Como essa atividade contribuiu para a Missão? Em quais aspectos a atividade de inteligência da MINUSTAH se destacou e qual foi o resultado alcançado que possibilitou atribuir a essa atividade um lugar de destaque? Quais foram as informações consideradas importantes de serem levantadas pela inteligência da Missão? O que a MINUSTAH buscou saber? Como as percepções em relação ao Haiti e aos haitianos influenciaram a condução da atividade de inteligência? Como a população haitiana foi inserida como uma preciosa fonte de informações? Como as vulnerabilidades da população local foram compreendidas pela Missão? De que

maneira a estabilização se traduziu no desenvolvimento da atividade de inteligência? Como as violências das práticas de pacificação e das táticas de contrainsurgência se relacionaram com a atividade de inteligência da MINUSTAH?

A partir de teses, dissertações e artigos de periódicos de pesquisadores que realizaram estudos sobre o Haiti e sobre a MINUSTAH, procuramos analisar quais foram os aspectos fundamentais da estabilização promovida pela MINUSTAH e como eles dialogam com o contexto haitiano. Evidenciamos as características que se conectam àquelas ressaltadas pelos autores que usamos para entender as operações de estabilização, tais como a robustez da Missão, o uso de táticas de contrainsurgência, os esforços de pacificação, a tendência a tomar o lado do governo, o fortalecimento das forças de segurança como principal medida para o estabelecimento do Estado de Direito, entre outros tópicos.

Para compreender de que forma a atividade de inteligência contribuiu para os objetivos de estabilização, primeiramente, estudamos as operações baseadas em inteligência que ocorreram entre 2006 e 2007, na capital Porto Príncipe, uma vez que foi o momento em que a atividade de inteligência esteve em mais evidência. Procuramos investigar o que foi feito no que se refere ao desenvolvimento da atividade, que tipos de dados foram coletados, que tipos de produtos foram produzidos, quais pontos se destacam e qual foi o papel da inteligência naquele momento. Posto que a principal fonte de informação das estruturas de inteligência da Missão era a população, procuramos identificar as conexões da coleta de dados com as violências que são perpetradas nas práticas de pacificação. Assim, analisamos os materiais procurando cruzar as informações sobre como a coleta de dados foi feita, com as análises realizadas sobre as interações dos componentes da MINUSTAH com a população local.

Por fim, como já mencionamos, o estabelecimento e manutenção da ordem era uma prioridade para a MINUSTAH e um dos eventos considerados um obstáculo para a realização dos objetivos da Missão eram as manifestações, o que significava que elas deveriam ser monitoradas pelas células de inteligência da MINUSTAH. Tendo isso em vista, utilizando teses, dissertações, reportagens, entrevistas, artigos de pesquisadores e de ex-agentes da Missão e documentos, como os relatórios do Secretário-Geral sobre a MINUSTAH, entre outros materiais, analisamos como os protestos ocorridos no Haiti foram abordados, buscando identificar qual era o discurso predominante sobre esses eventos e como a MINUSTAH respondeu aos protestos. Além disso, em nossa análise, consideramos também a forma como a ONU vem construindo o entendimento de seus componentes no que se refere às manifestações, em especial no treinamento de seu componente policial, para assim entender como essa visão se imprimiu na forma como a MINUSTAH monitorou e respondeu aos protestos. Desse modo,

a partir desses procedimentos, foi possível cumprir o objetivo principal de assimilar como a atividade de inteligência foi conduzida de modo a servir para os objetivos de estabilização.

A presente dissertação está dividida em três capítulos. O capítulo “Operações de paz da ONU e estabilização” (2), tem como objetivo introduzir a discussão sobre como a noção de estabilização foi incorporada nas operações de paz da ONU e quais são as consequências dessa incorporação. Para tanto, foi realizada uma contextualização histórica, ao longo da qual destacamos alguns conceitos base e as características gerais das missões de paz da ONU. Também consideramos oportuna a discussão da agenda de proteção de civis da ONU, uma vez que algumas lógicas que perpassam esta agenda encontram eco nas operações de estabilização. Assim, os dois últimos tempos deste capítulo são dedicados à discussão sobre o desenvolvimento, aspectos e controvérsias particulares das operações de estabilização procurando destacar as questões que são levantadas quando esses fatores são vinculados às operações de paz.

O capítulo “O Haiti e a MINUSTAH” (3) é dedicado a descrever e analisar as particularidades do contexto e da operação e como elas foram racionalizadas a partir da noção de estabilização. Para isso, percorremos a história haitiana de maneira brevíssima destacando alguns acontecimentos que nos ajudam a compreender o contexto em que se insere a sexta missão de paz da ONU no país. Descrevemos alguns dos principais aspectos da MINUSTAH e, por fim, analisamos a MINUSTAH enquanto uma operação de estabilização, apontando a influência que a noção de ordem embutida na noção de estabilidade tem sobre o uso da força, o relacionamento da Missão com a população e o Estado de direito.

Por último, o capítulo “A atividade de inteligência da MINUSTAH” (4) dedica-se a responder sobre quais foram os aspectos da atividade de inteligência que foram importantes para a realização do mandato da MINUSTAH enquanto uma operação de estabilização. Com este objetivo, primeiramente discutimos como a atividade de inteligência se inseriu na ONU de forma geral, quais eram os receios que envolviam o seu desenvolvimento nas missões e quais foram os elementos que influenciaram para que a atividade fosse institucionalizada. Também foi discutido como a atividade de inteligência se desenvolveu no âmbito da MINUSTAH e quais foram seus elementos mais marcantes. Finalmente, seguimos para a análise da atividade de inteligência da Missão considerando sua relação com a noção de estabilização. Destacamos seu desenvolvimento para o apoio do uso da força em operações ofensivas, as interações com a população local para fins de pacificação e obtenção de informações e o monitoramento das manifestações para apoio do policiamento das mesmas.

2 OPERAÇÕES DE PAZ DA ONU E ESTABILIZAÇÃO

As operações de paz da ONU, baseadas nos princípios de consentimento das partes, imparcialidade e não-uso da força, surgem pouco depois da criação da Organização após o fim da Segunda Guerra Mundial com a tarefa de gerir os conflitos mundiais e manter a paz e a segurança internacionais. A partir do pós-Guerra Fria, houve uma multiplicação de missões de paz conduzidas sob a égide da ONU, que foram sendo estabelecidas em ambientes cada vez mais diferentes daqueles que eram encontrados nos contextos de conflitos interestatais. Nesse momento, diversos países do sul global tiveram experiências de crises sociais, políticas e econômicas que resultaram em conflitos violentos que não tinham mais a participação predominante das forças armadas estatais contra seus congêneres, mas de grupos rebeldes não uniformizados que objetivavam disputar recursos escassos. Esses conflitos foram chamados de “novas guerras” que “[...] podem ser descritas como misturas de guerra (violência organizada para fins políticos), crime (violência organizada para fins privados) e violações dos direitos humanos (violência contra civis)” (KALDOR, 2013, p. 6, tradução nossa¹).

Assim, os conflitos intraestatais passaram a figurar como uma das principais preocupações da comunidade internacional, reconfigurando as noções sobre o que se entendia por “ameaças” à paz e à segurança internacionais. Tornou-se visível para a comunidade internacional que os conflitos que se multiplicaram no pós-Guerra Fria estavam diretamente ligados às necessidades humanas básicas ou, mais precisamente, à falta de garantia do acesso a meios para satisfazê-las (RICHMOND, 2010a; GUERRA; BLANCO, 2018).

Diante disso, é elaborada a categoria de “Estados falidos” ou “Estados frágeis” para designar aqueles Estados que não atendem às necessidades de suas populações, como a garantia de sua segurança e do seu bem-estar econômico e social, e que, por não cumprir o seu dever, criam espaço para o surgimento de conflitos. Assim, de acordo com a narrativa tradicional, estes Estados se tornam ameaças tanto às suas populações quanto à segurança regional e, de modo geral, à segurança internacional uma vez que as incapacidades do Estado geram inseguranças, conflitos, crises migratórias, crises humanitárias dentre outros fenômenos que podem ter impacto global (GUERRA; BLANCO, 2018).

Dessa forma, os conflitos entre Estados continuaram a ser compreendidos enquanto “ameaça”, no entanto, eles se tornaram menos frequentes e os conflitos decorrentes da falência

¹ No original: “[...] can be described as mixtures of war (organised violence for political ends), crime (organised violence for private ends) and human rights violations (violence against civilians).” (KALDOR, 2013, p. 6).

estatal passaram a figurar como o principal tópico da agenda de segurança internacional. Em decorrência da unipolaridade sistêmica que se seguiu logo após o fim da Guerra Fria, as ideias do liberalismo político e econômico se propagaram, com os Estados Unidos emergindo não só como potência vitoriosa, mas também modelo a ser seguido. Os projetos de democracia liberal e livre-mercado foram então colocados como o ápice do desenvolvimento do Estado e apresentados como instrumentos ideais para a construção de uma paz autossustentável e duradoura em países que passaram por conflitos internos (PARIS, 2002; GUERRA; BLANCO, 2018).

Assim, a eclosão de conflitos decorrentes das falhas dos Estados e a popularização dos ideais liberais culminaram no que Richmond (2010b, p. 22, tradução nossa) chamou de “consenso sobre *peacebuilding*”. Segundo o qual, implicitamente, atores internacionais como a ONU, as organizações não-governamentais, as instituições financeiras internacionais, entre outros, concordam que a solução para os problemas do pós-Guerra Fria é a construção da paz liberal, que propõe um programa de transformação das sociedades afetadas pelos conflitos sob a liderança da comunidade internacional e baseado em resolução e prevenção de conflitos, fortalecimento institucional, estabelecimento do Estado de direito, Reforma do Setor de Segurança (RSS) e criação de um mercado viável (RICHMOND, 2010a; 2010b).

Dessa forma, o “consenso sobre *peacebuilding*” estabelece que para os “Estados frágeis” conseguirem atingir uma paz autossustentável e duradoura, precisam necessariamente adotar aos fundamentos da democracia liberal, do Estado de direito, dos direitos humanos individuais, do livre-mercado e do modelo de desenvolvimento neoliberal (GUERRA; BLANCO, 2018). A construção da paz passa a ser identificada como um processo racional e mecânico, que visa solucionar problemas e precisa do conhecimento especializado dos países desenvolvidos para ser realizado com eficácia (RICHMOND, 2010b).

As tarefas que as operações de paz precisavam desenvolver para lidar com os conflitos do pós-Guerra Fria aumentaram em quantidade e complexidade, com a ONU sendo cada vez mais pressionada a responder de forma efetiva para impedir a ocorrência de abusos e violações de Direitos Humanos. Assim, no âmbito da Organização, o “consenso sobre *peacebuilding*” resultou em amplas reformas das operações de paz e em uma reinterpretação dos princípios básicos das operações.

No início do século XXI, críticos já apontavam que a ênfase no caráter técnico da construção da paz escondia o objetivo primordial de utilizar as operações de paz da ONU como ferramenta de controle de distúrbios direcionado às partes indisciplinadas do globo (PUGH, 2004). A crítica se torna ainda mais evidente quando olhamos para as operações de paz mais

recentes que vêm optando por práticas que reforçam o *status quo* nos países em que são estabelecidas com o objetivo de manter a ordem e o controle sem considerar as violências decorrentes disso.

Assim, para analisar como as operações de paz da ONU vêm sendo conduzidas e as contradições que são geradas nesse percurso, este capítulo foi dividido em quatro seções. Primeiramente, pretende-se fazer uma retomada das operações de paz da ONU, destacando suas características gerais e as transformações pelas quais passaram. Na segunda seção é discutida a noção de proteção de civis e como ela foi racionalizada no âmbito da ONU e das operações de paz, gerando lógicas biopolíticas e necropolíticas. Na terceira seção, foram debatidas as características das intervenções internacionais, tanto no âmbito da ONU como fora dele, que são guiadas pela lógica da estabilização. Primeiramente, discutimos como as operações de estabilização se conectam a outras formas de intervenção, como a contrainsurgência, acaba repetindo muitas práticas já utilizadas em outros momentos da história das intervenções. Dessa forma, tendo em conta as evidentes conexões entre contrainsurgência e pacificação com as operações de estabilização e optamos por discorrer, em mais duas seções terciárias, sobre algumas características da categoria pacificação e da doutrina de contrainsurgência. Por último, nos voltamos para a discussão sobre como a lógica de estabilização, que prioriza o controle e a ordem, é instrumentalizada nas operações de paz e quais são as controvérsias que são geradas nesse processo.

2.1 As operações de paz da ONU: uma visão geral

Como não há previsão de operações de paz sob a égide da ONU na Carta de São Francisco, documento que funda a Organização, esse tipo de atividade se desenvolveu em caráter *ad hoc*. Dessa forma, para ter respaldo jurídico, as operações de paz da ONU vêm sendo autorizadas com base nos Capítulos VI, VII e VIII da Carta que tratam das medidas que a Organização pode tomar para manter a paz e a segurança internacionais. O Capítulo VI lida com métodos pacíficos que podem ser utilizados com o consentimento das partes, como negociação, mediação, conciliação e/ou arbitragem. Já o Capítulo VII aborda ações que podem ser tomadas diante de ameaças à paz e atos de agressão, incluindo medidas militares urgentes realizadas por contingentes fornecidos pelos Estados-Membros. E o Capítulo VIII versa sobre a relação da ONU com as organizações regionais e ao ser utilizado na aprovação de operações determina qual será o papel de tais organizações (UNITED NATIONS, 1945).

As operações de paz possuem três níveis de tomada de decisão. O nível mais alto é o estratégico e compreende as decisões tomadas pelos membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Logo abaixo, temos o nível operacional, no qual estão inclusas as decisões do Representante Especial do Secretário-Geral (*Special Representative of the Secretary-General* - SRSG) designado para a missão e seus auxiliares. E, por último, temos o nível tático, que abarca as decisões dos comandantes dos componentes civil, policial e militar (PAULA, 2020).

Existem hoje várias metodologias para distinguir os tipos de operações de paz, há quem faça isso considerando o aspecto temporal dividindo as missões em gerações, sendo as de primeira geração aquelas desdobradas no contexto da Guerra Fria e as de segunda geração no pós-Guerra Fria. Há autores que indicam a existência de outras gerações, como Goulding (1993), Malan (1998), Richmond (2002), Thakur e Schnabel (2001). Kenkel (2013) aponta a existência de uma quinta geração. Todavia, a divisão a partir do critério temporal pode gerar confusão uma vez que sugere um caráter linear e homogêneo às operações, como se elas tivessem sido transformadas a cada geração de maneira conjunta. Dessa forma, optamos por distinguir as missões entre tradicionais e multidimensionais, classificação que parte do critério dos objetivos estabelecidos nos mandatos das missões e que será melhor explicada nos próximos parágrafos.

Para compreender o surgimento e desenvolvimento das operações de paz é necessário considerar que elas foram concebidas a partir de uma ordem específica, que surge com a Paz de Vestfália, tendo como base o reconhecimento mútuo dos Estados-nação europeus estabelecidos na época e de sua soberania. Isso significa que se reconheceu que cada Estado internamente tinha o direito sobre o monopólio do controle dos instrumentos de violência, sobre a coleta de taxas, de adjudicar as disputas entre cidadãos e de exigir destes lealdade política, além de reservar ao Estado o direito de recrutar o apoio dos cidadãos em caso de guerra. Por outro lado, no âmbito externo, não haveria nenhuma outra forma de organização política acima dos Estados, que teriam direito exclusivo de representação na sociedade internacional (BELLAMY; WILLIAMS, 2010).

Baseadas nessas premissas, as primeiras operações de paz se dedicaram à busca de resoluções pacíficas para disputas entre Estados, ao apoio à supressão de movimentos separatistas ou até mesmo à assistência para a construção de capacidade estatal (BELLAMY; WILLIAMS, 2010). A partir da Primeira Força de Emergência das Nações Unidas (*First United Nations Emergency Force* - UNEF I), aprovada em 1956, a ONU passou a redigir mandatos alicerçados em três princípios básicos: o consentimento das partes beligerantes, a

imparcialidade das forças da missão e seus componentes e o mínimo uso da força, permitida apenas diante da necessidade de autodefesa. Entretanto, veremos que ao longo do tempo esses princípios foram reinterpretados para justificar modificações nos mandatos das operações (PAULA, 2020).

Desse modo, as operações de paz consideradas tradicionais são fundamentadas em uma interpretação mais estrita e literal dos três princípios, o que faz com que as tarefas a elas atribuídas sejam mais limitadas e essencialmente militares, o que acaba determinando que o quadro de agentes seja composto predominantemente por militares. As atividades das operações tradicionais vão desde monitoramento de cessar-fogo, tréguas e armistícios à interposição física entre os beligerantes, podendo incluir também o patrulhamento fronteiro e de zonas de exclusão militar, bem como a facilitação de negociações para a assinatura de tratados de paz. Assim, pode-se dizer que as operações tradicionais buscam criar um ambiente político em que seja possível a resolução pacífica do conflito pelas partes envolvidas, portanto, não é seu objetivo apresentar as soluções ou forçar um acordo (BELLAMY; WILLIAMS, 2010; AGUILAR, 2016).

Em contrapartida, as missões multidimensionais, como o próprio nome já indica, têm um caráter mais amplo, abarcando além das tarefas militares mencionadas anteriormente, incumbências relativas às questões de direitos humanos, de gênero e humanitárias, à proteção de civis e à instituição do Estado de direito. Tarefas como policiamento, supervisão de eleições, apoio e criação de instituições governamentais também são de responsabilidade dessas missões (FAGANELLO, 2013).

Para atender tais demandas, as operações multidimensionais também possuem uma maior diversificação de pessoal em comparação às missões tradicionais, contando com componentes civil, policial e militar (AGUILAR, 2016; FAGANELLO, 2013). O quadro de funcionários é formado por profissionais de diversas áreas, como economistas, especialistas em desminagem, monitores de direitos humanos, trabalhadores humanitários etc. (FAGANELLO, 2013). Além disso, o terreno onde as missões são desdobradas também tem como característica essa variedade de pessoal, como é salientado por Aguilar (2016, p. 27):

Inúmeras Organizações Não Governamentais (ONGs), Organizações Internacionais (OIs), agências, programas e fundos das Nações Unidas, representações de Estados, agências de desenvolvimento, dentre outros, se fazem presentes no terreno, tornando o ambiente mais complexo, com a consequente necessidade de coordenação.

Entre 1948 e 1965, grande parte das operações de paz da ONU se restringiram à supervisão de acordos firmados entre as partes do conflito (PAULA, 2020). Todavia, como já

salientamos, existem as exceções, um dos maiores exemplos é a Operação das Nações Unidas no Congo (ONUC) que durou de 1960 a 1964 e incorporou tarefas mais amplas que aquelas tidas como tradicionais. A aprovação de operações de paz passou por um hiato entre 1965 e 1973, decorrente da paralisação do CSNU devido ao acirramento das rivalidades da Guerra Fria e dos altos custos financeiros da ONUC, além da morte do então Secretário-Geral das Nações Unidas (SGNU), Dag Hammarskjöld, durante essa mesma operação (BELLAMY; WILLIAMS, 2010; PAULA, 2020). De 1973 a 1989, foram aprovadas oito missões e novamente temos uma predominância de missões com tarefas limitadas a supervisão de acordos (PAULA, 2020).

Na esfera internacional, a década de 90 foi marcada por várias transformações relacionadas ao fim da Guerra Fria, especialmente no que se refere às características dos conflitos, pois após quatro décadas de predominância de conflitos interestatais, temos a multiplicação de longas guerras civis caracterizadas por violações de direitos humanos, crises humanitárias e tendo como consequência enormes perdas tanto na esfera social quanto econômica (PAULA, 2020). Nessa esteira de mudanças, temos também a ascensão de uma perspectiva pós-vestefaliana, pautada no entendimento de que a soberania deveria estar ligada à responsabilidade do Estado de proteger seus cidadãos e que cabia à comunidade internacional apoiar o Estado na realização de seu dever ou até mesmo agir em prol da proteção dos cidadãos, ainda que sem o consentimento do Estado (BELLAMY; WILLIAMS, 2010). Esses novos entendimentos estão relacionados a noções de segurança humana, que serão abordadas na próxima seção com mais profundidade.

Ademais, é nesse momento também que há um fortalecimento da teoria da paz liberal que se pauta na premissa de que democracias não se engajam em guerras contra outras democracias, porque os Estados democráticos são baseados em sistemas que possuem muitas restrições institucionais que impedem que os tomadores de decisões decidam sobre a entrada em uma guerra de maneira precipitada. Tais Estados também teriam uma tendência a reconhecer a legitimidade de outras democracias e estariam mais interessados em proteger o mercado internacional, que seria negativamente afetado por uma guerra. Além disso, de acordo com a teoria em questão, os Estados democráticos poderiam prevenir guerras civis porque supostamente priorizam a garantia de direitos humanos e a resolução pacífica de disputas políticas (BELLAMY; WILLIAMS, 2010).

No âmbito da ONU, as principais mudanças da década de 1990 foram o descongelamento do CSNU e o aumento significativo de novas operações: entre 1988 e 1993, foram vinte operações de paz da ONU aprovadas. Já as transformações qualitativas e

normativas das operações ocorreram de forma mais gradual. As novas operações iniciavam-se, geralmente, com incumbências limitadas e alinhadas às tarefas usuais de operações tradicionais, e na medida em que o contexto mudava, seus mandatos eram ampliados e eram incorporadas novas tarefas com o objetivo de adaptar as operações de paz a contextos mais complexos (BELLAMY; WILLIAMS, 2010). Outro importante passo dado pela ONU foi a criação, em 1992, de uma nova divisão administrativa para cuidar das questões concernentes às operações, o Departamento de Operações de Manutenção da Paz (*Department of Peacekeeping Operations* - DPKO²) (BIGATÃO, 2015).

A ampliação do entendimento do que representa ameaça à paz e segurança internacionais por parte do CSNU, após o fim da Guerra Fria, também é um fator relevante e que influenciou profundamente as operações de paz tanto quantitativa quanto qualitativamente. Desse modo, se inicialmente tinha-se a percepção de que ameaças à paz e segurança internacionais deveriam estar relacionadas a atos de agressão de um Estado contra outro, após o fim da bipolaridade no sistema internacional, temas como refúgio, derrubada de governos eleitos, terrorismo internacional, proliferação nuclear, crises humanitárias, massacre de civis, entre vários outros temas passaram a compor a categoria (BELLAMY; WILLIAMS, 2010).

No rol das mudanças no campo normativo temos a publicação de alguns documentos ainda na primeira metade da década de 1990. Os relatórios “Uma Agenda para a Paz” de 1992 e “Suplemento de uma Agenda para a Paz” de 1995, tinham o propósito de definir e conceituar os tipos de operações de paz, o que constituía um movimento inédito. Assim, de acordo com tais relatórios, diplomacia preventiva (*preventive diplomacy*) seriam as ações realizadas com o objetivo de prevenir o surgimento de disputas, evitar que disputas se convertam em conflitos ou garantir que em caso de conflito não ocorra uma disseminação, essas ações estão inscritas no Capítulo VI da Carta de São Francisco. Já a promoção da paz (*peacemaking*) seriam as ações que buscam por meios pacíficos levar as partes do conflito a um acordo, também baseadas no Capítulo VI. A manutenção da paz (*peacekeeping*) seria o estabelecimento da presença da ONU no terreno, com o consentimento das partes em disputa, podendo envolver civis, militares e/ou policiais. Sua fundamentação na Carta tende a ser confusa, uma vez que não é possível o enquadramento preciso nem no Capítulo VI e nem no VII. A consolidação da paz (*post-conflict peacebuilding*) seriam as ações que buscam fortalecer as estruturas que solidificam a paz e impedem o retorno do conflito. E, por fim, as operações de imposição da paz (*peace-*

² Após uma reforma instituída em 1º de janeiro de 2019, o DPKO foi renomeado como Departamento de Operações de Paz (*Department of Peace Operations* - DPO), no entanto, como trataremos de fatos anteriores a essa mudança, optamos por utilizar a nomenclatura antiga.

enforcement) seriam aquelas respaldadas pelo Capítulo VII e que incluem o uso de força para manutenção ou restauração da paz (UNITED NATIONS, 1992, 1995; BIGATÃO, 2015).

No entanto, as ações implementadas pela ONU na busca por adaptação à “nova ordem mundial” não impediram a ocorrência de erros graves na gestão dos conflitos, causando tragédias que marcaram a história da Organização. Três episódios foram bastante marcantes nesse sentido: a crise humanitária da Somália entre 1993 e 1995, o genocídio ocorrido em Ruanda sob os olhares de *peacekeepers* em 1994 e a queda de Srebrenica, em julho de 1995, durante a Guerra da Bósnia (1992-1995), em que mais de 7.500 civis, que se encontravam na “área protegida” da ONU, foram assassinados (BIGATÃO, 2015). Assim, esses três acontecimentos evidenciaram as limitações do formato das missões e fizeram com que a capacidade da ONU de gerir conflitos fosse colocada em xeque, o que é evidenciado pela diminuição de novas operações de paz na segunda metade da década de 1990 em comparação à primeira metade, quadro que só se modificou a partir de 1999.

Em resposta às críticas, Kofi Annan, então SGNU, solicitou que fosse realizada uma pesquisa abrangente sobre as principais fraquezas das operações de paz. O estudo foi publicado em agosto de 2000 sob o título “Relatório do Painel de Operações de Paz das Nações Unidas”, mas ficou conhecido como Relatório Brahimi em referência a Lakhdar Brahimi, ex-Ministro das Relações Exteriores da Argélia, que presidiu o painel responsável por coordenar a pesquisa (BIGATÃO, 2015).

O objetivo do Relatório era avaliar as deficiências do sistema de operações de paz e formular recomendações específicas e realistas para o aprimoramento do sistema. O documento apontou a necessidade de aperfeiçoar a tomada de decisão e, para isso, seria necessário melhorar o fluxo e a qualidade das informações que são passadas do terreno para a Sede da ONU. Também foi registrado que os mandatos precisavam ser coerentes tanto com as possibilidades de ação das operações como com os recursos disponíveis, foi proposto inclusive que o financiamento das operações fosse repensado. De acordo com o relatório, também era necessário que as operações tivessem robustez suficiente tanto para defender-se e proteger civis quanto para confrontar e dissuadir agentes violentos, necessitando para isto de inteligência de campo, entre outras capacidades, para viabilizar a formulação de uma defesa eficaz (UNITED NATIONS, 2000; BELLAMY; WILLIAMS, 2010).

Posteriormente, as transformações das operações de paz seriam aprofundadas por novas reformas propostas pela Doutrina Capstone e pelo *Report of the High-level Independent Panel on Peace Operations* (HIPPO), de 2008 e 2015, respectivamente. Segundo Paula (2020), o que se viu a partir dessas reformas foi um processo de ressignificação dos três princípios das

operações de paz para adequá-los à adoção de ações mais robustas por parte das operações, com o objetivo de proteger as populações civis e lidar com as crises de segurança internacional.

Considerando um possível contexto de divisão interna muito grande ou a existência de grupos armados e *spoilers*, a Doutrina Capstone (UNITED NATIONS, 2008a) estabeleceu que a imparcialidade em relação às partes não significava neutralidade na execução do mandato. Além disso, a Doutrina também admitiu a possível continuidade de uma intervenção internacional, ainda que sem o consentimento local. Nessa situação, uma operação de paz deveria estar preparada inclusive para usar a força se necessário, como demonstra o trecho a seguir:

Uma operação de manutenção da paz deve ter as habilidades políticas e analíticas, os recursos operacionais e a vontade de administrar situações em que haja uma ausência ou ruptura do consentimento local. Em alguns casos, isso pode exigir, como último recurso, o uso da força. (UNITED NATIONS, 2008a, p. 33, tradução nossa³).

A reinterpretação dos princípios é novamente reforçada em 2015, pelo Relatório HIPPO, o qual afirma que “os princípios para a manutenção da paz não devem jamais serem usados como justificativa para o fracasso na proteção de civis ou na defesa proativa da missão” (UNITED NATIONS, 2015a, p. 46, tradução nossa⁴). Assim, há uma relação bastante próxima entre a publicação de tais documentos e a variedade de funções que foram sendo atribuídas às missões, bem como o aumento de missões enquadradas no Capítulo VII da Carta, aumento este que se acentua ainda mais a partir de 2010 (PAULA, 2020).

É notório que a preocupação com a proteção dos indivíduos tornou-se uma pauta cada vez mais importante para a ONU com o passar dos anos, em especial após os três fracassos das operações na década de 1990. A seguir, veremos que a pauta sobre a proteção de civis foi um dos principais fatores que direcionaram as reformas citadas anteriormente, tornando-se assim um elemento central para a Organização e suas operações de paz.

2.2 Proteção de Civis

³ No original: “A peacekeeping operation must have the political and analytical skills, the operational resources, and the will to manage situations where there is an absence or breakdown of local consent. In some cases this may require, as a last resort, the use of force.” (UNITED NATIONS, 2008a, p. 33).

⁴ No original: “the principles of peacekeeping should never be used as an excuse for failure to protect civilians or defend the mission proactively”. (UNITED NATIONS, 2015a, p. 46).

A noção de proteção de civis⁵ emergiu no pós-Guerra Fria, a partir do fortalecimento do discurso da segurança humana, um importante elemento nas dinâmicas de segurança deste século. Essa perspectiva de segurança propõe que a complexidade atual, que não é algo passageiro, mas sim característico dos novos desafios de segurança e dos próprios Estados, exige um novo paradigma de segurança que desloque a atenção do Estado para o bem-estar dos indivíduos. O Estado continua sendo o principal provedor de segurança, todavia, entende-se que este mesmo Estado pode falhar em cumprir sua obrigação de prover segurança para sua população ou até mesmo se tornar uma fonte de ameaça para aqueles que deveria proteger. Dessa forma, a segurança humana complementaria a noção de segurança estatal dando destaque aos direitos humanos e ao desenvolvimento humano (COMMISSION ON HUMAN SECURITY, 2003).

De acordo com o discurso tradicional, o pós-Guerra Fria foi marcado pela multiplicação de conflitos no sul global que se desenvolviam de uma maneira diferente do que as grandes guerras interestatais vistas anteriormente. Esses conflitos, que teriam como característica o direcionamento intencional a civis e as campanhas de limpeza étnica, foram então chamados de “novas guerras” (KALDOR, 2013) e tiveram sua ocorrência associada a falhas dos Estados que eram “incapazes” de manter o funcionamento do aparato estatal e, por conseguinte, a segurança de sua população⁶. Assim seria necessário que as instituições estatais fossem substituídas ou estabelecidas (ZYCK; BARAKAT; DEELY, 2013).

No entanto, é possível observar que a noção de segurança humana tem um caráter intrinsecamente biopolítico, uma vez que se propõe a promover certas formas de vida e protegê-las dos riscos da existência coletiva (KIENSCHERF, 2011; DUFFIELD, 2008). Kienscheref (2011, p. 521-522, tradução nossa) aponta que a ideia de segurança humana é bastante útil para o que ele chama de “imperialismo biopolítico”, que se utiliza dessa noção para legitimar a intervenção nos Estados tidos como incapazes. Assim, segundo Duffield (2010) o que temos em vigor desde o fim da Guerra Fria seria o “modo liberal de desenvolvimento”, uma forma de governança que se direciona ao sul global e tem o objetivo de privilegiar “noções de sustentabilidade baseadas em padrões adaptativos de autossuficiência familiar e comunitária”

⁵ Com frequência também é utilizada a expressão “PoC” para se referir ao conceito, em alusão à tradução da expressão em inglês, “*Protection of Civilians*”.

⁶ O conceito de “novas guerras” é criticado por não apresentar atributos verdadeiramente novos dos conflitos e estarem na realidade associados ao fato de que esses problemas só passaram a ter a atenção das forças de manutenção da paz ocidentais a partir daquele momento (BELLAMY, 2004).

(DUFFIELD, 2010, p. 55, tradução nossa⁷) que geralmente tem como alicerces pequenas propriedades. O objetivo do “modo liberal de desenvolvimento” estaria mais ligado à manutenção da divisão desestabilizadora entre os mundos desenvolvido e subdesenvolvido do que com sua extinção (DUFFIELD, 2010).

Em 2001, a partir do relatório publicado pela *International Commission on Intervention and State Sovereignty* (ICISS), formulou-se o conceito de responsabilidade de proteger⁸, que parte da compreensão de que quando os Estados falham no seu dever de proteger seus cidadãos e fornecer-lhes assistência vital, eles perdem sua soberania e devem aceitar alguma forma de intervenção internacional. Nesse sentido, a comunidade internacional tem o dever de intervir, mobilizando o entendimento da responsabilidade de proteger, sempre que ocorrerem graves violações do DIH, categoria que inclui o genocídio, os crimes de guerra, a limpeza étnica e os crimes contra a humanidade. A partir desse discurso, são justificadas intervenções militares e humanitárias, que podem envolver ações coercitivas como último recurso (ZYCK; BARAKAT; DEELY, 2013).

Assim, é nesse contexto que também emergiu o conceito de proteção de civis, que se insere nas discussões do CSNU, em 1998, através de um relatório de Kofi Annan sobre conflito na África, no qual ele aponta que a proteção de civis em conflito é um “imperativo humanitário” (UNITED NATIONS, 1998; RHOADS; WELSH, 2019). Dois anos depois, a noção de proteção de civis aparece no Relatório Brahimi o qual enfatiza a obrigação moral dos *peacekeepers* de usar a força para proteger civis (DOUCET, 2018). Dessa forma, embora a responsabilidade de proteger e a proteção de civis tenham se desenvolvido enquanto doutrinas de forma paralela, sendo debatidos e implementados por diferentes instâncias do sistema internacional, ambos os conceitos estão ligados a uma discussão mais ampla que colocou o indivíduo como foco das preocupações da comunidade internacional e, de acordo com Rhoads e Welsh (2019), foram se aproximando cada vez mais ao longo da história das intervenções internacionais.

No âmbito da ONU, a proteção de civis logo ganhou *status* como o principal fator a ser considerado nas reformas estruturais das operações de paz. Assim, a partir da década de 1990, a Organização começa o processo de reformular suas operações tornando-as não só mais robustas e adicionando um caráter multidimensional e integrado a elas, mas progressivamente

⁷ No original: “[...] notions of sustainability based upon adaptive patterns of household and communal self-reliance [...]” (DUFFIELD, 2010, p. 55).

⁸ Com frequência também é utilizada a expressão “R2P” para se referir ao conceito, em alusão à tradução da expressão em inglês, “*Responsability to Protect*”.

também colocando a proteção de civis como um objetivo estratégico e tático das operações (DOUCET, 2018).

A Doutrina Capstone afirmou que era necessário que os componentes das operações de paz trabalhassem de forma coordenada para garantir a proteção de civis, incluindo-a no planejamento e condução das suas atividades primárias (UNITED NATIONS, 2008a). Já no Relatório HIPPO, afirmou-se que a proteção de civis em conflito armado é “um princípio fundamental do Direito Internacional Humanitário e uma responsabilidade moral para as Nações Unidas” (UNITED NATIONS, 2015a, p. 36, tradução nossa⁹).

A crescente importância da agenda de proteção de civis na ONU transformou-a no princípio norteador do uso da força nas operações de paz, definindo a legitimidade das operações de paz robustas de utilizar “todos os meios necessários”. Ainda que o consentimento continue a vigorar como um dos princípios basilares das operações de paz da ONU, identifica-se que a permissibilidade do uso da força nas operações de paz do século XXI está baseada na proteção de civis, existindo ou não a concordância das partes beligerantes (DOUCET, 2018).

Tendo o Direito Internacional Humanitário como base, a ONU formulou diversos documentos visando a operacionalização da proteção de civis em campo. Os documentos servem, portanto, como leis que irão limitar e direcionar como aqueles que atuam no terreno devem proteger os civis. Assim, em sua operacionalização, a proteção de civis se transforma em uma forma de governamentalidade, isto é, um modo de agir sobre as ações do outro, nesse caso, da população a ser protegida, o que resultará na ênfase do policiamento nas operações (DOUCET, 2018).

Segundo Pingeot (2019), a proteção de civis pode ser entendida como uma atividade de policiamento, uma vez que a proteção, ainda que mais relacionada à criminalidade, está no âmago das forças policiais na maioria dos países. De forma geral, é comum que no início da missão, as forças da ONU enfrentem uma “lacuna de desdobramento” e uma “lacuna de segurança”, em que por um lado ainda não há policiais internacionais suficientes e a polícia local é incapaz de proteger a população, assim, num primeiro momento, o componente militar preenche a lacuna exercendo as funções policiais e, posteriormente, a lacuna de segurança é preenchida pelo componente policial (PINGEOT, 2019, p. 48). Além disso, o componente militar também atua junto ao componente policial no patrulhamento e no apoio durante operações. Levando em conta que o que justifica esse preenchimento de lacuna é a proteção de

⁹ No original: “[...] *a core principle of international humanitarian law and a moral responsibility for the United Nations*”. (UNITED NATIONS, 2015a, p. 36).

civis, de acordo com Pingeot (2019), proteção é uma forma de policiamento, independente se é realizada por militares ou por policiais. Similarmente, Doucet (2018) também argumenta que a racionalidade da proteção de civis viabiliza a flexibilidade de transição entre os componentes militares e policiais, como os militares podendo ter as suas funções calibradas sempre que necessário para atender às necessidades de policiamento.

Essa ênfase no policiamento como uma forma de proteção de civis fica evidente nos documentos da ONU que direcionam sua operacionalização. O *‘Operational Concept on the Protection of Civilians in United Nations Peacekeeping Operations’*, adotado em 2010, estabeleceu que a proteção se basearia que uma abordagem de três níveis: “a) diálogo e engajamento, b) proteção contra violência física, e c) atividades do programa destinadas a promover um ambiente de proteção geral” (DOUCET, 2018, p. 112, tradução nossa¹⁰). Em 2015, foi publicada uma política sobre a proteção de civis, *The Protection of Civilians in United Nations Peacekeeping*, consolidando o conceito operacional em três níveis, entre outras disposições definidas em diversos documentos que foram publicados sobre o assunto (DOUCET, 2018).

Em conformidade com o conceito operacional, a política de 2015 incluiu diversas atividades a serem realizadas em prol da proteção de civis e que são divididas em quatro fases de acordo com a probabilidade da ameaça: prevenção, preempção, resposta e consolidação (DOUCET, 2018). Doucet (2018, p. 114, tradução nossa¹¹) observa que:

[c]om ênfase na prevenção e preempção, a longa lista de diferentes atividades descritas nas quatro fases de resposta claramente assume uma lógica de policiamento que enfatiza estratégias desarmadas de proteção. A ênfase é colocada em responder às ameaças antes das ameaças surgirem com o objetivo de manter ou restabelecer algo que se assemelhe à ordem pública.

Essa priorização de riscos em termos de probabilidade é realizada através do acesso a avaliações de risco, sistemas de alerta precoce e depende dos recursos e capacidades com os quais a Missão pode contar. Esses mecanismos por sua vez podem ser mobilizados para evidenciar que a proteção de civis pelas operações de paz possui limitações, possibilitando uma gestão de expectativas sobre o que se pode esperar da operacionalização dessa ampla agenda de proteção. São apontadas diversas justificativas para essas limitações, como a própria

¹⁰ No original: “a) dialogue and engagement, b) protection from physical violence, and c) program activities meant to foster an overall protective environment”. (DOUCET, 2018, p. 112).

¹¹ No original: “With an emphasis on prevention and pre-emption, the long list of different activities described in the four response phases clearly take on a logic of policing that emphasizes unarmed strategies of protection. Emphasis is placed on responding to threats prior to the threats emerging with the goal of maintaining or re-establishing something that resembles public order.” (DOUCET, 2018, p. 114).

natureza dos conflitos, a ausência de consenso no CSNU, o orçamento limitado, a relutância que alguns países têm em relação a permitir que suas tropas usem a força e a impraticabilidade de proteger todos os civis de todas as ameaças (DOUCET, 2018).

Dentro dessa racionalidade de gestão de expectativas é inevitável que alguns civis morram. Assim, a partir da operacionalização da proteção de civis, em que o caráter biopolítico se mostra no policiamento e na gestão de riscos, a agenda de proteção de civis da ONU também gera a sua própria necropolítica. Assim, as mortes de civis são racionalizadas a partir da contagem de corpos que é então apresentada em formato estatístico (DOUCET, 2018). Doucet (2018) relembra que nas operações de contrainsurgência mais recentes, como a campanha militar dos EUA no Afeganistão, a contagem de corpos fez parte da estratégia de conquistar “corações e mentes”. O autor alerta que o direcionamento da ONU para as operações mais robustas pode indicar uma adoção desse tipo de estratégia, ainda que dentro de uma racionalidade humanitária que propõe o aperfeiçoamento das práticas através de “lições aprendidas”.

Na próxima seção discutiremos as operações de estabilização, um outro fenômeno que embora tenha raízes que antecedem o pós-Guerra Fria, se desenvolveu de forma mais evidente nesse período e, assim como a agenda de proteção de civis da ONU, foi igualmente influenciado por alguns dos mesmos discursos. As noções de estabilização acabam por complementar a interpretação apresentada nesta seção em muitos sentidos.

2.3 Estabilização e intervenções internacionais

Quando na década de 1990, os Estados ricos e as instituições multilaterais voltaram sua atenção para os chamados “Estados frágeis” ou “Estados falidos” e seus conflitos multifacetados, novas formas de prevenir e conter insegurança foram mobilizadas (MUGGAH, 2013a; 2013b). Entre as novas modalidades de intervenção que surgiram para conter as “novas guerras”, encontramos as operações de estabilização ou estabilidade que podem ser entendidas, a grosso modo, como “[...] um conjunto de políticas e práticas destinadas a promover a segurança e proteção, constituir ou fortalecer pactos políticos e políticas e permitir a recuperação e reconstrução em uma ampla gama de ambientes” (MUGGAH, 2013a, p. 1, tradução nossa¹²).

¹² No original: “[...] a cluster of policies and practices intended to promote safety and security, constitute or strengthen political pacts and polities, and enable recovery and reconstruction across a wide range of settings.” (MUGGAH, 2013a, p.1).

Esse entendimento é bastante amplo exatamente porque não há apenas uma definição do que é estabilização. Como veremos, na realidade, são reivindicadas várias definições que atribuem diversas características à estabilização, ora focando na dimensão militar, ora nas atividades de desenvolvimento ou humanitárias. Tampouco há clareza sobre se a estabilização configura um conjunto de atividades ou um objetivo estratégico ou ainda uma combinação dos dois (ZYCK; BARAKAT; DEELY, 2013; MUGGAH, 2013a; 2013b).

Essa falta de consenso referente à conceituação da estabilização gera problemas de coordenação e alinhamento entre os próprios estabilizadores, isto é, os agentes que trabalham nos esforços de estabilização. De qualquer forma, a ambiguidade que cerca as operações de estabilização aparenta ser proposital (PINGEOT, 2019; ZYCK; BARAKAT; DEELY, 2013; MUGGAH, 2013a; 2013b). Manter a estabilização como uma categoria ampla e flexível permite que a “[...] estabilização continue a ser o que o observador deseja que seja” (MUGGAH, 2013b, p. 57, tradução nossa¹³) e assim a ampliação ou modificação de um mandato não esbarra em regras rígidas, podendo moldar-se com certa liberdade às circunstâncias (ZYCK; BARAKAT; DEELY, 2013).

Por outro lado, Zyck, Barakat e Deely (2013, p. 19, tradução nossa¹⁴) definem a estabilização como “um processo envolvendo força coercitiva em conjunto com a reconstrução e assistência ao desenvolvimento durante ou imediatamente após um conflito violento, a fim de prevenir a continuação ou recorrência do conflito e níveis desestabilizadores de violência de não-conflito”. Essa definição permite que os autores analisem intervenções em que o termo estabilização ainda não era utilizado, mas que guardam semelhanças com o que se entende por estabilização atualmente.

Desse modo, os autores analisaram as campanhas dos EUA nas Filipinas entre 1898 e 1902, e no Vietnã entre 1967 e 1975, e as estratégias adotadas pela França para manter seu domínio colonial sobre a Argélia entre 1954 e 1962. O que podemos constatar nos três casos é a adoção generalizada de abordagem civil-militar com o fim primordial de conquistar “corações e mentes”. Coletar informações para produzir análises de inteligência também era um dos objetivos primordiais nos casos da Argélia e do Vietnã. No entanto, também são marcantes nas operações a falta de consistência e coerência, uma vez que as práticas de estabilização não

¹³ No original: “[...] *stabilization to continue to be what the beholder wills it to be.*” (MUGGAH, 2013b, p. 57)

¹⁴ No original: “*a process involving coercive force in concert with reconstruction and development assistance during or in the immediate aftermath of a violent conflict in order to prevent the continuation or recurrence of conflict and destabilizing levels of non-conflict violence.*” (ZYCK; BARAKAT; DEELY, 2013, p. 19).

foram adotadas desde o início ou foram abandonadas em determinado momento, e o forte papel dos militares, que se justificaria pelo fato de as operações terem ocorrido durante o conflito e não em uma situação de pós-crise (ZYCK; BARAKAT; DEELY, 2013).

Assim, de acordo com Zyck, Barakat e Deely (2013), essas operações começaram com modelos militarmente centrados de estabilização, pacificação e contrainsurgência e, posteriormente, ao perceber que sem o apoio local não havia como combater as insurgências, incluíram em seu escopo atividades de tipo civil. Para os autores, muitas características dessas operações persistem nas operações de estabilização atuais, tais como a conquista do apoio da população por atores externos e autoridades políticas locais através de assistência ao desenvolvimento e a construção do Estado e o esforço para a obtenção de vantagens táticas a partir desse apoio popular, principalmente na forma de inteligência (ZYCK; BARAKAT; DEELY, 2013). Similarmente, Muggah (2013b) observa que o conteúdo real das operações de estabilização não é novo e que operações com tais características já receberam denominações bastante variadas.

Elas foram previamente rotuladas de ‘pacificação’, ‘operações civis’, ‘operações de espectro total’, ‘operações de não-guerra’ e ‘contrainsurgência’ centrada na população. Independentemente da terminologia, então, atores civis e militares têm colaborado (e competido) há muito tempo em situações de conflito armado. Grande parte da teoria e dos pressupostos subjacentes ao empreendimento permaneceram consistentes, assim como muitos dos métodos implantados. (MUGGAH, 2013b, p. 60, tradução nossa¹⁵).

Embora o termo ‘estabilização’ tenha sido empregado pela primeira vez no contexto de paz e conflito pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), com o estabelecimento da Força de Estabilização para a Bósnia e Herzegovina em 1996, o uso atual está mais próximo das atividades civis-militares conjuntas que foram empreendidas no Afeganistão e no Iraque (MUGGAH, 2013a). Assim, se a ligação com a operação na ex-Iugoslávia já era reveladora ao implicar a influência de um paradigma de segurança em contraposição a um paradigma de paz mais otimista (MAC GINTY, 2012), a associação com as operações no Afeganistão e no Iraque inevitavelmente conectou a estabilização com a guerra ao terror (MUGGAH, 2013a).

Desde o início do século XXI, vários mecanismos e unidades vêm sendo criados pelos Estados nacionais para planejar e implementar a estabilização, dentre os principais países comprometidos com essas iniciativas estão EUA, Reino Unido, Austrália, Canadá e Países

¹⁵ No original: “They have previously been labeled ‘pacification’, ‘civil operations’, ‘full spectrum operations’, ‘operations other than war’ and population-centric ‘counterinsurgency’. Irrespective of the terminology, then, civilian and military actors have long collaborated (and competed) in situations of armed conflict. Much of the underlying theory and assumptions underpinning the enterprise have remained consistent as have many of the methods deployed.” (MUGGAH, 2013, p. 60).

Baixos (MUGGAH, 2013b). Já em 2001, Manual de Campo de Operações 3-01¹⁶ do Exército estadunidense fazia referência à “estabilidade” como um elemento das operações de espectro total que estava relacionado a assuntos civis. Posteriormente, em 2008, no Manual de Campo de Operações de Estabilidade do Exército 3-07¹⁷, a estabilidade deixou de ser um elemento secundário e foi expandida e elevada a um tipo de operação (ZYCK; BARAKAT; DEELY, 2013).

Segundo o Manual, os militares estadunidenses deveriam ir “[...] além das operações cinéticas (o uso de força direta para atingir um objetivo político) e engajar propositadamente especialistas civis na promoção estabilidade e reconstrução” (MUGGAH, 2013b, p. 64, tradução nossa¹⁸). Cabe ressaltar que, desde meados de 2004, os EUA contavam com o Escritório do Coordenador para a Reconstrução e Estabilização (*Office of the Coordinator for Reconstruction and Stabilization* - S/CRS¹⁹) para coordenar e dar suporte a muitas das atividades de estabilização indicadas no Manual (MUGGAH, 2013b).

Ademais, o Departamento de Estado e o Departamento de Defesa do Governo dos EUA vem recebendo várias contribuições de pesquisas através de parcerias com institutos e organizações que “[...] têm procurado promover princípios conceituais, *benchmarks*, métricas e indicadores, e sistemas de monitoramento, em alguns casos testando-os no terreno” (MUGGAH, 2013a, p.6, tradução nossa²⁰). Nesse sentido, vale ressaltar a participação da *think tank* estadunidense *RAND Corporation* e do *United States Institute for Peace* (USIP), que desde 2004 vêm produzindo diversos manuais e diretrizes sobre estabilização (MUGGAH, 2013b).

Do mesmo modo, no Reino Unido foi criada a Unidade de Estabilização²¹, que ficou responsável por fornecer “experiência para construir estabilidade, prevenir conflitos e enfrentar desafios de segurança internacionalmente” (UK STABILISATION UNIT, [201-], tradução nossa²²). Além disso, a assistência humanitária e o desenvolvimento foram colocados como

¹⁶ Em inglês, *Operations Field Manual 3-01*.

¹⁷ Em inglês, *Stability Operations Field Manual (FM) 3-07*.

¹⁸ No original: “[...] to move beyond kinetic operations (the use of direct force to achieve a political aim) and purposefully engage civilian experts in promoting stability and reconstruction..” (MUGGAH, 2013, p. 64).

¹⁹ Em 2011, o S/CRS foi incorporado pelo *Bureau on Conflict and Stabilization Operations* (S/CSO).

²⁰ No original: “[...] have sought to promote conceptual principles, benchmarks, metrics and indicators, and monitoring systems, in some cases testing them on the ground” (MUGGAH, 2013a, p.6).

²¹ Em 2007, a Unidade de Estabilização substituiu a Unidade de Reconstrução Pós-Conflito que havia sido criada em 2004 (HAMANN, 2013).

²² No original: “expertise to build stability, prevent conflict and meet security challenges internationally.” (UK STABILISATION UNIT, [201-]).

elementos centrais da doutrina e prática da estabilização seguida pela Unidade (MUGGAH, 2013b). Em 2014, a Unidade definia estabilização como

[...] uma das abordagens usadas em situações de conflito violento, que visa proteger e promover a autoridade política legítima, utilizando uma combinação de ações civis e militares integradas para reduzir a violência, restabelecer a segurança e se preparar para uma recuperação de longo prazo através da construção de um ambiente favorável para estabilidade estrutural. (UK STABILISATION UNIT, 2014, p. 1, tradução nossa²³).

Gilder (2019) chama a atenção para o fato de a definição prescrever o apoio a uma “autoridade política legítima”, o que tem sido tradicionalmente evitado em operações de paz. Apesar disso, a expressão é utilizada algumas vezes ao longo do documento. Acrescenta-se ainda que é determinado que se tenha um cuidado “[...] para promover o estabelecimento de autoridade liderada e de propriedade local e/ou nacional o mais cedo possível [...]” devido ao impacto que a estabilização apoiada por atores externos pode ter no equilíbrio de poder (UK STABILISATION UNIT, 2014, p. 3, tradução nossa²⁴).

No entanto, em 2019, um novo documento reformulou a abordagem do governo do Reino Unido para a estabilização. Segundo esse documento, a estabilização é “[...] uma atividade realizada como uma resposta inicial à violência ou ameaça imediata de violência” (UK STABILISATION UNIT, 2019, p. 13, tradução nossa²⁵). A definição atual é muito mais ampla e a expressão “autoridade política legítima” foi suprimida, não sendo citada em nenhuma página do documento.

Também é mencionada a “estabilização quente”, marcada pela abordagem estadunidense de “limpar, manter e construir”, proposta no Manual de Campo de Contrainsurgência 3-24, já mencionado. Segundo o documento, a “estabilização quente” que teria transformado a estabilização em um “meio para derrotar insurgentes” comandado pelos militares e inteiramente associada à doutrina de contrainsurgência (UK STABILISATION UNIT, 2019, p. 151). Esta forma de estabilização então seria diferente do tipo de estabilização proposta pelo Reino Unido, que se dispõe a ser um meio “para facilitar os assentamentos

²³ No original: “[...] *one of the approaches used in situations of violent conflict which is designed to protect and promote legitimate political authority, using a combination of integrated civilian and military actions to reduce violence, re-establish security and prepare for longer-term recovery by building an enabling environment for structural stability.*” (UK STABILISATION UNIT, 2014, p. 1)

²⁴ No original: “[...] *to foster the establishment of locally and/or nationally-owned and led authority as early as possible [...]*” (UK STABILISATION UNIT, 2014, p. 3).

²⁵ No original: “[...] *an activity undertaken as an initial response to violence or the immediate threat of violence.*” (UK STABILISATION UNIT, 2019, p. 13).

políticos e criar a pré-condição necessária para a construção da estabilidade de longo prazo” (UK STABILISATION UNIT, 2019, p.151, tradução nossa²⁶).

Na introdução, o diretor da Unidade, Mark Bryson-Richardson, frisa que embora a opção de aplicar a força ou ameaçar seu uso esteja disponível, não é um pré-requisito e que “[a] ênfase está em uma abordagem política que privilegia a primazia da política local e pode ser aplicada antes, durante e depois do conflito violento” (UK STABILISATION UNIT, 2019, p. 7, tradução nossa²⁷). O novo programa procura delimitar melhor o que são as operações de estabilização e tenta desvencilhar as operações de estabilização lideradas pelo Reino Unido de algumas controvérsias, como por exemplo a relação entre operações de contrainsurgência e de estabilização, mas é necessário um exame mais detalhado para compreender quais as possíveis contribuições desse documento.

Os esforços da Austrália em relação à estabilização são coordenados pelo seu Departamento de Relações Exteriores e Ajuda e pela *Australian Agency International Development* (AusAID), que criaram um grupo responsável por orientar as operações integradas em lugares como Timor-Leste, Papua Nova Guiné e Afeganistão em termos de prevenção, estabilização e recuperação de crises (MUGGAH, 2013b).

Por outro lado, o Canadá criou em 2005, através de Departamento de Relações Exteriores e Comércio Internacional do Canadá (*Department of Foreign Affairs and International Trade* - DFAIT), a Força-Tarefa de Estabilização e Reconstrução (*Stabilization and Reconstruction Task Force* - START) que se ocuparia da prevenção e resposta de crises em países que enfrentam conflitos ou desastres, além disso, objetivava-se também aperfeiçoar a atuação do Canadá nas Américas, no Afeganistão e no Sudão (MUGGAH, 2013b; HAMANN, 2013).

Portanto, apesar da falta de consenso sobre quais são precisamente as práticas que se adequam às operações de estabilização, vários Estados reivindicam o conceito e vêm focando seus esforços para fortalecer o que eles entendem como estabilização. Assim, as expectativas e as direções de cada operação de estabilização dependem de quem coordena as ações. Enquanto os EUA mantêm a ênfase nas operações de combate cinéticas e colocam lei e ordem como os principais resultados estratégicos, Austrália, Canadá e Reino Unido, propõem um foco maior em uma agenda transformadora que inclui elementos de *peacebuilding* e *peacekeeping*. Ainda

²⁶ No original: “[...] *facilitate political settlements and create the necessary precondition for building long-term stability.*” (UK STABILISATION UNIT, 2019, p.151).

²⁷ No original: “*The emphasis is on a politically-led approach which privileges the primacy of local politics and can be applied before, during and after violent conflict.*” (UK STABILISATION UNIT, 2019, p. 7).

assim, todos se baseiam em um requisito mínimo de paz negativa (MUGGAH, 2013b; ZYCK; BARAKAT; DEELY, 2013).

Um outro aspecto destoante da perspectiva estadunidense se refere à vinculação da estabilização aos termos da lei e da ordem, que amplia o estabelecimento desse tipo de operação para além das zonas de conflito e de guerra, incluindo também locais que lidam com violência e desordem criminosa crônica (ZYCK; BARAKAT; DEELY, 2013).

Por outro lado, para Mac Ginty (2012), o problema das operações de estabilização vai além da falta de conceituação, estando também no fato de basear as intervenções internacionais em noções de estabilização e controle, ao invés de priorizar a promoção de emancipação, autonomia e dissidência. As experiências no Iraque e no Afeganistão, combinadas com a crise financeira global de 2008, foram cruciais para dar uma formatação mais específica às intervenções da comunidade internacional, que passou a priorizar uma “governança boa o suficiente”, baseada em padrões minimamente aceitáveis de governo, em detrimento do que se convencionou chamar de “paz liberal” (MAC GINTY, 2012).

A explicação para as mudanças nas intervenções estaria ligada ao fato de a paz liberal se apresentar como um projeto complexo que se baseia em uma exaustiva lista de exigências institucionais (MAC GINTY, 2012). O entendimento de que tais mudanças precisam de um longo prazo para serem realizadas coloca luz sobre as ações no curto prazo, que devem ter como objetivo criar o caminho para que o projeto da paz liberal possa ser realizado em sua completude. Dessa forma, o papel das operações de estabilização é criar essas bases visando o estabelecimento de uma paz duradoura em um futuro mais longínquo.

As operações de estabilização se apresentam como uma forma de gestão de expectativas em que objetivos mais duradouros são abandonados em detrimento de uma lógica de pacificação, segundo a qual, um ambiente controlado é o suficiente (MAC GINTY, 2012). Para Mac Ginty (2012), na realidade houve um recuo dos objetivos fundamentais da intervenção internacional e agora busca-se uma solução mais simples em termos orçamentários. O que faz sentido se considerarmos o relativo consenso entre a maioria dos apoiadores da estabilização sobre a necessidade de as intervenções serem de curto prazo e, predominantemente, focadas em contenção e administração da violência armada (MUGGAH, 2013b).

Dessa forma, embora sempre tenham sido elencadas diversas controvérsias nas ações que pretendem buscar a paz, no contexto das operações de estabilização, a paz vem sendo esvaziada, dando lugar a uma doutrina conservadora que “[...] reforça a ordem internacional, a

primazia da soberania do Estado e o domínio da economia de mercado” (MAC GINTY, 2012, p. 27, tradução nossa²⁸).

O redirecionamento das intervenções em termos de estabilização, também significou a securitização da ajuda e do apoio à paz com um papel cada vez mais proeminente de militares e agências de segurança. Segundo Mac Ginty (2012, p. 27, tradução nossa²⁹), “[a] inclusão rotineira e institucionalizada dos militares nas operações de apoio à paz põe em perigo as noções expansivas de paz que se baseiam na realização do potencial humano, nas expressões imaginativas e criativas dos desejos políticos e culturais”.

Além disso, a intensificação da esfera militar nas operações pode significar uma certa facilidade em passar da estabilização para o combate, como mostra a experiência da OTAN no Afeganistão (MAC GINTY, 2012). Após a eleição de Barack Obama, a ênfase no credo de contrainsurgente “limpar, manter e construir” perdeu espaço no Iraque e no Afeganistão, bem como em outras partes do mundo. A estratégia foi redirecionada e a partir de então tornou-se mais limitada e centrada no inimigo, ao invés da população, além disso, houve a intensificação de ataques com drones (KARLSRUD, 2019).

A entrada da ONU na discussão como um novo agente estabilizador não encaminhou o debate para a formulação de conceitos mais claros, pelo contrário, adicionou mais elementos controversos a serem considerados. O estabelecimento da MINUSTAH em 2004, com o termo estabilização presente tanto no título da Missão quanto no mandato, não levou à definição do que exatamente a ONU entende ser uma operação de estabilização. Tampouco o desdobramento de outras missões de paz³⁰, que também possuem “estabilização” no seu título e mandato fizeram com que a Organização formulasse uma política de estabilização delimitando o que é, quais são os seus objetivos e quanto tempo deve durar.

No entanto, antes de discutir com mais profundidade quais foram as consequências da adoção da estabilização pela ONU, nos parece ser profícuo entender algumas práticas que estão intrinsecamente conectadas à estabilização. Nas próximas seções nos propomos a discutir de maneira breve a categoria da pacificação e algumas características das operações de

²⁸ No original: “[...] *that reinforce international order, the primacy of state sovereignty, and the dominance of the market economy*” (MAC GINTY, 2012, p. 27).

²⁹ No original: “*The routine and institutionalized inclusion of the military in peace-support operations endangers expansive notions of peace that are based on the fulfilment of human potential, imaginative and creative expressions of political and cultural desires.*” (MAC GINTY, 2012, p. 27).

³⁰ Referimo-nos à Missão das Nações Unidas pela Estabilização na República Democrática do Congo (MONUSCO) (2010), à Missão de Estabilização Integrada Multidimensional no Mali (MINUSMA) (2013) e à Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização da República Centro-Africana (MINUSCA) (2014).

contrainsurgência, que como vimos têm uma relação muito próxima com a estabilização no seu formato atual.

2.3.1 Pacificação: um fenômeno multifacetado

De acordo com Klein (2016), o termo “pacificação” deriva da palavra *pacificatio*, do latim, que foi utilizada para se referir às políticas que foram impostas aos perdedores das guerras de expansão do Império Romano e, geralmente, eram incrementadas com uma série de normas econômicas, sociais, militares e morais:

Desde a ascensão de Augusto (14 aC), todo imperador romano foi proclamado ‘pacificador’, fornecendo ao Império a própria essência de sua existência, junto com a máxima ‘Império é paz’. Portanto, o pacificador era, no sentido original da palavra, ‘um criador da paz’ e, portanto, da prosperidade. (KLEIN, 2016, tradução nossa³¹).

Trazendo o uso do termo para um passado mais recente, a pacificação tem também uma estreita relação com a conquista de outros povos e territórios pelas potências europeias. Entre os séculos XIX e XX, diversas nações europeias decidiram se aventurar na espoliação de outras regiões do globo, o período foi marcado por várias campanhas de pacificação que através de uma violência legal subjugaram povos nativos e impuseram sua presença no território. Posteriormente, as campanhas de pacificação também serviriam para tentar pacificar os povos que lutavam pela descolonização (KLEIN, 2016).

No fim do século XIX, os projetos pacificadores de Auguste Pavie (1847–1925), Théophile Pennequin (1849–1916) e Joseph Gallieni (1849–1916) foram teorizados por Gallieni e Hubert Lyautey (1854–1934), fundando o que se chamou de “escola francesa de pacificação” (KLEIN, 2016). Os ensinamentos foram utilizados em vários conflitos de descolonização na Indochina, na Argélia, em Madagascar e em Camarões e até mesmo em conflitos mais recentes no Iraque, Afeganistão e Mali (KLEIN, 2016; BARON et. al, 2019).

Apesar da teorização sobre a pacificação estar relacionada a uma busca pela diminuição do uso da força bruta, isso não significa que a violência não estivesse presente nesse projeto pacificador, a restrição do uso da violência é apenas estratégica. Fanon (1968) expôs com destreza as várias faces da violência colonial na obra *Condenados da Terra*. A violência colonial é escancarada pelo quando é evidenciada a oposição intrínseca e inconciliável entre

³¹ No original: “From the accession of Augustus (14 BCE), every Roman emperor was proclaimed “pacifier”, providing the Empire with the very essence of its existence, along with the maxim “Empire is peace”. Hence, the pacificator was, in the original sense of the word, “a maker of peace”, and therefore of prosperity.” (KLEIN, 2016).

colono e colonizado, uma vez que o objetivo básico do primeiro, isto é, que o constitui como colono, é dominar e explorar o segundo. Assim, utilizando a violência como chave analítica, o autor demonstrou que esta é uma característica fundamental do processo colonial (FONSECA, D. 2015).

Na mesma linha, a partir da análise do romance *O Mundo se Despedaça*, de Chinua Achebe, Laura Kunreuther (2006) revela que a violência colonial pode se expressar de diversas maneiras no processo de pacificação. A autora propôs a existência de quatro níveis da violência colonial: o primeiro nível é o da violência física; o segundo é representado pela díade Tribunal e Lei; no terceiro nível temos o suicídio; e o quarto realiza-se como metanarrativa.

A ideia de que os povos nativos tinham uma índole violenta deu bastante força ao imaginário de que o colonialismo era benéfico aos colonizados. De acordo com as suposições daqueles que apoiavam o projeto colonialista, essa índole se expressaria através de tradições hediondas que precisavam ser extirpadas do cotidiano desses povos para que eles pudessem se tornar completamente humanos. O argumento era de que a barbárie residia no âmago daquelas culturas, por isso, a civilização dos nativos era essencial para que eles conseguissem exigir e construir um governo igualmente novo e não mais baseado na sua índole violenta. Assim, enquanto os colonos condenavam a violência do colonizado, justificavam a sua defendendo o valor instrumental da violência no processo civilizatório (KUNREUTHER, 2006).

Ao discutir o mundo colonizado, Fanon apontou caráter maniqueísta do discurso do colono, construído para apresentar os colonizados como seres desprezíveis e, assim, reafirmar a necessidade e a legitimidade de sua presença no território:

Por vezes este maniqueísmo vai até ao fim de sua lógica e desumaniza o colonizado. A rigor, animaliza-o. E, de fato, a linguagem do colono, quando fala do colonizado, é uma linguagem zoológica. Faz alusão aos movimentos répteis do amarelo, às emanções da cidade indígena, às hordas, ao fedor, à pululação, ao bulício, à gesticulação. O colono, quando quer descrever bem e encontrar a palavra exata, recorre constantemente ao bestial. (FANON, p. 31, 1968).

No segundo nível da violência colonial temos o duo Tribunal e Lei, que delineia o sistema de autoridade implementado na colônia. De acordo com discurso colonial, a implementação de tribunais e a utilização das leis da metrópole no território colonizado serviriam para conter a violência dos indígenas e ensiná-los a resolver conflitos civilizadamente através de mediação. No entanto, a análise da essência desses dois mecanismos expõe a contradição do argumento liberal de que o estabelecimento de um ordenamento jurídico é capaz de conter a violência (KUNREUTHER, 2006).

Como salienta Kunreuther “a capacidade da lei de controlar a violência é, em última análise, baseada na ameaça de força que está por trás de sua autoridade” (KUNREUTHER, 2006, p. 75, tradução nossa³²). Assim, a ameaça combinada com os outros elementos que compõem esse sistema de autoridade, como a polícia e as prisões, possibilita que a própria Lei seja em si um instrumento de violência. O que é demonstrado pelos atos de interpretação legal, no qual um juiz articula seu entendimento sobre texto da lei e a partir desse entendimento decide sobre a vida de uma pessoa. Essa decisão ocasiona uma violência ao sujeito julgado que pode ser a perda da liberdade, da propriedade ou até mesmo da vida (KUNREUTHER, 2006).

O sistema de autoridade criado e instalado pelos colonizadores antagoniza com as formas de autoridade próprias dos colonizados e os coloca sob um poder irrestrito dos colonos, uma vez que são estes que possuem a autoridade tanto sobre a formulação quanto à interpretação da lei. Dada a oposição que caracteriza a relação entre colono e colonizado, as disposições resultantes dessa formulação e interpretação serão sempre opressoras em relação ao colonizado. Disso resulta uma tensão que constrange de forma violenta o colonizado a todo tempo, pois no sistema de autoridade do colono não há espaço para epistemologias divergentes, nem questionamentos do colonizado. No mundo colonial, essa coexistência é impossível e a autoridade do colono é irrefutável.

Fanon expõe as dinâmicas da violência colonial que resulta do estabelecimento do sistema de autoridade da metrópole na colônia: “o colonizado está sempre atento porque, decifrando com dificuldade os múltiplos signos do mundo colonial, jamais sabe se passou ou não do limite. Diante do mundo arranjado pelo colonialista, o colonizado a todo momento se presume culpado” (FANON, 1968, p. 39).

O terceiro nível da violência colonial é o suicídio, que ao mesmo tempo é a forma mais extrema de recusa ao domínio colonial. O suicídio manifesta a brutalidade que envolve o processo de colonização, pois leva o colonizado a um patamar de sofrimento tão extremo que é preferível para o sujeito cometer uma violência auto infligida que aceitar viver sob o domínio colonial (KUNREUTHER, 2006).

E o último nível de violência colonial se realiza no ato de “escrever sobre os outros” (KUNREUTHER, 2006, p. 68, tradução nossa). Nesse nível, o colonizador ao registrar suas percepções do processo de colonização reforça todos os outros níveis de violência. Na sua narrativa, ele reafirma a divisão da violência aceitável e a inaceitável, geralmente colocando a

³² No original: “*The ability of law to control violence is ultimately predicated upon the threat of force that lies behind its authority*” (KUNREUTHER, 2006, p. 75).

violência colonial como razoável por supostamente ser um sofrimento necessário para que ocorra o processo civilizatório e a violência perpetrada pelos colonizados como intolerável, pois é tida como irracional, brutal e inútil. Além disso, na narrativa do colono, o sistema de autoridade do colonizado é apresentado como violento, sendo então imperativa a sua substituição por um sistema mais justo, que é o sistema utilizado na terra natal do colonizador. Já o suicídio, quando descrito pelo colonizador, é interpretado como uma comprovação de primitivismo dos colonizados (KUNREUTHER, 2006). Por fim, este último nível da violência colonial aparece na própria metanarrativa quando as violências cotidianas sofridas pelos colonizados são naturalizadas ou ocultadas propositalmente na narrativa que se constrói sobre o processo de colonização (KUNREUTHER, 2006).

As análises de Fanon e Kunreuther permitem um entendimento muito abrangente da violência no contexto colonial. Compreender a relação entre a pacificação e a violência colonial é essencial para assimilar que a condução da pacificação sempre foi através da violência e com o objetivo de eliminar a resistência do “Outro” a partir da combinação de medidas para acomodação política e de condutas repressivas que são adaptadas ao terreno e à população (KLEIN, 2016).

Neocleous (2011) propõe que a pacificação é uma tecnologia política que se utiliza do mecanismo policial e de programas político-econômicos construtivos para a fabricação da ordem social capitalista. Após a Guerra do Vietnã, o termo pacificação foi praticamente abandonado devido à conotação imperial-militar que ele passou a carregar, sendo substituído no meio militar por expressões eufemísticas, como “conflito de baixa intensidade”, que na realidade se referem a conflitos nos quais há um domínio da lógica pacificadora. A pacificação como tecnologia política precisa ser entendida dentro da rubrica da política de segurança, que se apresenta à sociedade moderna quase como um valor universal, uma entidade mítica difícil de ser definida, mas que regula toda a política nacional e internacional e justifica uma série de medidas que materializam a violência do poder estatal (NEOCLEOUS, 2011).

Partindo da teoria marxista, Neocleous (2011) observa que as relações da sociedade moderna capitalista são em sua essência inconstantes e divergentes. O autor sustenta que “[...] a ordem do capital é uma ordem de insegurança social” (NEOCLEOUS, 2011, p. 192, tradução nossa³³). A inconstância das relações capitalistas e a insegurança gerada por elas torna tanto a pacificação quanto a política de segurança imperativas para a sustentação da ordem social

³³ No original: “[...] *the order of capital is an order of social insecurity*”. (NEOCLEOUS, 2011, p. 192).

liberal. Nesse sentido, a segurança é um conceito fundamental para a sociedade burguesa. Neocleous acrescenta que:

[v]er a segurança como um poder constitutivo ou uma técnica implantada e mobilizada no exercício do poder é lê-la como um mecanismo policial: um mecanismo de fabricação de uma ordem social organizada em torno de uma constante revolução dos instrumentos e relações de produção, contendo assim a incerteza e agitação perpétua de todas as relações sociais que Marx e Engels definem como a chave do capitalismo; um mecanismo, sugiro, em que a tarefa principal é a pacificação. (NEOCLEOUS, 2011, p. 193, tradução livre³⁴).

Outro aspecto da noção de pacificação de Neocleous, é centralidade do capital: todas as particularidades da ordem que se quer criar a partir da pacificação giram em torno da atividade capitalista. Para a continuidade do capitalismo, é necessário que a sociedade seja composta de sujeitos-ideais que não desejem ou ao menos não sejam capazes de se opor às contradições criadas pelas relações sociais capitalistas e que continuem trabalhando para a reprodução do capital (NEOCLEOUS; RIGAKOS; WALL, 2013).

Há ainda uma outra maneira de entender a pacificação que está bastante alinhada ao entendimento apresentado nos parágrafos anteriores, mas vai um pouco mais além. Trata-se da fenomenologia da violência, que a partir de uma perspectiva anarquista e pós-colonial, propõe que a violência seja entendida como um fenômeno tridimensional, sendo constituído pela violência direta, a indireta e a pacificação (BARON et al, 2019).

A violência direta pode ser definida “como uso de força física para infligir ferimentos ou causar danos a uma pessoa ou propriedade” (THOMAS, 2011, p. 1817, tradução nossa³⁵). No estudo das Relações Internacionais, a violência em sua forma direta é medida principalmente através de métodos de contagem de corpos. Considera-se, por exemplo, baixas em campos de batalha e taxa de homicídio. São esses indicadores que baseiam as formulações dos defensores da paz liberal que apontam que a diminuição desses índices é efeito do estabelecimento de democracias, instituições democráticas e livre-mercado (BARON et al, 2019).

³⁴ No original: “To see security as a constitutive power or a technique deployed and mobilized in the exercise of power is to read it as a police mechanism: a mechanism for the fabrication of a social order organized around a constant revolutionizing of the instruments and relations of production and thus containing the everlasting uncertainty and agitation of all social relations that Marx and Engels define as key to capitalism; a mechanism, I suggest, in which the key task is pacification” (NEOCLEOUS, 2011, p. 193).

³⁵ No original: “[...] as the use of physical force to inflict injury or cause damage to a person or property.” (THOMAS, 2011, p. 1817).

Já a violência indireta “refere-se às ações agregadas de grupos sociais e instituições que causam violência em outros grupos sociais” (BARON et al, 2019, p. 201, tradução nossa³⁶). Esse tipo de violência é mediado pelas desigualdades que dominam estruturalmente a sociedade e pode ser mensurada a partir das taxas de mortalidade dos países, por exemplo (BARON et al, 2019).

A última dimensão da violência é a pacificação, que para os formuladores da fenomenologia da violência, se refere ao processo de reestruturação coercitiva das relações sociais que desloca e coopta toda manifestação contrária às injustiças que são identificadas na ordem mundial. Enquanto a violência direta e a indireta apresentam algumas consequências que possuem uma ligação entre causa e efeito mais evidentes e passíveis de serem mensuradas, a pacificação tem como característica fundamental ser difusa e, portanto, difícil de observar (BARON et al, 2019).

A pacificação como violência, assim como em Neocleous, também deve ser compreendida como uma força que busca impor as relações capitalistas e suas contradições e impedir qualquer tipo de resistência a essa imposição. No entanto, enquanto Neocleous evidencia o processo de pacificação a partir da violência direta da contrainsurgência e do policiamento, os autores propõem que a pacificação é um estado em que os outros dois tipos de violência são menos frequentes e que esse estado é consequência do deslocamento e da cooptação dos protestos da oposição. Nesse sentido, os surtos de violência direta seriam, na realidade, um indício do colapso da pacificação (BARON et al, 2019).

A literatura crítica à paz liberal demonstra que o projeto liberal, baseado na tríade estado de direito, governança democrática e livre-mercado, envolve processos imperialistas que criam coercitivamente espaços liberais através de violência direta (BARON et. al., 2019). Assim, a visão apresentada pelos formuladores da fenomenologia da violência sustenta que a pacificação é o que vem depois das ações de violência direta:

Nosso ponto é que esses momentos de violência direta levam à pacificação, em que as relações sociais foram reordenadas de forma tão violenta a ponto de tornar a violência direta não mais necessária. Uma vez que a violência direta tenha estabelecido o espaço liberal, a pacificação funciona como uma estrutura de violência que sustenta o espaço. A violência direta só se manifesta quando a pacificação enfraquece. (BARON et. al., 2019, p. 207, tradução nossa³⁷).

³⁶ No original: “[...] refers to the aggregate actions of social groups and institutions that cause violence on other social groups.” (BARON et al, 2019, p. 201).

³⁷ No original: “Our point is that these moments of direct violence lead to pacification wherein social relations have been so violently reordered as to make direct violence no longer necessary. Once direct violence has established liberal space, pacification functions as a structure of violence that sustains the space. Direct violence only manifests itself when pacification weakens.” (BARON et. al., 2019).

A violência da pacificação reside na estruturação e na manutenção da ordem vigente e esse processo pode se dar através de ameaças, coerção, intimidação e vigilância. Seria possível identificar a pacificação precisamente no seu sucesso: a diminuição dos índices de violência direta, em especial, a violência que se relaciona às formas de resistência contra a ordem como rebeliões, guerrilhas e assassinatos políticos. Todavia, a observação desses índices deve ser sobreposta à ponderação de outros dados como os níveis de desigualdade, escravidão contemporânea, desemprego, doenças psicológicas, vício em drogas, entre outros (BARON et al, 2019). A piora desses índices combinada com a inexistência de manifestações sob a forma de violência direta pode demonstrar o deslocamento da insatisfação com a ordem vigente do espaço público para o privado.

Vale ressaltar uma última característica da pacificação que se refere ao fato de ocorrer tanto em âmbito internacional quanto doméstico (BARON et. al., 2019; NEOCLEOUS, 2011). Se no âmbito global a comunidade internacional indica os Estados-alvos da pacificação, os mesmos que outrora foram possessões coloniais, domesticamente alguns sujeitos específicos são identificados como os principais e potenciais infratores das normas sociais. A população mais vulnerável é tanto a que é apontada como esses sujeitos perigosos quanto a que mais sofre com as inseguranças geradas pelas relações capitalistas.

2.3.2 Contrainsurgência: desenvolvimento e princípios basilares

A insurgência e a contrainsurgência são formas de guerra que devem ser entendidas conjuntamente. A insurgência está historicamente ligada aos “longos períodos de exploração e de injustiça” que muitas vezes culminaram em uma reação violenta das massas contra as classes dominantes (SAINT-PIERRE, 1996, p. 90). Saint-Pierre (1996) explica que a insurgência, ou insurreição, termo que o autor opta por utilizar, pode ser tanto uma reação espontânea que de forma geral resulta em um episódio de violência desorganizada e com pouca efetividade em termos políticos, quanto a consequência da incitação consciente de um fator desencadeante por uma parcela da população que pretende se utilizar das energias sociais historicamente acumuladas para direcionar a violência de modo a ter ganhos políticos reais.

De qualquer forma, é a noção do potencial perigo que a insurgência poderia significar que impele a classe dominante a sofisticar seu aparato repressivo através de táticas contrainsurgentes (SAINT-PIERRE, 1996). Embora seja impossível precisar exatamente em que momento as classes dominantes começaram a combater insurreições, segundo Kilcullen

(2012), podemos identificar algumas táticas que se assemelham de forma pontual ao que se entende como contrainsurgência no contexto da expansão do que viria a ser o antigo Império Romano.

No entanto, cabe ressaltar que essa “contrainsurgência antiga”, como denomina Kilcullen, era muito diferente do que foi teorizado no âmbito da doutrina de contrainsurgência ao longo dos séculos XX e XXI. Ainda assim, pode-se considerar que a contrainsurgência (antiga) foi um instrumento fundamental para o desenvolvimento das cidades-Estado gregas e, posteriormente, do Estado moderno (KILCULLEN, 2012).

Por outro lado, no campo teórico, o primeiro autor que discorreu sobre a guerra contra atores não estatais foi o oficial do Exército britânico, Charles Callwell, em seu livro *Small Wars: Their Principles and Practice*, publicado em 1896. Callwell já naquele momento sustentava que era essencial conhecer a fundo a sociedade para combater forças irregulares e colocava a inteligência como uma atividade fundamental para tal objetivo (CORUM, 2010).

Contudo, o desenvolvimento sistemático de uma disciplina dedicada a tratar da contrainsurgência se dá apenas no século XX e está ligado à ocorrência de um processo semelhante de sistematização da guerra revolucionária. Quando, no início da Guerra Fria, diversos movimentos e partidos comunistas começaram a se organizar, inspirados no modelo maoísta de guerra popular, para driblar a falta de capacidade militar e recursos econômicos através da guerra prolongada e o apoio da população, as potências não comunistas foram forçadas a buscar uma doutrina capaz de orientá-las sobre as melhores formas de lidar com a onda de insurgências (CORUM, 2010).

Segundo Kilcullen (2010), a doutrina de contrainsurgência como conhecemos atualmente pode ser tida como uma criação da *RAND Corporation* juntamente com a *Advanced Research Projects Agency* (ARPA), criada no início de 1958, precursora da *Defense Advanced Research Projects Agency* (DARPA). A partir de 1946, a *RAND Corporation* se torna um instituto de pesquisa operacional financiado pelo governo dos Estados Unidos e focado especialmente na elaboração da estratégia nuclear estadunidense. Dentre os vários estudos produzidos pelos pesquisadores da RAND, está o Projeto SIERRA, formulado em meados da década de 1950, que consistia em uma série de simulações de guerra voltadas para o enfrentamento de guerrilheiros comunistas em episódios de guerra limitada (KILCULLEN, 2010).

A produção teórica sobre contrainsurgência foi desenvolvida na medida em que as potências ocidentais enfrentavam as insurgências que se levantavam contra seu domínio na Ásia e na África, baseando-se amplamente na experiência e tirando lições gerais da prática da

contrainsurgência por analogia. Na década 1960, vários teóricos publicaram suas formulações sobre o tema, dentre eles Roger Trinquier (1908-1986), oficial francês que atuou em campanhas militares na Indochina, em Xangai e na Argélia e cujo trabalho teve uma grande influência no desenvolvimento da doutrina francesa de contrainsurgência (MENDONÇA, 2017).

Em 1961, Trinquier publicou o livro *Modern warfare: a French view of counterinsurgency*, no qual registrou suas observações sobre o fenômeno que ele chama de “guerra moderna” (TRINQUIER, 1967). Para o autor a “guerra tradicional” era um formato do passado e que não mais ocorreria, assim, naquele momento era necessário a adaptação das forças a um novo tipo de guerra, que não estava mais concentrada no campo de batalhas e era conduzida através de ações políticas, econômicas, psicológicas e militares (TRINQUIER, 1967).

O foco nas ações militares no pensamento de Trinquier chama bastante atenção, sendo inclusive um ponto polêmico de sua obra: o autor é abertamente favorável ao uso da tortura. De acordo com sua instrução, os interrogatórios dos “terroristas” devem ser realizados sem a presença de um advogado e caso eles se recusem a passar informações, devem ser forçados por “especialistas” a fazê-lo (TRINQUIER, 1967, p. 21-22). Trinquier também propõe ser essencial que se tenha o controle total da população para assim conseguir alcançar o objetivo de extermínio do grupo guerrilheiro (TRINQUIER, 1967; MENDONÇA, 2017).

Outro importante oficial francês que dissertou sobre o tema foi David Galula (1919-1967). Tido como um dos teóricos mais influentes da contrainsurgência, Galula participou ativamente de um simpósio organizado pela *RAND Corporation* que ocorreu em abril de 1962. O objetivo do evento era compilar as principais lições para a contrainsurgência atual e futura a partir das guerras de libertação que estavam ocorrendo naquele período (KILCULLEN, 2012). Posteriormente, em 1964, o autor publicou o livro *Counterinsurgency Warfare: theory and practice* que escreveu baseando-se na sua atuação como comandante na Argélia. Assim como o trabalho de Trinquier, os escritos de Galula também são fulcrais na construção de uma doutrina francesa de contrainsurgência (KILCULLEN, 2012).

Embora as insurgências tenham se alastrado pelos domínios de várias potências e teóricos de diferentes lugares tenham se dedicado ao tema, parece ter havido uma produção mais próxima e semelhante entre britânicos e americanos (CORUM, 2010). Dentro desse grupo, um nome que vale a pena destacar é o de Robert Thompson (1916-1992), militar britânico que atuou na Malásia de 1948 a 1960 e no Vietnã, como chefe da Missão Consultiva Britânica para o Vietnã do Sul, de 1961 a 1965. Em 1964, o britânico publicou o livro *Defeating Communist Insurgency: The Lessons of Malaya and Vietnam*, seu intuito era expor uma teoria básica da

contrainsurgência a partir da qual um profissional contrainsurgente poderia formular um estudo mais completo e adequado ao seu terreno de atuação (THOMPSON, 1967).

Um aspecto do trabalho de Thompson (1967) que chama atenção, em contraposição especialmente à Trinquier, é a defesa de que independente das táticas adotadas pelos insurgentes, o governo deve agir sempre dentro dos limites da lei estabelecida, pois, segundo o autor, as autoridades não poderiam esperar o cumprimento da lei pelos cidadãos se nem mesmo elas o faziam. A lei na verdade poderia ser um instrumento a ser utilizado contra os insurgentes através de normas que criminalizassem o apoio a eles e promovessem seu afastamento em relação à população, assim, o governo se apresentaria como protetor dos inocentes enquanto os insurgentes seriam representados como criminosos (THOMPSON, 1967).

Thompson era crítico da ação predominantemente ofensiva dos EUA no Vietnã do Sul e argumentava que era necessária a execução de uma estratégia contrainsurgente focada na construção de um Exército do Vietnã do Sul para diminuir a dependência dos sul-vietnamitas das Forças Armadas dos EUA. Embora tenha sido adotada uma estratégia de proteção da população sul-vietnamita e desenvolvimento econômico rural, quando isso foi feito, a guerra já tinha tomado rumos irreversíveis e criado um entendimento bastante negativo do envolvimento dos EUA no conflito tanto entre a população estadunidense quanto entre líderes militares, que relacionaram o fracasso da campanha no Vietnã às estratégias de contrainsurgência (CORUM, 2010).

Com os acontecimentos do 11 de setembro de 2001, os teóricos da contrainsurgência são novamente reinseridos no debate dos conflitos armados, o que resulta em uma alta na produção sobre contrainsurgência, incluindo o lançamento pela *RAND Corporation* do livro de Galula, *Pacification in Algeria 1956-1958*, que até então tinha permanecido em sigilo e a formulação do Manual de Campo de Contrainsurgência 3-24³⁸ dos Estados Unidos (KILCULLEN, 2012).

Apesar de encontrarmos diferenças no que foi produzido sobre o tema da contrainsurgência, é possível traçar algumas propostas que perpassam a maioria dos escritos teóricos da contrainsurgência. Como já dito anteriormente, a população é um fator primordial, é consenso que seu apoio é tão essencial para o insurgente quanto para o contrainsurgente (TRINQUIER, 1964; THOMPSON, 1967; UNITED STATES ARMY, 2007; CORUM, 2010; GALULA, 2006).

³⁸ Em inglês, *FM 3-24 Counterinsurgency Operations*.

O isolamento dos insurgentes da população é também uma das principais estratégias. Galula (2006) ressalta que para ser eficaz, o isolamento não pode ser uma medida imposta, mas sim algo que é mantido com a ajuda da própria população, além disso, esse isolamento garante o bloqueio das ações de recrutamento de novos insurgentes e cessa o apoio físico e de inteligência que vem da população. Sem sua força vital, o movimento insurgente acaba estrangulado (THOMPSON, 1967; UNITED STATES ARMY, 2007; TRINQUIER, 1964).

Outro princípio basilar é a combinação de operações militares e policiais e a construção de infraestrutura e ações para o desenvolvimento econômico local. Isso deve fazer parte do projeto contrainsurgente do governo desde o início de seu planejamento (TRINQUIER, 1964, p. 81; GALULA, 2006, p. 66; THOMPSON, 1967, p. 55; CORUM, 2010). De acordo com Galula (2006), no que se refere ao posicionamento da população, temos basicamente três grupos, um grupo minoritário que ativamente apoia os insurgentes, uma maioria neutra e um outro grupo também minoritário que é contrário à insurgência. Dessa forma, atenção às ações que construam uma infraestrutura básica para a população é importante, porque a população, principalmente aqueles que fazem parte da maioria neutra, tende a apoiar os agentes que conseguirem atender suas necessidades, sejam eles insurgentes ou contrainsurgentes (UNITED STATES ARMY, 2007).

Por outro lado, um dos principais artifícios dos insurgentes é a possibilidade de se esconder entre a população civil, o que torna a inteligência uma necessidade máxima do contrainsurgente, especialmente aquela coletada junto à população civil, para que este seja capaz de localizar e isolar os insurgentes (TRINQUIER, 1964, p. 81 e 35; GALULA, 2006, p. 66 e 50; THOMPSON, 1967, p. 55; CORUM, 2010; UNITED STATES ARMY, 2007).

Por último, outro importante aspecto do planejamento de uma operação de contrainsurgência envolve um estudo extremamente aprofundado do ambiente, o que só pode ser proporcionado pelo trabalho minucioso do aparato de inteligência da operação (UNITED STATES ARMY, 2007). A seção a seguir pretende discorrer melhor sobre como esse aparato é desenvolvido em operações de contrainsurgência e quais são suas especificidades.

2.3.2.1 Inteligência em operações de contrainsurgência

A inteligência é um instrumento presente na condução de qualquer forma de guerra, no entanto, nas operações de contrainsurgência, nas quais a população é o centro gravitacional e o adversário não pode ser encontrado no campo de batalha convencional, este instrumento se torna ainda mais essencial. Como vimos, o ambiente das operações de contrainsurgência possui

muitas particularidades e, portanto, exige que a atividade de inteligência desenvolvida se adeque a necessidades bem diferentes daquelas que são apresentadas em um contexto de guerra convencional.

Abaixo destacamos alguns dos princípios essenciais da atividade de inteligência no ambiente de uma operação de contrainsurgência, bem como suas funções, particularidades entre outros aspectos. Para tal objetivo, foram utilizadas como base as obras dos três teóricos da contrainsurgência já citados anteriormente, Trinquier, Galula e Thompson, e também faremos amplo uso do Manual de Contrainsurgência estadunidense 3-24. Comparando as produções, observa-se que enquanto o Manual apresenta a inteligência através de uma descrição bastante organizada e direta, quase semelhante a uma prescrição, e Thompson dedica um capítulo específico para tratar da atividade, Galula e Trinquier abordam a inteligência em contrainsurgência de forma mais difusa.

O que primeiro se pode falar da atividade de inteligência em contrainsurgência é que ela é sobre pessoas. Como dito na seção anterior, é necessário conhecer o povo, os insurgentes e o próprio governo. Desse modo, os contrainsurgentes devem ter vasto conhecimento sobre “[...] culturas, percepções, valores, crenças, interesses e processos de tomada de decisão de indivíduos e grupos” (UNITED STATES ARMY, 2007, p. 80, tradução nossa³⁹) do território no qual ocorrerão as operações.

Entende-se que as operações e a inteligência são intrínsecas, uma boa inteligência produz boas operações que por sua vez produzem boa inteligência e assim por diante (TEAMEY; SWEET, 2006; UNITED STATES ARMY, 2007). Para Thompson (1967, p. 89, tradução nossa), “[u]ma boa inteligência leva a contatos mais frequentes e mais rápidos. Mais contatos levam a mais mortes. Isso, por sua vez, leva a uma maior confiança na população, resultando em melhor inteligência e ainda mais contatos e mortes” (THOMPSON, 1967, p. 89, tradução nossa⁴⁰).

A inteligência em operações de contrainsurgência também é marcada pelo fato de todos os membros da operação serem potenciais coletores de inteligência que podem obter informações úteis no seu contato com a população, o que acaba determinando que o fluxo da inteligência em operações de contrainsurgência ocorra de baixo pra cima e todos os escalões

³⁹ No original: “[...] cultures, perceptions, values, beliefs, interests and decision-making processes of individuals and groups.” (UNITED STATES ARMY, 2007, p. 80).

⁴⁰ No original: “Good intelligence leads to more frequent and more rapid contacts. More contacts lead to more kills. These in turn lead to greater confidence in the population, resulting in better intelligence and still more contacts and kills.” (THOMPSON, 1967, p. 89).

produzem e consomem inteligência (TEAMEY; SWEET, 2006; UNITED STATES ARMY, 2007).

Além disso, o alto grau de complexidade da atividade de inteligência em contrainsurgência exige que todos operem no ambiente de maneira conjunta e combinada. Deve haver uma coordenação da coleta e da análise de inteligência entre todos os escalões, juntamente com as forças armadas, os serviços de inteligência dos países envolvidos na operação e da nação anfitriã (TEAMEY; SWEET, 2006; UNITED STATES ARMY, 2007).

A importância da inteligência é bastante evidenciada no Manual de Contrainsurgência 3-24, que possui um capítulo dedicado apenas a essa atividade. A partir da leitura, constata-se que ela é uma atividade que é fundamental não só na operação de contrainsurgência como um todo, mas antes mesmo que esta se inicie. A inteligência é imprescindível na etapa de planejamento e preparação para o desdobramento da operação, é nesse momento que os contrainsurgentes devem fazer o estudo ambiente operacional e vão precisar do apoio de economistas, antropólogos e pessoas que trabalham com governança, dentre outros profissionais, para analisar esse ambiente de maneira minuciosa (UNITED STATES ARMY, 2007).

Operações de vigilância e reconhecimento se ocuparão da identificação dos problemas que impulsionam e alimentam a insurgência de novos combatentes. Consequentemente, alguns fatores ganharão atenção especial, como a população local e o modo como os insurgentes fazem uso do terreno. Nessas operações, a coleta de informações deve ser intensa e a proposta de que todos são coletores em potencial é um axioma. Todavia, a coleta não pode ser caótica, ela deve ser sincronizada de modo que os requisitos de inteligência prioritários que apoiam a tomada de decisão sejam de conhecimento de todos para que se saiba o que deve ser coletado (UNITED STATES ARMY, 2007).

As operações de vigilância e reconhecimento se apoiam, principalmente, em inteligência humana (*Human Intelligence* - HUMINT). Profissionais treinados se utilizam de fontes humanas, dos documentos destas e também de mídias para “[...] identificar elementos, intenções, composição, força, disposições, táticas, equipamentos, pessoal e capacidades” (UNITED STATES ARMY, 2007, p. 119, tradução nossa⁴¹). O Manual estadunidense estabelece que apenas o pessoal especializado em HUMINT tem autorização legal para trabalhar ativamente com esse tipo de fonte apesar disso, devido ao seu contato constante com

⁴¹ No original: “[...] to identify elements, intentions, composition, strength, dispositions, tactics, equipment, personnel, and capabilities.” (UNITED STATES ARMY, 2007, p. 119).

a população e pela possibilidade de serem abordados em suas operações diárias de patrulhamento outros agentes podem identificar potenciais contatos e também devem estar sempre em estreita colaboração com coletores e analistas de HUMINT. Galula considerava que essa inteligência espontânea era um indicador do êxito da contrainsurgência (UNITED STATES ARMY, 2007; GALULA, 2006).

De qualquer forma, as fontes de HUMINT vão muito além dos relatórios de patrulha. Utiliza-se também relatórios de assuntos civis, que são úteis especialmente para o monitoramento sobre política, economia e infraestrutura; relatórios de operações psicológicas, que a partir de pesquisas de opinião mapeiam atitudes, percepções, interesses e reclamações dos locais; relatórios das forças de operações especiais. A coleta também pode ser realizada em encontros nos centros de operações multinacionais, onde informações são compartilhadas entre os agentes contrainsurgentes e agentes da nação anfitriã. Linhas diretas seguras, como e-mail e telefone, o contato com líderes comunitários, funcionários contratados, como aqueles que desempenham funções de apoio ou na construção de infraestrutura, desertores insurgentes e, no caso dos Estados Unidos, com civis americanos também entram no rol de fontes de inteligência (UNITED STATES ARMY, 2007).

Tanto para Galula quanto para Trinquier, a inteligência que provém da população ocupa um lugar primordial, principalmente durante a fase “quente” da guerra revolucionária (MENDONÇA, 2017), definida por Galula (2006) como o momento em que a atividade insurgente se torna abertamente ilegal e violenta. Outra função da inteligência para Galula (2006) é a construção e utilização de um censo populacional que será particularmente útil no terceiro passo das operações, que se refere ao contato e controle da população. O uso eficaz desse senso permitiria o isolamento dos insurgentes por meio do mapeamento das relações entre locais e insurgentes e entre os próprios civis.

Ademais, como já foi dito, o controle da população é um aspecto marcante na obra de Trinquier, isso porque para o autor a manutenção da vigilância e do sistema de controle, apoiados pelo serviço de inteligência, é o que impede que os adversários recuperem terreno. Assim, o teórico francês alerta ser um erro o desmantelamento prematuro de atividades que garantiram o controle da população e o isolamento dos insurgentes (TRINQUIER, 1964).

Existe, no entanto, a possibilidade dos contrainsurgentes terem dificuldade em coletar informações com a população. Sem mencionar qual poderia ser o motivo para a demora, Galula propõe que se pressione a população através da burocracia administrativa do Estado e da manipulação da população para provocar suspeitas entre guerrilheiros e população:

Se a inteligência ainda demorar, a pressão poderá ser aplicada. Nenhum cidadão, mesmo em um país primitivo, pode suportar por muito tempo a pressão da burocracia não cooperativa; as condições de insurgência aumentam naturalmente o número de regulamentações que devem ser cumpridas na vida cotidiana. A burocracia pode ser uma arma poderosa na mão do contrainsurgente, desde que seja usada com moderação e contenção e nunca contra a comunidade como um todo, mas apenas contra alguns indivíduos. (GALULA, 2006, p.84, tradução nossa⁴²).

Thompson (1967) prescreve que a atividade de inteligência seja estruturada em torno de uma única organização para evitar confusão na distribuição de responsabilidades, e que, se possível, seja construída no interior do ramo especial da força policial, isso porque, por ser uma organização estática, que se estende em todo território nacional e tem experiência de contato próximo à população, a força policial estaria mais apta para lidar com a atividade de inteligência (THOMPSON, 1967). Além disso, como principal objetivo é eliminação dos contrainsurgentes, para Thompson, o foco da célula de inteligência é a obtenção de detalhes da identidade sobre cada um dos insurgentes individualmente, além da descoberta de sua localização, o autor ressalta, no entanto, que a organização de inteligência limite seus alvos e não dispense seus esforços de maneira demasiadamente ampla (THOMPSON, 1967).

2.4 Estabilização e operações de paz da ONU

Como dito anteriormente, embora a ONU tenha inserido o termo estabilização nos títulos e mandatos de suas operações de paz, a Organização não propôs uma definição e nem formulou políticas para distinguir quais são as tarefas que suas operações de estabilização devem se envolver, apesar do Relatório HIPPO ter destacado a necessidade de maior clareza no uso do termo. Na realidade, a Doutrina Capstone foi o último esforço doutrinal abrangente da ONU visando a reavaliação das políticas internas de suas operações de paz, apesar de a Organização na última década ter incorporado diversas novas práticas, que podem inclusive ter impacto na legitimidade das operações (GILDER, 2019).

Segundo Zyck, Barakat e Deely (2013), existe uma conexão entre as operações de paz e as primeiras operações de estabilização que vai além da proposição de um programa que mescla ações humanitárias e de desenvolvimento e aquelas voltadas para segurança. Para estes

⁴² No original: “*If intelligence is still slow in coming, pressure may be applied. No citizen, even in a primitive country, can withstand for long the pressure from an uncooperative bureaucracy; insurgency conditions naturally increase the number of regulations that have to be complied with in daily life. Bureaucracy can be a powerful weapon in the hand of the counterinsurgent, provided it is used with moderation and restraint and never against a community as a whole but only against a few individuals.*” (GALULA, 2006, p. 84).

autores, as missões de paz teriam lançado as bases conceituais para as operações de estabilização que surgiram no pós-11 de setembro. Todavia, a legitimação da estabilização pela ONU fica realmente evidente em 2005, com a adesão da Organização ao discurso da responsabilidade de proteger através do documento intitulado *2005 World Summit Outcome* (UNITED NATIONS, 2005c). Cabe lembrar que os princípios de intervenção militar humanitária e ação preventiva que guiaram as intervenções estadunidenses no Iraque e no Afeganistão estão diretamente ligados aos conceitos doutrinários da responsabilidade de proteger.

Muggah (2013b, p. 58, tradução nossa⁴³) localiza a estabilização da ONU na transição entre “manutenção da paz tardia” e “consolidação da paz antecipada”, tendo como foco “[...] promover a segurança, permitir que o governo anfitrião assuma suas responsabilidades e, em última instância, desaparecer”. Algumas diferenças das operações de estabilização em relação aos outros tipos de operação estão relacionados com o fato de elas serem introduzidas em locais onde não se tem um conflito armado em grande escala, mas também não há um ambiente pacífico:

As medidas de estabilização, então, não pretendem manter as partes claramente demarcadas separadas - como no caso da manutenção da paz. Nem devem construir uma paz positiva - como no caso da construção da paz. Nem foram concebidos para promover a reconstrução e uma transformação social mais ampla - como no caso do desenvolvimento. Em vez disso, espera-se que assegurem um certo grau de calma e ordem, promovam as capacidades mínimas do poder público e gerem as condições para um mínimo de atividade econômica até o momento em que o Estado em questão possa e esteja disposto a retomar suas funções básicas. (MUGGAH, 2013b, p. 63, tradução nossa⁴⁴).

Da mesma forma, destaca-se que quando introduzidas na ONU, as operações de estabilização também focam nas estratégias de saída e em atividades de manutenção e consolidação da paz que requerem menos recursos (MUGGAH, 2013b; MAC GINTY, 2012), além de ser possível notar uma atenção especial para o aumento da capacidade civil e de policiamento nas operações (MUGGAH, 2013b), o que como foi abordado também é consequência da agenda de proteção de civis, que é mobilizada concomitantemente ao

⁴³ No original: “[...] *to promote security, enable the host government to assume its responsibilities, and to ultimately fade away.*” (MUGGAH, 2013b, p. 58)

⁴⁴ No original: “*Stabilization measures, then, are not intended to keep clearly demarcated parties apart – as in the case of peacekeeping. Nor are they supposed to build a positive peace – as in the case of peacebuilding. Nor are they designed to promote reconstruction and wider social transformation – as in the case of development. Rather, they are expected to ensure a degree of calm and order, promote minimum capacities of the public authorities and generate the conditions for a modicum of economic activity until such a moment as the state in question is able and willing to resume its basic functions.*” (MUGGAH, 2013b, p. 63).

desenvolvimento da estabilização no contexto da ONU. Assim, também são cabíveis as críticas sobre as operações de estabilização da Organização serem uma forma de gestão de expectativa em que a pacificação é mais central do que a paz duradoura.

Segundo Gilder (2019), ao operacionalizar a estabilização em suas operações de paz, a ONU parece mesclar as perspectivas estadunidense e britânica, de modo que as operações são desenvolvidas em dois estágios: primeiro, objetiva-se a dissuasão e o deslocamento dos grupos armados por meio da força, em consonância com o entendimento dos EUA, depois as operações se dedicam a atividades de construção da paz que são lideradas por civis e projetadas para consolidar o Estado de direito e restabelecer o Estado como “autoridade legítima” que deve ocupar o vácuo de poder deixado pelos grupos, o que corresponde à definição britânica de estabilização de 2014.

De fato, como observa Gorur (2016), todas as operações de estabilização da ONU são mandatadas implícita ou explicitamente a reivindicar um território controlado por grupos armados considerados ilegítimos e transferir o controle para autoridades consideradas legítimas, sejam elas o governo do Estado anfitrião, partes de um acordo de paz ou ambos. Uma das preocupações dessa tendência da estabilização de “tomar lados” é o possível impacto negativo que isso pode ter sobre o princípio da imparcialidade e sobre a visão de setores da população, que ao testemunhar a ONU trabalhando em conjunto com um Estado que conhecidamente cometeu violações dos direitos humanos passa a ver a Missão com maior desconfiança (PINGEOT, 2019; GILDER, 2019).

Um outro aspecto importante das operações de estabilização da ONU se refere aos mandatos mais robustos, o que permite que as forças da ONU ajam não apenas em autodefesa, mas também no engajamento contra os chamados *spoilers*. Um dos maiores exemplos dessa robustez é a *Force Intervention Brigade* (FIB), desdobrada pela MONUSCO para “[...] prevenir a expansão de todos os grupos armados, neutralizar esses grupos e desarmá-los a fim de contribuir para o objetivo de reduzir a ameaça representada por grupos armados sobre a autoridade do Estado e a segurança civil” (UNITED NATIONS, 2013d, p. 7, tradução nossa⁴⁵). A FIB foi a primeira força de combate ofensiva sob a égide da ONU, que deu a permissão para que ela agisse unilateralmente ou em cooperação com as Forças Armadas da República Democrática do Congo, sendo, portanto, uma força manifestamente parcial. Acrescenta-se que

⁴⁵ No original: “[...] to prevent the expansion of all armed groups, neutralize these groups, and to disarm them in order to contribute to the objective of reducing the threat posed by armed groups on state authority and civilian security.” (UNITED NATIONS, 2013d, p. 7).

o entendimento da própria ONU é de que a FIB tem um mandato de imposição da paz (*peace-enforcement*) que vai além até mesmo do uso de força robusta (GILDER, 2019).

O uso de uma abordagem mais robusta também foi registrado, ainda que não na mesma proporção da FIB, na MINUSCA, MINUSMA (GILDER, 2019), e na MINUSTAH, que como veremos em detalhes no último capítulo desta dissertação, a postura robusta foi utilizada contra as ‘gangues’⁴⁶ haitianas. Para Gilder (2019), o uso da força no nível tático para a defesa do mandato não transforma as operações de manutenção de paz (*peacekeeping*) em operações de imposição da paz (*peace-enforcement*), tanto porque as operações, de forma geral, contam com o consentimento ou ao menos aquiescência das partes, quanto porque não há uso da força no nível estratégico internacional. Além disso, há também a preocupação dos *peacekeepers* perderem o status de não-combatentes devido ao uso da força robusta, tornando-se parte do conflito, o que significa que eles podem se tornar alvos legítimos segundo o DIH (GILDER, 2019).

Karlsrud (2019) e Gilder (2019) também chamam atenção para uma possível guinada nas operações de estabilização da ONU para o contraterrorismo. As operações têm recebido mandatos bastante amplos que na maioria das vezes não estão em conformidade com as capacidades e os meios que elas dispõem para cumpri-los. Assim, segundo Karlsrud (2019, p. 10-11), com as operações sendo estabelecidas em ambientes cada vez mais complexos, com mandatos mais robustos e ordenadas a desempenhar tarefas de estabilização e fiscalização em apoio a “governos ilegítimos”, a tendência é que as operações se voltem para “formas mais iliberais de apoio”, como a contrainsurgência e o contraterrorismo, ao invés de programas de desenvolvimento e de consolidação da paz.

Para Karlsrud (2019), a apresentação, em janeiro de 2016, do *Plan of Action to Prevent Violent Extremism* pelo SGNU, Ban Ki-moon, serviu para vincular a ONU à agenda de contraterrorismo e dar legitimidade global a essa agenda. Contrariamente, o próprio Relatório HIPPO não recomenda que a ONU conduza operações de contraterrorismo e até o momento a Organização vem resistindo a assumir atividades de combate ao terrorismo. Contudo, experiências em operações de estabilização tem tornado esse distanciamento cada vez menor, especialmente no caso do Mali, onde a MINUSMA tem dado apoio às forças regionais de combate ao terrorismo através do compartilhamento de inteligência (GILDER, 2019). Mais

⁴⁶ Dada a complexidade dos grupos armados urbanos do Haiti, que é abordada na seção 3.1.1, optamos por utilizar o termo ‘gangues’ sempre com o uso de aspas simples, pois o termo em si indica um caráter estritamente criminoso, o que não se adequa completamente aos aspectos da atuação desses grupos no país.

uma vez, o principal perigo dessas ações é a associação da ONU a forças que cometeram violações de direitos humanos, o que mina a credibilidade da ONU e atrapalha os esforços de reconciliação das partes do conflito.

Outra questão que também tem desdobramentos nas operações de estabilização da ONU refere-se ao restabelecimento do Estado de direito, processo que faz parte da segunda etapa da estabilização. Esse processo é desenvolvido nas operações através do apoio à reconstrução do sistema de justiça criminal (GILDER, 2019). Assim, ainda que com frequência a consolidação do Estado de direito seja associada ao bem-estar da população, a boa governança, o respeito aos direitos humanos, a justiça, o fim da impunidade e a responsabilização, as principais instituições vinculadas ao Estado de direito são aquelas que compõem o braço penal do Estado, a saber, a polícia, o sistema de justiça criminal e as instituições penitenciárias (PINGEOT, 2019; GILDER, 2019).

Gilder (2019) considera positivo que as operações de paz sejam aproximadas de agendas mais amplas referentes à justiça criminal internacional e direitos humanos universais através de um foco no Estado de direito e no fim da impunidade, o que poderia prevenir a ocorrência de violações de direitos humanos e do DIH. Contudo, como Pingeot (2019) demonstra, o estabelecimento do Estado de direito em um contexto de estabilização, que preconiza a ordem, o controle e, conseqüentemente, a manutenção do *status quo*, pode acabar levando ao foco excessivo em algumas parcelas da população já vulnerável, como foi o caso da MINUSTAH.

Além disso, nas operações de paz o estabelecimento do Estado de direito está diretamente relacionado à reconstrução e capacitação das forças de segurança do país, isto é, a chamada Reforma do Setor da Segurança (RSS), pois entende-se que essas forças são essenciais para a estabilização e para a proteção de civis. Cabe lembrar que, desde o início do século, os deveres do Estado com seus cidadãos, principalmente no que se refere à proteção, vêm sendo colocados no centro das discussões sobre intervenções internacionais a partir das agendas de proteção de civis e responsabilidade de proteger. No entanto, o alinhamento com o Estado e o reforço das forças estatais, elementos frequentes nas operações de estabilização, podem acabar resultando na tolerância a abusos por parte dos mantenedores da paz (PINGEOT, 2019).

Por último, uma questão que é primordial se ter em mente é que a estabilização é política, especialmente porque muitas de suas práticas são operacionalizadas tendo em vista estratégias políticas e considerando questões táticas (MUGGAH, 2013b). O que não significa afirmar que as outras formas de intervenção da ONU não sejam igualmente políticas, uma vez que “fazer, manter e consolidar a paz são claramente projetos políticos” (MAC GINTY, 2012,

p. 24, tradução nossa⁴⁷). A tentativa de buscar manter tais projetos em um espaço apolítico acaba colocando as ações adotadas para desenvolver esses projetos em consonância com uma narrativa técnica irreal. Essa narrativa minimiza o conflito social e político que surge como consequência da implementação dessas ações, o que não é um fato positivo se realmente existe a pretensão de se criar uma paz sustentável.

Se considerarmos que a ONU entrou para o rol de agentes de estabilização só em 2004, enquanto alguns Estados vêm atuando nessa área desde, pelo menos, a década de 1950, as operações de estabilização da ONU são relativamente recentes. Ainda assim, as operações de estabilização da Organização trazem consigo muitas das contradições que já eram questionadas fora da ONU, como o foco excessivo na ordem, no controle e nas questões de segurança, levando ao esvaziamento da paz e à militarização da ajuda humanitária. E inserem novas contradições relativas aos princípios de consentimento, imparcialidade e não uso da força, basilares para as operações de paz da ONU, mas que, como discutido, podem ser prejudicados por algumas das práticas introduzidas pelas operações de estabilização.

Além disso, uma problemática que precisa ser considerada é a relação cada vez mais próxima das operações de paz com as operações de contrainsurgência e de pacificação. Não é o caso de afirmar que se trata de operações idênticas, mas de questionar se as operações de paz estão reproduzindo as mesmas violências que foram reproduzidas nesses outros tipos de operações em outros momentos da história. Adiciona-se ainda que é necessário um questionamento do que realmente tem motivado essas operações uma vez que a própria agenda de proteção de civis parece se fundamentar muito mais em uma lógica de governança biopolítica que de proteção.

Cabe salientar também que as semelhanças entre operações de paz e operações de contrainsurgência já foram observadas por diversos pesquisadores (PAULA, 2020; MENDONÇA, 2016; FRIIS, 2010; PINGEOT, 2019). No entanto, propomos que olharmos as operações de paz a partir das operações de estabilização poderemos ver com mais clareza como essa aproximação continua se desenvolvendo, mas com uma roupagem mais “limpa” e “positiva”, abandonando termos como “pacificação” e construindo um discurso pela estabilidade que é supostamente novo, imparcial e despolitizado. Como colocou Muggah (2013b), a “[e]stabilização é uma contrainsurgência efetivamente re-embalada, re-empacotada na linguagem do engajamento ‘abrangente’ e ‘integrado’”. Alguns afirmam que a estabilização

⁴⁷ No original: “*Making, keeping and building peace are clearly political projects.*” (MAC GINTY, 2012, p. 24).

é, na verdade, uma nova embalagem mais respeitável da contrainsurgência ou COIN”. (MUGGAH, 2013b, p. 60, tradução nossa⁴⁸).

⁴⁸ No original: “Stabilization is effectively repacked counterinsurgency, repackaged in the language of “comprehensive” and “integrated” engagement. Some contend that stabilization is in fact a more respectable re-packaging of counterinsurgency or COIN.” (MUGGAH, 2013b, p. 60).

3 O HAITI E A MINUSTAH

A República do Haiti está localizada no caribe e divide a ilha de Hispaniola com a República Dominicana que ocupa a porção maior da ilha. O território que outrora foi chamado pelos colonizadores como “Pérola das Antilhas”, hoje é frequentemente lembrado por ser o país mais pobre das Américas e um dos mais pobres do mundo. O país não possui grandes clivagens étnicas ou religiosas, mas é marcado por conflitos social e político que perpassam toda sua história. De acordo com o Índice de Estados Frágeis da *Fund for Peace*, o Haiti ocupa a 13ª posição do índice, entre 179 países (FUND FOR PEACE, 2021). O país é classificado como um dos quinze países mais frágeis do globo há tanto tempo que já foi descrito como “Estado falido perene”. Contudo, a classificação como Estado frágil ignora os elementos constitutivos das fragilidades locais (LEMAY-HÉBERT, 2014).

A seguir, faremos uma brevíssima exposição cronológica da história do Haiti. No entanto, antes é necessário frisar algumas questões cruciais para a compreensão dessa história. Primeiramente, como coloca Lemay-Hébert (2014), o Estado haitiano de fato nunca existiu segundo a idealização ocidental proposta por Jean-Jacques Rousseau de união entre cidadãos em torno de um contrato social. Na realidade, no Haiti, o aparato estatal tem sido de forma consistente uma plataforma para disputa de poder entre grupos concorrentes (LEMAY-HÉBERT, 2014).

Em segundo lugar, a estrutura social extremamente hierarquizada do país foi engendrada já durante a colonização e reforçada por agentes locais e internacionais desde então. Lemay-Hébert (2014) coloca que para compreender as dinâmicas de lutas de classes no contexto haitiano três dinâmicas devem ser consideradas: (1) a primeira diz respeito à ordem social hierárquica haitiana: no período colonial, temos tensões raciais envolvendo colonizadores brancos, escravos africanos e “pessoas de cor livres” e, no pós-independência, o antagonismo entre mulatos e negros, além de existir, de forma geral, uma tensão entre a uma pequena elite privilegiada e uma multidão empobrecida; (2) a segunda se refere ao sistema político caracterizado pela autocracia e militarização, que foi “[...] construído sobre a herança colonial, reforçado pela invasão internacional e ocupações diretas, e cristalizado no desenvolvimento do estado predatório haitiano e na predominância do estabelecimento militar na maior parte da história haitiana [...]” (LEMAY-HÉBERT, 2014, p. 201-202, tradução nossa⁴⁹); e, por último,

⁴⁹ No original: “[...] built on the colonial heritage, reinforced by international encroachment and outright occupations, and crystallized in the development of the Haitian predatory state and the predominance of the military establishment [...]”. (LEMAY-HÉBERT, 2014, p. 201-202).

temos uma economia que sempre foi voltada para a exportação, primeiro baseando-se no sistema de *plantations* e, posteriormente, regulamentada sobre as regras de livre comércio, estando em choque permanente com o modelo de agricultura de subsistência, através da qual dois terços da população sobrevive.

Tendo isso em vista, o objetivo deste capítulo é apresentar um breve histórico do Haiti, visando fornecer ao leitor uma visão ampla de alguns eventos e questões que são essenciais para compreender a conjuntura em que foi inserida a MINUSTAH e também apresentar a Missão em si. Dessa forma, primeiramente, foi feita uma retomada histórica em que foram destacados alguns episódios que compõem a história haitiana e que nos são relevantes, mas que obviamente não representam a totalidade da história do Haiti. Esta primeira seção conta com uma divisão suplementar na qual foram descritas algumas particularidades dos grupos armados urbanos do Haiti. Em sequência, discorreremos de forma concisa sobre alguns tópicos primordiais envolvendo a Missão e seu desenvolvimento. E, por último, seguimos para uma análise da MINUSTAH como uma operação de estabilização, destacando os aspectos que dialogam com o que foi apresentado no capítulo anterior. Dessa forma, a terceira seção secundária deste capítulo é constituída de outras quatro seções, em que exploramos as questões sobre o uso da força pelas forças de paz da MINUSTAH, a conquista da população haitiana, a criminalização e a estigmatização dessa mesma população e, por fim, o processo de estabelecimento do Estado de direito orquestrado pela Missão.

3.1 Haiti: da Revolução à MINUSTAH

Em 1697, o Tratado de Ryswick, firmado entre Espanha e França, oficializou a posse da última sobre a parte ocidental da Ilha Hispaniola, que viria a se tornar o Haiti em pouco mais de um século. *Saint Domingue*, ou São Domingos, em português, como foi batizada a colônia francesa, passou a ser conhecida como “Pérola das Antilhas” devido à alta produtividade agrícola, baseada em três principais produtos: cana-de-açúcar, cacau e café, produzidos por mão de obra escrava, vinda do continente africano, o que garantia uma alta lucratividade para a metrópole (AGUILAR, 2014).

Para manter o poder e evitar a união entre não-brancos, a administração francesa concedia alguns privilégios a uma parcela da população não-branca. Essa concessão, de forma geral, estava relacionada ao tom de pele das pessoas, assim, quanto mais claro, mais privilégios. As prerrogativas iam desde um tratamento menos cruel e rude, até o direito à liberdade, como

era o caso dos mulatos, filhos de uma pessoa branca com uma mulher ou um homem negro, que obtinham sua liberdade ao completarem 24 anos (MONTENEGRO, 2013).

Todavia, em 1789, a composição da população da colônia de São Domingos era a seguinte: 32 mil colonos europeus, 24 mil mulatos e 500 mil escravos africanos (MONTENEGRO, 2013; FERGUSON, 2020). Portanto, as políticas de divisão não foram e não poderiam ser eficazes para impedir um levante, uma vez que o número de não-brancos era absurdamente maior que o número de colonos (MONTENEGRO, 2013).

As ideias de liberdade, igualdade e fraternidade, tão amplamente defendidas na Revolução Francesa, logo chegaram à colônia, trazidas tanto por intelectuais franceses como por mulatos livres que tiveram a oportunidade de estudar na Europa. A contradição entre defender tais ideias e manter a escravidão na colônia se tornou evidente e impulsionou um movimento que culminaria em uma insurreição iniciada de 1791, com os escravos se rebelando e ateando fogo nas lavouras (MONTENEGRO, 2013).

Apesar da abolição da escravidão na colônia em 29 de agosto de 1793, a rebelião não parou, pois o comprometimento de seus líderes, em especial do ex-escravo Toussaint L'Ouverture, com os ideais revolucionários e as subsequentes vitórias mantiveram aceso o desejo pela independência. No entanto, o Golpe do 18 Brumário, em 1799, leva Napoleão Bonaparte ao poder e muda drasticamente o cenário, uma vez que o novo chefe de Estado decide enviar mais de 25 mil soldados para acabar com a rebelião. Assim, a captura de L'Ouverture em 1802, a notícia de que Bonaparte pretendia reestabelecer a escravidão na colônia e a morte de vários combatentes franceses devido à disseminação de doenças, acabaram por incentivar as massas a se mobilizarem pela independência, vista como a única maneira possível de manter sua liberdade (MONTENEGRO, 2013).

Assim, em 1804, o Haiti tornou-se o segundo Estado independente no continente americano, sendo antecedido apenas pelos Estados Unidos. Todavia, o pós-independência foi marcado pela rivalidade entre negros e mulatos, isso porque enquanto os primeiros tiveram que continuar o trabalho no setor agrícola, que fora muito afetado durante a luta pela independência, os segundos assumiram os cargos políticos (AGUILAR, 2014).

Dessa forma, a desigualdade social, política e econômica não tardou a gerar disputas que acabaram por dividir o país em duas partes: ao norte uma monarquia de negros, regida por Henri Christophe, e ao sul uma república de mulatos, dirigida por Alexandre Pétion. Foi apenas em 1820 que o sucessor de Pétion, Pierre Boyer, conseguiu reunificar o Haiti, depois da morte de Christophe (MONTENEGRO, 2013; AGUILAR, 2014).

Após a proclamação da independência, tanto a França quanto os EUA – este, que só reconheceu o Haiti como um Estado em 1862 – impuseram embargos econômicos ao país. O reconhecimento da independência pela antiga metrópole veio apenas em 1825 e foi condicionado ao pagamento de 150 milhões de francos, valor que foi reduzido para 60 milhões em 1838. Ainda assim, o pagamento da quantia esvaziou os cofres haitianos e forçou o país a fazer empréstimos em bancos franceses e estadunidenses (MONTENEGRO, 2013; AGUILAR, 2014).

A instabilidade política dominou o Haiti. Entre 1843 e 1915, o país teve 22 chefes de Estado, sendo que só no ano de 1914 foram três. Tal instabilidade tinha influência direta na situação econômica do país, agravada pelo isolamento que foi imposto pelos outros Estados após a independência (MONTENEGRO, 2013; AGUILAR, 2014). Os EUA tinham então a justificativa perfeita para invadir o país e garantir que seus interesses fossem concretizados. Desse modo, sob a bandeira de intervenção humanitária, em 1915, fuzileiros navais estadunidenses foram enviados ao Haiti iniciando uma ocupação⁵⁰ que duraria 19 anos (MATIJASCIC, 2008).

A intervenção dos EUA no Haiti fazia parte do plano imperialista estadunidense para a América Latina, consubstanciado na Doutrina Monroe, que tinha como princípio o famoso lema “América para os americanos” (MONTENEGRO, 2013). O momento pré-Primeira Guerra Mundial corroborou com os objetivos expansionistas dos EUA, uma vez que entre os Aliados tinha-se o consenso de que era necessário impedir qualquer intervenção germânica no Canal do Panamá, o que foi feito através da ocupação das ilhas que poderiam facilitar o acesso ao Canal. Assim, ao mesmo tempo que ocupava as ilhas caribenhas, os EUA consolidavam sua marinha de guerra e viabilizavam sua supremacia nos mares do Caribe e do Pacífico (MATIJASCIC, 2008).

Durante a ocupação, os representantes dos EUA tinham o poder de veto sobre as decisões governamentais e possuíam o controle total das finanças do Haiti. Acrescenta-se ainda que por ter sido mantida no poder, a elite mulata, se consolidou econômica e politicamente, fato que a tornou uma importante aliada dos interesses estadunidenses no país (MATIJASCIC, 2008). Foi registrado também que os fuzileiros navais, principais agentes da ocupação, se

⁵⁰ De acordo com o Artigo 42 da Convenção de Haia de 1907, pode-se considerar uma intervenção militar como ocupação quando um exército hostil exerce de fato sua autoridade sobre o território estrangeiro ou parte dele (FERRARO, 2012). Dessa forma, uma vez que funções administrativas foram exercidas pelos fuzileiros navais estadunidenses entre os anos de 1915 e 1934, a intervenção dos EUA no Haiti pode ser juridicamente considerada uma ocupação em concordância com o DIH e por isso optamos por fazer o uso do termo neste caso.

valiam de práticas rigorosas contra a população com a finalidade de manter a ordem e proteger a propriedade (MONTENEGRO, 2013).

Vale ressaltar que embora a ocupação norte-americana tenha trazido alguns benefícios, dentre eles uma melhora significativa na infraestrutura do país, principalmente de Porto Príncipe e seus arredores, isso ocorreu mediante o endividamento do Haiti com os EUA (AGUILAR, 2014). Entretanto, um dos maiores legados foi a criação da *Gendarmerie d'Haiti*, uma força militar criada e treinada pelos fuzileiros navais estadunidenses logo no início da intervenção com o objetivo de conter revoltas populares, em especial, aquelas contrárias à presença dos EUA (MATIJASCIC, 2008). Em 1928, a *Gendarmerie* seria reorganizada, passando a ser oficialmente responsável pela segurança interna e externa do Haiti e tornando-se a *Garde d'Haiti*, que por sua vez se tornaria as *Forces Armees d'Haiti* (FAd'H) em 1958, durante o regime duvalierista (LAGUERRE, 1993).

De qualquer forma, a visão da ocupação como uma humilhação nacional se fortaleceu ao longo daqueles quase vinte anos e o sentimento nacionalista da população se intensificou e desembocou no movimento conhecido como “negritude” que, liderado por jovens intelectuais, propunha o resgate das raízes africanas e a oposição à dominação dos haitianos por quaisquer povos estrangeiros (MATIJASCIC, 2008; AGUILAR, 2014).

Diante da crescente oposição à presença dos EUA e num movimento coerente com a política de boa vizinhança defendida por Franklin Roosevelt, as tropas estadunidenses foram retiradas em 1934, no meio do governo de Sténio Vincent que durou até 1941. Vincent e seu sucessor Elie Lescot, tiveram governos marcados por um forte autoritarismo e uma certa incapacidade de lidar com a *Gendarmerie*, fatores que influenciaram na derrubada de Lescot por uma revolta popular em 1946 (MATIJASCIC, 2008; MONTENEGRO, 2013).

A *Gendarmerie* assumiu a administração após a renúncia e organizou as eleições parlamentares no mesmo ano. O candidato eleito foi Durmarsais Estimé, o primeiro negro a ascender ao poder. Todavia, a falta de apoio do legislativo e a articulação da elite mulata levou à deposição de Estimé em 1950. A *Gendarmerie* assumiu o poder novamente na figura do major Paul Magloire que, posteriormente, renunciou em 1946. O caos que se seguiu após a renúncia de Maglorie acabou apenas em 1957, quando François Duvalier ou *Papa Doc*, como ficou conhecido, venceu as eleições contabilizando 70% dos votos favoráveis no primeiro sufrágio universal realizado no Haiti (MATIJASCIC, 2008; AGUILAR, 2014).

É relevante pontuar que enquanto Maglorie estava no poder, Duvalier organizou uma violenta oposição que influenciou na renúncia daquele. Posteriormente, lançou sua candidatura colocando-se como representante dos valores do movimento negritude, o que lhe garantiu

amplo apoio popular. *Papa Doc* ainda conquistou os militares, que o considerava um candidato sem grandes motivações ideológicas, e assumiu a presidência com dois terços dos seus aliados ocupando a Câmara dos Deputados e com todos os assentos do Senado. Concluímos então que a ascensão de François Duvalier foi muito bem articulada e que toda a conjuntura da época estava a seu favor (MATIJASCIC, 2008).

Foram 14 anos de um governo marcado pelo autoritarismo e pela concentração de poder. *Papa Doc* chegou a aprovar uma Constituição em 1964, que estabeleceu que o cargo de Presidente seria vitalício a partir de então (AGUILAR, 2013). A perseguição e a eliminação de toda e qualquer oposição fez parte do *modus operandi* do governo, que viabilizou tal prática através da reforma do aparato de segurança: em 1959, à nova Guarda Presidencial foram incorporadas as milícias civis armadas; em 1962, foi criada uma força de segurança designada pelo nome de Voluntários da Segurança Nacional (VSN), que tinha como função gerenciar o sistema de informação, inteligência e controle, e perseguir, prender e eliminar a oposição (MATIJASCIC, 2008).

Os VSN eram conhecidos pela população como *Tonton Macoutes*, expressão que faz alusão a lendas haitianas de uma espécie de “bicho-papão” e que está relacionada à violência perpetrada pelos membros do grupo contra a população (PAULA, 2020). Desse modo, os VSN se uniram às FAd’H no combate às ameaças internas e, concomitantemente, devido a sua atuação, diminuíram a ingerência das FAd’H na escolha dos líderes haitianos, o que garantia certo equilíbrio à ditadura duvalierista. Cabe ressaltar que a manutenção do grupo era feita através de atividades ilícitas, dada a condição voluntária de seus integrantes (MATIJASCIC, 2008).

A postura pragmática de Duvalier no cenário internacional assegurou que os EUA mantivessem com seu governo uma relação de considerável tolerância e fossem uma fonte de benefícios, doações e investimento, pois *Papa Doc* conseguiu reprimir revoltas populares e impedir o fortalecimento das ideias comunistas no país. Ao mesmo tempo, o ditador manteve relações amigáveis com Cuba, decorrentes do reconhecimento do governo de Fidel Castro em 1959 (MATIJASCIC, 2008).

Ao ver sua saúde deteriorar, François Duvalier optou por uma manobra política que levou seu filho Jean-Claude Duvalier ao poder. Embora o recurso à violência não tenha sido banido pelo novo governo, *Baby Doc*, como foi apelidado Jean-Claude, tomou algumas medidas por influência estadunidense para liberalizar seu regime, que ainda assim mantinha algumas das principais diretrizes do governo de seu pai, como o caráter vitalício do cargo de presidente (MATIJASCIC, 2008; AGUILAR, 2014). Também devido a sua proximidade com

Jimmy Carter, então presidente dos EUA, Jean-Claude reabriu a Academia Militar em 1972 e criou uma força de contrainsurgência chamada *Leopards Corps* (MATIJASCIC, 2008).

Apesar de ter durado até mais do que o governo do pai, foram 15 anos no poder, o fim da administração do herdeiro de François Duvalier não estava nos planos. As reformas democratizantes adotadas por Jean-Claude Duvalier desagradaram tanto seus apoiadores, que temiam perder o *status quo*, quanto a oposição, que defendia reformas mais profundas. Em fevereiro de 1986, pressionado por grandes levantes populares, *Baby Doc* fugiu do Haiti com a ajuda dos EUA, agora comandado por Ronald Reagan, deixando o país em meio ao caos (AGUILAR, 2014).

Uma junta militar foi formada pelas FAd'H às pressas e com a ascensão destas ao poder, os *Tonton Macoutes* deixaram de ter uma função no governo, passando então a atuar apenas na ilegalidade como um grupo civil armado e a prover armamento para outros grupos civis (MATIJASCIC, 2008). Nenhum dos esforços para eleger democraticamente um presidente foi eficaz nos anos subsequentes, o período entre 1986 e 1990 foi de total instabilidade e falta de vontade política, o que foi evidenciado pelos sucessivos golpes de Estado que ocorreram (AGUILAR, 2014).

Após a renúncia do general Prosper Avril, em março de 1990, Ertha Pascal-Trouillot, então juíza da Suprema Corte de Justiça, assumiu o governo com a tarefa de conduzir as eleições no fim daquele ano. Trouillot solicitou formalmente apoio para a realização das eleições à ONU que junto com a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Comunidade do Caribe (*Caribbean Community* - Caricom) acompanharam as eleições que declararam o padre Jean-Bertrand Aristide, líder do movimento político Lavalas⁵¹, vencedor com 67% dos votos (AGUILAR, 2014).

Todavia, o governo de Aristide teria uma breve duração, apenas oito meses foram suficientes para criar tensões do governo com militares e elite. Aristide fundou o Serviço de Segurança do Presidente, o que incomodou os militares que entenderam que a medida era inconstitucional já que a Constituição de 1987, estabelecia no artigo 263, que não poderia existir nenhum outro corpo armado além das FAd'H e das forças policiais (HAITI, 2011; AGUILAR, 2014). Segundo Peschanski (2015b), militares e ex-*Tonton Macoutes* também eram contrários

⁵¹ O Lavalas, palavra que significa “avalanche” em crioulo, foi um movimento criado em 1986 por grupos políticos ligados a Aristide. Após a deposição de Aristide em 1991, o movimento quase desapareceu, mas ressurgiu em forma de coalizão multipartidária chamada Organização Política Lavalas (OPL). No fim de 1996, após romper com a coalizão, Aristide funda o *Fanmi Lavalas* (FL), o que levaria o OPL a adotar a nova denominação “Organização do Povo em Luta” (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2011; PESCHANSKI, 2015a).

a mudanças tidas por eles como radicais, como a reforma agrária e a redistribuição de renda. Já as elites eram contra a reforma do sistema fiscal e o programa econômico de Aristide, baseado em aumentos salariais, geração de emprego, melhoria de serviços etc. Vale ressaltar que esse programa tinha como grandes obstáculos o quadro econômico recessivo e a alta dívida externa de 851 milhões de dólares (AGUILAR, 2014).

Em 30 de outubro de 1991, Aristide foi destituído e seu lugar foi ocupado pelo general Raul Cedras, cuja administração valia-se de uma forte e violenta repressão que deixou entre três e cinco mil pessoas mortas (AGUILAR, 2014). Foi apenas em julho de 1993 que algo mais concreto foi feito pela comunidade internacional para dar fim à administração de Cédras. O estabelecimento da *Mission Civile Internationale en Haïti* (MICIVIH), pela ação conjunta da ONU e da OEA, possibilitou a assinatura do Acordo da Ilha dos Governadores (PAULA, 2020). Entre as disposições do Acordo estavam:

o retorno de Aristide à Ilha Hispaniola, a indicação de um novo primeiro-ministro, a anistia aos militares participantes do golpe, a aposentadoria precipitada de Cédras e a indicação de um novo comandante para as forças armadas haitianas, que seria responsável por reestruturá-las. (PAULA, 2020, p. 89-90).

Em setembro de 1993, o CSNU aprovou o desdobramento da *United Nations Mission in Haiti* (UNMIH), que contaria com 567 policiais e cerca de 700 militares para auxiliar na implementação do Acordo por um período de seis meses (UNITED NATIONS, 1993). Entretanto, a ação de civis armados e militares haitianos contra a UNMIH dificultou a implementação do mandato da Missão, levando o CSNU a aprovar em maio de 1994 a imposição de várias sanções ao país, que não tiveram efeito algum quanto à execução do Acordo (AGUILAR, 2014).

Diante da persistência das tensões, em junho de 1994, o CSNU estendeu o mandato da UNMIH por mais um mês⁵². Posteriormente, por meio da Resolução 940 daquele ano, também ampliou as tropas da Missão para seis mil militares e autorizou a criação de uma força multinacional com poderes coercitivos para cumprir seu mandato de retirar os militares do poder, garantir o retorno de Aristide e a restauração de seu governo e promover um ambiente estável para a implementação do Acordo da Ilha dos Governadores. A criação da força foi uma sugestão do Secretário-Geral que recomendou um contingente de 15 mil militares e 550 policiais (UNITED NATIONS, 1994; AGUILAR, 2014; PAULA, 2020). No entanto, o momento seguinte foi de deterioração. De acordo com Aguilar (2014, p. 58):

⁵² Na realidade, a UNMIH foi consecutivamente prorrogada e acabou permanecendo no país até 30 de junho de 1996 (AGUILAR, 2014).

[...] a situação no Haiti piorou logo após a decisão do CSNU com a declaração de estado de sítio pelo governo, censura à imprensa, ameaças a jornalistas estrangeiros e haitianos, execuções extrajudiciais, prisões arbitrárias, tratamento degradante e desumano, perseguição e intimidação. Houve desvalorização da moeda, escassez de alimentos, inflação cada vez mais acentuada, crescimento do desemprego (quatro quintos da população estava desempregada) e assistência à população cada vez mais difícil de ser executada.

A operação realizada pela força multinacional foi efetivamente estabelecida em setembro e durou apenas seis meses. Liderada pelos EUA e denominada “*Operation Uphold Democracy*”⁵³, a ação possibilitou o retorno de Aristide em 15 de outubro de 1994 (AGUILAR, 2014).

Uma das primeiras decisões de Aristide no que se refere à segurança foi a criação da Polícia Nacional do Haiti (PNH) e a dissolução das FAd’H, o que era contrário ao plano de profissionalização das forças que estava previsto no Acordo da Ilha dos Governadores e na já citada Resolução 940 do CSNU. Iniciou-se então o programa de desmobilização, desarmamento e reintegração (DDR) que, segundo Finazzi (2016), foi supervisionado, planejado e executado quase exclusivamente pelos EUA através da *United States Agency for International Development* (USAID) e da Organização Internacional para as Migrações (OIM).

De cerca de sete mil militares, 5.428 se inscreveram para o DDR, no entanto, apenas 6% desse número realmente conseguiu uma colocação graças ao programa (FINAZZI, 2016; AGUILAR, 2014). Na realidade, como sustenta Finazzi (2016), o programa foi um fracasso, pois não conseguiu desmobilizar os ex-integrantes da FAd’H e ainda contribuiu para o surgimento de um comércio ilícito de armas e o enriquecimento de uma pequena parcela entre os ex-FAd’H, além do fortalecimento de grupos armados.

Cabe ressaltar também que tanto a PNH quanto a *Interim Public Security Force* (IPSF), que seria a responsável pelas funções policiais até que as primeiras turmas da PNH se formassem, contavam com um número considerável de soldados e oficiais que antes integravam as FAd’H. A formação de ambas as forças foi acompanhada de perto por policiais estadunidenses e inclusive, no caso da PNH, havia certa disputa entre os EUA e o governo de Aristide para conseguir pressionar a reintegração de militares alinhados aos seus interesses e posicionamentos (FINAZZI, 2016).

⁵³ Operação Defender a Democracia, em tradução livre para o português.

Em dezembro de 1995, René Préval⁵⁴, na época aliado de Aristide, foi eleito e assumiu em 7 de fevereiro do ano seguinte (AGUILAR, 2014). Durante seu governo, a ONU estabeleceria três missões com contingente policial e/ou militar. Em junho de 1996, a UNMIH foi substituída pela *United Nations Support Mission in Haiti* (UNSMIH) que contou com 300 policiais e 600 militares (UNITED NATION, 1996a). O mandato de cinco meses da UNSMIH foi estendido até julho de 1997 e em agosto do mesmo ano foi criada a *United Nations Transitional Mission in Haiti* (UNTMIH), contando com 250 policiais e 50 militares a Missão teve mandato único de quatro meses (UNITED NATION, 1996a, 1996b, 1996c, 1997a). Em 28 de novembro, atendendo à solicitação de Préval, que havia pedido a permanência da ONU no país, o CSNU aprovou o estabelecimento da Missão de Polícia Civil das Nações Unidas no Haiti (MIPONUH) que teve mandato de um ano com um quadro de 300 policiais e 220 civis (UNITED NATION, 1997b; AGUILAR, 2014).

As três missões tiveram como principal objetivo apoiar as autoridades do Haiti na profissionalização da PNH (UNITED NATION, 1996a, 1996b, 1996c, 1997a, 1997b). Como observa Paula (2020), os mandatos e contingentes das três missões foram significativamente mais limitados se compararmos com o que foi visto na força multinacional e na UNMIH após 1994. Segundo Finazzi (2016), as diversas medidas liberalizantes que foram adotadas em concomitância à ocorrência das Missões contribuíram para a intensificação do quadro de desestabilização e conflito e o aprofundamento das desigualdades socioeconômicas, o autor destaca ainda o empobrecimento da classe camponesa, o que influenciou o êxodo desta para os centros urbanos.

Em 2000, Aristide vence novamente as eleições, mas é acusado de fraude pela oposição que organizou manifestações por todo o país (AGUILAR, 2014). Depois de 2002, grupos paramilitares armados pelos EUA e localizados na fronteira com a República Dominicana passam a realizar ataques em cidades do leste do Haiti, perseguindo integrantes do Lavalas e apoiadores de Aristide. Por outro lado, o presidente eleito teria financiado e armado grupos de apoiadores com o objetivo de perseguir seus opositores políticos. Os adversários de Aristide passaram a chamar os membros desses grupos de *chimères*, termo que no Haiti carrega uma conotação bastante pejorativa (PESCHANSKI, 2015a).

No começo de 2004, tínhamos o seguinte cenário: intensificação da violência, boicote da oposição a qualquer tentativa de conciliação, ações de militares no interior que aos poucos

⁵⁴ Quando entregou o poder em fevereiro de 2001, Préval tornou-se o primeiro líder haitiano democraticamente eleito a cumprir todo o mandato e entregá-lo pacificamente a seu sucessor.

avançavam para a capital, uma total incapacidade da PNH de lidar com os choques entre partidários do governo e opositores, tanto pela precariedade do trabalho – a média geral era de um policial para 3.300 habitantes (AGUILAR, 2014) – quanto pela adesão de muitos à insurgência (FINAZZI, 2016).

Todo esse quadro levou à deposição de Aristide em 29 de fevereiro daquele mesmo ano. Mais uma vez, foi necessário que a chefia da Suprema Corte, na época Boniface Alexandre, assumisse interinamente a presidência do Haiti. No mesmo dia, o CSNU aprovou, através da Resolução 1.529, o envio da Força Multinacional Interina (*Multinational Interim Force - MIF*) e tropas dos EUA e da França embarcaram para o Haiti (FINAZZI, 2016). Além dos dois países, Chile e Canadá também fariam parte da MIF, que teria o período máximo de atuação de três meses (AGUILAR, 2014). Dentre as funções da MIF, estava auxiliar o estabelecimento de um “ambiente seguro e estável”, apoiar o processo político, viabilizar a assistência humanitária, assegurar a promoção e proteção dos direitos humanos bem como a manutenção da segurança pública, da lei e da ordem junto à polícia e à Guarda Costeira haitianas. Na Resolução, o CSNU também propôs o estabelecimento de uma força de estabilização da ONU que iria dar continuidade ao trabalho da MIF. Assim, em 30 de abril de 2004, o CSNU aprovou a criação da MINUSTAH através da Resolução 1.542 (UNITED NATIONS, 2004a; 2004b).

Antes de abordarmos como ocorreu o desenvolvimento da Missão, é necessário que voltemos nossa atenção para os grupos armados que atuavam e atuam no Haiti, tanto porque a MINUSTAH focou muitos de seus esforços na negociação com alguns e na eliminação de outros, quanto porque esses grupos têm um papel bastante complexo na política haitiana. Dessa forma, a próxima seção pretende jogar luz sobre algumas particularidades dos grupos armados do Haiti.

3.1.1 Os grupos armados haitianos

No Haiti, uma considerável variedade de atores utiliza ou utilizou violência em sua atuação. Até o início da década passada, estavam em atividade grupos liderados por ex-integrantes das FAd'H que, organizados de forma hierárquica, possuíam acesso a armas e eram compostos majoritariamente por jovens que nunca atuaram das Forças Armadas, mas apoiavam sua recriação (KOLBE, 2013). De acordo com Kolbe (2013), os grupos se apresentavam à sociedade com nomes e possuíam um certo senso de identidade. Por outro lado, existiam

também grupos armados insurgentes baseados na área rural e que apoiaram as ex-FAd'H na derrubada de Aristide⁵⁵.

Milícias privadas também atuam no país e costumam trabalhar para empresários ou traficantes. Elas não se identificam por nenhum nome específico e usualmente desempenham funções semelhantes às aquelas oferecidas por empresas de segurança privada, embora de modo mais extenso, podendo se envolver também com atividades criminosas (KOLBE, 2013). Já as redes criminosas têm atuação regional ou até mesmo nacional, são associadas às famílias mais abastadas e ocupam-se de empreendimentos comerciais legais e ilegais, como importação e exportação e tráfico de drogas, armas e pessoas (KOLBE, 2013).

Por último, temos os grupos armados urbanos, cuja complexidade da análise já começa na delimitação de sua natureza. Como relata Kolbe (2013), enquanto a comunidade internacional define tais grupos como 'gangues' e 'redes criminosas', parte dos haitianos, em especial aqueles residentes de localidades populares, os veem como "associações políticas" ou "grupos comunitários" (KOLBE, 2013, p. 3). Geralmente, esses grupos são compostos por jovens de zonas mais pobres e se apresentam à sociedade com nome específico, a renda dos grupos é proveniente de crimes de pequena escala e pagamentos de empresários que os contratam para realizar todo tipo de atividade, frequentemente ilícita. Não raro esses grupos fornecem serviços sociais que vão desde cuidados médicos a coleta de lixo (KOLBE, 2013).

Para compreender melhor como esses grupos armados e suas atividades se entrelaçam com a atividade política é necessário retornar para alguns pontos da história haitiana. Antes da invasão pelos EUA em 1915, não havia uma centralização do monopólio da violência, assim os grupos armados organizados das províncias tinham certa autonomia e maior legitimidade em relação ao governo central, o que constituía um obstáculo para uma possível centralização política e econômica do Estado. No entanto, durante a intervenção, a administração estadunidense procurou eliminar dissidências internas e concentrar o poder político em Porto Príncipe, inclusive a criação da *Gendarmerie* é um fator bastante representativo desses esforços (FINAZZI, 2016).

Ao longo da ditadura duvalierista, a centralização burocrática na figura do Estado cristalizou-se, assim como a lógica de repressão interna, uma vez que por quase três décadas *Papa Doc* e *Baby Doc* utilizaram-se das FAd'H e dos *Tonton Macoutes* para manterem-se o

⁵⁵ Não está claro se esses grupos continuam atuando de alguma forma no Haiti, uma vez que as Forças Armadas Haitianas foram restabelecidas em novembro de 2017 pelo atual presidente Jovenel Moïse, que no início de 2018 apontou seis militares envolvidos no golpe contra Aristide para chefiar o alto comando das Forças (BTI, 2020).

poder (FINAZZI, 2016). É exatamente em resposta a essa racionalidade de repressão interna que são formadas organizações de bairros que objetivavam resistir às violências praticadas pelos braços armados do regime e que influenciam grandemente na queda de *Baby Doc* em 1986 (SCHUBERTH, 2017).

O fim do regime ditatorial dos Duvalier teve como consequência uma fragmentação mais intensificada do domínio sobre o uso da violência, assim, se de um lado as classes média e alta recorreram principalmente às empresas de segurança privadas, de outro os membros das classes mais pobres organizaram sua segurança em torno de esquemas de proteção de bairros e ‘gângues’ (COCKAYNE, 2009). A deterioração da economia, com a queda de cerca 30% do Produto Interno Bruto (PIB), somada ao êxodo rural e à urbanização precária acentuou o processo de fragmentação e levou parte da população a se articular em torno de redes de comércio de ilícitos, como armas e drogas, comandadas, principalmente, por ex-membros da FAd’H (FINAZZI, 2016).

Embora não haja evidências de que os grupos armados chamados de *chimères* se organizavam através de uma estrutura hierarquizada, muitos pesquisadores apontam que a função desses grupos foi a repressão e a perseguição de membros da oposição e críticos do governo de Aristide (COCKAYNE, 2009; SCHUBERTH, 2017; PESCHANSKI, 2015a). Sobre o termo *chimère*, Sanders (2007) aponta que ele foi com frequência utilizado politicamente para perseguir pessoas de uma determinada cor, classe e convicção política, em especial aquelas ligadas ao Lavalas e a movimentos pró-democracia. Um residente da comuna de Delmas, localizada no oeste de Porto Príncipe, comparou a palavra *chimère* com o termo “bandido”, apontando também sua utilização para viabilizar prisões arbitrárias (KOLBE, 2013).

Todavia, a atuação desses grupos não se limitava à perseguição de adversários, segundo Cockayne (2014), eles também se envolviam em atividades ilícitas, como contrabando de drogas e extorquiam comerciantes em troca de proteção aliviando, dessa forma, o ônus do governo de fornecer a segurança como um bem público, mas ao mesmo tempo tornando cada vez mais entrelaçada a atuação dos grupos com a vida dos residentes de comunidades pobres:

Com o Estado ainda em grande parte ausente nas favelas do Haiti, os *chimères* controlavam e tributavam o acesso a bens e serviços públicos, como torneiras, clínicas de saúde, mercados e a principal rodovia norte-sul que passava ao lado do aeroporto, a Rota 1. Essa taxa se tornou cada vez mais predatória, rapidamente se transformando em atividades de sequestro conduzidas cada vez mais longe das favelas. Ao gerar renda e se apropriar de símbolos de *status*, como imagens de vodu e *hip-hop* e símbolos da música rap, essas

gangles armadas ofereceram aos jovens meios de subsistência e legitimidade. (COCKAYNE, 2014, p. 743, tradução nossa⁵⁶).

De qualquer forma, a questão é que há muito tempo partidos e figuras políticas do Haiti vêm se utilizando de grupos armados urbanos, de modo que estes grupos atuam como intermediários entre políticos e comunidades locais, desempenhando um importante papel na rede clientelista dessa elite política (SCHUBERTH, 2015). A fluidez é algo bastante característico dessas alianças entre grupos armados urbanos e facções políticas, enquanto os primeiros têm sua lealdade condicionada a maior remuneração, os segundos buscam instrumentalizar politicamente crime e violência através de redes ocultas de influência (COCKAYNE, 2014; SCHUBERTH, 2015).

Pode-se afirmar que as ‘gangles’ contam com certa legitimidade entre os residentes dos bairros mais pobres, legitimidade esta que deriva não apenas dos serviços básicos fornecidos, mas também da proteção tanto contra outras ‘gangles’ quanto contra o próprio Estado, geralmente representado pela polícia que historicamente tem uma postura bastante abusiva com as parcelas mais pobres da população (KOLBE, 2013; SCHUBERTH, 2015).

Schuberth (2015) propõe que a categorização das violências cometidas pelas ‘gangles’, se para fins econômicos ou políticos, não seja feita a partir da análise de quem comete os atos, mas sim de quem os patrocina, pois para o autor os membros de ‘gangles’ respondem muito mais aos incentivos econômicos que políticos com o objetivo de ter benefícios individuais em meio a um contexto extremamente limitador, considerando que muitos jovens haitianos se engajam em grupos armados por não terem nenhuma perspectiva de empregos regulares. Essa mudança de foco demonstraria um padrão de comportamento por parte de alguns patronos que intensificam ações políticas durante os períodos eleitorais e criminosas nos períodos entre as eleições, estabelecendo uma dinâmica em que poder econômico gera mais poder político e vice-versa. Ainda segundo Schuberth (2015, p. 16), essa associação simbiótica entre criminosos e políticos representa a “criminalização do Estado haitiano” e chega a tal ponto que se torna praticamente impossível determinar onde termina a prática política e onde começa a atuação em prol dos interesses do crime organizado.

⁵⁶ No original: “*With the state still largely absent from Haiti’s slums, the chimères controlled and taxed access to public goods and services such as water taps, health clinics, markets and the main north–south highway that ran beside the airport, Route 1.21 This taxation became increasingly predatory, quickly morphing into kidnapping activities conducted further and further outside the slums. By generating income, and by appropriating status symbols such as voodoo imagery and hip-hop and rap music symbols, these armed gangs offered young men both livelihoods and legitimacy.*” (COCKAYNE, 2014, p. 743).

Todavia, cabe reforçar que mesmo que os incentivos econômicos sejam mais apelativos para as ‘gângues’ e seus membros, principalmente considerando o contexto de pobreza e marginalização, a violência cometida por eles é resultado de um misto de motivações políticas, econômicas e sociais. O que pode ser constatado pelo fato dos residentes veem como legítimo que ‘gângues’ respondam à violência do Estado, alguns sugerindo inclusive que seria uma espécie de dever e também pelo fato da diminuição da repressão também ser acompanhada de uma diminuição da adesão aos grupos armados (KOLBE, 2013), indicando que a violência do Estado gera uma resposta que passa pela organização de cidadãos comuns em torno desses grupos armados, o que justificaria alguns residentes vê-los como “associações políticas” ou “grupos comunitários”. Como resume Finazzi (2016), a delimitação precisa das ‘gângues’ e de sua atuação é muito difícil:

No entanto, suas lealdades fluidas, seus distintos modos de atuação e de estruturação e as suas relações contínuas com os circuitos transnacionais mais amplos nos indicam ser razoável inferir que as intersecções entre estes variados grupos acabam por colocá-los não como categorizações rígidas, fixas, bem delimitadas e divergentes, mas como formas que muitas vezes se entrelaçam, se sobrepõem e se articulam entre si em muitos instantes. (FINAZZI, 2016, p.79).

3.2 O desdobramento da MINUSTAH e o desenvolvimento da Missão

O estabelecimento da MINUSTAH foi justificado na Resolução 1.542 pela “[...] existência de desafios à estabilidade política, social e econômica do Haiti [...]” que foi considerada “[...] uma ameaça à paz e segurança internacionais na região [...]” (UNITED NATIONS, 2004b, p. 2, tradução nossa⁵⁷). Assim, a MINUSTAH foi considerada uma missão incomum, uma vez que não estava em curso um conflito segundo o DIH.

O mandato da Missão foi fundamentado em três pilares: (1) promoção de um ambiente seguro e estável, o que envolvia diversas ações de apoio ao Governo de Transição como o monitoramento, reestruturação e reforma da PNH, proteção de civis em risco iminente de violência física, auxílio a programas de DDR, restauração e manutenção do Estado de direito etc.; (2) apoio ao processo político, o que encarregava a Missão de dar sustentação ao diálogo e à reconciliação nacional, facilitar a realização de eleições e colaborar para que o Governo de Transição pudesse ser capaz de estender a autoridade do Estado em todo território nacional; (3) por último, de acordo com o mandato, a Missão deveria amparar o Governo de Transição na

⁵⁷ No original: “[...] challenges to the political, social and economic stability of Haiti [...] a threat to international peace and security in the region [...]”. (UNITED NATIONS, 2004b, p. 2).

promoção e proteção dos direitos humanos, em especial, de mulheres e crianças. Além disso, foi permitido à Missão o uso da força para cumprir o mandato (UNITED NATIONS, 2004b).

Em um primeiro momento, a MINUSTAH contou com tropas de nove países latino-americanos, a saber, Brasil, Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai, Bolívia, Peru, Equador, Guatemala, outros Estados-Membros fora da América Latina também forneceram tropas, como o Canadá. Além das tropas, alguns países latino-americanos também se empenharam em projetos de infraestrutura e desenvolvimento através de acordos bilaterais ou multilaterais como, por exemplo, a construção de hidrelétricas com o apoio do Brasil e a construção de usina elétrica de combustível pesado pela Venezuela, entre outros (AGUILAR, 2014).

Um outro aspecto que vale destacar é a participação do subcontinente na negociação do mandato que a missão no Haiti teria. Alguns desses países, como Argentina, Chile e, principalmente, o Brasil, buscaram influenciar na construção do mandato, defendendo a noção de que a missão deveria combater as causas profundas da instabilidade haitiana para além das questões de segurança e, portanto, permanecer no país por um tempo mais extenso do que as missões de paz da ONU costumavam durar, uma proposta que inclusive ia contra o desejo estadunidense de um mandato focado na segurança. Entretanto, esses países buscaram se valer do fornecimento de tropas e do apoio regional para fortalecer seus posicionamentos (MUGGAH, 2015).

A articulação brasileira para a formulação do mandato foi essencial. Embora muitas das demandas do Brasil no que se referia ao apoio ao desenvolvimento não tenham entrado no mandato inicial, as resoluções subsequentes foram incorporando as proposições brasileiras (MUGGAH, 2015). O que não é nenhuma surpresa visto que ao longo dos treze anos de MINUSTAH o Brasil teve uma participação ímpar, conseguindo colocar um oficial general como Comandante da Força em toda duração da Missão e fornecendo em torno de 37.500 militares, organizados em sistema de rodízio que envolveu 26 contingentes (HAMANN, TEIXEIRA, 2017).

A princípio compunham a Missão: um efetivo de 6.700 militares, 1.622 policiais, 548 civis e 154 voluntários da ONU, bem como 995 funcionários locais contratados (UNITED NATIONS, 2004b). Desse modo, a MINUSTAH contava com uma força militar e componentes políticos e de direitos humanos e foi considerada uma missão integrada e multidimensional. O Representante Especial do Secretário-Geral da ONU, em adição à chefia das seções diretamente relacionadas à segurança, também era responsável pelas seções de Direitos Humanos, Assuntos Cívicos, Justiça, Eleitoral, Assuntos Humanitários, Gênero, Infância, DDR, HIV/AIDS, além de uma seção voltada para as Agências da ONU (AGUILAR, 2014).

Enquanto a MINUSTAH atuava no país, foram realizadas três eleições presidenciais sem que houvesse nenhum golpe de Estado. Todavia, embora isso demonstre um resultado satisfatório, a realização de tais eleições foi sempre marcada por protestos e tensões e a participação foi diminuindo cada vez mais, chegando a 20% em 2016 (JOHNSTON, 2017; PAULA, 2020).

As ações da Missão variaram consideravelmente ao longo dos anos. Paula (2020) identifica alguns períodos de transformação:

Em uma demarcação mais minuciosa é possível listar cinco momentos distintos, excetuando os períodos de planejamento e desdobramento dos contingentes iniciais: (i) confronto, relacionado aos combates mais intensos entre o contingente militar da missão e os grupos armados locais, compreendido entre o último trimestre de 2004 e os primeiros meses de 2007; (ii) estabilização, voltado à consolidação dos resultados obtidos no primeiro momento, e circunscrito entre 2007 e janeiro de 2010; (iii) pós-terremoto, em que as ações se concentraram na provisão de auxílio humanitário emergencial e início da recuperação do país, entre janeiro de 2010 e meados de 2011; (iv) recuperação, com o desenvolvimento de ações de reconstrução das estruturas e instituições afetadas pelo sismo, inscrito entre os anos de 2011 e 2015; e, (v) desmobilização, que concerne a transição da MINUSTAH para a Missão das Nações Unidas para o Apoio à Justiça do Haiti (MINUJUSTH, em francês) a partir de 2015 e até o encerramento da operação de estabilização em 15 de outubro de 2017. (PAULA, 2020, p. 98-99).

A Missão apostou em Projetos de Impacto Rápido (*Quick Impact Projects* - QIPs), que são ações limitadas tanto em escala quanto em custo e voltadas para a população, podendo envolver a escavação de poços, desimpedimento de vias, reconstrução de estradas, distribuição de água etc. Um ano após a aprovação da MINUSTAH, já estavam em execução 57 QIPs nas áreas de agricultura, educação, saúde, HIV/Aids, reabilitação da infraestrutura, água e saneamento (AGUILAR, 2014; FONTOURA, UZIEL, 2017). Além de levar benefícios para a população, um dos objetivos dos QIPs é conquistar a confiança da população para com a missão, o mandato e o processo de paz (UNITED NATIONS, 2013a).

Com o objetivo de dar sustentabilidade ao Estado de direito, a MINUSTAH também se empenhou na reforma judiciária procurando identificar necessidades, criando órgãos e projetos para apoiar o processamento e julgamento de casos, entre outras várias ações. A Missão também tentou uma reforma do sistema prisional, com projetos voltados para infraestrutura e treinamento de diretores e funcionários de penitenciárias, diminuição das prisões preventivas, entre outros (AGUILAR, 2014). Os esforços, no entanto, não parecem ter tido efeito, pois o país tem o sistema prisional mais superlotado do mundo. Operando com 454% da sua capacidade, muitos dos presidiários não chegaram nem a ser condenados e enfrentam problemas como má nutrição e contágio de doenças (OS SISTEMAS..., 2018).

Logo no início, um dos principais focos foi o desarmamento dos atores envolvidos. Uma vez que as ações de ex-militares e rebeldes foram vistas como atos políticos, o desarmamento destes foi feito através de muitas negociações. Por outro lado, como as ações de *chimères* e ‘gangles’ foram classificadas como criminosas, a Missão escolheu o confronto para lidar com esses atores. Foram realizadas diversas operações de pacificação nas favelas de Porto Príncipe para prender e desarmar aqueles que eram apontados como membros de ‘gangles’ (AGUILAR, 2014).

Paula (2020) descreve diversas ações ostensivas que foram realizados pela MINUSTAH em resposta a crimes contra a propriedade, roubo, assédio ou estupro que ocorriam geralmente nos centros urbanos do Haiti e que, apesar da gravidade dos mesmos, tinham baixa incidência:

A resposta da operação de paz incluiu a realização de patrulhas e operações de cerco e varredura, de busca e apreensão, de policiamento e estabelecimento de pontos de controle em regiões definidas como alvo para a ação de pacificação, seja de maneira independente ou em cooperação com a Polícia Nacional Haitiana. Esperava-se que a constante realização de operações nas áreas consideradas violentas permitiria a gradual extensão do domínio do Estado haitiano sobre essas regiões, que deveria ser complementado por formas de presença mais perene, incluindo atividades que transcendessem a esfera de segurança, como a provisão de serviços públicos essenciais (PAULA, 2020, p. 101).

Assim, conforme o plano proposto, as operações de pacificação nas favelas da capital, em especial, Bel Air e Cité Soleil, viabilizaram a presença permanente da ONU nessas localidades, o que por sua vez permitiu que se desenvolvessem programas do Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância (*United Nations International Children's Emergency Fund* - UNICEF), da Organização Mundial da Saúde (OMS), da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e do Programa Mundial de Alimentos (PMA) (AGUILAR, 2014).

Entretanto, principalmente nesses primeiros anos, a MINUSTAH foi acusada de ser tolerante com a violação de direitos humanos. A atuação junto à PNH complicava ainda mais a imagem da Missão, já que havia várias acusações de execuções extrajudiciais, tortura, repressão seletiva, além de prisões arbitrárias de haitianos, inclusive de políticos proeminentes (PAULA, 2020; JOHNSTON, 2017).

A MINUSTAH também precisou lidar com manifestações populares frequentes, principalmente em Porto Príncipe, que variavam bastante em termos de participação, com algumas envolvendo algumas centenas e outras envolvendo dezenas de milhares, com muitas delas registrando atos de violência. Lemay-Hébert (2014) aponta que historicamente as expressões de resistência no Haiti são difusas, podendo ser dirigidas a atores locais e

internacionais em um mesmo momento. Assim, as manifestações poderiam incorporar desde reclamações em relação à presença da MINUSTAH até o descontentamento com a classe política e com as condições de vida do país. Protestos marcantes ocorreram, por exemplo, em 2008, desencadeados pela inflação no preço dos alimentos, mas que não se restringiu a reivindicações relacionadas apenas a este tópico (LEMAY-HÉBERT, 2014). Veremos no último capítulo que a abordagem da ONU em relação a esses protestos muitas vezes seguiu uma lógica de segurança e não de priorização da liberdade de expressão, o que contribuiu para a criminalização das manifestações.

De qualquer forma, embora a MINUSTAH tenha sido utilizada como bode expiatório para muitos dos problemas estruturais do Haiti (LEMAY-HÉBERT, 2014), como sustenta Muggah (2015), até mesmo aqueles que são mais críticos em relação a MINUSTAH, concordam que houve uma diminuição da violência e da desordem a partir do início da Missão, ademais, também foi registrada uma melhora nos indicadores referentes à segurança pública. Aos olhos da ONU, a situação do Haiti melhorava gradativamente, em 2009, o então Comandante chegou a classificar a situação de segurança como estabilizada (KUELE, 2014). Segundo Bonavita (2014), nesse momento a MINUSTAH começou a adquirir características de uma operação de construção da paz (*peacebuilding*), voltando seus esforços para o desenvolvimento do país, o que teria feito a segurança perder um pouco do seu espaço na agenda da Missão.

No entanto, a ocorrência do terremoto em janeiro de 2010, um dos mais marcantes reveses enfrentados pela Missão e obviamente pelo país, mudou completamente a situação. Foram mais de 220 mil pessoas mortas e mais de 300 mil feridas, 2,3 milhões de desalojados e algo em torno de 600 mil deslocados internos. Muitos dos investimentos dos seis anos anteriores foram perdidos com a destruição de boa parte da infraestrutura do país e quase 25% da PNH foi considerada inoperante (AGUILAR, 2014; MUGGAH, 2015).

Imediatamente após o terremoto, funcionários da ONU, agências de ajuda humanitária e financiadores focaram os esforços nas necessidades emergenciais como a entrega de suprimentos (MUGGAH, 2015). No âmbito da MINUSTAH, a ONU permitiu o acréscimo de 2 mil militares e 2.180 policiais para lidar com as consequências da tragédia humanitária, totalizando então em um contingente de 8.940 militares e 4.391 policiais, que seria reduzido progressivamente a partir de 2012 (UNITED NATIONS, 2009a, 2010a, 2010b; AGUILAR, 2014). O aumento do número de *peacekeepers* também tinha o objetivo de aumentar os patrulhamentos, em especial no campo de refugiados, pois o terremoto deixou o país vulnerável à ação de grupos armados (BONAVITA, 2016).

Entre os acontecimentos negativos que de certa forma mancharam a história da Missão está a disseminação de cólera, por conta do descarte indevido de rejeitos no principal rio haitiano. Especialistas apontam que podem ter ocorrido cerca de 50 mil óbitos, embora os dados oficiais contabilizem 10 mil (SAMPAIO, 2020). A doença foi levada para o Haiti por soldados nepaleses em 2010, mas a ONU só reconheceu sua participação para o início da epidemia em 2016 (ONU..., 2016).

Os casos de exploração e abuso sexual também foram marcantes. Estima-se que entre 2008 e 2015 mais de 600 pessoas foram abusadas e exploradas por capacetes azuis. Além dos traumas causados nessas pessoas, foram deixados para trás centenas do que se convencionou chamar de *MINUSTAH Babies*, que são os filhos que soldados e funcionários da Missão deixaram no Haiti sem reconhecimento da paternidade e sem nenhum tipo de assistência (JOHNSTON, 2017).

Três anos após seu fim, as ações da MINUSTAH continuam sendo alvo de protestos, com entidades e movimentos populares se articulando através de manifestações e eventos para reivindicar reparação, como foi o caso do “Tribunal Popular Contra os Crimes da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH)” realizado em 20 de outubro de 2020. Além de associar a Missão aos crimes citados nos parágrafos anteriores, o Tribunal também acusa a MINUSTAH de dificultar o acesso universal à educação e ser responsável pela ampliação da repressão contra manifestações populares e pelo aumento de grupos armados como as milícias (SAMPAIO, 2020).

3.3 A MINUSTAH como uma operação de estabilização

Como já mencionado, o Haiti, como muitos outros países do sul global, é considerado um Estado frágil. Críticos apontam que a alcunha de Estado falido, ou Estado frágil, contribui para a criminalização dos conflitos políticos e sociais que ocorrem nos países classificados como tal. Além disso, a designação ignora o papel do colonialismo e do imperialismo na construção das fragilidades locais (LEMAY-HÉBERT, 2014; GUERRA, 2018).

Isso é verdade especialmente no Haiti. Como tratamos, o período colonial, que levou ao genocídio das populações nativas e sua substituição por grandes massas de pessoas escravizadas, vindas do continente africano, teve fim em 1804, mas foi seguido pelo isolamento do novo Estado Negro do Haiti, obrigado a esvaziar seus cofres e comprar o reconhecimento de sua existência. O país passaria por uma ocupação estadunidense de 19 anos, um regime ditatorial, apoiado por EUA, França e Canadá, de 29 anos, mais duas intervenções de outros

Estados nacionais e seis operações da ONU. Assim, é impossível isolar as causas locais de fragilidade das causas estruturais e internacionais (LEMAY-HÉBERT, 2014).

De qualquer forma, em 2004, a comunidade internacional entendeu que os acontecimentos que se deram no Haiti caracterizavam uma situação de um Estado Frágil que constituía uma ameaça à paz e segurança regional e, portanto, deveria receber uma operação que o ajudasse a lidar com seus “desafios à estabilidade política, social e econômica” (UNITED NATIONS, 2004b, p. 2, tradução nossa). No entanto, ainda que nas três semanas de violência relacionadas ao golpe sofrido por Aristide os níveis possam ter escalado a ponto de se adequar aos critérios do DIH de conflito armado, quando a MINUSTAH foi estabelecida não havia nenhum indício de que naquele momento a situação haitiana era caracterizada por um conflito interno (WILLS, 2018).

Desse modo, após o estabelecimento da MINUSTAH, a mudança de foco da ameaça de guerra civil para os problemas de criminalidade ocorreu quase que de forma instantânea. O foco do mandato da Missão na aplicação da lei e no reestabelecimento do Estado de direito resultou no menosprezo da MINUSTAH quanto ao conflito social e político, caracterizado pela desigualdade socioeconômica, pela exclusão política das massas haitianas e pelas disputas de poder entre a elite política e setores da oposição (PINGEOT, 2019).

Assim, com a inexistência de um conflito armado propriamente dito, foram mobilizadas diversas narrativas para explicar a presença da MINUSTAH no Haiti. Além da ideia de que a Missão teria tido um papel em impedir uma guerra civil, embora não sejam apontadas as partes dessa guerra, também houve quem propusesse que a Missão teria impedido um genocídio. Uma outra explicação era de que se tratava de um caos anárquico em que existia apenas a violência desenfreada das ‘ganges’. Também era compartilhada a narrativa de uma instabilidade como resultado da pobreza e do subdesenvolvimento (PINGEOT, 2019).

Essas diferentes interpretações foram apenas um dos fatores que dificultaram a compreensão de qual era a abordagem apropriada da MINUSTAH para o contexto haitiano. Como a primeira operação de estabilização da ONU, sem dúvida, a MINUSTAH lançou as bases para as próximas operações de paz. A Missão possui muitas das características apontadas como sendo próprias das operações desdobradas no pós-Guerra Fria, como o uso da força mais frequente, o foco em esforços para estabelecer o Estado de direito, a Reforma no Setor de Segurança (RSS) e o foco nas práticas de policiamento.

Tendo isso em vista, as próximas seções têm o objetivo de discutir algumas características do desenvolvimento da MINUSTAH que dialogam com as noções de estabilidade e estabilização discutidas no capítulo anterior.

3.3.1 O uso da força

Embora a ação contra as ‘gângues’ tenha entrado no mandato da MINUSTAH apenas em 2006, desde o primeiro ano da Missão elas já eram apontadas como principal ameaça (UNITED NATIONS, 2004c) e foi contra elas que as maiores ações de uso da força foram empregadas. Apesar da pressão sobre o então Comandante da Força, General Augusto Heleno Ribeiro Pereira, proveniente de países como EUA, França e Canadá, bem como da elite haitiana, num primeiro momento, a MINUSTAH relutou em usar a força contra as ‘gângues’ (PEREIRA, 2007; PINGEOT, 2019).

Braga (2019) aponta o desdobramento bastante lento dos efetivos como uma das causas para a relutância ao uso da força, além da falta de experiência das tropas, especialmente as latino-americanas, em operações estabelecidas sob o Capítulo VII e o criticismo de organizações de direitos humanos em relação ao uso da força. Ademais, apesar de terem sido levantadas questões relacionadas a potenciais mortes de civis, já que as operações eram realizadas em ambientes urbanos bastante povoados, e possíveis acusações de crimes de guerra, a maior motivação para a relutância de Augusto Heleno parece ter sido a falta de um mandato adequado, o que mudaria no começo de 2005 com a autorização pelo CSNU para uma operação mais robusta (PINGEOT, 2019).

Assim, a MINUSTAH foi marcada em seu primeiro ano por um lento desdobramento, apenas em dezembro de 2004 a operação tinha no terreno 90% do efetivo militar que fora autorizado pelo CSNU. A partir de então a MINUSTAH passou a conduzir grandes operações em que o nível de força era consideravelmente elevado, começando já no fim de 2004, com a Operação *Liberté*, que ocorreu em Cité Soleil contra ‘gângues’ que atuavam na região e foi marcada por intensa troca de tiros, e uma operação na antiga residência de Aristide, que fora ocupada por um grupo de ex-militares que desejavam desafiar o governo. Embora as tropas da MINUSTAH na ocasião tenham realizado uma demonstração de força, não houve o uso desta, pois os ex-militares optaram por renderem-se (BRAGA, 2019).

Outras operações de retomada de locais ocupados por ex-militares foram realizadas, mas como as ‘gângues’ eram a principal ameaça detectada o foco, de forma geral, foi nas operações nos bairros periféricos. Trataremos de algumas dessas operações em mais detalhes no próximo capítulo dessa dissertação, por enquanto, o que é necessário ressaltar em relação à postura mais robusta que foi adotada entre o fim de 2004 e o início de 2007 é que as mortes de civis por efeito do uso de força por *peacekeepers* ocorreram em uma escala que, segundo Wills

(2018), é incomum, mas que está diretamente com Regras de Engajamento cada vez mais densas, complexas e, por vezes, incoerentes.

As Regras de Engajamento são um dos principais documentos que buscam adequar o uso da força aos objetivos da missão e, assim, atenuar o dilema entre o uso da força e o respeito aos direitos humanos. Elas fornecem ao soldado apenas um direcionamento sobre quando, onde e como a força pode ser usada, não sendo, portanto, ordens *per se* e nem uma doutrina militar específica (MENDONÇA, 2017). No caso da MINUSTAH, as Regras de Engajamento de 2008 permitiam o uso da força em outras cinco situações além da autodefesa, a saber:

- (1) Garantir um ambiente seguro e estável onde o processo constitucional e político do Haiti pode ocorrer;
- (2) Auxiliar na restauração e na manutenção da segurança e da ordem pública no Haiti através da provisão de, entre outros, apoio operacional à Polícia Nacional Haitiana e da Guarda Costeira Haitiana;
- (3) Auxiliar a Polícia Nacional Haitiana nos programas de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração de todos os grupos armados;
- (4) Proteger as instalações das Nações Unidas, inclusive equipamentos, garantir a segurança e a liberdade de ir e vir de seu pessoal e garantir aos assistentes humanitários ligados à ONU acesso à infraestrutura e às pessoas necessitadas, levando em consideração a responsabilidade do Governo Transitório à esse respeito;
- (5) Proteger civis sob a ameaça de violência física, dentro das capacidades e das áreas de atuação sem prejudicar as responsabilidades do Governo Transitório e da autoridade policial. (UNITED NATIONS, 2008, p. 6⁵⁸ apud MENDONÇA, 2017, p. 106-107, tradução da autora⁵⁹).

Mendonça (2017) observa que embora caiba ao Comandante a decisão sobre o uso da força, os cenários em que essas disposições podem ser aplicadas são variados e impossíveis de serem previstos como um todo, o que coloca o soldado que age diretamente no campo no centro da questão:

[...] a interpretação do soldado é de extrema relevância, já que será preciso avaliar a situação na qual se encontrar e associar de forma rápida as disposições das Regras, seu adestramento militar (que envolve todo o seu treinamento e não somente aquele específico para compor a missão) e sua

⁵⁸ UNITED NATIONS. **UN Rules of Engagement (ROE) for the military component of the Mission for the Stabilization of Haiti (MINUSTAH)**. Nova Iorque. 2008.

⁵⁹ No original: “(1) *Ensure a secure and stable environment within which the constitutional and political process in Haiti can take place;* (2) *to assist with the restoration and maintenance of the public safety and public order in Haiti through the provision inter alia of operational support to the Haitian National Police and the Haitian Coast Guard;* (3) *to assist Haitian National Police with Disarmament, Demobilization and Reintegration programs for all armed groups;* (4) *to protect United Nations facilities, installations and equipment, to ensure the security and freedom of movement of its personnel and to UN-associated humanitarian workers’ access to humanitarian infrastructure and Haitian people in need, taking into account the primary responsibility of the Transitional Government in that regard;* (5) *to protect civilians under imminent threat of physical violence, within its capacities and areas of deployment, without prejudice to the responsibilities of the Transitional Government and of police authorities*” (UNITED NATIONS, 2008, p. 6).

bagagem sobre os direitos humanos e direitos do conflito armado. (MENDONÇA, 2017, p. 107).

Similarmente, Mendonça (2017) pontua que essa interpretação do soldado também é importante em relação a alguns termos que são apresentados de forma vaga nas Regras de Engajamento, como é o caso da expressão “intenção hostil”. Que se refere à

[...] ameaça de uso da força iminente, que é demonstrada através de uma ação que aparenta ser preparatória para um ato hostil. Somente uma crença razoável de haver intenção hostil é exigida antes de o uso da força ser autorizado. Se há ou não intenção hostil é questão do julgamento do comandante da situação, de acordo com uma ou mais combinações dos seguintes fatores:

- a. A capacidade e o estado de preparação da ameaça.
 - b. A evidência disponível que indica a intenção de atacar.
 - c. Precedente histórico dentro da Área de Responsabilidade da Missão (AOR).
- (UNITED NATIONS, 2008, p. 15⁶⁰ apud MENDONÇA, 2017, p. 108-109, tradução da autora⁶¹).

Como é possível notar, os termos utilizados são bastante vagos e, portanto, vão exigir uma alta capacidade de interpretação do comandante ou do soldado e será a sua perspectiva da situação que determinará o uso da força (MENDONÇA, 2017). Como veremos no próximo capítulo, mais precisamente na seção 4.3.3, a noção de ameaça no âmbito da ONU é bastante ampla e dependente de crenças compartilhadas por aqueles que participam e lideram a Missão. No âmbito de uma operação de estabilização que preconiza a ordem e o controle, definições vagas abrem caminho para o uso excessivo da força em situações onde não são cabíveis, como em manifestações.

Cabe destacar que, de acordo com as Regras de Engajamento de 2004, esse caminho não era apenas possível, dependendo das interpretações de determinados indivíduos, mas as próprias Regras postulavam que a força letal poderia ser utilizada para findar “atos de agitação civil” (WILLS, 2018, p. 670). Wills (2018) chama atenção para o fato de essa disposição não ter condicionado o uso da força em agitações civis a situações em que a vida está ameaçada ou que há a possibilidade de lesões físicas graves.

Por último, nas Regras de Engajamento de 2004, também constava a permissão para que o Comandante da Força utilizasse canhões e mísseis acoplados em helicópteros, a opção

⁶⁰ UNITED NATIONS. **UN Rules of Engagement (ROE) for the military component of the Mission for the Stabilization of Haiti (MINUSTAH)**. Nova Iorque. 2008.

⁶¹ No original: “*Hostile Intent. The threat of imminent use of force, which is demonstrated through and action which appears to be preparatory o a hostile act. Only a reasonable belief in the hostile intent is required, before the use of force is authorised. Whether or not hostile intent is being demonstrated must be judged by the onscene commander, on the basis of one or a combination of the following factors: a. The capability and preparedness of the threat; b. The available evidence which indicates an intention to attack; c. historical precedent within the Mission’s Area of Responsibility (AOR).*” (UNITED NATIONS, 2008, p. 15).

pelo uso deveria ser feita se o comandante acreditasse ser apropriado e dispensava a consulta à sede da ONU, o que demonstra um grau alto de permissividade do uso de armas letais. Se considerarmos que o ambiente não era de um conflito armado propriamente dito e que a principal fonte da ameaça eram ‘gângues’ mal equipadas e desorganizadas, essa permissão tão ampla para o uso da força não é adequada (WILLS, 2018).

De acordo com Cavalcanti (2016), as principais técnicas e procedimentos utilizados durante as operações ofensivas contra as ‘gângues’ foram: (1) o estabelecimento de postos de controle⁶², que consistem em locais guarnecidos dos quais é possível fazer o controle de movimentação e a inspeção de viaturas e pedestres, objetivando a imposição de medidas restritivas, ordens e determinações ou ainda para a operação de paz se fazer presente (BRASIL, 2009); (2) as operações de busca e apreensão, cujos principais objetivos são investigar um local, prender elementos das forças oponentes ou elementos suspeitos e apreender materiais descobertos, como armas e equipamentos (BRASIL, 2016); (3) as operações de cerco, que são caracterizadas por sua complexidade, devido à indispensabilidade de ações rápidas e completas e por priorizarem ações que proporcionem segurança e surpresa, necessitando de superioridade de meios e ocupação simultânea das posições (BRASIL, 2002); (4) as operações de vasculhamento, que buscam conhecer melhor as forças oponentes, restringir sua movimentação, impedir seu contato com a população para isolar seu apoio, prender membros do grupo e apreender material, esse tipo de operação se diferencia das operações de busca e apreensão, pois possui objetivos mais gerais e tem caráter mais exploratório (BRASIL, 2002); e, por último, (5) o estabelecimento de Pontos Fortes, que são instalações geralmente localizadas em áreas vermelhas e que possuem capacidade limitada de aquartelamento de onde se pode demonstrar presença e controlar a área, através por exemplo, de patrulhas a pé ou motorizadas (BRASIL, 2009). No entanto, cabe apontar que alguns desses procedimentos não eram conhecidos por outros membros da missão e foram introduzidos pelo contingente brasileiro, como o estabelecimento de Pontos Fortes e as operações de busca e varredura (MORENO; BRAGA; GOMES, 2012; PAULA, 2020).

Para Dorn⁶³ (2018), a MINUSTAH representa um excelente exemplo do uso da força em operações militares e policiais para proteger civis. Para o autor, embora a ONU possua diversas formas de proteger civis, que inclusive podem ser muito mais relevantes que o uso da

⁶² O nome em inglês, “*check-point*”, também é utilizado para se referir a esses locais.

⁶³ Walter Dorn fez parte do time da MINUSTAH no setor de inteligência durante as *intelligence led-operations* (WILLS, 2018), realizadas entre 2006 e 2007 e que são abordadas na seção 4.3.1.1 desta dissertação.

força, este pode ser necessário para interromper ou prevenir a violência contra civis. No entanto, a MINUSTAH pode ser um exemplo controverso, pois ainda que o autor se refira às operações que tiveram o aporte de células de inteligência e assim conseguiram “derrotar gangues armadas” e reduzir “os danos colaterais civis” (DORN, 2018, p. 126), algumas táticas não estão em conformidade com uma lógica que prioriza a proteção de civis, como é possível constatar na situação que o próprio Dorn narra:

A missão da ONU deliberadamente procurou atrair o fogo das gangues estabelecendo “Pontos Fortes” em seus territórios, sabendo que o orgulho dos gangsteres os forçaria a retaliar, permitindo assim que as Nações Unidas respondessem ao fogo de posições relativamente seguras. (DORN, 2009, p. 814, tradução nossa⁶⁴).

Ainda que o autor sustente que essa tática permitia manter as fatalidades baixas e, geralmente, “limitadas a membros de gangues” (DORN, 2009, p. 814), como Wills (2018) observa, existe um alto risco de vítimas ao se instigar fogo em bairros populosos, independentemente do quão informadas por inteligência os *peacekeepers* estão.

Ademais, sobre a estratégia de escolher os líderes de ‘gangues’ como alvos visando sua desestabilização, cabe ressaltar também que, embora os grupos armados haitianos tenham sido enfraquecidos com a perda de sua liderança, a MINUSTAH esperava que se isso não fosse suficiente, as competições e brigas internas seriam, o que, como aponta Hammond (2012), tem um enorme potencial de levar a vítimas civis, mas que aparentemente não foi considerado.

Além disso, essas operações geralmente envolviam o cerco das áreas e os moradores eram então confinados nos locais onde estavam ocorrendo as operações. Embora seja uma prática comum em operações de paz, isso pode impedir a obtenção de ajuda, o que de fato aconteceu como consta no relato abaixo:

O Dr. Armstrong Charlot, um cirurgião baseado em Port-au-Prince, afirmou que durante as incursões da ONU em Cité Soleil, ele poderia receber pedidos de assistência de residentes, mas ele não conseguia alcançar seus pacientes por pelo menos 24, e às vezes 48 horas porque a MINUSTAH não permitia que ninguém entrasse ou saísse. (WILLS, 2018, p. 681-682, tradução nossa⁶⁵).

Por último, como dito na seção 2.2, a agenda de proteção de civis da ONU gera uma necropolítica em que as mortes de civis são gerenciadas a partir da contabilização e da

⁶⁴ No original: “*The UN mission deliberately sought to draw fire from the gangs by establishing ‘Strong Points’ in their territories, knowing that the gangsters’ pride would force them to retaliate, thus allowing the United Nations to return fire from relatively safe positions.*” (DORN, 2009, p. 814).

⁶⁵ No original: “*Dr. Armstrong Charlot, a surgeon based in Port-au-Prince, stated that during UN raids in Cité Soleil, he would receive calls for assistance from residents, but he could not reach his patients for at least twenty-four, and sometimes forty-eight, hours because MINUSTAH did not allow anyone in or out.*” (WILLS, 2018, p. 681-682).

racionalização em forma de lições aprendidas. O caso da MINUSTAH não foge totalmente dessa tendência, pois embora o número de mortes de civis, principalmente, durante o momento de maior uso da força seja impreciso, existe uma racionalização das mortes que as relativiza em prol do enaltecimento de dividendos em forma de segurança e estabilidade. Em um relatório publicado pela USIP sobre as operações o autor afirma que:

[a] campanha da ONU contra as gangues não ocorreram sem custos para os moradores de Cité Soleil. Em uma pesquisa realizada pelo Group Croissance em nome do United States Institute for Peace no início de 2008, 52% dos entrevistados relataram que parentes, amigos ou vizinhos, incluindo mulheres e crianças, foram mortos ou feridos durante os combates com as gangues. (DZIEDZIC; PERITO, 2008, p. 5, tradução nossa⁶⁶).

Dziedzic e Perito (2008) ainda relatam danos a lojas, destruição de edifícios e danos a casas, deixando pessoas desabrigadas, além do uso de gás lacrimogêneo em locais onde os civis não tinham meios para se proteger.

Em um outro relatório publicado pelo *Stimson Center*, ao discutir sobre a conjuntura do momento que precedeu as operações de 2006 e 2007, Hammond (2012) aponta três fatores que propiciaram uma oportunidade para uma ação mais robusta da MINUSTAH contra as ‘gangues’, o primeiro era a reformulação do relacionamento do governo com a MINUSTAH, pois o presidente recém-eleito, René Préval, e o novo Comandante da Força, General Carlos dos Santos Cruz, estavam bem alinhados no interesse de neutralizar as ‘gangues’. Em segundo lugar, estava o apoio do CSNU e, por último, a demanda da população haitiana que exigia o combate às ‘gangues’, o que para o autor sugeria uma “[...] tolerância para potenciais vítimas civis ou danos à propriedade resultantes de operações robustas, desde que essas operações fossem consideradas como susceptíveis de produzir dividendos de segurança de longo prazo” (HAMMOND, 2012, p.41, tradução nossa⁶⁷).

Esse tipo de análise precisa ser visto com cautela, pois embora vejam as mortes de civis como uma consequência negativa do uso da força na operação, ela também relativiza essas mortes, colocando ou como inevitáveis ou como necessárias para que se atinja um determinado objetivo. No entanto, cabe ressaltar que essa perspectiva está em conformidade com os movimentos mais recentes da ONU, como vimos, esse uso da força mais frequente está ligado

⁶⁶ No original: “The UN campaign against the gangs was not without costs for the residents of Cité Soleil. In a survey conducted by Group Croissance on behalf of the United States Institute of Peace in early 2008, 52 percent of respondents reported that family members, friends, or neighbors, including women and children, were killed or wounded during the fighting with the gangs.” (DZIEDZIC; PERITO, 2008, p. 5).

⁶⁷ No original: “[...] tolerance for potential civilian casualties or damage to property resulting from robust operations, as long as those operations were regarded as likely to produce long-term security dividends.” (HAMMOND, 2012, p.41).

tanto à agenda de proteção de civis quanto à noção de estabilização. Contudo, como Wills (2018, p. 700, tradução nossa⁶⁸) coloca:

A vida de nenhuma pessoa pode ser legalmente sacrificada em benefício da sociedade como um todo (por exemplo, para eliminar bolsões de extrema criminalidade) ou em benefício do estado (por exemplo, para eliminar ameaças à estabilidade política ou estender a autoridade do estado) ou para permitir que as Nações Unidas atinjam suas metas estabelecidas - não importa quão grande seja a demanda popular ou da elite.

3.3.2 A conquista da população

É evidente que existem diferenças entre uma Missão de Paz e uma operação de contrainsurgência, todavia, como já salientado anteriormente, esses dois tipos de operações guardam várias similaridades, sobretudo quando as noções de estabilidade e estabilização são mais proeminentes. A MINUSTAH foi uma experiência de intervenção em que essas similaridades ficaram bastante evidentes. A Missão se utilizou amplamente de táticas de contrainsurgência para atingir alguns dos seus objetivos estratégicos, dentre eles a obtenção de inteligência, abordada no próximo capítulo.

O principal elo entre a MINUSTAH e a doutrina de contrainsurgência foi a busca pela conquista de “corações e mentes” da população local mais pobre, por meio de QIPs e policiamento comunitário (PINGEOT, 2019) ao mesmo tempo em que eram realizadas as operações de pacificação nas mesmas localidades. Como coloca Pingeot (2019, p. 157, tradução nossa⁶⁹), “[n]esse contexto, as estratégias apresentadas como ‘amigas da comunidade’ costumam ser animadas pelo objetivo principal de pacificação e estabilização. Embora a proteção de civis fosse a justificativa pública, foi uma reflexão estratégica posterior”.

A própria definição da ONU de QIPs relaciona os projetos à conquista da população. Na MINUSTAH, os QIPs eram entendidos como um dos elementos centrais da segunda fase da estabilização, eles foram considerados de suma importância para o preenchimento do vácuo deixado após a remoção das ‘gangues’, uma vez que a assistência dada por estas à população

⁶⁸ No original: “No person’s life can be lawfully sacrificed for the benefit of society as a whole (e.g. to flush out pockets of extreme criminality) or for the benefit of the state (e.g. to flush out threats to political stability, or extend state authority) or to enable the United Nations to achieve its mandated goals—no matter how great the popular or elite demand.” (WILLS, 2018, p. 700).

⁶⁹ No original: “In this framework, strategies that were presented as “community-friendly” were usually animated by the primary purpose of pacification and stabilization. Although protection of civilians was the public rationale, it was a strategic afterthought.” (PINGEOT, 2019, p. 157).

era considerada a principal motivação para a aquiescência ou apoio da parcela mais pobre às ‘gângues’⁷⁰ (DZIEDZIC; PERITO, 2008; HAMMOND, 2012; DORN, 2009).

Cockayne (2014) aponta que o programa de Redução da Violência Comunitária era visto como uma mera assistência técnica e de capacitação, restrita ao componente civil, ao invés de um projeto importante para os objetivos estratégicos da Missão de Paz. Embora Pinget (2019) também veja o programa com criticidade, por entender que o foco não seria satisfazer necessidades da população, mas sim utilizar esta como um meio para um fim, essa preferência por ações humanitárias e de desenvolvimento que resultam em dividendos visíveis e rápidos demonstra como a lógica de contrainsurgência estava imersa no processo de estabilização que a MINUSTAH vinha construindo, uma vez que coloca o foco na estratégia de conquista de “corações e mentes” para manter vantagem em relação àquelas que eram consideradas “forças de oposição”.

A consolidação dos ganhos atingidos pelas operações de pacificação deveria ser feita também através do policiamento comunitário, que no âmbito da ONU é entendido como “uma estratégia para encorajar o público a agir como parceiro da polícia na prevenção e gestão do crime, bem como outros aspectos de segurança e ordem com base nas necessidades da comunidade” (DPKO/DFS, 2018, p. 2, tradução nossa⁷¹). A intenção era que, após as operações de segurança, o componente policial da MINUSTAH e a PNH viabilizassem iniciativas que contribuíssem para o desenvolvimento dessa forma de policiamento, que seria um meio para aproximar a população das forças estatais, com as quais os haitianos historicamente têm uma relação conflituosa (DZIEDZIC; PERITO, 2008; HAMMOND, 2012).

Embora a implementação do policiamento comunitário não tenha realmente se realizado, há diversas controvérsias em relação a esse tipo de policiamento, uma vez que na prática há uma tendência de ele ser influenciado pela lógica de contrainsurgência (PINGEOT, 2019), colocando em dúvida se de fato o policiamento é guiado pelas pretensões de prevenção e gestão do crime e as necessidades da população ou se para fins de pacificação dessa mesma população.

⁷⁰ Cabe lembrar que, como visto na seção 3.1.1, a relação entre a população e os diversos grupos armados urbanos era mais complexa do que sugere esta análise, indo além da esfera assistencialista, sendo marcada pelo medo, mas também pela noção de proteção da violência perpetuada pelas forças estatais e por outras ‘gângues’.

⁷¹ No original: “[...] a strategy for encouraging the public to act as partners with the police in preventing and managing crime as well as other aspects of security and order based on the needs of the community.” (DPKO/DFS, 2018, p. 2).

As abordagens utilizadas pelo contingente brasileiro também estão intrinsecamente associadas à doutrina de contrainsurgência. Apesar do discurso por trás da expressão ‘*brazilian way of peacekeeping*’⁷², que distinguiria os militares brasileiros dos outros contingentes devido à estratégia de combinar ações ofensivas de segurança com atividades de cunho civil esse tipo de abordagem não é uma novidade e muito menos uma característica distintiva do contingente brasileiro (PAULA, 2020).

Ainda assim, foi notório que o contingente brasileiro colocou essas práticas de contrainsurgência como centrais em sua atuação no Haiti. Nesse sentido, destaca-se a realização de Ações Cívico-Sociais (ACISOs), que envolvem uma enorme lista de atividades nas áreas de higiene e saúde, bem-estar e recreação, transporte, educação e justiça, e os projetos de engenharia realizados pela companhia responsável do Exército Brasileiro que tinha como tarefa assistir os componentes civil e militar, auxiliar na manutenção de um ambiente seguro e estável e na reconstrução do Haiti (PAULA, 2020). Dessa forma, como observa Paula (2020), a companhia de engenharia fazia a intersecção entre os objetivos de segurança e desenvolvimento delimitados no mandato da MINUSTAH.

O trabalho da companhia de engenharia ia desde perfuração de poços e recolhimento de lixo a ações de infraestrutura mais complexas, o que permitiu ao contingente brasileiro contribuir para satisfazer necessidades da população tanto no curto quanto no longo prazo (PAULA, 2020). Além disso, Bonavita (2016) coloca a atuação do Batalhão de Engenharia como um dos principais fatores que possibilitaram a aproximação entre brasileiros e haitianos e a consequente coleta de informações. As ACISOs e o estabelecimento de presença permanente, através dos Pontos Fortes e patrulhamento a pé, também foram táticas bem aproveitadas pelo contingente, pois colocava as tropas em contato frequente com a população, o que também viabilizou a aproximação e a coleta de informações. Além disso, o país apostou na realização de ACISOs antes e logo após as operações de pacificação para minimizar as possíveis reações negativas (SILVA, 2021).

Por último, outro aspecto particular do contingente brasileiro era o fato de ter ao seu dispor um Destacamento de Operações Psicológicas (DOP) que, na área de responsabilidade do Batalhão Brasileiro (BRABAT), disseminava mensagens favoráveis à presença da MINUSTAH e incentivava a denúncia de criminosos e de atividades ilegais por meio de alto-

⁷² De acordo com Paula (2020), a designação ‘*brazilian way of peacekeeping*’ foi utilizada para se referir tanto às ações dos contingentes militares enviados para a MINUSTAH, quanto às ações da política externa brasileira, caracterizada pelas ideias de “não indiferença” e “solidariedade”. Contudo por vezes também foi relacionada à atuação das organizações não-governamentais brasileiras e da sociedade civil organizada.

falantes durante patrulhas a pé, ACISOs e outros eventos que contasse com a presença de um número considerável de pessoas (PINHEIRO, 2015).

3.3.3 A criminalização e estigmatização da população

Como vimos, historicamente, os grupos armados urbanos do Haiti eram (e ainda são) utilizados pelas elites para obter ganhos políticos. A articulação através de cargos públicos, empregos e dinheiro é então uma característica marcante nessa relação, sendo um dos fatores que garantem a subsistência de muitos desses grupos (FINAZZI, 2016). Para a MINUSTAH isso era uma questão conhecida, todavia, realizar uma investigação para encontrar a origem das redes de financiamento das ‘gangles’ envolveria enormes custos políticos, uma vez que, obviamente, haveria oposição das elites. Como se sabe, não é característico de uma operação de estabilização desafiar a ordem estabelecida, pelo contrário, como visto, as operações de estabilização são caracterizadas exatamente por manter e reforçar o *status quo*.

Assim, a opção de combater diretamente as ‘gangles’ se apresentou como uma possível resposta menos política e mais realizável, principalmente se considerarmos que as ações violentas das ‘gangles’ corroboravam com sua classificação como *spoiler* e elas não tinham poder de barganha suficiente para se impor como um agente com o qual a ONU e o governo deveriam negociar. Com efeito, o governo se recusou a considerar um programa de DDR (BEER, 2016). A própria narrativa das “novas guerras” que figuravam nas interpretações diversas e confusas da situação no Haiti, contribuiu para que o caminho do combate militar fosse escolhido.

Todavia, a preconização da ordem em operações de estabilização faz com que o sentido de *spoiler* seja ampliado (WILLS, 2018), nesse contexto, entre criminosos, militantes e miseráveis, todos podem ser potenciais perturbadores da ordem (PINGEOT, 2019). No Haiti, isso significou a criminalização de qualquer movimento que contrariasse a ordem que estava sendo estabelecida, pois a MINUSTAH não procurou distinguir movimentos populares armados que contestavam a legitimidade do governo e criminosos (GUERRA, 2018).

Adiciona-se ainda que o Governo de Transição iniciou uma forte campanha de perseguição aos partidários do Lavalas após o golpe de 2004. O Governo de Transição justificava as ações por um discurso que, apoiado pela mídia haitiana, conectava o Lavalas diretamente aos *chimères*. Cabe ressaltar que o Lavalas ficou de fora das eleições de 2006 (KOLBE, 2013; FONSECA, M. 2015; PINGEOT, 2019). A visão de que a MINUSTAH era uma força de ocupação também foi associada às ‘gangles’ (BEER, 2016), o que contribuiu para

a minimização e criminalização das reivindicações e críticas contrárias à ordem que estava procurando se estabelecer. Por fim, o foco das operações de segurança nos bairros mais pobres, locais que eram usados como base pelos grupos armados urbanos, e o estabelecimento de uma presença contínua contribuiu para um processo de estigmatização, deslegitimação, despolitização e criminalização da população que vivia nesses bairros (PINGEOT, 2018).

Uma visão paternalista e civilizatória sempre permeou as relações da comunidade internacional com os países do sul global, que outrora foram colônias dos países do norte. A colonialidade do poder⁷³ é sempre mobilizada nessas relações, ainda que tenha sido revestida com roupagens diferentes ao longo do tempo. Como Melody Fonseca (2015, p. 27, tradução nossa⁷⁴) sustenta,

[...] os novos padrões, a democracia liberal, o desenvolvimento econômico e os mercados livres, construíram o ‘regime da verdade’ do certo e do errado, sendo a intervenção militar e política parte dos dispositivos de exercício do poder. Nesses dois momentos, a colonialidade do poder opera por ser gestora desse poder a partir da construção identitária de um ser imperial/civilizado/democrático e um ser colonial/bárbaro/déspota.

Nesse universo pós-colonial, em que as visões coloniais continuam a ser reforçadas por uma repetição ininterrupta de estereótipos, a população haitiana é descrita como infantil e incapaz, quando não como um povo bárbaro, corrupto, irracional e propenso à criminalidade (FONSECA, M. 2015; GUERRA, 2018). Como Paula (2020, p. 132) chama atenção, um dos relatórios do BRABAT demonstra uma lógica civilizatória, uma vez que é apresentada uma visão bastante preconceituosa da população haitiana, descrita como submissa a quem detém maior poder e desprovida de noções de estrutura e hierarquia, o que seria resultado de “características históricas e da crença vodu”.

Assim, estigmatização da população também se realizou na forma de intolerância religiosa e racismo. Historicamente, a prática do vodu foi relacionada a “magia negra” e “pactos diabólicos” (PAULA, 2020, p. 132). Como Leak (2013) analisa, desde os tempos coloniais construiu-se um discurso que se utilizava de linguagem de demonização e exotização para descrever o Haiti, diversas práticas condenáveis eram relacionadas ao país como selvageria e

⁷³ Segundo Fonseca e Jerrems (2012, p. 105, tradução nossa), a colonialidade do poder pode ser “[...] entendida como um processo histórico constitutivo e um sistema de dominação ocidental que inclui a opressão econômica, epistêmica e racial de grupos subalternos”.

⁷⁴ No original: “los nuevos estándares, democracia liberal, desarrollo económico y libre mercado, construían el ‘régimen de verdad’ sobre lo correcto y lo incorrecto, siendo la intervención militar y política parte de los dispositivos utilizados para ejercer el poder. En estos dos momentos, la colonialidad del poder, opera al ser gestora de este poder a partir de la construcción identitaria de un ser imperial/civilizado/ democrático y un ser colonial/bárbaro/déspota.” (FONSECA, M. 2015, p. 27).

canibalismo. Esse discurso racista foi mobilizado em vários momentos tanto por atores externos quanto por internos. Por exemplo, no momento da crise de 2004, intelectuais haitianos que se opunham a Aristide, o acusavam nos veículos midiáticos de tirania, tráfico, pilhagem, assassinato e até mesmo sacrifício de crianças para conseguir favores de divindades (LEAK, 2013).

Um episódio que também ilustra essa racionalidade é a entrevista de William Gardner, que foi chefe do Programa da MINUSTAH de Redução da Violência na Comunidade. Ao ser questionado sobre o alto percentual de pessoas presas sem julgamento no Haiti, Gardner afirmou que “ninguém é verdadeiramente inocente no Haiti, porque apenas para sobreviver você tem que enfrentar e se virar, e isso significa não ser inocente” (INTERVIEW..., 2011, tradução nossa⁷⁵). Nessa fala, ao mesmo tempo que criminaliza toda a população e justifica a opção pela criminalidade, Gardner justifica as prisões sem julgamento que geralmente tem como alvo as populações vulnerabilizadas.

Essa criminalização também fica evidente na fala do General Heleno em uma palestra em 2006:

Nós estabelecemos um ponto forte no interior da Cité Soleil, cheio de proteção. Olha a quantidade de tiro (mostra o slide do forte). Toda noite, tinha tiroteio de 15, 20 minutos em cima do ponto forte. Eu botei os peruanos lá. Eles fizeram uma festinha boa ali. Acertaram um monte de bandido; eles eram bons atiradores. Aí eles me perguntaram uma vez: ‘General, por tradição, bandido, quando cai lá, morto ou ferido, vem gente pra buscar o corpo. O que a gente faz? Podemos atirar em quem vem buscar o corpo do bandido?’ Eu tava tão machucado com essa crise e respondi: ‘Atira também, amigo de bandido também toma tiro para eles pararem de vir buscar o corpo’. Chega um ponto que a gente perde a paciência. (SUZUKI, 2006).

Posteriormente, quando questionado pela fala, Heleno afirmou que essas pessoas eram de grupos armados e que ao buscarem os corpos, atiravam os capacetes azuis que estavam no ponto forte (SUZUKI, 2006). A fala de Heleno e sua posterior afirmação deixa um recado bem claro: qualquer associação com pessoas apontadas como membros de ‘ganges’ era suficiente para tornar alguém um alvo para os *peacekeepers*. A fala é extremamente problemática, principalmente, porque demonstra uma aceitação de execução sumária pelas forças da ONU. Cabe lembrar ainda que as relações entre a população mais pobre e as ‘ganges’ eram extremamente complexas, a atividade ilícita destas e suas ações para impor medo na população, eram combinadas com o papel de fornecimento de serviços e até mesmo de defesa em relação a outras ‘ganges’ e às forças estatais.

⁷⁵ No original: “*Nobody is truly, fully innocent in Haiti, because just to survive you have to cope and get by, and that means not being innocent.*” (INTERVIEW..., 2011).

Conforme o estudo de Kolbe (2013), tanto para membros de ‘gângues’ quanto para residentes, indivíduos que se relacionavam de alguma forma com os grupos, seja cozinhando, seja coletando pagamentos, não faziam parte da gangue. Ainda que a Constituição haitiana entendesse qualquer tipo de laço, até mesmo de amizade, como ato ilícito, isso demonstra percepções contrárias e que precisam ser levadas em consideração pela ONU, pois sua abordagem tem implicações sociais diretas nas populações vulnerabilizadas. Sendo, portanto, discutível a classificação automática dessas relações como indícios de criminalidade.

De qualquer forma, a colonialidade fica evidente nas percepções e práticas adotadas pelos agentes interventores e pelas próprias elites haitianas. Como tratado na seção 2.3.1, tanto o uso da linguagem para desumanizar o Outro, como o controle através do monopólio do entendimento sobre o que está dentro e o que fora da lei estão diretamente conectados à violência colonial e aos projetos de pacificação.

Com a MINUSTAH optando pela estratégia de “capturar ou matar” para estabilizar o país, o número de prisões subiu. O ex-comissário de polícia David Beer considerou que embora as prisões tivessem representado um sucesso operacional impressionante, era necessário refletir com mais cautela. Caberia então questionar quantos dos que foram presos “eram apenas jovens desempregados, sem instrução, pobres e sem perspectivas” que se uniam às ‘gângues’ por falta de escolhas alternativas de vida (BEER, 2016, p. 92, tradução nossa). Assim, não é que não houvesse contestação dessa estratégia dentro da própria MINUSTAH, mas a escolha pelo uso da força inevitavelmente levou a um resultado, no qual, como aponta Pingeot (2019), a população em risco foi transformada no risco.

Uma outra face da criminalização do conflito político que vale mencionar, se refere ao fato das ações da MINUSTAH terem focado em bairros que, para além da condição socioeconômica e de infraestrutura, também abrigavam muitos apoiadores do Lavalas. Na realidade, Cité Soleil, por exemplo, foi considerada um dos centros do movimento pela democracia a partir de 1986, ano da fuga de *Baby Doc*. Após o golpe de 2004, os dois anos seguintes foram marcados por uma intensa perseguição contra o Lavalas e seus apoiadores com pelo menos mais de 1.500 pessoas assassinadas, a maioria eram civis e pessoas acusadas de serem apoiadoras do Lavalas (PINGEOT, 2019). Além disso, com as acusações de que Aristide financiou os *chimères*, todo o militante do movimento passou a ser visto como parte do grupo e, portanto, criminoso. Um relatório do *International Crisis Group*, de maio de 2005, apontou que a PNH direcionava sua violência aos moradores dos bairros pobres e que a mídia e membros da elite sistematicamente associavam esses moradores a *chimères*, muitas vezes chamando-os de *chimères Lavalas* (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2005).

3.3.4 O Estado de direito

Como já foi dito, o Estado de direito é baseado no tripé: polícia, justiça e instituições penitenciárias. Sustenta-se que num contexto de intervenção internacional, o restabelecimento do Estado de direito significa a reformulação desses setores, procurando adotar o julgamento e a punição transformadora como princípios norteadores para assim promover a segurança global e a redução da pobreza (BRISSON-BOIVIN; O'CONNOR, 2013).

No caso do Haiti, os esforços para restabelecer o Estado de direito ficaram confinados, principalmente, na tentativa de Reforma do Setor de Segurança (RSS), que envolvia o suporte para o recrutamento e treinamento da PNH. No entanto, a relação do Estado com a população mais pobre, seja mediada pelas forças estatais seja pelas forças paramilitares, sempre foi marcada pela violência. Após a dissolução das FAd'H, com o apoio das missões da ONU que ocorreram na segunda metade da década de 1990, ex-militares foram incluídos na nova força policial que se formou, o que contribuiu para já de início minar a legitimidade dessa força e alimentar a corrupção no seu interior (LEMAY-HÉRBET, 2014).

Os abusos da PNH eram amplamente conhecidos e apontados em relatórios da própria ONU. Assim, de acordo com uma Missão do Conselho de Segurança em 2005,

[...] uma cultura de impunidade permaneceu generalizada, marcada por prisões arbitrárias, detenções injustas, condições carcerárias desumanas, uso excessivo da força e execuções extrajudiciais. Como resultado, a população continua a ver a polícia nacional com medo e falta de respeito. (UNITED NATIONS, 2005d, p. 10, tradução nossa⁷⁶).

Contudo, a contradição entre fornecer apoio às forças de segurança de um governo que violava sistematicamente os direitos humanos foi ignorada e a MINUSTAH durante todo o mandato continuou a dar apoio institucional à PNH, o que significou o fortalecimento de um agente violento e colocou as forças da ONU em uma condição forçada de convivência com esses abusos, como é possível verificar no relato de um policial canadense:

Histórias, tapas na cara que eu vi, chutes na cara... o que devo fazer sobre direitos e liberdades, sobre direitos humanos globais? Apito ou não apito? Já falei sobre isso com outros franceses, canadenses, o que eu faço? Eu apito? [Os suspeitos sob custódia da polícia local] foram chutados no rosto. O que eu estou fazendo? Em algum momento eu tive que [intervir] e disse: 'A próxima [pessoa] que der um chute, eu vou denunciá-lo'. Mas se eu o denunciar, nunca

⁷⁶ No original: “[...] a culture of impunity remained pervasive, marked by arbitrary arrest, wrongful detention, inhumane prison conditions, excessive use of force, and extrajudicial executions. As a result, the population continues to view the national police with fear and lack of respect.” (UNITED NATIONS, 2005d, p. 10).

mais poderei ficar sozinho, eles me encontrarão. (TANNER; DUPONT, 2015, p. 668, tradução nossa⁷⁷).

Por outro lado, a reforma do sistema judiciário também não se desenvolveu nos parâmetros ideais propostos pelo discurso dominante que tem o Estado de direito como uma das principais soluções para lidar com os conflitos. Para manter o seu poder local através de distribuição de empregos, dinheiro, terra e da manipulação eleitoral, as elites do Haiti necessitavam que órgãos judiciários e de aplicação da lei fossem coniventes com suas ações, para assim manter seu poder a nível nacional. Como consequência disso, o sistema judiciário era caracterizado por ser extremamente politizado e ineficiente, o que resulta em um tempo de detenção sem julgamento muito mais longo do que a lei permite, com pessoas ficando presas preventivamente por mais tempo do que a sentença que receberia pelo seu crime (BERG, 2013).

Assim, a reforma do sistema judiciário era uma questão tão política quanto a busca pela origem do dinheiro que financiava as ‘ganges’. No entanto, é necessário pontuar também que não houve interesse em pressionar as elites pela reforma do sistema judiciário utilizando, por exemplo, o investimento na PNH como moeda de troca, o que aponta que o desenvolvimento da polícia era uma prioridade para a comunidade internacional, ainda que isso significasse uma intensificação da violência e um aumento da desigualdade (PINGEOT, 2019).

A predominância da lógica punitivista como forma de governança do crime normatizou essas longas detenções e deixou de lado propósitos e técnicas consideradas socialmente redentoras, como os programas de reabilitação associados às prisões modernas ocidentais. Dessa forma, adiciona-se que, em um país em que uma parcela grande da população vive a níveis de pobreza extrema, uma reforma do sistema prisional é um assunto delicado, uma vez que pode ser vista de forma negativa por cidadãos haitianos, como um modo de beneficiar perpetradores de violência (BRISSON-BOIVIN; O’CONNOR, 2013). Além disso, levando em conta que a elite haitiana tinha uma visão que chegava a ser paranoica, representando as classes mais pobres como o verdadeiro perigo a ser contido, as prisões superlotadas cumpriam bem a tarefa da contenção (PINGEOT, 2019).

Toda essa combinação de fatores gerou o que foi chamado de “paradoxo haitiano”, em que, por um lado, temos uma polícia corrupta cujo poder foi ampliado, o que resultou em um

⁷⁷ No original: “*Stories, slaps in the face that I have seen, kicks in the face... what I am supposed to do about rights and liberties, about global human rights? Do I blow the whistle or not? I’ve talked about it to others, French, Canadians, what do I do? Do I blow the whistle? [The suspects in custody of the local police] were kicked in the face. What am I doing? At some point I had to [intervene] and I said, ‘The next [person] who throws a kick, I’ll denounce him’. But if I denounce him, I will never be able to be on my own again, they will find me. It may be a fleabite, a lost bullet, whatever.*” (TANNER; DUPONT, 2015, p. 668).

aumento de violação de direitos humanos e de prisões, por outro, um sistema judiciário lento, assim, as péssimas condições das instituições penitenciárias que se tornaram cada vez mais lotadas resultou em mais abusos e violações (WALBY; MONAGHAN, 2011).

Beer (2016) relata uma situação que ocorreu em uma palestra que proferida por ele na Câmara de Comércio de Porto Príncipe, em 2005:

A elite econômica do país estava bem representada em um grande público que estava claramente insatisfeito com as abordagens do ‘Estado de direito’ para combater as gangues. No final da apresentação, o público se reuniu perto do pódio para perguntas e comentários de acompanhamento. Uma mulher de meia-idade, claramente abastada, disse em um tom calmo, mas venenoso, alto o suficiente para que todos ouvissem: ‘Por que vocês simplesmente não matam todos eles?’ Não houve choque, surpresa e nenhuma reação de ninguém na sala além de mim (BEER, 2016, p. 96, tradução nossa⁷⁸).

A fala é realmente impressionante. Todavia, o próprio Comissário afirma que em um ambiente onde existisse um Estado de direito propriamente dito, as operações de 2006 e 2007 não poderiam ter ocorrido. Assim, na tentativa de estabilizar o país através da manutenção da ordem, do controle e, conseqüentemente, do *status quo*, foi a essa elite predatória que a MINUSTAH serviu.

A MINUSTAH é, portanto, um exemplo notório em que, no contexto de uma operação de estabilização, o Estado de direito foi mobilizado para resolver conflitos políticos e sociais. O que combinado com o uso da força e o policiamento robusto nas localidades mais pobres, levou a criminalização e a busca por contenção das parcelas mais pobres da população haitiana. Assim, ao evitar desenvolver abordagens que efetivamente confrontassem as elites e seu *status quo*, restou apenas manter a estabilidade e a ordem através do policiamento da população (PINGEOT, 2019). Nesse ambiente extremamente politizado pelas lutas sociais, em que a elite tenta conter a maioria empobrecida, a opção pela manutenção da ordem serviu para aproximar a MINUSTAH das intervenções e ocupações que se estabeleceram antes dela.

⁷⁸ No original: “The economic elite of the country was well represented in a large audience that was clearly dissatisfied with “rule of law” approaches to combat the gangs. At the conclusion of the presentation, the audience gathered near the podium for follow-up questions and comments. A middle-aged woman, clearly of means, said in a calm but venomous tone, loudly enough for all to hear, “Why do not you just kill them all?” There was no shock, no surprise, and no reaction from anyone in the room but me.” (BEER, 2016, p. 96)

4 A ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA DA MINUSTAH

A atividade de inteligência da MINUSTAH ganhou certa notoriedade após a realização de operações de segurança no fim de 2006 e início de 2007, que tinham como alvo principal líderes e membros de ‘gangues’. O resultado foi cerca de 850 pessoas presas, dentre elas muitos dos líderes mais conhecidos, sendo então consideradas um sucesso operacional. Esse primeiro momento de destaque da atividade de inteligência ocorreu quase imediatamente após a criação do JMAC e do Centro de Operações Conjuntas (*Joint Operation Centre - JOC*), medida que visava criar uma estrutura de inteligência mais sofisticada dentro das operações de paz da ONU, o que nos permitiria classificar a MINUSTAH como o local do primeiro teste desses centros, que posteriormente teriam políticas mais específicas e detalhadas⁷⁹. De qualquer forma, a atividade de inteligência da MINUSTAH não se limitou a essas operações e continuou a ser desenvolvida para dar apoio à tomada de decisão dos líderes da Missão, tendo sempre como norte a estabilização do Haiti.

Visto que os produtos da atividade de inteligência em uma operação de paz devem orientar a tomada de decisão, eles não se reduzem a um simples conjunto de informações, são análises que pretendem fornecer à liderança da Missão uma consciência situacional que possibilite a compreensão da conjuntura do presente e sua projeção para o futuro, identificando riscos, oportunidades e ameaças iminentes (DPKO; DFS, 2017).

Dessa forma, a atividade de inteligência em uma operação de paz envolve diversas estruturas, agentes e procedimentos específicos que podem variar de uma Missão para outra. Todavia, neste capítulo propomos um olhar que vai além dessas características, procurando compreender outros fatores que podem influenciar no que se demanda da atividade de inteligência, no que se escolhe como foco e no produto final que é entregue, apresentando até mesmo consequências que vão além da atividade em si.

Para desenvolver essa discussão, o capítulo foi dividido em três seções secundárias. Na primeira seção discutiremos como a questão da inteligência foi abordada no âmbito da ONU ao longo desses mais de 70 anos de experiência com as operações de paz. Nessa mesma seção, abordamos também alguns aspectos gerais da atividade de inteligência em missões de paz. Na seção seguinte, descrevemos o desenvolvimento da atividade de inteligência pela MINUSTAH, dando destaque às suas características mais relevantes. Por último, na terceira seção, trazemos

⁷⁹ Referimo-nos aos seguintes documentos: *Guidelines on Joint Operations Centres* (2014); *Policy on Joint Operations Centres* (2014); *Policy on Joint Mission Analysis Centres* (2015); *Joint Mission Analysis Centres (Guidelines)* (2015) e *Joint Mission Analysis Centre Field Handbook* (2018).

a reflexão sobre como o desenvolvimento da atividade de inteligência se adequou aos pressupostos e às necessidades da lógica da estabilização, a partir de reflexões sobre as *intelligence-led peacekeeping*, o monitoramento das manifestações e as interações com a população local para fins de pacificação e obtenção de informações.

4.1 A atividade de inteligência em operações de paz

A incerteza dos ambientes conflituosos cria a necessidade de informação para qualquer operação militar que pretenda atingir seus objetivos, quanto mais informada a decisão, maior é o preparo para adversidades e menos custoso será a adaptação para os acontecimentos que se apresentarem. Dessa forma, embora a organização e coordenação da unidade de inteligência varie de uma operação para outra, ainda assim, toda operação militar, em alguma medida, irá envolver, coleta, análise, sistematização e distribuição de informações e as operações de paz não fogem dessa regra.

Em operações de paz tradicionais, os capacetes azuis necessitam de informações, principalmente, sobre a capacidade militar dos envolvidos e seus movimentos. Por outro lado, as operações de paz multidimensionais têm necessidade de inteligência maiores, o que seria consequência da abordagem focada nas causas mais profundas dos conflitos (GORDON; YOUNG, 2017). Assim, as operações multidimensionais demandam uma ampla consciência situacional “[...] sobre as fontes de instabilidade política, dinâmica do conflito, opinião pública e mudanças de coalizões, a fim de proteger efetivamente os civis e facilitar a entrega de ajuda humanitária” (GORDON; YOUNG, 2017, p. 66, tradução nossa⁸⁰).

Já nas primeiras missões de paz da ONU foram desenvolvidas tarefas substancialmente ligadas à atividade de inteligência, como é o caso da *United Nations Truce Supervision Organization* (UNTSO) onde os observadores militares foram encarregados de monitorar e relatar as informações coletadas no território (BONAVITA, 2016). Apesar disso, a institucionalização ocorreu de forma vagarosa. Bonavita (2017) aponta que uma das razões para essa lentidão se deve ao fato de a atividade de inteligência ter sido desenvolvida mais intensamente no período da Guerra Fria para fins de espionagem dos adversários, o que gera um desconforto entre os Estados por temerem a utilização das informações coletadas pela ONU de forma indevida e para promover interesses particulares. Assim, a ONU procurou por muito

⁸⁰ No original: “[...] about sources of political instability, conflict dynamics, public opinion, and shifting coalitions in order to effectively protect civilians and facilitate the delivery of humanitarian aid.” (GORDON; YOUNG, 2017, p. 66).

tempo evitar a associação de suas missões à atividade de inteligência para não gerar desconfiança quanto à transparência da Organização (ABILOVA; NOVOSSELOFF, 2016; BONAVIDA, 2016).

Todavia, a partir do Relatório Brahimi, começaram a ser dados alguns passos rumo à institucionalização da atividade de inteligência. Uma das primeiras medidas tomadas para responder à necessidade de uma estrutura de inteligência mais sofisticada nas operações de paz foi a criação do JMAC e do JOC, cujos conceitos, elaborados pelo DPKO, foram registrados em uma Diretiva Política publicada em julho de 2006 (DPKO, 2006). Vale ressaltar que a partir de 2014, o DPKO juntamente com o Departamento de Apoio de Campo (*Department of Field Support* - DFS⁸¹) publicou outros documentos que delinearão com mais precisão as funções do JOC e do JMAC. Ambos os centros deveriam preencher a necessidade de informações mais precisas e melhor analisadas, a diferença entre eles estaria apenas no prazo: enquanto o JOC tem a responsabilidade de disponibilizar informações a curto prazo, em turnos de 24 horas em média, o JMAC deve dedicar-se a análises integradas de médio e longo prazo (BONAVIDA, 2016; CEPIK; KUELE, 2016).

Para Shetler-Jones (2008), três momentos demonstraram “necessidades operacionais” que possibilitaram uma maior aceitação do aprimoramento da capacidade de geração de inteligência no âmbito da ONU. Cada um deles gerou três diferentes abordagens da atividade de inteligência no que se refere à delimitação do seu propósito. A abordagem do primeiro momento pode ser observada na ONU, onde a atividade de inteligência era uma consequência da prática militar e o produto da inteligência servia para alimentar especificamente o componente militar (SHETLER-JONES, 2008).

A abordagem do segundo momento se desenvolveu devido aos fracassos da ONU na Somália, em Ruanda e em Srebrenica, que expuseram sua necessidade e incentivaram a aceitação de uma inteligência melhor estruturada nas missões para viabilizar a proteção de suas tropas e de seus funcionários, bem como dos civis (SHETLER-JONES, 2008). Por último, a terceira abordagem está relacionada à necessidade de uma maior sofisticação da inteligência na ONU, para assim viabilizar o apoio dos “processos complicados de tomada de decisão envolvidos na integração de operações multidisciplinares sob uma estratégia coerente” (SHETLER-JONES, 2008, p. 519, tradução nossa⁸²), eliminando contradições, repetições e

⁸¹ Após uma reforma instituída em 1º de janeiro de 2019, o DFS foi renomeado como *Department of Operational Support* (DOS), no entanto, como trataremos de fatos anteriores a essa mudança, optamos por utilizar a nomenclatura antiga.

⁸² No original: “[...] *the complicated decision-making processes involved in integrating multidisciplinary operations under a coherent strategy.*” (SHETLER-JONES, 2008, p. 519).

interferências entre operações. É importante ressaltar que essa terceira abordagem resume a *raison d'être* do JMAC, uma vez que para fornecer uma análise integrada é necessário que seu produto seja organizado de forma coerente (SHETLER-JONES, 2008).

Contudo, foi só em maio de 2017 que foi publicada a Política de Inteligência de Manutenção da Paz (*Peacekeeping Intelligence Policy*), elaborada pelo DPKO e pelo DFS com o propósito de explicar porque e como as operações da ONU “adquirem, reúnem, analisam, disseminam, usam, protegem e gerenciam inteligência de manutenção da paz” (DPKO; DFS, 2017, p. 1, tradução nossa⁸³). Segundo a Política, para a ONU, inteligência em operações de manutenção da paz seria:

a aquisição e processamento não-clandestino de informações por uma missão dentro de um ciclo de inteligência de missão direcionada para atender aos requisitos de tomada de decisões e para informar operações relacionadas à implementação segura e eficaz do mandato do Conselho de Segurança. (DPKO; DFS, 2017, p.1, tradução nossa⁸⁴).

A Política aborda diversos aspectos da atividade de inteligência como os princípios dessa atividade nas operações de paz, o ciclo de inteligência, questões sobre classificação, segurança, manuseio e compartilhamento de informações, o papel e as responsabilidades do chefe da missão e do chefe da estrutura de coordenação da inteligência, entre outros (DPKO; DFS, 2017).

O ciclo de inteligência de manutenção de paz da ONU envolve cinco etapas. A primeira refere-se à “direção, requisitos e tarefas”. Primeiramente, procura-se dar uma direção aos esforços para a geração de inteligência, dessa forma, são identificadas perguntas que precisam de resposta e informações que faltam para respondê-las, isto é, quais são os Requisitos de Inteligência (*Intelligence Requirements* - IRs). Esse direcionamento possibilita a priorização de tarefas e o estabelecimento de prazos (DPKO; DFS, 2017).

A segunda etapa é a “aquisição”, que se refere à aquisição de dados e informações que baseiam as análises. A Política de Inteligência possui em anexo um modelo de Plano de Suporte à Inteligência de Manutenção da Paz para garantir que a aquisição seja “efetiva, responsável e ética” (DPKO; DFS, 2017, p. 5, tradução nossa). No Plano devem ser descritas as ferramentas, técnicas e os procedimentos que podem ser adotados e aqueles que estão proibidos, além disso,

⁸³ No original: “*acquire, collate, analyze, disseminate, use, protect and manage peacekeeping intelligence.*” (DPKO; DFS, 2017, p. 1).

⁸⁴ No original: “*the non-clandestine acquisition and processing of information by a mission within a directed mission intelligence cycle to meet requirements for decision-making and to inform operations related to the safe and effective implementation of the Security Council mandate.*” (DPKO; DFS, 2017, p.1).

é necessário que as obrigações legais aplicáveis e as avaliações que devem ser feitas na obtenção de inteligência sejam especificadas (DPKO; DFS, 2017). Há também a possibilidade de recebimento de informações de Estados-Membros e de outras entidades que não fazem parte da missão de acordo com os seguintes parâmetros:

Em contato com as partes externas para a aquisição de informações, o pessoal da missão deve observar plenamente e agir de acordo com o mandato da missão e todos os princípios, regras e obrigações da Organização, inclusive em relação à promoção e proteção de leis e normas internacionais de direitos humanos. O contato com entidades não-missionárias com o objetivo de compartilhar informações também pode ser regido por acordos escritos acordados entre as Nações Unidas e essas partes, dentro desses parâmetros mais amplos. (DPKO; DFS, 2017, p. 5-6, tradução nossa⁸⁵).

A etapa seguinte “exame, avaliação e agrupamento” tem o papel de organizar os dados adquiridos a partir de ferramentas padronizadas para que seja possível avaliar, comparar, recuperar e produzir análises e relatórios satisfatórios (DPKO; DFS, 2017). A penúltima etapa é a “análise”, na qual os analistas de inteligência irão destrinchar as informações utilizando técnicas de raciocínio, integração e interpretação com base em metodologias qualitativas e quantitativas, buscando elucidar o significado das partes e do todo. Acrescenta-se ainda que:

A análise da inteligência de manutenção da paz deve ser um processo da missão como um todo que faça pleno uso de todos os recursos disponíveis para a missão, de acordo com as vantagens comparativas, incluindo a experiência na situação local, idiomas e culturas; recursos de análise de inteligência militar e policial; e técnicas de análise de informações sobre ameaças à segurança. (DPKO; DFS, 2017, p. 6, tradução nossa⁸⁶).

Por fim, temos a “disseminação”, nessa última etapa os produtos de inteligência são transmitidos aos tomadores de decisão e outros funcionários relevantes da missão baseando-se nos modelos de distribuição *need to know/need to share*, ou seja, as informações não são transmitidas em sua totalidade a todos, elas são selecionadas e distribuídas de acordo com as funções de cada destinatário (DPKO; DFS, 2017).

⁸⁵ No original: “*In liaising with external parties for the acquisition of intelligence, mission personnel shall fully observe and shall act in consistence with the mission’s mandate and all principles, rules and obligations of the Organization, including in regard to the promotion and protection of international human rights laws and norms. Liaison with non-mission entities for the purposes of sharing intelligence may also be governed by written arrangements agreed between the United Nations and such parties, within these broader parameters.*” (DPKO; DFS, 2017, p. 5-6).

⁸⁶ No original: “*Peacekeeping intelligence analysis shall be a whole-of-mission process that makes full use of all resources available to the mission according to the comparative advantages, including expertise in the local situation, languages and cultures; military and police intelligence analysis capabilities; and security threat information analysis techniques.*” (DPKO; DFS, 2017, p. 6).

Os produtos podem ser transmitidos pelas entidades da missão individualmente para seus respectivos dirigentes ou conjuntamente pela estrutura de coordenação da inteligência da missão. O compartilhamento ocorre nos três níveis de tomada de decisão da ONU: o estratégico, o operacional e o tático. No nível estratégico, o produto pode provir dos níveis tático e operacional ou do nível estratégico de outras agências e deve ser difundido na sede da organização, onde se tem os mais altos postos de tomada de decisão, para possibilitar a assimilação do contexto da missão. No nível operacional, a inteligência é essencial para a apreensão da conjuntura do local da missão e das partes em conflito. Por fim, temos o nível tático, cujo principal interesse são informações militares concernentes às ações das partes em conflito (BONAVITA, 2016).

Cabe especificar ainda as principais entidades-membros da estrutura de coordenação de inteligência da missão, são eles: o presidente da estrutura de coordenação da inteligência da missão, o JMAC e o Departamento de Salvaguarda e Segurança das Nações Unidas (*United Nations Department of Safety and Security* - UNDSS), que respondem ao SRSG; fazem parte também, a célula de inteligência militar (U2) e o componente policial, que respondem ao Comandante da Força e ao Comissário de polícia, respectivamente (DPKO; DFS, 2017).

Uma missão de manutenção da paz lida com três tipos de coleta de informações: inteligência de código aberto (*UN open-source intelligence* - UN-OSINT), inteligência humana (*UN human intelligence* - UN-HUMINT) e inteligência de imagens (*UN imagery intelligence* - UN-IMINT) (ABILOVA; NOVOSSELOFF, 2016).

A UN-OSINT é uma das principais fontes da ONU e dos Estados-membros. Ela deriva da análise de informações colhidas em fontes abertas, como mídias e redes sociais, que fornecem “[...] informações sobre atitudes, intenções e comportamentos sociais e culturais” (GORDON; LOGE, 2015, p. 3, tradução nossa⁸⁷), o que possibilitaria a formulação de planos estratégicos que favoreçam a paz. Nas missões, uma das várias tarefas dos JOCs e JMACs é monitorar diariamente notícias na televisão, rádio e jornais locais e regionais (ABILOVA; NOVOSSELOFF, 2016).

A UN-HUMINT, por sua vez, deriva de informações fornecidas por fontes humanas. Nesse caso, é necessário que entre os processos de coleta de informações e transformação destas em inteligência seja incluída uma etapa de classificação e verificação cruzada de informações

⁸⁷ No original: “[...] information about social and cultural attitudes, intentions and behaviour.” (GORDON; LOGE, 2015, p. 3)

e fontes. Esse processamento de informação deve ser feito por profissionais de inteligência treinados, tanto civis como militares (ABILOVA; NOVOSSELOFF, 2016).

Por último, a UN-IMINT provém de informações coletadas por uma série de tecnologias de vigilância como balões, satélites, helicópteros, veículos aéreos não tripulados (VANTs) e desarmados etc. Os VANTs ou drones, como são popularmente conhecidos, estão sendo usados em algumas operações, dentre elas a MONUSCO e a MINUSMA. Entretanto, os equipamentos levantam muitas controvérsias relacionadas à soberania política e territorial dos Estados, à proteção e ao processamento dos dados coletados, à privacidade da população civil e ao conhecimento desta quanto à utilização dos VANTs, entre outras questões. Além disso, a falta de meios para analisar a enorme gama de dados coletados é uma realidade em grande parte das missões (ABILOVA; NOVOSSELOFF, 2016).

4.2 O histórico da atividade de inteligência na MINUSTAH

Como vimos, a resposta imediata do CSNU para a crise haitiana de 2004 foi a aprovação da MIF, que serviu para que se estabelecesse um ambiente minimamente estável para o desdobramento da MINUSTAH. O planejamento da MIF ficou por conta do Comando do Sul dos Estados Unidos (*US Southern Command* - USSOUTHCOM), que por sua vez era orientado pelo Departamento de Defesa dos EUA e pelo Estado Maior Conjunto. Ainda que não fosse o objetivo do Comando funcionar como um órgão voltado para a atividade de inteligência, e de fato foi constatado certa vulnerabilidade no que se refere à produção de inteligência da MIF, o USSOUTHCOM acabou sendo o principal instrumento de informação do CSNU. Sua Equipe de Assistência das Nações Unidas⁸⁸ coletava dados sobre a situação de segurança no país e repassava para o SGNU que por sua vez repassava ao CSNU (BONAVITA, 2016).

Ainda que com uma atividade de inteligência deficitária, a MIF se retirou entregando um ambiente relativamente mais estável, em comparação à sua chegada. No entanto, o primeiro contato da MINUSTAH com o terreno foi bastante complicado. Bonavita (2016, p. 54) aponta a falta de preparo para lidar com “ameaças irregulares”, as respostas lentas, como a demora para o início das patrulhas devido ao atraso no desdobramento das tropas, e a falta de uma atividade de inteligência capaz de antecipar a natureza e a extensão das ameaças para que a Missão pudesse empregar suas tropas de maneira eficaz.

⁸⁸ Em inglês, *UN Assessment Team*.

No fim de 2004, o CSNU através da Resolução 1576, que estendeu a MINUSTAH até meados de 2005, também solicitou que fossem redigidos relatórios trimestrais sobre o desenvolvimento da Missão, o que teria estimulado a coleta de dados, dando os primeiros passos para o desenvolvimento da atividade de inteligência pela operação (BONAVITA, 2016). Ainda assim, a atividade foi considerada significativamente deficitária, quadro que só mudou a partir de dezembro de 2006 e o principal motivo da mudança foi a atuação do JMAC (KUELE, 2014).

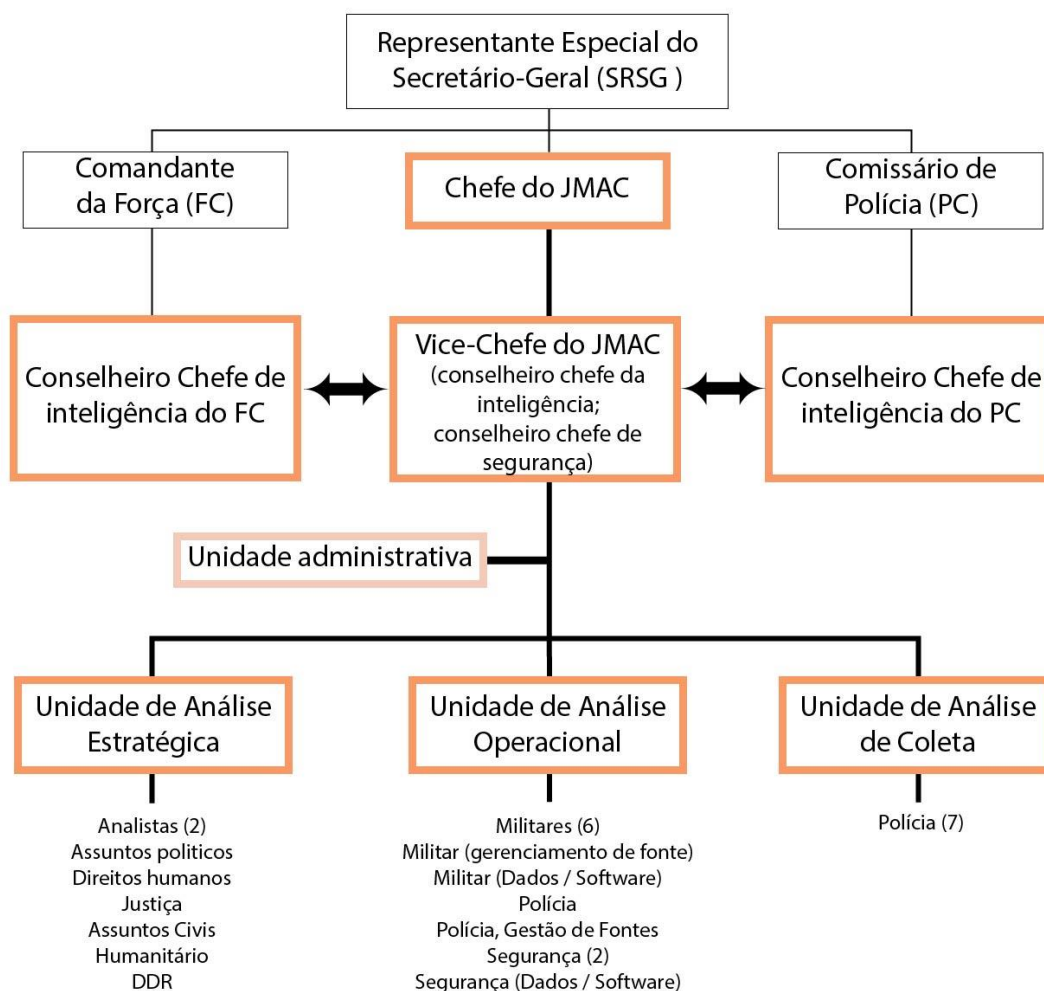
O JMAC da MINUSTAH foi estabelecido entre o fim de 2005 e o início de 2006 e chegou a possuir cerca de 30 funcionários. O Centro era constituído por três componentes fundamentais: (1) uma Unidade de Análise Estratégica, que tinha como função avaliar as ameaças ao mandato, viabilizando a antecipação de potenciais crises e desenvolvimentos pelo SRSG e sua equipe, a Unidade fazia reuniões semanais com a participação de todas as principais divisões da Missão e representantes de agências da ONU, como UNICEF e UNDP; (2) uma Unidade de Análise Operacional e Apoio ao Planejamento que deveria fornecer suporte ao planejamento operacional integrado militar/policial, essa unidade mantinha um contato bastante próximo com o JOC; (3) uma Unidade de Análise de Coleta que deveria coletar dados sobre localização, capacidades e movimentação de indivíduos ou grupos que constituíssem alguma ameaça à realização do mandato, a unidade também mantinha a *Human Source Network* que lidava diretamente com fontes humanas e funcionava como um sistema de recompensas monetárias (DORN, 2009; COCKAYNE, 2014). Sobre o manuseio das informações e sua confidencialidade, Dorn (2009) explica que:

Os nomes e atividades dos informantes tiveram que ser cuidadosamente salvaguardados. A confiabilidade dessas fontes humanas (e seus manipuladores) foi determinada ao longo do tempo. Apenas as fontes mais confiáveis receberam pagamentos regulares. O JMAC não empregava pessoas locais em sua sede por medo de vazamentos e lealdades divididas. (DORN, 2009, p.830, tradução nossa⁸⁹).

Como em qualquer operação, o chefe do JMAC da MINUSTAH, um civil, tinha como principal função a supervisão das atividades da unidade e o assessoramento do SRSG, além do acesso direto tanto ao Comandante da Força quanto ao Comissário de Polícia. Abaixo temos um organograma que remonta a estrutura do JMAC da Missão em 8 de fevereiro de 2007:

Figura 1 – Organograma do JMAC da MINUSTAH (2007)

⁸⁹ No original: “*The names and activities of informants had to be carefully safeguarded. The reliability of these human sources (and their handlers) was determined over time. Only the most trusted sources received regular payments. JMAC did not employ locals at its headquarters for fear of leaks and divided loyalties.*” (DORN, 2009, p.830).



Fonte: DORN (2009, p. 831, tradução nossa).

Entre dezembro de 2006 e março de 2007, foram realizadas várias operações contra as ‘gângues’ que fizeram amplo uso dos produtos de inteligência da MINUSTAH, vindos principalmente do JMAC, para pacificar e retomar o controle de algumas localidades, em especial, das áreas periféricas de Porto Príncipe. Havia uma preferência do General de Divisão Santos Cruz, então Comandante da Força, por operações ofensivas noturnas, pois o general entendia que à noite a probabilidade de morte de civis era menor. Também foram realizadas operações noturnas exclusivamente voltadas para a coleta de inteligência, o que contribuiu para uma boa consciência situacional do terreno e foi um fator determinante para a realização das operações ofensivas (DORN, 2009). Esses seriam exemplos do que Dorn (2009) chamou de “*intelligence-led operation*” ou “*intelligence-led peacekeeping*”, que seriam “[...] operações conduzidas em tempo e objetivos pela inteligência, incluindo operações para obter

inteligência”, podendo ser comandas pelo JMAC ou pela J2⁹⁰ (DORN, 2009, p. 806, tradução nossa⁹¹).

Um dos principais produtos utilizados para o planejamento dessas operações foram os *target packages*⁹² que continham informações detalhadas sobre os líderes de ‘ganges’. Outros produtos de inteligência eram o resumo semanal de inteligência direcionado para o SRSG, o sumário semanal de inteligência, as avaliações de ameaças para visitas de indivíduos de grande prestígio ou poder e processos eleitorais, os relatórios de situação (*situation reports* - Sitreps) produzidos diária e semanalmente enviados para Nova York e relatórios curtos sobre assuntos mais urgentes. Em adição, entre 2006 e 2007, foram enviados para Nova York análises pós-ação (*after-action reviews* - AARs) nas quais era relatada a intensidade da força utilizada nas operações. Também faziam parte dos produtos de inteligência os comunicados à imprensa, emitidos especialmente após operações bem-sucedidas (DORN, 2009).

Embora a MINUSTAH realizasse reuniões semanais para a troca de inteligência ou informações recentes relevantes, o compartilhamento de informações entre agências foi considerado ruim. Também eram realizadas reuniões entre áreas específicas dos batalhões para a formulação de relatórios que seriam repassados ao JMAC, embora tenha-se registrado reclamações sobre a falta de informações vindas do JMAC para os batalhões, cabe ressaltar que o Centro tinha como principal consumidor o SRSG e a disseminação de suas informações era feita seguindo os princípios de *need-to-know* e *need-to-share*, uma vez que seus produtos continham informações sensíveis (KUELE, 2014). Nesse sentido, a MINUSTAH também procurou limitar o compartilhamento de informações com a PNH devido à possibilidade de vazamento, assim, apesar da MINUSTAH ter trabalhado em estreita colaboração com a PNH, muitas informações só eram compartilhadas durante o andamento das operações (DORN, 2009).

Dos tipos de coleta de informação possíveis em operações de paz, na MINUSTAH o grande destaque ficou para a HUMINT composta por colaboradores locais, tropas, funcionários da ONU ou informantes, ainda que estes últimos não estejam expressamente declarados (BONAVITA, 2016). Como veremos, a Missão fez amplo uso de informantes locais, o que teria sido possível devido ao descontentamento com relação às ‘ganges’. No entanto, devido à possibilidade de informações falsas, sempre era necessário o cruzamento de dados, que poderia

⁹⁰ J2 é a abreviatura dada para a seção de inteligência militar de uma operação de paz. As siglas U2 e G2 também são utilizados para esse fim (DORN, 2009).

⁹¹ No original: “[...] operations driven in timing and objectives by intelligence, including operations to gain intelligence.” (DORN, 2009, p. 806).

⁹² ‘Pacotes-alvo’, em tradução livre.

ser feito tanto com o que era coletado por observação quanto por IMINT, o que foi bastante importante para identificar e localizar membros de grupos armados bem como para coletar informações sobre seus recursos (DORN, 2009; BONAVIDA, 2016).

Quando se considerou controlado o conflito com os grupos armados, houveram algumas mudanças no JMAC com um aumento de policiais e uma diminuição de militares, além disso, o foco do Centro passou a ser o monitoramento de violações de direitos humanos (DORN, 2009; BONAVIDA, 2016). Enquanto o SGNU demandava o máximo possível de informações sobre o andamento da Missão, o CSNU solicitava que os Estados-Membros, em coordenação com a MINUSTAH, dessem maior apoio à abordagem de atividades ilícitas, como tráfico transfronteiriço de pessoas, drogas, armas (UNITED NATIONS, 2008b; BONAVIDA, 2016).

Em 2009, observando uma melhora na situação de segurança do país, com uma diminuição das fatalidades decorrentes de violência direta, o CSNU optou por focar as ações da Missão nos esforços para o desenvolvimento, o que teve como consequência um redirecionamento da atividade de inteligência para este mesmo fim (BONAVIDA, 2016). Segundo Bonavita (2016), a perda de espaço da segurança, acabou deixando o país vulnerável e teria contribuído também para a ocorrência de um ataque à Missão. Ainda assim, naquele momento foi considerado que o país estava “calmo, embora extremamente frágil” (UNITED NATIONS, 2009c, p. 5, tradução nossa).

De acordo com Bonavita (2016), após o terremoto de 2010, a atividade de inteligência é novamente redirecionada, agora para esforços em prol da ajuda humanitária. O acúmulo de funções pela MINUSTAH acabou sobrecarregando sua atividade de inteligência, que enfrentava grandes dificuldades de coordenação, tanto por conta da destruição causada pelo terremoto, mas também pela institucionalização ainda precária da atividade. Devido à escassez na produção de conhecimento, as áreas rurais foram negligenciadas e as ações da Missão se concentraram em Porto Príncipe (BONAVIDA, 2016).

Segundo Bonavita (2016), o primeiro momento após a tragédia, o destaque na colaboração de informações ficou para o Escritório das Nações Unidas e para a Coordenação de Assuntos Humanitários (*United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs* - OCHA), que juntamente com a MINUSTAH, estabeleceu um Centro Conjunto de Tarefas e Operações (*Joint Operations and Tasking Centre* - JOTC) que funcionou como uma plataforma de coordenação civil-militar, na qual eram feitas trocas de informações entre agentes humanitários, policiais e militares e reuniões regulares com diferentes órgãos (BONAVIDA, 2016). É necessário ressaltar que o objetivo do JOTC não era o fornecimento de inteligência para a Missão, seu foco era suprir as necessidades primordiais da população naquele momento

pós-terremoto, assim, embora as trocas de informações possam ter servido para o JMAC fazer análises mais bem informadas, o fluxo de informação e as fontes do Centro continuaram sendo os mesmos (AGUILAR, 2014).

Nos anos seguintes, com o crescimento de crimes como sequestro, estupro e assassinatos e também devido à vulnerabilidade dos campos de refugiados, houve uma busca por aproximação da PNH à população através do patrulhamento mais frequente e reforço da presença nos campos, o que segundo Bonavita (2016) indicaria um fortalecimento da inteligência humana e teve como consequência o aumento de denúncias.

Ao longo de seu período de atuação, a MINUSTAH utilizou-se amplamente das células de inteligência ao seu dispor, seja o JMAC ou as unidades de inteligência militar. O JMAC teve grande notoriedade ao participar ativamente do planejamento das operações de pacificação nos anos de 2006 e 2007, fornecendo inclusive informações em tempo real. No entanto, foram identificadas várias falhas de coordenação e até mesmo de proteção de dados (DORN, 2009). Bonavita (2016) também identifica como problemática a falta de institucionalização da HUMINT nas operações de paz de forma geral e na MINUSTAH, principalmente, considerando a importância que esse tipo de coleta teve para a Missão. A pesquisadora avalia que “a fase de maior estabilidade e segurança correspondeu ao período de maior atuação da HUMINT” (BONAVITA, 2016, p. 74). Ainda assim, os ganhos da atividade de inteligência na MINUSTAH foram considerados por alguns exemplos a ser replicado em outras operações de paz (DZIEDZIC; PERITO, 2008; DORN, 2009; BONAVITA, 2016; KUELE, 2014; COCKAYNE, 2014).

4.3 A atividade de inteligência da MINUSTAH e sua contribuição para a estabilização

Nas próximas seções, analisamos a atividade de inteligência procurando destacar sua relação com as noções de estabilização que guiaram a condução da MINUSTAH e que tiveram, portanto, influência na condução da atividade. Como já foi demonstrado, o fato de a Missão ter como prioridade a manutenção da ordem, resultou em escolhas que contribuíram para estigmatizar a população mais pobre e fortalecer o *status quo*. Na atividade de inteligência, a influência da noção de estabilização é evidenciada pelo foco nos líderes das ‘gangues’ e depois na identificação das manifestações como ameaças à estabilidade.

Assim, em um primeiro momento, em que a força foi utilizada de maneira mais intensa e frequente, a atividade de inteligência se assemelhava àquela desenvolvida em operações de contrainsurgência, com a identificação dos que foram apontados como alvos, de suas relações

e movimentações. Posteriormente, com as ‘gangles’ enfraquecidas, a MINUSTAH passou para uma abordagem mais relacionada às práticas de policiamento através de patrulhas e permanência contínua nas localidades onde antes ocorreram as operações de segurança. O que evidencia a criminalização das populações que viviam nessas localidades, uma vez que apesar da MINUSTAH ter considerado as operações um sucesso exatamente por conseguir deslocar as ‘gangles’ dessas localidades, elas ainda assim continuaram a ser vistas como perigosas.

Todavia, a abordagem policial ganha um destaque ainda mais relevante quando observamos como a MINUSTAH monitorou e lidou com as manifestações que ocorreram no Haiti. A Missão via as manifestações como uma questão de segurança sendo então tratadas como ameaça à estabilidade. Essa abordagem acabou contribuindo para a deslegitimação, despolitização e criminalização das manifestações, no sentido de que elas foram, na maioria das vezes, desvinculadas de seu caráter político e, por conseguinte, deslegitimadas pela própria MINUSTAH.

Para abordar essas conexões entre atividade de inteligência e estabilização na MINUSTAH foram formuladas três seções: a primeira aborda o uso da força e as operações de segurança, em que focamos no desenvolvimento das *intelligence-led peacekeeping* e os fatores que as tornaram um modelo a ser replicado; na segunda seção, nos voltamos para a análise do monitoramento das manifestações e das abordagens que foram escolhidas a partir da consideração dos protestos como ameaças e, por fim, abordamos as conexões entre a coleta de HUMINT com as práticas de pacificação.

4.3.1 O uso da força e as operações de segurança da MINUSTAH

Para analisar a atividade de inteligência da MINUSTAH é fulcral abordarmos as operações militares que foram realizadas em áreas urbanas de Porto Príncipe. Como mencionamos no capítulo “O Haiti e a MINUSTAH” (3), Paula (2020) apontou que as ações da Missão podem ser agrupadas em cinco momentos distintos, sendo que o primeiro é caracterizado pelo confronto entre o contingente militar da MINUSTAH e os grupos armados locais e é nesse momento, que se estende por um período que vai do último trimestre de 2004 aos primeiros meses de 2007, que ocorreram as maiores operações militares nas áreas urbanas da capital. Para nós é importante também diferenciar as operações entre aquelas que ocorreram antes de dezembro de 2006, quando o JMAC ainda não era operacional, e as chamadas *intelligence-led operations*, que se desenrolaram entre dezembro 2006 e março de 2007, nas

quais a atuação do JMAC foi essencial. Poderemos assim notar as diferenças entre os dois tipos de operação e compreender o valor da atividade de inteligência para elas.

Chamadas de ‘operações pacificação’ pelo contingente brasileiro, essas operações militares ocorreram em bairros habitados pela população mais pobre, especialmente, Bel Air⁹³, Cité Militaire e Cité Soleil. Durante as operações foram utilizadas diferentes táticas para lidar com os grupos armados que tinham suas bases localizadas em tais bairros, desde a presença militar e policial da MINUSTAH e da PNH até operações de combate, com as prisões sendo realizadas pela última, uma vez que nem os *peacekeepers* nem a UNPOL tinham poder de prisão (DZIEDZIC; PERITO, 2008). Assim, ainda que a MINUSTAH procurasse compartilhar apenas as informações necessárias com a PNH para evitar vazamento do planejamento, todas as operações precisavam ser feitas impreterivelmente em conjunto (DORN, 2009).

Inicialmente, a principal estratégia foi a de contenção das ‘gângues’. A Missão buscou avançar contra os grupos armados locais, espremendo-os em áreas cada vez menores com o objetivo de restringir seu livre acesso a outras regiões da cidade. No entanto, a necessidade de abandonar os postos de controle ao anoitecer para assegurar a proteção de seu pessoal e evitar ataques noturnos contra os quais a Missão não teria a capacidade de se proteger, prejudicou a manutenção das posições e, portanto, a estratégia de contenção (DZIEDZIC; PERITO, 2008). Como veremos a seguir, durante as *intelligence-led operations*, devido a aquisição de ativos como dispositivos infravermelhos, passou a ser possível não só manter a posição como realizar operações no período noturno.

Das diversas operações realizadas antes do funcionamento do JMAC, escolhemos destacar a Operação “Punho de Aço”, que ocorreu em 6 de julho de 2005, e representou uma mudança tática das tropas da MINUSTAH com o uso de força letal para cumprir os objetivos estipulados (CAVALCANTI, 2016). O seu resultado contraditório, interpretado por alguns como um “sucesso misto” (DORN, 2009, p. 812, tradução nossa) e por outros como um fracasso em termos táticos e estratégicos (COCKAYNE, 2014), acaba expondo as principais inconsistências do uso da força no contexto haitiano que, posteriormente, a atividade de inteligência, de certa forma, contribuiria para contornar sem que fosse necessária uma reavaliação do direcionamento adotado pela Missão, que, como discutimos no capítulo anterior, priorizou a ordem e a manutenção do *status quo*.

⁹³ Bel Air aqui é entendida como um conjunto de bairros composto por Bel Air, Delmas 2, Solino e Ticherry.

A Operação tinha como alvo principal Emmanuel ‘Dred’ Wilme, que liderava uma das ‘ganges’ e estava baseado em Cité Soleil. Assim, na madrugada de 6 de julho, foram mobilizados 440 militares para entrar no bairro, enquanto cerca de mil militares adicionais fizeram a proteção do perímetro. Durante a Operação, que durou cerca de sete horas, Wilme e mais seis membros da ‘gangue’ foram mortos, 22.700 cartuchos de munição e 78 granadas foram utilizados, sendo que destes 5.500 cartuchos foram disparados por *peacekeepers* peruanos que, cercados por no mínimo 30 membros de ‘ganges’, responderam com tiros, granadas e morteiros (COCKAYNE, 2014). Ainda de acordo com Cockayne (2014), uma outra situação adversa enfrentada pelos capacetes azuis durante a operação foi o atolamento de dois veículos blindados de transporte de pessoal (VBTP⁹⁴) na lama, o que forçou as tropas a lidar com a situação durante a troca de tiros.

Isso tudo ocorreu no meio de um dos bairros mais populosos da capital, onde as casas são construídas por materiais bastante frágeis que são facilmente atravessados por balas. O número exato de mortos ainda não é conhecido, enquanto na época alguns residentes declararam que contaram mais de vinte corpos, outros afirmavam que o número era maior (GROWING..., 2005; YEARMAN, 2007). Em 2017, no documentário *It Stays With You* foi apontado algo em torno de 80 mortes de civis (HUNTER, 2019). Além disso, as instalações dos Médicos Sem Fronteiras perto de Cité Soleil atenderam 26 pessoas feridas por tiros, sendo vinte mulheres e uma criança (YEARMAN, 2007).

Dessa forma, não se sabe qual foi a exata proporção dos danos causados a civis, mas sabe-se que foram suficientes para o Relator Especial da ONU sobre Execuções Sumárias e Arbitrárias, Philip Alston, exigir que a liderança da MINUSTAH desse explicações e para a deterioração da imagem da Missão perante a população (COCKAYNE, 2014). Cockayne (2014) avalia que ainda que a Operação tenha tido como resultado a morte de Wilme e de seus aliados, o que, portanto, é um ponto positivo para o autor, ela foi um fracasso em termos táticos, porque a MINUSTAH continuou sem conseguir realizar patrulhas a pé no bairro e em termos estratégicos, porque teria reforçado a perspectiva de que as ‘ganges’ representavam uma resistência à “ocupação estrangeira”.

A Operação “Punho de Aço” acaba deixando mais do que evidente que as mortes de civis tinham um peso gigantesco sobre a Missão, independente se os objetivos militares fossem cumpridos e que então o plano de focar na captura ou, como vimos, eliminação de líderes e

⁹⁴ A sigla APC, do inglês “*armoured personnel carrier*”, também é utilizada para se referir a esses veículos.

membros de ‘gângues’ só seria executável se os “danos colaterais”, como foi chamado por alguns as mortes de civis, fossem reduzidos ao máximo. Tarefa bastante difícil dado que os grupos armados locais se baseavam em bairros altamente populosos e com estrutura extremamente precárias. Era então crucial que as operações nessas localidades fossem mais rápidas, melhor coordenadas, informadas e precisas. As tropas precisavam conseguir antever ao máximo todo e quaisquer movimentos dos grupos armados locais para que não dessem margem para emboscadas, como aconteceu com os *peacekeepers* peruanos, e nem fossem detidos por problemas de locomoção, como na situação do atolamento dos VBTPs.

Portanto, apenas com a redução das mortes de civis e uma maior precisão das operações seria possível para a MINUSTAH manter seu plano de estabelecer a segurança por meio do engajamento contra as ‘gângues’ e da pacificação das comunidades. No entanto, naquele momento a Missão ainda não possuía as capacidades necessárias para operacionalizar seu projeto e o receio de repetir o fracasso da Operação “Punho de Aço” levou a uma certa paralisia da MINUSTAH. A situação só se modificaria de maneira significativa em 2006, mais precisamente em agosto, quando o presidente René Préval, após tentativas de negociação, se dirigiu às ‘gângues’ declarando que deveriam se “render ou morrer” (COCKAYNE, 2014, p. 752, tradução nossa).

4.3.1.1 As *intelligence-led operations* e o direcionamento da força

Alguns meses após o sinal verde dado pelo presidente Préval, a MINUSTAH passou a atuar de maneira muito mais ofensiva contra os grupos armados urbanos. A liderança da Missão avaliou que para diminuir o poder dos grupos armados locais o caminho seria tomar deles o controle de certas localidades, como Cité Soleil, Bel Air e Cité Militaire, o que seria feito por meio de várias operações militares. Assim, as *intelligence-led operations* realizadas pela MINUSTAH, em conjunto com a PNH, foram uma série de operações ofensivas, lançadas entre dezembro de 2006 e março de 2007, nas áreas urbanas do Haiti, contra os grupos armados locais e que foram orientadas em termos de tempo e objetivos pela atividade de inteligência⁹⁵ (DORN, 2009).

⁹⁵ De acordo com o Relatório do Secretário-Geral sobre a MINUSTAH, foram conduzidas pela MINUSTAH, em conjunto com a PNH, 19 operações desse tipo em Cité Soleil e Martissant entre 22 de dezembro de 2006 a 28 de fevereiro de 2007 (UNITED NATIONS, 2007). Depois dessa data, de acordo com Dorn (2009), ocorreram pelo menos mais três operações (ver em: Tabela 1).

A principal unidade responsável pela condução dessas operações foi o JMAC da Missão, estabelecido entre o fim de 2005 e o início de 2006, antes mesmo da Diretriz Política da ONU que se refere tanto ao JMAC quanto ao JOC das operações de paz (DPKO, 2006; DORN, 2009). As operações que duravam em média 5 horas para serem executadas, precisavam de cerca de 40 a 50 horas de planejamento. O levantamento das informações se estendia por semanas e a equipe da MINUSTAH juntamente com oficiais do JMAC examinava possíveis cursos de ação e formulava cenários mais prováveis e mais perigosos (DORN, 2009). A preparação para as operações lideradas por inteligência foi feita com base em um planejamento rigoroso, que incluiu um processo de “*Intelligence Preparation of the Battlespace*”⁹⁶, quando construído pelo componente militar, ou “*Intelligence Preparation of the Environment*”⁹⁷, quando construído pelo próprio JMAC. O objetivo desses processos era “[...] tomar medidas enérgicas contra as gangues, quando as vidas de soldados e civis eram dependentes em informações oportunas e precisas” (DORN, 2009, p. 806, tradução nossa⁹⁸).

Na teoria, o JOC deveria lidar com as informações de curto prazo, ou seja, das operações atuais e relatórios diários, já o JMAC seria responsável pela análise de médio e longo prazo. Todavia, as atividades dos dois centros da MINUSTAH acabavam se sobrepondo e a diferenciação dos dois recaía sobre a profundidade da análise. Enquanto o JOC entregava, por exemplo, dados sobre clima e informações militares imediatas, o JMAC apreciava as implicações sociais (DORN, 2009).

Ao concluir, a partir da atividade de inteligência, que as ‘gangues’ possuíam estruturas de comando e controle fracas e vinculadas à personalidade e ao poder de cada líder, a Missão optou por tentar eliminar a coesão dos grupos armados urbanos através da captura de seus líderes, crendo que ou iriam eclodir disputas internas ou a falta de uma liderança poderia levá-las ao colapso (HAMMOND, 2012). O plano da MINUSTAH consistia em (1) capturar os líderes das ‘gangues’; (2) avançar sobre o território, espremendo as ‘gangues’ em um espaço cada vez menor; (3) consolidar a ocupação do território através de QIPs e presença contínua; e (4) um programa de Redução da Violência Comunitária que seria focado em projetos econômicos de base comunitária (HAMMOND, 2012).

Para a realização da primeira etapa do plano, isto é, a captura dos líderes, era necessário identificar os “alvos” das operações, para isso JMAC realizou uma “análise de links”, buscando

⁹⁶ Em tradução livre para o português: “Preparação de Inteligência do Espaço de Batalha”.

⁹⁷ Em tradução livre para o português: “Preparação de Inteligência do Ambiente”.

⁹⁸ No original: “[...] to take forceful measures against the gangs, when both soldier and civilian lives were dependent on timely, accurate intelligence.” (DORN, 2009, p. 806).

averiguar relacionamentos entre indivíduos e entre grupos, se utilizando também do sistema CARVER para apoiar a identificação dos líderes (DORN, 2009). Como Dorn (2009) explica, o sistema CARVER funciona da seguinte forma:

[...] cada alvo potencial é avaliado em uma escala (por exemplo, 1 a 10) para cada um dos seis critérios: Criticidade, Acessibilidade, Retorno (ou Recuperabilidade do adversário), Vulnerabilidade (da ONU), Efeito (de parada) e Reconhecimento. A matriz resultante e a soma total auxiliaram os tomadores de decisão na seleção dos principais alvos e operações prioritárias. (DORN, 2009, p. 826, tradução nossa⁹⁹).

De todos os produtos produzidos pelo JMAC, os *target packages* estão entre os mais importantes para a condução das operações e prisões. Eram produtos de inteligência que apresentavam informações detalhadas sobre os líderes de ‘ganges’, descrevendo locais frequentados, relacionamentos, inclusive amorosos, laços familiares e também continham informações importantes sobre as ‘ganges’, como seus pontos fortes, suas vulnerabilidades, táticas, intenções e capacidades. Também eram anexadas imagens que poderiam auxiliar nas buscas aos líderes que permitiam, por exemplo, a identificação de pessoas e veículos. Um exemplo da precisão desses produtos é o *target package* referente a Amaral Duclona, líder de um dos grupos armados locais que controlava a região de Belecour, em Cité Soleil. No *target package* constava que Duclona frequentava diariamente um restaurante localizado em Cité Soleil, foram coletados horários de entrada e saída, quem eram as pessoas que o acompanhavam e quais eram os transportes utilizados, até mesmo o posicionamento das mesas, portas, cozinha e funcionários estavam inclusos no documento (DORN, 2009). Embora caiba ressaltar sempre que os líderes de ‘ganges’ não eram considerados insurgentes, esse mapeamento de suas relações e o direcionamento das operações para sua captura e de seus aliados segue a mesma lógica da contrainsurgente de neutralização de inimigos.

Os principais tipos de coleta de informação que alimentavam não só os *target packages*, mas todos produtos produzidos pelo JMAC, eram a IMINT e a HUMINT e a combinação dessas duas categorias de coleta foi decisiva para a Missão. De acordo com Dorn (2009), o uso de imagens aéreas coletadas, principalmente através de helicópteros, permitiu à MINUSTAH localizar posições de potenciais atiradores, locais de armazenamento de armas, cativerios utilizados para esconder vítimas de sequestro, bases e dormitórios de líderes de ‘ganges’, rotas de fugas e potenciais esconderijos. Fotografias de líderes de ‘ganges’ também foram utilizadas

⁹⁹ No original: “[...] each potential target is assessed on a scale (e.g., 1 to 10) for each of six criteria: Criticality, Accessibility, Return (or Recoverability of adversary), Vulnerability (of UN), Effect (of arrest), and Recognizability. The resulting matrix and the total sum aided decision-makers in selecting the top targets and priority operations.” (DORN, 2009, p. 826).

para examinar pessoas que saíam de áreas isoladas, Dorn (2009) exemplifica esse uso relatando que durante a Operação Nazca, em 20 de fevereiro de 2007, todos os homens em idade produtiva foram parados para esse exame pelo BRABAT e pela UNPOL.

A capacidade de coletar imagens e produzir inteligência a partir delas deu uma vantagem considerável à Missão. Foi possível criar mapas atualizados das localidades onde se pretendia realizar operações, até mesmo satélites foram importantes para a construção desses mapas. A partir deles foram identificadas as melhores rotas de acessos e os prováveis obstáculos em Cité Soleil. Também permitiu à MINUSTAH malograr a tática das ‘gangues’ de abrir fossos para impedir a passagem dos VBTP, pois com a inteligência acionável fornecida pela IMINT, a Missão conseguia escolher as rotas mais favoráveis à passagem dos veículos e também se preparar para as operações, armazenando, antecipadamente, areia e pedra nas proximidades dos fossos para seu preenchimento pelo esquadrão de engenharia da Missão durante as operações, evitando assim a repetição do episódio ocorrido na Operação “Punho de Aço” e dando muito mais agilidade para as tropas envolvidas nas operações (DORN, 2009).

A possibilidade de realização de operações noturnas foi um outro ganho da operação relacionado a IMINT, mas também combinado com a aquisição de equipamentos tecnológicos como dispositivos infravermelhos para detectar calor, conectados em helicópteros e capacetes, rifles com mira noturna e intensificadores de imagem, que também podiam ser plugados nos capacetes. As operações de reconhecimento com helicópteros eram feitas à noite e foram importantes para o planejamento das operações noturnas às quais o Comandante da Força, General Santos Cruz, dava preferência visando confundir as ‘gangues’ e evitar mortes de civis:

As operações noturnas permitiram que a missão reduzisse os ferimentos a inocentes e aumentasse o elemento surpresa. A ONU poderia usar a cobertura da escuridão, algo que os bandidos habitualmente faziam para apoiar suas atividades criminosas. Mas quando as Nações Unidas adquiriram a tecnologia de visão noturna, ela poderia tomar a iniciativa na hora e local de sua escolha. (DORN, 2009, p. 828, tradução nossa¹⁰⁰).

A HUMINT também se mostrou essencial para a realização das *intelligence-led operations*. Desde 2005, a MINUSTAH possuía uma linha direta por onde as pessoas poderiam fazer denúncias anônimas (BONAVITA, 2016), mas com a operacionalização do JMAC e a consequente capacidade da Missão de transformar as informações recebidas em inteligência acionável a HUMINT se tornou um bem muito precioso que a ONU investiu:

¹⁰⁰ No original: “*Night operations allowed the mission to reduce injuries to innocents and increase the element of surprise. The UN could use the cover of darkness, something that bandits had habitually done themselves to support their criminal activities. But when the United Nations acquired night-vision technology, it could take the initiative at a time and place of its choosing.*” (DORN, 2009, p. 828).

As pessoas próximas aos líderes da gangue (incluindo amantes), às vezes, ofereceriam voluntariamente provas incriminatórias e informações de tempo/lugar para ajudar as Nações Unidas a fazer prisões. Além disso, a renda muito baixa das pessoas no Haiti significava que muitos teriam prazer em oferecer informações para compensações modestas. Incomum para PKO, a missão tinha fundos especiais para construir tais relacionamentos. (DORN, 2009, p. 821-822, tradução nossa¹⁰¹).

O uso de HUMINT foi importante para a determinação de locais e atividades dos líderes das ‘gangues’, informantes chegaram a ser vestidos com o uniforme militar da ONU e com os rostos cobertos com o intuito de proteger sua identidade e possibilitar que conseguissem apontar suspeitos (DORN, 2009). Uma das dificuldades em relação às informações coletadas com informantes locais era a língua. O problema da barreira linguística pôde ser precariamente contornado com o apoio da PNH, porém, como já tratamos, a MINUSTAH não confiava na polícia local, então esse apoio foi relativamente limitado (COCKAYNE, 2014). Ainda sobre essa questão, foi relatado certa dependência da Missão em relação a intérpretes de *creole* haitiano e francês, que eram escassos e cuja a contratação dependia de questões orçamentárias, algo que é um problema para a maioria das operações de paz da ONU (BONAVITA, 2016). De qualquer forma, as patrulhas diárias feitas por militares da MINUSTAH, pela UNPOL e pela PNH, geralmente em conjunto e estando por vezes acompanhados de funcionários do JMAC, foram importantes para a coleta de informações junto à população que posteriormente seriam utilizadas para planejar as operações e/ou formular políticas de *peacebuilding*.

Segundo Dorn (2009), a limpeza das ruas, que fazia parte das ACISOs, também possibilitava a obtenção de inteligência e de familiaridade com o bairro, algo oportuno para o planejamento das operações, ainda que não fosse o objetivo dessas atividades, que eram na realidade voltadas, principalmente, para obter o apoio da população e também preparar o terreno para as próximas operações.

No fim de 2006, uma sequência de acontecimentos culminou no que Dziedzic e Perito (2008, p. 4) chamaram de “tempestade perfeita”. A morte de dois *peacekeepers* jordanianos em novembro, o aumento da taxa de sequestros e uma série de outras ações violentas em dezembro, a influência que essas ações tiveram sobre a opinião pública, que exigia que algo fosse feito, foi um contexto bastante oportuno para o início das operações.

¹⁰¹ No original: “Persons close to the gang leaders (including lovers) would sometimes voluntarily offer incriminating evidence and time/place information to assist the United Nations make arrests. In addition, the very low income of people in Haiti (where more than half the population lives on less than one dollar a day) meant many would gladly offer information for modest compensation. Unusual for PKO, the mission had special funds to build such relationships.” (DORN, 2009, p. 821-822).

A primeira operação, batizada de *New Forest* ocorreu nos dias 21 e 22 de dezembro, em Bois Neuf, sendo que no primeiro dia foram 5 horas de duração e, no segundo, 9 horas. A operação envolveu 335 militares, estando inclusas uma *Formed Police Units* (FPU) chinesa, um contingente SWAT da Jordânia e um da PNH, que teve o apoio do BRABAT, 37 VBTPs e um helicóptero (COCKAYNE, 2014). O “alvo” da operação era Pierre Belony, líder de um dos grupos armados locais que estava estabelecido em Bois Neuf. A MINUSTAH, todavia, não obteve sucesso em seu objetivo e ainda perdeu um VBTPs uruguaio, junto com uma metralhadora e um rifle, que foram recuperados posteriormente, além disso, prisão de Belony só ocorreu em 21 de abril de 2007 (DORN, 2009; COCKAYNE, 2014).

Posteriormente, uma operação ainda maior foi realizada no distrito de Boston, em Cité Soleil. O objetivo da operação era a apreensão da Casa Azul, um prédio de três andares que era utilizado como base por Evens Jeune e que tinha como vista a Route Nationale 1, uma das principais estradas de Porto Príncipe. A Route Nationale 1 passa por Cité Soleil, cruza a capital, passa pelo terminal marítimo e leva até o aeroporto. Uma análise de inteligência apontou que a tomada desse reduto traria importantes vantagens táticas sobre Evens, restringindo os movimentos de sua gangue e, a partir do monitoramento da localidade, também determinou o melhor horário para a realização da operação (DORN, 2009).

Assim, na madrugada de 24 de janeiro de 2007, foi lançada a Operação *Blue House* em que contou com 500 militares, 28 VBTPs, 13 veículos e um helicóptero (DORN, 2009). Dorn (2009) relata que primeiramente as tropas sul-americanas isolaram a área e fizeram um falso ataque a um outro local para confundir as ‘gangues’ e atraí-las. No entanto, quando os soldados da ONU foram avistados por membros de ‘gangues’ no telhado da Casa Azul começaram a atirar desencadeando um tiroteio que se estendeu até o entardecer (DZIEDZIC; PERITO, 2008). De acordo com Dziedzic e Perito (2008), durante uma trégua solicitada pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha para atender os feridos, Evens teria mobilizado civis da vizinhança organizado uma manifestação contra a MINUSTAH para impedir a continuidade da operação, mas a ação de uma FPU conseguiu rapidamente dispersar os civis. A FPU havia sido colocada de prontidão pelo Comissário de Polícia por precaução e se utilizou de recursos de controle de distúrbios não letais. Por fim, a Casa Azul foi apreendida e se tornou um importante Ponto Forte da MINUSTAH que ficou dali em diante sob a vigilância do BRABAT (DORN, 2009).

Duas semanas depois, em 9 de fevereiro de 2007, foi lançada a maior de todas as operações realizadas pela MINUSTAH. A Operação *Jauru Sudamericana* envolveu 717 militares, 44 VBTPs, 11 veículos e um helicóptero. A Operação tinha o objetivo de ocupar a

Base Jamaica, que estava localizada no distrito de Boston, área de responsabilidade do BRABAT, e era o principal reduto de Evens. Participaram da Operação tropas do Brasil, Chile, Peru, Paraguai, Uruguai, Bolívia e da Jordânia. Antes de dar início à operação, panfletos que alertavam o ataque iminente e reforçavam que os únicos alvos eram as ‘gangues’ foram lançados por um veículo aéreo não tripulado (VANT) (DORN, 2009).

Assim, a Operação começou às 3 horas da madrugada com o ataque simultâneo de vários pontos de Boston, incluindo a Base Jamaica, onde se iniciou então um tiroteio contínuo. Ao fim da operação, verificou-se que foram disparados cerca de 10 mil tiros pelas forças da MINUSTAH. Em um dado momento, membros da ‘gangue’ de Evens tentaram indicar uma rendição colocando lençóis brancos nas ruas, no entanto, observadores aéreos identificaram outros membros se posicionando para a atirar contra as tropas, o que foi comunicado para as tropas no terreno, que assim evitaram cair em uma emboscada. O resultado da Operação foi a ocupação do reduto, que também se tornou um Ponto Forte, a prisão de vários membros do grupo de Evens e a apreensão de 5.000 cartuchos de munição, facões e uma máscara de gás (DORN, 2009). Para Cockayne (2014), a Operação *Jauru Sudamericana* é a que mais evidencia a efetividade de uma abordagem bem planejada, integrada e criativa dos componentes da MINUSTAH, que seria uma característica geral das operações realizadas entre 2006 e 2007, e o motivo de seu sucesso.

Tabela 1 – As principais operações em Porto Príncipe (dez./2006 a mar./2007)

Data	Operação (localização)	Tropas e Recursos	Duração e comentários
2006			
21-22 dez	NEW FOREST (Bois Neuf)	335 tropas, 37 VBTPs, 1 helicóptero	5 horas (21 dez) 9 horas (22 dez)
28 dez	HAPPY NEW YEAR (Bois Neuf)	275 tropas, 21 VBTPs, 1 helicóptero	40 minutos
2007			
5 jan	ZULU (Drouillard)	183 tropas, 11 VBTPs, 3 veículos, 1 helicóptero	1 hora 2 presos (incluindo Zacari)
24 jan	BLUE HOUSE (Boston)	500 tropas, 28 VBTPs, 13 veículos, 1 helicóptero	6 horas Casa Azul apreendida
31 jan	HUMAITÁ (Bois Neuf)	343 tropas, 28 VBTPs, 2 botes	6 horas Novo ponto forte estabelecido
9 fev	JAURU SUDAMERICANA (Boston)	717 tropas, 44 VBTPs, 11 veículos, 1 helicóptero	13 horas 8 suspeitos presos, Base Jamaica apreendida e distrito de Boston expurgado da gangue Evens

15 fev	SANTA CRUZ (Brooklyn)	200 tropas, 12 VBTPs, 5 veículos, 1 helicóptero	2 horas Ti Bazile preso
17 fev	PARINTINS (Bois Neuf)	434 tropas, 38 VBTPs, 17 veículos, 1 helicóptero	2 horas Rue Impasse Chavane limpa
20 fev	NAZCA (Belecour)	700 tropas, 38 VBTPs, 17 veículos, 1 helicóptero	8 horas Base de Amaral apreendida; 21 suspeitos presos (14 membros de gangue confirmados)
22 fev	CAJADO (Douillard)	1 companhia	Operação de reconhecimento noturno
28 fev	LOT NIVO (Bois Neuf)	434 tropas, 38 VBTPs, 17 veículos	2 horas 6 suspeitos presos
5 mar	CAIMAN (Boston)	234 tropas, 17 VBTPs	3 horas
11 mar	LAUTARO (Bois Neuf)	314 tropas, 25 VBTPs	5 horas 32 membros de gangue presos
30 mar	CADENAS (Drouillard)		3 Membros da gangue de Belony presos

Fonte: DORN (2009, p. 818, tradução nossa).

Na tabela 1, podemos verificar mais algumas informações das *intelligence-led operations*. Uma das táticas utilizadas pela MINUSTAH durante as operações foi o princípio da força esmagadora, que tem o intuito de ganhar vantagem psicológica sobre o adversário, que acaba se retirando antes. Nesse sentido, foi realizada em meados de 2006 uma grande operação de demonstração de força, envolvendo 1080 tropas, 200 UNPOL e mais de 300 PNH, sem haver “alvo hostil”, (DORN, 2009, p. 816). Além disso, podemos verificar a aplicação do princípio da força esmagadora especialmente nas operações *Blue House*, *Jauru Sudamericana* e *Nazca*. Um outro aspecto que cabe ressaltar é a presença de helicópteros na maioria das operações. Como vimos, o uso de helicópteros tanto para a obtenção de informações antes das operações como para apoio no decorrer delas deu bastante vantagem à MINUSTAH em diversos momentos e a importância desses ativos fica evidente quando constatamos que das doze operações ofensivas que constam o número de tropas e os recursos utilizados, oito fizeram o uso de helicópteros.

No Relatório do Secretário-Geral sobre a MINUSTAH de 22 de agosto de 2007, as operações são mencionadas na terceira seção, voltada para a situação da segurança. Ressaltou-se que cerca de 850 pessoas foram presas, suspeitas de serem membros de ‘gangues’ e que as operações permitiram que a PNH, apoiada pela MINUSTAH, iniciasse em março patrulhas conjuntas em Cité Soleil. Também foi relatado uma diminuição acentuada do nível de violência em Martissant após prisões seletivas (UNITED NATIONS, 2007). Vale lembrar que o

número de prisões junto com a percepção de diminuição do nível de violência foram apontados como o principal indicativo da produtividade e do sucesso das operações, no entanto, essa perspectiva é bastante questionável uma vez que a detenção está relacionada à punição e segregação (BRISSON-BOIVIN; O'CONNOR, 2013), o que teoricamente está na contramão dos ideais democráticos defendidos pela comunidade internacional e pela ONU, mas que conseguiram se acomodar bem no ideal de estabilização da MINUSTAH, ainda que não sem contestação.

No caso específico das *intelligence-led operations* ocorridas entre o fim de 2006 e os primeiros meses de 2007, o número de prisões foi crucial para medir a eficácia operacional delas considerando que tais operações tinham inclusive “alvos” específicos, mas as “fatalidades” ou “efeitos colaterais” também é um outro aspecto bastante mencionado. Nesse caso, não se fala em números exatos, mas fica evidente que manter o número de mortes de civis baixo e o número de prisões alto é importante para comprovar a eficiência das *intelligence-led peacekeeping* (DORN, 2009; DZIEDZIC; PERITO, 2008) e, portanto, da missão de paz em si, que cabe lembrar era pressionada por outros países, pela elite haitiana e até mesmo pela parcela mais pobre a estabelecer um ambiente seguro, o que foi traduzido em neutralizar as ‘gangues’ a partir de operações ofensivas.

Dessa forma, esses fatores serviram para dar legitimidade para a MINUSTAH, principalmente, perante a comunidade internacional, que viu surgir ali novas formas possíveis para lidar com a violência tida como característica das “novas guerras” através de operações de paz. A MINUSTAH não foi a primeira missão a lidar com as chamadas “ameaças assimétricas” e a utilizar inteligência contra elas, isso foi registrado na missão da ONU no Kosovo, mas diferente da MINUSTAH, nesse caso a experiência, apesar de bem sucedida não fez com que a atividade de inteligência fosse melhor aceita no nível político ou que baseasse doutrinas e políticas (BEER, 2016).

No caso, diminuir as mortes foi um ganho bastante importante que a inteligência proporcionou e que, combinado com outros projetos e ações, como os QIPs e as reparações que eram feitas imediatamente após as operações, abriu caminho para uma maior aceitação das ações da MINUSTAH no Haiti e fora do país foi vista como um modelo para outras operações de paz. Assim, o foco no número de prisões permitiu que se ignorasse o fato de que elas aumentaram o número de pessoas inseridas em condições degradantes em um sistema prisional lotado com poucas chances de ter julgamento. Já que a eficácia operacional foi colocada acima das consequências sociais, foi possível sustentar uma narrativa de que apesar das falhas na

reforma do judiciário e do sistema prisional, ao menos um dos esforços da MINUSTAH teve sucesso.

4.3.2 Pacificação e HUMINT

O contato frequente entre população local e tropas da MINUSTAH, possibilitado por ações comuns a operações de paz multidimensionais, mas também por ações de contingentes específicos, em especial do contingente brasileiro, foi determinante para uma maior aceitação por parte dos residentes e para a criação de um ambiente onde a aquisição de informações junto à população era viável. Como já foi apontado, a HUMINT representou uma das principais e mais importantes formas de coleta de inteligência para a MINUSTAH, sendo inclusive associada com o período de “maior estabilidade e segurança” (BONAVITA, 2016, p. 74). Nesta última seção, todavia, veremos que as práticas que propiciam a coleta de HUMINT pressupõem também o estabelecimento de uma ordem pacificadora que torna comum e aceitável formas violentas de interação.

Bonavita (2016) observa que diversas atividades podem proporcionar a coleta de HUMINT, como postos de controle, postos de observação e patrulhas. Os militares envolvidos nessas ações são colocados em contato direto com a população local, que também tem contato diário com os civis que integram a Missão. Dessa forma, a coleta pode ser feita oficialmente, como as linhas telefônicas já citadas criadas pela MINUSTAH, ou não-oficial, através de cooperação civil-militar (*Civilian-Military Cooperation* - CIMIC) que incluem os QIP, por exemplo (BONAVITA, 2016).

O patrulhamento da região metropolitana e da capital fez parte da rotina dos componentes policial e militar da MINUSTAH, que faziam a maioria das patrulhas de forma independente da PNH devido à falta de capacidade e equipamento. Uma intensificação do patrulhamento, significava não só manutenção da ordem, mas também ampliação da coleta de HUMINT, pois aumentava a frequência dos encontros dos componentes e da PNH com a população local, aproximando-os (BONAVITA, 2016).

A imagem de uma operação de paz para a população local é um fator importante, não apenas para a legitimidade da missão, mas porque ganhar a confiança e conseguir a colaboração da população pode trazer consideráveis vantagens, não é ao acaso que a função primordial dos QIP é a conquista da confiança da população. Nesse sentido, destaca-se a forma escolhida pelo contingente brasileiro de se aproximar da população. Que foi tida como uma metodologia própria das tropas brasileiras, mas que pode ser encontrada na doutrina de contrainsurgência.

De qualquer forma, essa aproximação foi executada através de ações de policiamento, como as patrulhas e ações de cunho civil, em especial, as ACISOs e projetos de engenharia (MÜLLER; STEINKE, 2018; PAULA, 2020).

Como nota Paula (2020), no Relatório Final de Emprego do 4º contingente brasileiro da MINUSTAH, foi registrado que a Missão procurava restringir a realização de atividades de ajuda humanitária por militares (PINHEIRO, 2015). Apesar disso, o contingente prosseguiu realizando tais tarefas, inclusive utilizando recursos próprios para a realização de ACISOs. As ações de ajuda humanitária foram classificadas pelo General Heleno, ex-Comandante da Força, como a maior contribuição doutrinária do comando brasileiro para as operações de paz da ONU (PINHEIRO, 2015). Desde o início da atuação brasileira na MINUSTAH, tais ações já eram tidas como bastante valiosas para as tropas, influenciando inclusive em sua segurança, como constata-se no Relatório Final de Emprego do 2º contingente¹⁰²:

[A] ajuda humanitária e a atenção com a população civil são fatores que contribuem sobremaneira para o aumento do número de colaboradores dispostos a cooperar com os esforços da tropa brasileira. O bom relacionamento com a população se reflete também em segurança para a tropa que opera em áreas de grande risco. (BRASIL, 2005, p. 19 apud PINHEIRO, 2015, p. 130).

Além disso, o BRABAT contava com um Destacamento de Operações de Paz, que passou a operar a partir do 3º contingente e que deveria dar apoio ao Batalhão em operações consideradas mais perigosas. O Destacamento possuía as seguintes tarefas:

(i) o planejamento e a execução de ações diretas, incluindo ações de choque e invasão de instalações e construções; (ii) reconhecimento especiais, caracterizados pelo maior detalhamento das informações; (iii) apoio às operações de batalhão com o emprego de equipes de caçadores; (iv) operações de inteligência ostensiva e sigilosas; (v) execução de patrulhamentos noturnos, a pé ou motorizados, em áreas perigosas; (vi) participação de reuniões de segurança comunitária; e, (vii) reforço às equipes de divulgação de operações psicológicas. (PAULA, 2020, p. 129).

Vale relembrar que o BRABAT possuía uma equipe exclusivamente voltada para o planejamento e realização de operações psicológicas, o DOP, que tinha como uma de suas atribuições incentivar a denúncia de criminosos por parte da população em quaisquer eventos ocorressem aglomerações, como as ACISOs. Nesse sentido, é interessante sublinhar que embora não conste como instrução a utilização de ACISOs para a coleta de informações, o próprio Ministério da Defesa salientou a sinergia entre as ACISOs e as Seções de Inteligência

¹⁰² BRASIL. Ministério da Defesa. Comando Combinado, Brigada de Força de Paz Haiti. **Relatório Final de Emprego da Brigada de Infantaria de Força de Paz do 2º Contingente Brasileiro no Haiti**, CONFIDENCIAL, Porto Príncipe, Haiti, 2005.

(PINHEIRO, 2015). Dessa forma, tanto o Destacamento de Operações de Paz quanto o DOP evidenciam a importância dada pelo contingente brasileiro à atividade de inteligência.

Todavia, o que é necessário ressaltar sobre esses encontros entre as forças da ONU e a população local, seja para fins de aproximação ou obtenção de inteligência, estabelecem relações que acabam por tornar aceitáveis violências em nome do controle da segurança. Müller e Steinke (2018) veem a MINUSTAH como um exemplo de governança da segurança que se baseou em formas de criminalização e de violência, o que permite que seja lida como uma forma de pacificação por envolver um universo de práticas, estratégias, normas e atores que buscam suprimir a resistência. A pacificação seria necessária para que os atores civis, militares e policiais que interagem no local conseguissem controlar aquele território e gerir os recursos disponíveis, como infraestrutura, bens de consumo e segurança, ainda que esse controle e gestão sejam feitos de maneira conflituosa e motivado por objetivos parcialmente contraditórios. Nesse sentido, Müller e Steinke (2018) propõem que o contexto haitiano seja visto como uma assembleia urbana de segurança em que temos a interação de diversos atores, que são parcialmente aliados e parcialmente opostos, e, por conseguinte, a criação de ordens plurais que estão em constante disputa.

Dessa forma, a rotinização da interação entre população local, policiais, militares e pessoal de ajuda humanitária, chamada de encontros de pacificação, tem papel de aumentar a efetividade da assembleia urbana de segurança, permitindo que os conflitos gerados pelas disputas dos vários atores sejam acomodados e a gestão da segurança continue fluindo (MÜLLER; STEINKE, 2018).

Como salientado anteriormente, no decorrer da MINUSTAH foi mobilizado um discurso de que o contingente brasileiro tinha uma postura diferenciada, o *‘brazilian way of peacekeeping’*, caracterizado por uma capacidade dos brasileiros de estabelecer laços com a comunidade anfitriã (PAULA, 2020). Assim, enquanto as tropas brasileiras recorreram a esse discurso para defender a legitimidade suas ações, a interpretação dessas ações a partir da ideia de encontros de pacificação revela violências que são obscurecidas por esses discursos que apresentam o contato entre população local e tropas como a prova de um bom relacionamento e aceitação por parte dos residentes. Uma fala de um ex-instrutor do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB) explicita bem essa lógica de aceitação dos encontros violentos:

O mesmo soldado ‘que usa força letal é o mesmo cara que usa assistência humanitária’. Isso permite uma melhor interação com a população. A população já conhece este esquadrão ou soldado específico quando ele usa força e o percebe como [. . .] ‘Ah, ele usa força letal porque não tinha outra

escolha’. Então, isso aumenta o entendimento, ou a ‘aceitação’. (MÜLLER; STEINKE, 2018, p. 235, tradução nossa¹⁰³).

Um outro aspecto que precisa ser levado em conta quando refletimos sobre as interações que foram estabelecidas pelos agentes da MINUSTAH com os haitianos é a criminalização das comunidades mais pobres. Como vimos no capítulo anterior, diversas falas deixam flagrante uma visão extremamente preconceituosa que colocava populações inteiras como criminosas, bastava residir em um determinado local.

Inicialmente a ONU implementou sua classificação de áreas verdes, que era tidas como seguras, amarelas, onde seria necessário cautela ao percorrê-las e vermelhas em que o acompanhamento por um militar ou por uma escolta da FPU é imperativo, no entanto, a manutenção da classificação das áreas periféricas como zonas perigosas é controversa. Como coloca Pingot (2019, p. 137-138, tradução nossa¹⁰⁴):

Embora essa classificação vermelho/amarelo possa ter feito sentido no auge do conflito entre diferentes grupos armados nesses bairros e entre esses grupos e a ONU (em 2004-2007), ela permaneceu por muitos anos, como se a situação não tivesse mudado, ou como se esses bairros fossem intrinsecamente inseguros por serem pobres.

Tendo isso em vista, cabe questionar, como esperar que esses encontros não fossem permeados por uma violência? Ainda assim, as práticas e discursos de aproximação permitiram que os residentes não-criminosos fossem integrados à assembleia urbana de segurança para serem instrumentalizados para a obtenção de informações, sem que ficasse evidente as violências geradas pelas dinâmicas de pacificação. A dinâmica estabelecida por essa criação de laços tinha duas consequências importantes, por um lado, atribuía aos interventores uma legitimidade inquestionável que permitia que o desconforto com a presença da MINUSTAH fosse minimizado, por outro, colocava a interação como uma oportunidade para que o “bom” cidadão decidisse e mostrasse de que lado estava (MÜLLER; STEINKE, 2018).

A MINUSTAH se aproveitou grandemente das vulnerabilidades econômicas e sociais da população, em especial daquela que vivia nas regiões mais pobres, para pacificar e coletar HUMINT. Enquanto os QIP serviam como uma maneira de conquistar “corações e mentes”

¹⁰³ No original: “The same soldier “who uses lethal force is the same guy who uses humanitarian assistance” [English in the original citation]. This enables a better interaction with the population. The population already knows this specific squad or soldier when he uses force and rather perceives him like [...] “Oh, he uses lethal force because he had no other choice”. So, this enhances the understanding, or the “acceptance” [English in the original citation].” (MÜLLER; STEINKE, 2018, p. 235)

¹⁰⁴ No original: “While this red/yellow classification may have made sense at the height of conflict between different armed groups in these neighbourhoods, and between these groups and the UN (in 2004-2007), it stuck for many years, as if the situation had.” (PINGEOT, 2019, p. 137-138).

haitianos, consequentemente viabilizando o compartilhamento de informações pelos residentes, os fundos especiais para a compensação de quem oferecesse informações serviram como uma maneira de instigar ainda mais essa população empobrecida a se aproximar da Missão, que assim se aproveitava de relações de poder caracterizadas pelas desigualdades social e econômica. Um coordenador de uma ONG no Haiti exemplifica tal dinâmica:

eles vêm aqui como ocupantes. [...] Alguém que trabalha em uma organização saberá o que significa ‘ocupante’. Mas uma mulher que precisa de dinheiro para alimentar seus filhos não questionará a ocupação. Ela vê um homem que se aproxima dela e oferece seu dinheiro. *Lajan pa gen koule okipan* [O dinheiro não tem a cor do ocupante, os autores]. Ela vai pegar o dinheiro para cuidar de seus filhos, para satisfazer as necessidades de sua família. (MÜLLER; STEINKE, 2018, p. 242, tradução nossa¹⁰⁵).

É preciso ressaltar, que não se tem o intuito de afirmar que não houvesse aceitação da população em relação à MINUSTAH ou que a presença da Missão não trouxesse um sentimento de segurança à população, pretende-se apenas questionar o discurso que propõe a existência de uma legitimidade inquestionável nessas interações e as coloca como livres de quaisquer conflitos e contradições.

Quando perguntado por Pingeot (2019, p. 165) sobre a sensação de segurança em relação às patrulhas da MINUSTAH em Cité Soleil, um organizador comunitário apresentou duas situações em que a resposta era diferente, na primeira, a MINUSTAH era tida como uma ameaça, pois procurava dispersar “qualquer coisa que parecesse uma reunião” (PINGEOT, p. 165), na segunda, o patrulhamento era bem vindo por dissuadir a ação das ‘ganges’. Essas duas situações ilustram bem a complexidade das relações estabelecidas entre militares e residentes, que apesar de seu inegável valor para a Missão, carregam violências que não podem ser desconsideradas.

4.3.3 O monitoramento de manifestações

Um outro aspecto que é importante ser considerado para a compreensão do nexo entre estabilização e inteligência no âmbito da MINUSTAH é a abordagem escolhida pela Missão para lidar com as manifestações que ocorreram no Haiti ao longo dos 13 anos em que a ONU permaneceu no país. Dessa forma, a compreensão da relação entre estabilização e inteligência

¹⁰⁵ No original: “They come here as occupants. [. . .] Someone who works in an organization will know what ‘occupant’ means. But a woman who needs money to feed her children will not question the occupation. She sees a man who approaches her and offers her money. *Lajan pa gen koule okipan* [Money does not bear the colour of the occupant, the authors]. She will take the money to take care of her children, to satisfy the needs of her family.” (MÜLLER; STEINKE, 2018, p. 242).

passa necessariamente pela análise da percepção que foi compartilhada sobre manifestações no contexto de uma missão com mandato de estabilização. Entendemos que foi essa perspectiva compartilhada que guiou o que se coletou sobre as manifestações, a interpretação que foi atribuída a esses dados e a utilização deles.

Ao tratar do conceito de Gestão de Riscos de Segurança, o Manual de Política de Segurança, formulado pelo Departamento de Salvaguarda e Segurança (UNDSS¹⁰⁶), primeiramente, explica que para a ONU, no contexto de segurança, um obstáculo que impeça a Organização de atingir os objetivos que foram estabelecidos é tido como “ameaça”. Partindo dessa premissa, o Manual expõe que a Gestão de Riscos de Segurança é um processo que pretende identificar futuros eventos prejudiciais, ou “ameaças”, que podem frustrar a concretização dos objetivos da ONU (UNDSS, [2019]).

É através desse processo que se pretende avaliar qual é a probabilidade e o impacto, isto é, o risco, que essas ameaças representam para a ONU e, assim, determinar qual é a resposta adequada. Nesse sentido, as ameaças são abordadas a partir de quatro estratégias: controlar, evitar, transferir e aceitar riscos de segurança (UNDSS, [2019]). Como é explicado no referido Manual, “os riscos de segurança são controlados por meio de prevenção (diminuindo a probabilidade) e mitigação (diminuindo o impacto)” (UNDSS, [2019], p. 64, tradução nossa¹⁰⁷).

Ao considerar qualquer obstáculo uma ameaça, a ONU amplia em grande medida o conceito de ameaça, englobando ocorrências que não são necessariamente questões de segurança e que, portanto, não deveriam ser analisadas através de lentes de segurança. De fato, esse conceito amplo de ameaça permite que a ONU categorize da mesma forma eventos que são essencialmente diferentes (PINGEOT, 2019). Este é o caso de fenômenos como terrorismo, agitação civil e crime, que no Manual de Política de Segurança, são colocados lado a lado para se referir a “formas de violência” que podem ameaçar as instalações da ONU e que precisam ser consideradas na formulação de uma política específica voltada para a garantia da segurança desses locais (UNDSS, [2019], p. 93).

Pingeot (2019) também chama atenção para o reforço da categorização das manifestações enquanto ameaça presente no Relatório Cruz. Ao abordar a proporção da força a ser empregada em diferentes contextos, o Relatório Cruz sugere que:

[em] condições normais de baixo risco (por exemplo, demonstrações civis), o uso de força ‘proporcional’ é um conceito sólido. No entanto, em ambientes de alto risco, onde as ferramentas da oposição incluem emboscada, ataque

¹⁰⁶ Em inglês, *United Nations Department of Safety and Security*.

¹⁰⁷ No original: “Security risks are controlled through prevention (lowering the likelihood) and mitigation (lowering the impact).” (UNDSS, [2019], p. 64).

terrorista e combate aberto, as Nações Unidas devem empregar força esmagadora. (SANTOS CRUZ; PHILIPS; CUSIMANO, 2017, p. 12, tradução nossa¹⁰⁸).

Ou seja, o Relatório também apresenta uma visão que categoriza as manifestações como ameaça cuja resposta lógica é o uso da força “proporcional”. Cabe ressaltar que não se pretende contestar a ocorrência de manifestações violentas, mas sim salientar que, de modo geral, são as lentes de segurança que guiam a visão da ONU no que se refere aos protestos e que, como veremos, tal visão foi amplamente compartilhada pela MINUSTAH, direcionando os componentes da Missão para abordagens que privilegiam ordem e controle em detrimento do direito de protestar (PINGEOT, 2019). Ademais, situar as manifestações como eventos que afetam a segurança e a estabilidade tal como crimes e ataques terroristas não só despolitiza e criminaliza os protestos, mas também legitima que a mesma abordagem utilizada para lidar com delitos seja empregada para lidar com pessoas que estão exercendo seu direito político de protestar.

A ONU responde às manifestações, geralmente, através das FPU que, no entanto, tem como base de seu treinamento uma série de pressupostos que reforçam a classificação dos protestos como “ameaça”. As FPU possuem quatro funções primordiais, quais sejam, a proteção do pessoal e instalações da ONU, a gestão da ordem pública, o apoio às operações policiais e a proteção de civis (UNITED NATIONS, 2020). Todavia, é necessário apontar que em democracias a gestão da ordem pública e a proteção de civis podem se apresentar como um dilema quando temos uma situação em que o direito ao protesto se choca com a manutenção da ordem pública (PINGEOT, 2019).

Como é pontuado por Pingeot (2019), as diretrizes da ONU parecem reconhecer esse dilema ao afirmar que “o foco principal da gestão da ordem pública é facilitar o exercício dos direitos fundamentais pela população sem perturbação ou impedimento injustificado e conciliar o direito de reunião pacífica com a exigência de prevenir graves danos à segurança pública” (UNITED NATIONS, 2020, tradução nossa¹⁰⁹). No entanto, a autora também aponta que o

¹⁰⁸ No original: “Under normal, lower risk conditions (e.g. civil demonstrations) the use of “proportional” force is a sound concept. However, in higher-risk environments, where opposition’s tools include ambush, terrorist attack, and open combat, the United Nations must employ overwhelming force.” (SANTOS CRUZ; PHILIPS; CUSIMANO, 2017, p. 12).

¹⁰⁹ No original: “The primary focus of public order management is to facilitate the population’s exercise of fundamental rights without disturbance or unjustified hindrance and to reconcile the right to peaceful assembly with the requirement to prevent grave harm to public safety.” (UNITED NATIONS, 2020).

material de formação das FPU e sua atuação em campo evidencia uma priorização da aplicação da ordem pública em detrimento do respeito aos direitos dos cidadãos (PINGEOT, 2019).

Pingeot (2019) também demonstra que é possível fazer um paralelo entre a perspectiva da ONU sobre as multidões e a chamada *mob sociology*, que a grosso modo é uma linha da sociologia que se dedica ao estudo do comportamento das multidões, muito presente na literatura policial estadunidense difundida no final dos anos 1960 e início dos anos 1970 e cujos pressupostos foram tão disseminados a ponto de serem tidos como “senso comum” (SCHWEINGRUBER, 2000).

O argumento principal defendido por teóricos que seguem a linha de pensamento da *mob sociology* se refere exatamente ao seu conceito de *mob*, ou mobilizações em tradução livre. Tais teóricos apontam que enquanto as multidões (*crowds*) seriam apenas uma simples aglomeração de pessoas sem liderança, as mobilizações (*mobs*) são caracterizadas pela existência de liderança, organização, motivo comum de ação, irracionalidade e, principalmente, pela predisposição ao não cumprimento da lei, estando condicionadas a se agitarem progressivamente, iniciando um movimento que acaba culminando em violência e sendo, portanto, perigosas (SCHWEINGRUBER, 2000).

Podemos mencionar como exemplo dessa proximidade entre a teoria de *mob sociology* e a perspectiva da ONU sobre multidões, a taxonomia utilizada nos materiais de treinamento da FPU. Mais especificamente no quinto módulo, na seção “*Operational Crowd Control Orders*”, dedicada a discutir as dinâmicas de multidão em operações de ordem pública (UNITED NATIONS, 2015b; PINGEOT, 2019). O documento também apresenta multidão (*crowd*) e mobilização (*mob*) como tipos de aglomerações que devem ser consideradas pela FPU. Enquanto o termo *crowd* é utilizado para se referir a “[...] uma reunião lícita de pessoas, que são organizadas, disciplinadas e que têm um objetivo”¹¹⁰, *mob* indica “[...] uma multidão que ficou fora de controle por causa de várias e poderosas influências”¹¹¹ (UNITED NATIONS, 2015b, p.6, tradução nossa).

De acordo com o material de treinamento da FPU, essas duas categorias ainda podem ser divididas em outras três subdivisões. Dessa forma, no que se refere às multidões (*crowd*) podemos ter as “*casual crowds*”, nas quais a motivação das pessoas ali presentes é estritamente individual, a situação utilizada como exemplo são as aglomerações em shoppings; as “*sighting*

¹¹⁰ No original: “[...] a lawful gathering of people, who are organized disciplined and who have an objective”. (UNITED NATIONS, 2015b, p.6).

¹¹¹ No original: “[...] a crowd who have gone out of control because of various and powerful influences”. (UNITED NATIONS, 2015b, p.6).

crowds”, que são semelhantes às “*casual crowds*” exceto por existir um evento pontual que motivou as pessoas a estarem presentes no mesmo local num mesmo momento, nesse caso, entre os possíveis eventos temos desde eventos esportivos, incêndios e acidentes a manifestações e protestos; e, por último, são mencionadas as “*agitated crowds*”, que podem ser semelhantes aos outros dois tipos citados, mas nas quais adiciona-se um outro elemento: emoções que são expressas verbalmente (UNITED NATIONS, 2015b, p. 6-7). Além disso, uma outra característica imputada a esse último tipo é que, na medida em que o número de pessoas envolvidas emocionalmente aumenta, existe a maior possibilidade de se desenvolver um senso de unidade que pode ter impacto no comportamento geral (UNITED NATIONS, 2015b). Pingeot (2019) chama atenção para o fato de que essa classificação despolitiza reuniões como protestos, manifestações e greve de trabalhadores, que possuem objetivos políticos, porque as coloca junto a eventos que são qualitativamente diferentes e que guardam uma aleatoriedade significativa como o ato de se agrupar para assistir a um incêndio, por exemplo.

As mobilizações (*mob*) também são subdivididas em três tipos, sendo que o primeiro é chamado apenas de “*mob*” e é caracterizado por participantes que estão reunidos pelo objetivo específico de “destruir, danificar propriedade privada ou símbolos, matar” (UNITED NATIONS, 2015b, p. 7, tradução nossa¹¹²). Já “*escape mob*” se refere às mobilizações formadas por indivíduos que tentam escapar de uma ameaça física. E o último tipo é chamado de “*acquisitive mob*”, em que o objetivo dos participantes é saquear ou roubar (UNITED NATIONS, 2015b, p. 7). O documento acrescenta ainda que as mobilizações “possuem todos os elementos encontrados nos três primeiros tipos de multidões [...], com o acréscimo de ações agressivas, físicas e, às vezes, violentas. Nessas condições, os indivíduos em uma multidão costumam dizer e fazer coisas que normalmente não fariam” (UNITED NATIONS, 2015b, p. 7-8, tradução nossa¹¹³).

A partir dessa comparação conseguimos identificar algumas semelhanças entre os pressupostos da *mob sociology* e a classificação proposta pela ONU, como a ideia de multidões caracterizadas pela agressividade e falta de controle. Contudo, a semelhança fica ainda mais evidente quando nos deparamos com a taxonomia criada por Raymond Momboisse, um dos maiores interlocutores da *mob sociology*, em seu livro *Riots, Revolts and Insurrections*, de

¹¹² No original: “ [...]to destroy, damage private property or symbols, to kill”. (UNITED NATIONS, 2015b, p. 7)

¹¹³ No original: “Mobs have all the elements found in the first three types of crowds (slide 7), with the addition of aggressive, physical and, sometimes, violent actions. Under these conditions, individuals within a crowd will often say and do things they usually would not” (UNITED NATIONS, 2015b, p. 7-8).

1967. Momboisse discorre sobre quatro tipos de multidões (*crowds*), a saber, “*casual*”, “*conventional*”, “*expressive*” e “*hostile*” ou “*aggressive*” e quatro tipos de mobilizações (*mob*), quais sejam, “*escape mob*”, “*acquisitive mob*”, “*expressive mob*” e “*aggressive mob*” (SCHWEINGRUBER, 2000, p. 374). Além dos nomes, as características associadas a cada categoria possuem várias semelhanças àquelas apresentadas pela ONU e mencionadas acima, mas vale destacar algumas diferenças, por exemplo, a ONU não emprega a classificação de “*hostile*” para as multidões (*crowd*), que para Momboisse são aquelas que são propensas a se tornarem uma mobilização (*mob*), mas isso ainda não ocorreu por falta de organização, coragem e propósito único (SCHWEINGRUBER, 2000, p. 374).

Cabe ressaltar também que além de desenvolver uma taxonomia das multidões muito semelhante à classificação adotada por teóricos da *mob sociology*, o material da ONU para o treinamento das FPU chega a citar diretamente Gustave Le Bon, autor do livro “A Multidão: Um estudo da mente popular” e que é considerado o padrinho da referida teoria (PINGEOT, 2019). Le Bon é citado na seção que aborda o “modelo clássico de multidão”, que seria diferente da “base moderna do comportamento da multidão” (UNITED NATIONS, 2015b, p. 16-17). O modelo clássico é representado pelo pensamento de Le Bon sobre a perda do senso de identidade, personalidade e responsabilidade pessoal dos indivíduos que, em meio a uma multidão, são levados a se comportar de forma “primitiva” (UNITED NATIONS, 2015b, p. 16-17). Já o modelo moderno se utiliza de três conceitos base: a multidão é heterogênea, no sentido de que cada indivíduo percebe seu entorno de maneira única; a multidão se comporta de acordo com o contexto; e o comportamento da multidão é dinâmico e passível de mudança a qualquer momento (UNITED NATIONS, 2015b). Conforme aponta Pingeot (2019), o material não deixa claro se as citações de Le Bon estão ali para serem adotadas e complementadas pela visão moderna ou se foram apresentadas apenas para contrastar com o novo modelo que teria substituído o modelo antigo. Todavia, o fato de o slide seguinte fazer referência à “teoria de contágio” de Le Bon parece indicar que as visões clássica e moderna são complementares.

De qualquer forma, um dos problemas da *mob sociology* reside na sua associação com a escalada de força, um método de policiamento de protestos que busca dispersar multidões através do uso progressivo da força e que por ser uma conduta predominantemente violenta seria incompatível com democracias ocidentais (BANTON; WALSH; BRODEUR, 2021). Schweingruber (2000) explica como ocorre a dinâmica entre a *mob sociology* e o método de escalada de força:

Primeiro, as táticas policiais violentas foram desenvolvidas não apenas em resposta ao comportamento real dos manifestantes, mas também aos

comportamentos e características presumidos dos manifestantes, conforme definido pela *mob sociology*. Em segundo lugar, o uso da força pela polícia provocou situações violentas, ‘provando’ assim a eficácia da *mob sociology* e as práticas de força cada vez maiores. Assim, a teoria justificou a prática, e a prática comprovou a teoria. (SCHWEINGRUBER, 2000, p. 383, tradução nossa¹¹⁴).

Em outras palavras, a associação da *mob sociology* ao método de escalada de força converte-se em uma profecia autorrealizável: presume-se que as mobilizações são inerentemente violentas, adota-se desde o princípio um método violento como resposta, o que, por conseguinte, acaba realmente provocando a escalada da violência. A seguir, veremos como essa perspectiva, que trata as manifestações como uma questão de segurança e que sempre presume a escalada da violência, se concretizou ao longo dos 13 anos de MINUSTAH. Compreendendo que a forma como as manifestações são racionalizadas tem influência no que se relata e se coleta sobre elas e que as decisões tomadas são informadas pela análise baseada nessa forma de racionalização, a proposta da próxima seção é pensar em como a atividade de inteligência se insere na abordagem da MINUSTAH em relação às manifestações da população haitiana.

4.3.3.1 As manifestações no Haiti

De forma geral, a ONU considera as manifestações como “ameaças” contribuindo para a deslegitimação e criminalização das mesmas, ainda que, de maneira contraditória, também sustente que a FPU tem como uma de suas tarefas centrais garantir o direito à livre expressão (UNITED NATIONS, 2015b) e que os protestos são componentes importantes da democracia (UN HUMAN RIGHTS COUNCIL, 2018). A seguir, veremos que no contexto da MINUSTAH, essa visão não foi diferente. No Haiti, como os protestos foram entendidos como acontecimentos que perturbam a ordem pública e a estabilidade, a ONU entendeu e abordou sua ocorrência como ameaça. Assim, sendo uma missão cuja tarefa principal é a estabilização, relatar as manifestações como ameaça é no mínimo preocupante, pois como veremos a tendência é que se responda com uma abordagem repressiva.

¹¹⁴ No original: “First, the violent police tactics were developed not just in response to actual demonstrators' behavior but also to the presumed behaviors and characteristics of protesters as defined by mob sociology. Second, the police use of force provoked violent situations, thereby "proving" the effectiveness of mob sociology and the escalated force practices. Thus, the theory justified the practice, and the practice proved the theory.” (SCHWEINGRUBER, 2000, p. 383).

Pingeot (2019) constatou em seu trabalho de campo, realizado em 2017, que a célula de inteligência militar (U2) da Missão avaliava a situação de segurança do Haiti não só a partir da análise de ocorrências de assassinatos e estupro, mas também de sinais de agitação civil e manifestações, em especial aquelas que poderiam se tornar violentas. A pesquisadora relata que ao questionar um oficial do U2 sobre sua opinião quanto à possibilidade de deterioração da situação de segurança do Haiti após a partida da MINUSTAH ele apontou para dois gráficos elaborados pela Missão:

Um mostrou o número de homicídios por mês, revelando que junho de 2017 não foi acima da média. O outro mostrava o número de manifestações por mês, revelando uma diminuição, exceto para o período em torno das últimas eleições. Ele observou que, uma vez que as manifestações começam por volta das 10h, são feitas às 16h e não duram a noite, elas não eram realmente uma preocupação de segurança. E, ainda assim, essa análise equiparou o crime e os protestos como indicadores equivalentes de segurança e estabilidade. (PINGEOT, 2019, p. 184, tradução nossa¹¹⁵).

Assim, diferentemente das *intelligence-led operations*, que possuíam objetivos específicos, o monitoramento feito pela Missão dos protestos que tomavam as ruas haitianas parece ter sido feito de maneira mais geral, sem elencar alvos, e com o objetivo de avaliar o grau de “ameaça” que os protestos poderiam representar à MINUSTAH. A ocorrência de protestos também era tida como um indicador de insegurança e estabilidade, assim como crimes como assassinato e estupro. Veremos adiante que isso é bastante evidente nos relatórios do SGNU sobre a MINUSTAH.

A classificação dos protestos como eventos que ameaçam a segurança pode ser vista também nos relatórios do SGNU, nos quais geralmente aparecem os termos “agitação civil”, ou *civil unrest* em inglês, “demonstrações”, ou *demonstrations* em inglês, e “agitação pública”, ou *public unrest* em inglês, sendo que, em menor frequência, também foram utilizados os termos “protesto”, ou *protest* em inglês, e “mobilizações”, ou *mobs* em inglês¹¹⁶. Além disso, nos

¹¹⁵ No original: “In response, he showed me two graphs produced by MINUSTAH. One showed the number of homicides per month, revealing that June 2017 was not above average. The other showed the number of demonstrations per month, revealing a decrease, except for the period around the recent elections. He noted that given that demonstrations start around 10am and are done at 4pm and do not go overnight, they were not really a security concern.¹³⁸ And yet this analysis equated crime and protests as equivalent indicators of security and stability.” (PINGEOT, 2019, p. 184).

¹¹⁶ Ver em: UNITED NATIONS, 2004c; 2004d; 2005a; 2005b; 2006a; 2006b; 2006c; 2007; 2008c; 2008d; 2009b; 2009c; 2010c; 2010d; 2011a; 2011b; 2012a; 2012b; 2013b; 2013c; 2014a; 2014b; 2015c; 2015d; 2016a; 2016b; 2017a; 2017b.

relatórios, na maioria das vezes em que foram citadas, as manifestações foram alocadas na seção de segurança¹¹⁷.

Cabe observar que ao longo de toda a Missão os protestos foram mencionados em praticamente todos os relatórios, muitas vezes acompanhados de um breve comentário sobre as motivações, que frequentemente se referiam a queixas sobre a situação socioeconômica dos países. Isso demonstra não só a importância que foi dada pela ONU a esses eventos, obviamente no sentido de avaliar a situação da segurança, mas também que o ato de se manifestar figura como uma importante forma de participação política entre os haitianos. A frequência dos eventos também é observada pelo Comissário de Polícia da MINUSTAH, Graham Muir, que destaca também a contradição entre as manifestações e a ordem pública: “[a] rotina do dia-a-dia, semana a semana, era regularmente pontuada por reuniões espontâneas. Eles não seriam em um determinado dia um tumulto, mas certamente seriam demonstrações de desordem pública.” (MUIR, 2008, p. 7, tradução nossa¹¹⁸).

Em julho de 2007, no primeiro Relatório após as operações de 2006 e 2007 contra as ‘gângues’, o SGNU informa na divisão sobre a situação de segurança que após uma “avaliação detalhada” foram detectadas três ameaças à segurança do Haiti:

Em primeiro lugar, há a probabilidade de agitação civil, que é aumentada por um ambiente marcado pela persistência de uma profunda divisão socioeconômica e agravada por alto desemprego e altas expectativas por parte da população. Em segundo lugar, o potencial para renovar a violência armada dentro do país permanece considerável. Apesar do fato de muitos suspeitos de crimes terem sido apreendidos em 2007, relativamente poucas armas foram confiscadas, e muitos ex-membros de gângues, que poderiam ser persuadidos a retomar suas atividades por spoilers com motivos políticos ou criminosos, continuam foragidos. Em terceiro lugar, o tráfico ilícito de drogas, armas e contrabando continua sendo um fator crítico. Se não for tratado, o tráfico ilícito continuará a corromper as instituições do Estado. A corrupção e sua aceitação pela sociedade continuarão a promover a impunidade. Deve-se notar que, embora os casos de sequestro tenham diminuído significativamente em 2007, o fenômeno ainda representa uma ameaça (UNITED NATIONS, 2007, p. 6, tradução nossa¹¹⁹).

¹¹⁷ Ao longo dos anos, a seção de segurança teve algumas variações referentes à sua designação, sendo chamada de “desenvolvimentos de segurança” (“*security developments*”), “avaliação de segurança” (“*security assessment*”), “situação de segurança” (“*security situation*”) ou “atualização de segurança” (“*security update*”).

¹¹⁸ No original: “*The day-to-day, week-to-week routine was regularly punctuated with spontaneous gatherings. They would not on any given day be a riot, but they would most certainly be demonstrations of public disorder.*” (MUIR, 2008, p. 7).

¹¹⁹ No original: “*First, there is the likelihood of civil unrest, which is increased by an environment marked by the persistence of a deep socio-economic divide and compounded by high unemployment and high expectations on the part of the people. Secondly, the potential for renewed armed violence within the country remains considerable. Despite the fact that many suspected criminals have been apprehended in 2007, relatively few weapons have been confiscated, and many former gang members, who could be persuaded to resume their gang activities by spoilers with political or criminal motives,*

Além de colocar agitação civil como uma ameaça, é também sintomático que no momento após a condução das operações de segurança contra as ‘gangues’, que antes representavam “a maior ameaça à segurança” (UNITED NATIONS, 2004c, p. 7), a primeira grande ameaça citada seja a probabilidade de ocorrerem manifestações. Um outro aspecto que também chama atenção é sem dúvida o fato de a possibilidade de renovação da violência armada e o tráfico ilícito sejam colocados logo em seguida, como se fossem todas ameaças equivalentes ou, se entendermos que o SGNU colocou em ordem de grau de risco, são tidos como ameaças menores do que as possíveis agitações civis.

Com frequência, o SGNU fez menção às manifestações colocando-as lado a lado com ocorrências relacionadas a tráfico ilícito, sequestro e atividades de ‘gangues’. Como, por exemplo, no Relatório de março de 2013, o qual informa que “[a] situação geral de segurança durante o período do relatório permaneceu relativamente estável, embora tenha sido marcada por um aumento na agitação civil e crimes graves” (UNITED NATIONS, 2013b, p. 3, tradução nossa¹²⁰), cita logo em seguida que as manifestações ocorreram devido à “[...] percepção da incapacidade da administração de lidar com a ilegalidade, o alto custo de vida e a insegurança alimentar e atender às demandas de prestação de serviços básicos” (UNITED NATIONS, 2013b, p. 3, tradução nossa¹²¹).

Nos dois relatórios de 2013, os protestos são apresentados em termos de números, na seção dedicada aos desenvolvimentos de segurança, indicando qual foi a média de ocorrência mensal no período coberto pelos relatórios (UNITED NATIONS, 2013b; 2013c). Todavia, é apenas a partir de 2014 que as manifestações passam a ser apresentadas através de um formato estatístico padrão, em que se menciona quantos protestos ocorreram e qual o percentual de protestos violentos, se houve aumento ou diminuição em relação ao período coberto pelo relatório anterior, qual foi a região mais afetada, a escala de participação¹²² e, por último, em

remain at large. Thirdly, the illicit traffic in drugs, arms and contraband remains a critical factor. If not addressed, illicit trafficking will continue to corrupt State institutions. Corruption, and its acceptance throughout society, will continue to foster impunity. It should be noted that, while incidents of kidnapping have significantly decreased in 2007, the phenomenon still represents a threat.” (UNITED NATIONS, 2007, p. 6).

¹²⁰ No original: “*The overall security situation throughout the reporting period remained relatively stable, although it was marked by an increase in civil unrest and major crimes.*” (UNITED NATIONS, 2013b, p.3).

¹²¹ No original: “[...] *the Administration’s perceived inability to tackle lawlessness, the high cost of living and food insecurity and meet demands for the delivery of basic services.*” (UNITED NATIONS, 2013b, p.3).

¹²² Essa escala aparece apenas nos relatórios a partir de 2015. São classificadas como de pequena escala as manifestações envolvendo menos de 300 pessoas, estas são diferenciadas de manifestações que envolveram de 300 a 1.000 pessoas, que por sua vez são diferenciadas de manifestações que contaram

uma breve frase são resumidas as motivações dos protestos (UNITED NATIONS, 2014a; 2014b; 2015c; 2015d; 2016a; 2016b; 2017a; 2017b).

Para Pingeot (2019), o fato de as informações estatísticas ocuparem um espaço ligeiramente maior que as análises sobre o conteúdo dos protestos confirma mais uma vez que estes eventos não são vistos a partir de seu caráter sociopolítico, mas sim como indicadores de instabilidade que devem ser contabilizados e registrados, dessa forma, sendo tratados pelos relatórios da mesma maneira que os índices de criminalidade. Um outro ponto que chama atenção, é o levantamento do percentual de protestos violentos, isso porque segundo os dados da ONU um número considerável de protestos é violento. De março a agosto de 2016, por exemplo, foram registrados pela MINUSTAH 438 protestos, sendo que 134, isto é, 30,6% dos protestos teriam tido “elementos de violência” (UNITED NATIONS, 2016b, p. 4, tradução nossa). No entanto, cabe salientar que a ONU considera como atos de violência tanto a montagem de barricadas como arremesso de pedras, sendo que o primeiro configura uma ação defensiva e o segundo uma ação ofensiva (PINGEOT, 2019).

Uma questão que é com frequência levantada quando o assunto são os protestos no Haiti é a possibilidade de eles serem manipulados. Pingeot (2019) sustenta que existe uma competição de narrativas: de um lado, a estrutura da ONU afirma que diferentes agentes, como membros da elite, militantes do Lavalas ou membros de ‘gangues’, procuram manipular as manifestações para criar caos, de outro, observadores e participantes das manifestações defendem que elas são uma forma legítima de expressão política, principalmente, na conjuntura haitiana em que as eleições não são tidas como uma alternativa efetivamente responsiva, algo que se reflete na participação cada vez menor da população.

Não há como apontar qual narrativa está correta, uma vez que carecemos de um estudo detalhado sobre a participação. Os próprios manifestantes entrevistados por Pingeot (2019) admitem a possibilidade de manipulação, mas ao mesmo tempo se contrapõem à narrativa de que todos os protestos, ou a maioria deles, são manipulados, como vemos no seguinte trecho:

É verdade que, às vezes, nas manifestações, não são os manifestantes que são pagos, mas os líderes influentes que podem tirar as pessoas, que às vezes recebem apoio financeiro. Mas quando você tem uma demonstração com 50.000 pessoas, eu não sei como você pode pagar 50.000 pessoas. (PINGEOT, 2019, p. 200, tradução nossa¹²³).

com a participação de mais de 1.000 pessoas (UNITED NATIONS, 2015c; 2015d; 2016a; 2016b; 2017a; 2017b).

¹²³ No original: “It’s true that sometimes in demonstrations, it’s not the protestors who are paid, but the influential leaders that can get people out, who sometimes receive financial support. But when you have a demonstration with 50,000 people, I don’t know how you can pay 50,000 people, you see.” (PINGEOT, 2019, p. 200).

De qualquer forma, a questão deve ser vista caso a caso. Assumir a priori que as manifestações populares no Haiti são manipuladas e colocar essa suposta manipulação como questão central faz com que se ignore e se diminua a importância das reivindicações. Como já foi dito, esse pré-julgamento contribui para a deslegitimação e criminalização deste ato político e de seus participantes, o que por sua vez abre espaço para que agentes da UNPOL e da PNH lidem com as situações de maneira repressora.

Podemos tomar como exemplo os eventos ocorridos em 2008. Naquele ano, embora as manifestações, motivadas por uma crise alimentar, tenham aparecido não só na seção sobre a “situação de segurança”, mas também na de “desenvolvimentos políticos”, foi apresentada uma visão bastante controversa sobre elas. O SGNU chegou a afirmar categoricamente que “com o desenrolar dos eventos, tornou-se evidente, *pelo nível e escala das manifestações*, que estavam sendo deliberadamente manipuladas para servir a uma variedade de objetivos políticos, criminais ou financeiros.” (UNITED NATIONS, 2008d, p.1, tradução nossa¹²⁴, grifo nosso).

Todavia, não foi só no relatório do SGNU que a acusação de manipulação se tornou a questão central. Em correspondência, Janet Sanderson, na época atuando como embaixadora dos EUA no Haiti, aponta a crença no envolvimento dos militantes pró-Aristide do *Fanmi Lavalas* nos incidentes de violência que ocorreram. No último parágrafo, Sanderson afirma que “[n]o final das contas, essas manifestações eram principalmente sobre política. Aqueles com queixas genuínas - o custo de vida e a opressão diária da pobreza aqui - muitas vezes viram sua mensagem brutalmente sequestrada por outros com agendas mais políticas” (WIKILEAKS, 2008, tradução nossa¹²⁵).

Em 2008, o aumento global do preço de alimentos como arroz, trigo, sorgo e milho provocou uma onda de protestos em países como Egito, Camarões, Costa do Marfim, Senegal, Burkina Faso, Etiópia, Indonésia, Madagascar, Filipinas e Haiti. Em específico no Haiti, a fome que se alastrou foi severa, havia relatos de que a sensação causada pela fome era de o estômago estar sendo corroído por água sanitária, tanto que a condição passou a ser chamada de “Fome de Cloro”, ou *Clorox hunger* em inglês, alcunha que faz referência a uma marca de alvejante vendida no Haiti (INSIDE..., 2008).

¹²⁴ No original: “[...] as events unfolded, it became apparent from the level and scale of the demonstrations that they were being deliberately manipulated to serve a variety of political, criminal or financial objectives.” (UNITED NATIONS, 2008d, p. 1)

¹²⁵ No original: “At the end of the day, these demonstrations were primarily about politics. Those with genuine grievances - the cost of living and the daily grind of poverty here - often saw their message brutally hijacked by others with more political agendas”. (WIKILEAKS, 2008).

É notório também que durante os protestos no país, manifestantes tenham exigido uma data para a retirada da MINUSTAH do país, argumentando que o orçamento de 500 milhões de dólares, estaria sendo desperdiçado em soldados e tanques, ao invés de ser investido em desenvolvimento (INSIDE..., 2008). Foram cerca de dez dias de manifestações nas quais foram registrados incidentes violentos, inclusive com a morte de pessoas, a resposta da MINUSTAH foi controlar os manifestantes, dispersando-os com bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha (DELVA, 2008).

Em um contexto como o relatado, cabe questionar como exatamente “o nível e a escala” poderiam indicar manipulação? Várias manifestações em diferentes locais do mundo foram desencadeadas por motivos semelhantes. No Haiti, os protestos estavam sendo protagonizados por uma sociedade que possuía, naquele momento, cerca de 80% de sua população vivendo com menos de 2 dólares por dia. Uma sociedade que inclusive demonstra dar grande valor às manifestações como forma de participação política.

Em junho de 2009, quando manifestações conduzidas, principalmente, por estudantes e trabalhadores da indústria têxtil tomavam as ruas exigindo o aumento do salário mínimo e a saída da MINUSTAH, a embaixadora Janet Sanderson comunica ter recebido do deputado do *Fanmi Lavalas*, Sorel François, informações de que

[...] os estudantes que protestavam aparentemente estavam sendo ‘empurrados’ por uma força externa. Ele disse que as demandas em constante mudança dos manifestantes escondem uma agenda mais radical, e ele ouviu que os estudantes planejam ir ‘ *muito longe*’ para promover suas demandas. Alguns líderes de organizações estudantis disseram ao Especialista Econômico em 5 de junho que não apoiavam a violência de 4 de junho e indicaram que as manifestações possivelmente foram infiltradas por outros dissidentes. Os alunos admitem que se interessam pela lei do aumento do salário mínimo porque seus pais são operários e geralmente se preocupam com todas as questões sociais. (WIKILEAKS, 2009a, tradução nossa¹²⁶, grifo nosso).

Alguns dias depois, em 19 junho de 2009, o conselheiro da Embaixada dos EUA no Haiti, Thomas Tighe, pontuou em telegrama confidencial que integrantes do *Fanmi Lavalas* teriam entrado em contato com os estudantes e sugeriu que eles ou outros políticos poderiam ter incentivado os estudantes a realizar atos violentos (WIKILEAKS, 2009b).

¹²⁶ No original: “[...] the student protestors were apparently being “pushed” by an outside force. He said the protestors’ ever-changing demands concealed a more radical agenda, and he had heard that the students planned to go “very far” to push their demands. Some student organization leaders told Economic Specialist on June 5 that they did not support the violence on June 4 and indicated that the demonstrations were possibly infiltrated by other dissidents. Students admit that they are interested in the minimum salary increase law because their parents are factory workers and are generally concerned with all social issues.” (WIKILEAKS, 2009a).

Posteriormente, no Relatório de setembro de 2009, no primeiro parágrafo da seção de segurança, o SGNU adverte que as “ameaças potenciais à estabilidade incluem o risco de retomada das atividades de gangues, criminosos e outros grupos armados, corrupção e violência associadas ao tráfico ilegal, bem como distúrbios civis em grande escala” (UNITED NATIONS, 2009c, p. 5, tradução nossa¹²⁷).

As manifestações de estudantes e trabalhadores de junho são mencionadas no parágrafo seguinte. O SGNU alerta para o aumento da intensidade e da frequência de manifestações devido à frustração com as condições de vida no país e do “[...] potencial de grupos com agendas díspares de formarem *alianças oportunistas* a fim de avançar em seus interesses particulares” (UNITED NATIONS, 2009c, p. 5, tradução nossa¹²⁸, grifo nosso). O SGNU continua afirmando que esse movimento

foi exemplificado pelas manifestações que começaram em Porto Príncipe em junho de 2009, onde estudantes que saíram às ruas para expressar várias queixas acadêmicas foram posteriormente unidos por manifestantes a favor do aumento do salário mínimo proposto e também parecem terem sido infiltrados por externos, elementos violentos. (UNITED NATIONS, 2009c, p.5, tradução nossa¹²⁹).

Assim, o Secretário faz coro à alegação de que a violência está relacionada à influência externa, mas não acusa o Lavalas, como fez Tighe. No Relatório do SGNU, o que chama atenção, além da inclusão das manifestações na seção sobre a situação de segurança, é o fato de o SGNU apontar “alianças oportunistas”. Não fica claro através da leitura do Relatório se ele estava se referindo à aliança entre estudantes e trabalhadores ou se acusando um destes dois, ou os dois, de se aliarem a elementos violentos para juntos conseguirem fazer avançar em seus “interesses particulares”. Tampouco as informações passadas por Sorel François a Sanderson elucidam a ambiguidade, embora sugira, de modo pouco claro, que entre os estudantes havia os que queriam manter os protestos pacíficos e os que estavam dispostos a utilizar-se de violência, se entendermos que “muito longe” significa violência.

De qualquer forma, mais uma vez, não nos parece plausível deslegitimar as manifestações por conta de supostas “alianças oportunistas” ou pela ocorrência de atos

¹²⁷ No original: “Potential threats to stability include the risk of resumed activity by gangs, criminals and other armed groups, corruption and violence associated with illegal trafficking, as well as large-scale civil unrest.” (UNITED NATIONS, 2009c, p. 5).

¹²⁸ No original: “[...] the potential for groups with disparate agendas to form opportunistic alliances in order to advance their particular interests.” (UNITED NATIONS, 2009c, p. 5).

¹²⁹ No original: “[...] was exemplified by the demonstrations that began in Port-au-Prince in June 2009, where students who had taken to the streets to express various academic grievances were subsequently joined by protestors in favour of the proposed increase in the minimum wage and also appear to have been infiltrated by external, violent elements.” (UNITED NATIONS, 2009c, p.5).

violentos. Um outro fato que vale mencionar por sua possível influência na interpretação adotada quanto às manifestações de 2009 pelo aumento do salário mínimo se refere aos interesses que estavam em jogo naquela época. No ano em questão, o salário mínimo diário no Haiti era de 70 gourdes, o que equivalia a 1 dólar e 75 centavos, o Congresso havia aprovado um salário mínimo diário equivalente a 5 dólares, decisão que os donos de fábricas haitianas tentavam reverter (COUGHLIN; IVES, 2011).

Uma análise dos telegramas confidenciais divulgados pelo *Wikileaks* demonstrou que os EUA, a USAID e a embaixada estadunidense apoiaram os donos de fábricas no bloqueio ao aumento de salários, especialmente, da indústria têxtil, sob a alegação de que o país perderia sua competitividade, baseada nos baixos salários que atraíam marcas como Levi's, Hanes, Fruit of the Loom, Dockers e Nautica (COUGHLIN; IVES, 2011).

Tendo isso em vista, talvez caberia questionar: quem poderia se beneficiar da narrativa de supostas alianças oportunistas e do destaque dado aos atos de violência? Não nos cabe apontar se eles ocorreram ou não, não nos propusemos a avaliar o grau de pureza das manifestações, como a ONU fez em muitos momentos, mas é importante pontuar que numa situação como essa, quando há uma clara disputa de narrativas, a imparcialidade da ONU é crucial para que esta não seja apenas mais um agente que reforça o *status quo* e deslegitima o direito à livre expressão da população que ela pretende apoiar.

Por último, o conjunto de manifestações que possivelmente tiveram o maior impacto na imagem da MINUSTAH foram aquelas motivadas pelo surto de cólera, iniciado em outubro de 2010. Três hipóteses foram levantadas para explicar o ressurgimento da cólera depois de quase um século sem nenhum registro da doença: a primeira era de que o patógeno bacteriano teria viajado do Golfo do México até o Haiti naturalmente devido ao terremoto de 12 de janeiro de 2010; a segunda, sugeria que uma cepa local não patogênica da bactéria teria sofrido uma mutação natural transformando-a em uma cepa patogênica virulenta e se espalhado com rapidez entre a população; e, a última, era de que a fonte do surto era um ser humano que havia levado para o Haiti uma cepa patogênica de fora do país (LANTAGNE et. al., 2013).

Em meados de novembro de 2010, a última hipótese era a mais difundida. Onze meses depois do terremoto que atingiu o país e destruiu parte da já debilitada infraestrutura, o número de infectados pela bactéria girava em torno de 15 a 17 mil e o número de mortos estava entre 900 a 1.110 (UN APPEALS..., 2010; DELVA, 2010). A população creditava o início do surto à MINUSTAH e às tropas nepalesas, acusando-as de serem responsáveis pela contaminação do rio Artibonite, que ficava próximo ao acampamento dos soldados nepaleses. Sugeria-se que os soldados nepaleses teriam chegado no país já contaminados e o descarte de excrementos feito

sem os cuidados sanitários necessários teriam contaminado o rio. Haitianos tomaram as ruas para protestar contra a MINUSTAH e exigir sua saída. Vários incidentes violentos foram relatados: manifestantes atacaram e feriram *peacekeepers* nepaleses, a MINUSTAH utilizou gás lacrimogêneo e foi acusada de utilizar balas de metal contra os manifestantes, o que foi negado pela Missão (RAMPIETTI, 2010; DELVA, 2010).

A ONU negou as acusações de que seus *peacekeepers* teriam introduzido a doença no país e afirmou que as tropas nepalesas tinham testado negativo para a doença (DELVA, 2010). Em comunicado, a MINUSTAH declarou que “[a] forma como os acontecimentos se desenrolaram sugere que estes incidentes tiveram motivação política, com o objetivo de criar um clima de insegurança às vésperas das eleições” (UN NEWS, 2010, tradução nossa¹³⁰), além de clamar que a população haitiana permanecesse vigilante e não fosse “[...] manipulada pelos inimigos da estabilidade e da democracia no país” (UN NEWS, 2010, tradução nossa¹³¹). Acrescenta-se ainda que Nigel Fisher, então chefe das operações de ajuda humanitária da ONU, declarou que a epidemia de cólera tinha ultrapassado questões de saúde ou saneamento, sendo na realidade uma “questão de segurança nacional” (VARNER, 2010, tradução nossa). Já Vincenzo Pugliese, porta-voz da MINUSTAH na época, alegou que foi necessário o uso de gás lacrimogêneo para dispersar a multidão e enfatizou que pessoas em situação de vulnerabilidade são facilmente manipuladas (VARNER, 2010).

Em janeiro de 2011, o SGNU, Ban Ki-moon, nomeou um Painel Independente que deveria investigar a causa da epidemia de cólera (UN NEWS, 2011a). Cinco meses depois, quando a doença já tinha matado mais de 4.500 pessoas e infectado 300 mil, o painel concluiu realmente que foi atividade humana que contaminou um afluente do rio Artibonite com uma cepa patogênica de cólera e que a rápida disseminação se deveu a uma “confluência de circunstâncias”, não existindo grupo ou indivíduo responsável pela rapidez do surto (UN NEWS, 2011b, tradução nossa). Algumas das circunstâncias apontadas eram o uso cotidiano do sistema fluvial por haitianos, a exposição de trabalhadores agrícolas às águas do rio, a falta de imunidade da população local à cólera, o fato de o país sofrer com má condição de saneamento e falta de acesso à água potável, dentre outras (UN NEWS, 2011b).

A forma como a ONU escolheu lidar com a epidemia de cólera no Haiti gerou diversas controvérsias. Além de mais uma vez dar mais enfoque às acusações de manipulação e aos atos

¹³⁰ No original: “*The way the events unfolded suggests that these incidents were politically motivated, aimed at creating a climate of insecurity on the eve of elections*”. (UN NEWS, 2010).

¹³¹ No original: “[...] *manipulated by enemies of stability and democracy in the country*”. (UN NEWS, 2010).

de violência, ao invés das motivações dos manifestantes, a ONU evitou ao máximo assumir seu papel e contribuição para a ocorrência da epidemia. Para Andrews (2015, p. 75, tradução nossa¹³²), “[e]nquadrar a doença como uma preocupação de segurança nacional justificou efetivamente, tanto política quanto moralmente, as reações militares da ONU aos protestos em todo o país”. O pedido de desculpas à população do Haiti só ocorreu em 2016, através de uma carta de Ban Ki-moon, todavia, de acordo com ex-funcionários da Organização, houve bastante resistência e um grande esforço para comprometer a ONU com responsabilidades legais. Foram feitas diversas promessas de ajudar as vítimas e fornecer assistência material, mas que, de acordo com elas, continuam sendo apenas promessas (MOLONEY, 2020).

É possível observar que a ONU não só relatava as manifestações de maneira negativa, mas também respondia a elas como se não devessem acontecer. Ainda que fosse apontado que possuíam reivindicações legítimas e coerentes com a realidade do país, as manifestações eram tratadas pela MINUSTAH também como um problema, ou pelo menos como algo que deveria ser evitado, para não se tornar um problema. Assim, tomar os protestos como uma ameaça à ordem e à estabilidade enfatiza a contenção e leva a Missão a adotar uma filosofia de protesto que preconiza a dissuasão em detrimento da facilitação (PINGEOT, 2019).

A lógica de dissuasão se aproxima da *mob sociology* porque também pressupõe o potencial para a violência (PINGEOT, 2019). No contexto haitiano, esse potencial parecia ser óbvio para alguns, como demonstra a fala de um policial canadense, que afirma que “[lá], as manifestações não são pequenas manifestações de paz e amor como as que temos aqui. Existem pedras grandes e isso é irritante, isso é irritante quando eles as jogam no seu veículo e faz BONG no seu capô [...]” (TANNER; DUPONT, 2015, p. 668, tradução nossa¹³³).

Acreditava-se que a manutenção das tropas da ONU no Haiti tinha um importante papel de dissuasão, mas não apenas em relação às ‘ganges’, mas também em relação aos protestos (PINGEOT, 2019). Isso é demonstrado pela fala de um oficial militar de alto nível, entrevistado por Lou Pingeot que perguntou ao oficial se a dissuasão visava tanto as ‘ganges’ quanto as manifestações violentas. Ele respondeu o que se segue:

Para prevenir sim. Porque quando os haitianos fazem manifestações, eles estão preparados para a violência. A violência começa como um incêndio. Quando enfrentam um grande poder, eles param a violência. As manifestações

¹³² No original: “The cholera protests in Haiti, a place regularly portrayed as chaotic and unstable, were easily rewritten into this long-standing and widespread assumption of the island nation as “unhealthy”, both physically and politically.” (ANDREWS, 2015, p. 75)

¹³³ No original: “There, the demonstrations are not small peace and love demonstrations like we have here. There are big rocks and this is irritating, this is irritating when they throw them on your vehicle and it goes BONG on your hood [...]” (TANNER; DUPONT, 2015, p. 668).

terminam historicamente em violência. As tropas controlam a violência com armas não letais (PINGEOT, 2019, p. 208, tradução nossa¹³⁴).

A dissuasão dos protestos exigia um preparo antecipado dos componentes policial e militar, o mesmo oficial militar explicou que foi utilizado como tática o posicionamento de componentes da MINUSTAH em locais estratégicos para impedir o acesso dos manifestantes a certos locais (PINGEOT, 2019). Tal tática vai contra as atuais diretrizes da ONU sobre a promoção e proteção dos direitos humanos no contexto de protestos pacíficos, que estabelece que os Estados “devem facilitar protestos pacíficos, proporcionando aos manifestantes, na medida do possível, acesso ao espaço público à vista e som de seu público-alvo pretendido e protegendo-os, sem discriminação, quando necessário, contra qualquer forma de ameaça ou assédio” (UN HUMAN RIGHTS COUNCIL, 2018, p. 4, tradução nossa¹³⁵). Logo, a tática obviamente cerceou o direito ao protesto dos cidadãos haitianos.

Um oficial civil de alto nível da MINUSTAH também explicou que esse preparo se baseava nas informações coletadas com a PNH e com as próprias informações da ONU, já que ambas eram avisadas com antecedência sobre os protestos, a partir disso era feita uma avaliação da ameaça que a situação poderia representar e então planejava-se a ação e os agentes que iriam intervir dependendo da dimensão da ameaça avaliada para facilitar a capacidade de reação (PINGEOT, 2009).

Todas essas ações para preparar a resposta às manifestações podem ser incluídas no universo da atividade de inteligência desempenhada pela MINUSTAH, uma vez que não envolvem apenas a coleta de informações pura e simples, mas a racionalização, análise e a articulação dessas informações para servir como base da tomada de decisão e ação. Depreende-se, portanto, o envolvimento da atividade de inteligência em relação aos protestos não apenas para avaliar a situação de segurança, mas também para direcionar as ações de resposta.

Segundo o chefe de uma organização haitiana que trabalha pela proteção de defensores dos direitos humanos, nas eleições de 2016, o governo contou principalmente com o componente militar da MINUSTAH para reprimir as manifestações, em especial na capital

¹³⁴ No original: “To prevent yes. Because when Haitians start demonstrations they are prepared for violence. Violence starts like a fire. When they face a strong power they stop the violence. Demonstrations historically end in violence. The troops control violence with non-lethal weapons.” (PINGEOT, 2019, p. 208).

¹³⁵ No original: “[...] to facilitate peaceful protests by providing protestors, to the extent possible, with access to public space within sight and sound of their intended target audience, and by protecting them, without discrimination, where necessary, against any form of threat or harassment.” (UN HUMAN RIGHTS COUNCIL, 2018, p. 4).

(PINGEOT, 2019). O chefe da organização relata à Lou Pingeot a tática de impedir o acesso a determinados locais:

Isso significava que quando a oposição política ou os estudantes ou os trabalhadores anunciavam as manifestações, já havia de madrugada os militares da MINUSTAH que impediam as pessoas de se aproximarem do palácio nacional, de determinados locais. Então, estávamos realmente com raiva das Nações Unidas. Claro que não queríamos que os manifestantes se tornassem violentos. Mas impedir uma manifestação é violar um direito político. (PINGEOT, 2019, p. 209, tradução nossa¹³⁶).

Pingeot (2019) constatou em suas entrevistas que a proposta era que a MINUSTAH fizesse a intervenção nas manifestações a partir de lógica gradual que partia do “princípio 1-2-3”, em que 1 equivalia à ação da PNH junto com os policiais individuais, 2 se referia às FPU e 3 aos militares. Uma lógica bastante semelhante àquela utilizada no modelo de intervenção de escalada de força e que permite que a escalada militar para lidar com manifestações seja sempre uma opção possível (PINGEOT, 2019).

Todavia, o “princípio 1-2-3” foi criticado pelo mesmo oficial militar de alto nível citado nos parágrafos anteriores, segundo ele, esse princípio poderia funcionar em Nova York, em Paris, em Oslo, mas não no Haiti. O oficial ainda exemplificou como seria sua ação: “[por] exemplo, se eu tenho uma greve agora no centro da cidade, hoje, não espero com minhas tropas que a solução fique mais complicada. Vou com minhas tropas para esperar até o momento de intervir. Eu não espero pelo PNH” (PINGEOT, 2019, p. 211, tradução nossa). Essa fala deixa claro que a escalada militar não é só possível, mas que é provável, principalmente se levarmos em conta sua fala anterior sobre a violência em manifestações no Haiti ser sempre esperada, logo, presume-se que a prevenção da violência por meio da ação do componente militar é sempre necessária.

Desse modo, no contexto haitiano, verificamos que no contexto do monitoramento das manifestações, a inteligência foi mais um mecanismo utilizado pela Missão para dar apoio à manutenção da ordem e do *status quo*. As manifestações foram tratadas sempre como eventos indesejáveis, que precisavam ser dissuadidos e controlados, em contradição com os próprios documentos da ONU que colocam estes eventos como importantes para o ambiente democrático. Assim, o papel da atividade de inteligência foi apoiar ações que impedissem que

¹³⁶ No original: “This meant that when the political opposition or the students or the workers announced the demonstrations, there was already early in the morning the MINUSTAH soldiers who prevented people from getting close to the national palace, to certain places. So, we were really angry against the United Nations. Of course we did not want demonstrators to get violent. But preventing a demonstration is violating a political right.” (PINGEOT, 2019, p. 209).

as manifestações prejudicassem a realização do mandato que, vale reforçar mais uma vez, tinha um foco primordial na ordem e nas instituições coercitivas.

Como foi demonstrado, a forma como a ONU lida com os protestos é bastante complexa e possui elementos que são construídos antes mesmo de se estabelecer uma operação de paz, são reforçados ao longo do treinamento dos agentes que vão agir diretamente durante essas manifestações, são enfatizados por autoridades antes e durante a operação e que ganham forma em campo nas ações dos agentes da Missão. Assim, essa construção das manifestações tem como consequência a criminalização, deslegitimação e repressão do ato de protestar e daqueles que protestam.

As potenciais ameaças à uma operação de paz são indicadas a partir de uma análise de inteligência. Mas se já de antemão, muito antes de uma operação estar em campo, alguns acontecimentos já são tidos como indicadores de insegurança, pode-se presumir que a análise de inteligência realizada por uma operação é influenciada por tais ideias. Se essas ideias influenciam todo o ciclo de inteligência, isso poderia indicar que nem tudo que as análises apontam como ameaças é realmente ameaça.

Dessa forma, acreditamos que é importante ponderar que as análises de inteligência das operações de paz não são formuladas em um vácuo, elas são formuladas em concordância com a racionalização feita sobre aquele determinado contexto, sendo também um reflexo das ideias compartilhadas pela Organização e seus agentes e os objetivos por eles postulados. E, no contexto da ONU, a ideia que se tem das manifestações é que elas são uma ameaça à ordem e à estabilidade, tais como ações criminosas e terroristas. Portanto, é a partir dessa visão que criminaliza, deslegitima e despolitiza os protestos, que se indica o que deve ser coletado e analisado sobre eles.

Conforme a Política de Inteligência da ONU, os Requisitos de Inteligência (IRs) fazem parte da primeira etapa do ciclo de inteligência e servem para direcionar a etapa de aquisição. Os IRs são formulados a partir das necessidades elencadas pelos tomadores de decisão e traduzidos pela estrutura de coordenação de inteligência de missão (DPKO/DFS, 2017). Mas se a visão das manifestações como ameaça é compartilhada desde a liderança sênior da missão até os policiais e militares, isso significa que já no início do ciclo de inteligência temos um direcionamento para uma visão que contribui para a criminalização e deslegitimação das manifestações bem como para uma resposta que tende a dissuadir e reprimir os protestos, ao invés de facilitá-los, o que seria mais adequado para uma democracia e para uma organização que pretende ajudar a construir e consolidar um Estado democrático.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As operações de 2006 e 2007, contra as ‘gangles’ haitianas nas áreas urbanas consideradas perigosas, fizeram com que a atividade de inteligência da MINUSTAH ganhasse um considerável destaque ao ser capaz de identificar alvos e apoiar operações de captura em ambientes densamente povoados. Ainda que nem todas as chamadas *intelligence-led peacekeeping* tenham sido executadas sem prejuízos e mortes, elas conseguiram ser realizadas com um grau de direcionamento alto e viabilizaram um grande número de prisões de suspeitos. Com essas ações, a pressão externa sobre a MINUSTAH para agir não só diminuiu, mas as operações realizadas pela Missão passaram a ser consideradas um modelo para outras missões de paz.

O que se seguiu após o controle das áreas que antes estavam sob o domínio de ‘gangles’ foi a busca pela consolidação da ocupação desses territórios com a instalação de “pontos fortes”, o aumento do policiamento e o estabelecimento de projetos de impacto rápido (QIP). Com isso, a MINUSTAH buscava estreitar e fortalecer laços com a população local, os quais já vinham sendo desenvolvidos e tinham sido um importante artifício das operações ofensivas. A atividade de inteligência foi então reconfigurada, passando a monitorar ameaças que poderiam impedir a consecução do mandato como atividades ilícitas, abusos de direitos humanos e quaisquer outras ações que pudessem perturbar a estabilidade do país. Assim, após um primeiro momento mais intenso de uso da força, o país adentrou em uma situação considerada calma na maior parte do tempo, mas frágil, em que os momentos de maior insegurança e estabilidade coincidiam com os processos eleitorais ou após desastres naturais.

No entanto, procuramos apresentar neste estudo uma outra forma de analisar a MINUSTAH e o desenvolvimento da atividade de inteligência da Missão. Nossa análise partiu da ONU no Haiti como uma operação de estabilização, cujo principal objetivo foi o estabelecimento e a manutenção da ordem social e pública. Como vimos no capítulo “Operações de paz da ONU e estabilização” (2), a estabilização tem suas raízes nas operações de contrainsurgência da década de 1950, mas só foram adotadas pela ONU a partir do início do século XXI com a própria MINUSTAH.

As operações de estabilização são apresentadas como uma resposta possível às “novas guerras”, ideia que identifica uma mudança na forma como os conflitos se desenvolvem a partir do fim da Guerra Fria. De acordo com o discurso das “novas guerras”, os conflitos são mais complexos, envolvem questões étnicas e/ou religiosas e os civis são um dos alvos da violência. Além disso, o adversário é classificado mais como criminoso que político, com o qual não é

possível o diálogo e a única opção é erradicá-lo para impedir que continue a perpetrar sua violência indiscriminada contra a população.

Dessa forma, a ideia geral é que a complexidade desses novos tipos de conflito exigiria que fossem estabelecidas as bases para soluções de longo-prazo e as operações de estabilização poderiam proporcionar o ambiente estável necessário para a construção da paz. Assim, como foi tratado, essas operações não têm como objetivo uma grande transformação social aos moldes do projeto de paz liberal, mas o estabelecimento de uma configuração social minimamente estável em que se possa desenvolver uma governança boa o suficiente. Os discursos de democratização, Estado de Direito, fortalecimento institucional, direitos humanos, democracia e livre mercado permanecem, mas a concretização do projeto da paz liberal, mais complexo, é colocada no longo-prazo, enquanto no curto prazo o objetivo primordial é estabilizar.

Em campo, isso é traduzido em esforços para manter um ambiente controlado, o que favorece a manutenção do *status quo*. Assim, se para o projeto amplo de paz liberal era necessário a construção de uma complexa estrutura institucional, para a estabilização basta ações e instituições que consigam manter a ordem. Dessa forma, as operações de estabilização, que ocorrem tanto sob a rubrica da ONU quanto fora dela, são caracterizadas pela combinação de força coercitiva e atividades civis-militares, além da mobilização de táticas de contrainsurgência e de práticas de pacificação que colocam a população como um terreno a ser disputado e controlado.

No âmbito da ONU, a estabilização traduziu-se no uso mais recorrente da força, na intensificação do policiamento, na maior tendência à parcialidade, geralmente em favor das autoridades governamentais, no emprego de táticas de contrainsurgência e de contraterrorismo e no estabelecimento do Estado de direito focado especialmente na Reforma do Setor de Segurança (RSS). Soma-se a isso o fortalecimento do discurso sobre a proteção de civis como um imperativo humanitário, movimento que dentro da ONU iniciou-se na década de 1990 e que não só colocou a proteção como uma justificativa determinante para o uso da força, mas também como um dos fatores mais pertinentes no que se refere à legitimidade e credibilidade das operações de paz. Assim, antes mesmo das mudanças associadas às operações de estabilização da ONU, tivemos a influência da agenda de proteção de civis que também direcionou as operações de paz à robustez e a um policiamento mais intenso.

No Haiti, a grande desigualdade econômica e política e o alto nível de pobreza, problemas cujas raízes remontam o passado colonial e escravocrata do país, resultam em uma sociedade extremamente hierarquizada, na qual temos um grupo minoritário que controla a máquina pública e uma enorme massa de pessoas que vivem em locais com pouca infraestrutura

e sem acesso a serviços básicos para suprir suas necessidades. E, como procuramos demonstrar no capítulo “O Haiti e a MINUSTAH” (3), a elite política e econômica não só não tem interesse em mudar essa realidade, como sempre procurou utilizar tanto forças estatais como paramilitares para manter essa multidão empobrecida sob controle através de repressão.

A resposta a essas práticas foi a formação de grupos que agiam tanto garantindo a segurança das localidades onde vive a população empobrecida quanto suprindo algumas das necessidades básicas dessa população. Também surgiram grupos cuja subsistência se dava através de atividades ilícitas e prestação de serviços (em geral ilícitos) a contratantes, principalmente membros das elites, que passaram a se utilizar das ‘gangles’ para articular seu poder no âmbito local e nacional. De qualquer forma, esses grupos armados urbanos se desenvolveram de formas bastante diversas e se entrelaçaram na sociedade haitiana de maneira complexa, de modo que é difícil até mesmo categorizá-los.

A forma de abordagem escolhida pela MINUSTAH para lidar com esse ambiente acabou por reforçar a hierarquização das classes sociais, ao optar por ações que fortaleceram o poder da elite, e criminalizar o conflito social e político existente, que passou a ser lido como uma desordem resultante de ações criminosas. Buscamos demonstrar que essa abordagem está diretamente associada com o fato de a MINUSTAH ser uma operação de estabilização que como tal teve como prioridade o estabelecimento da ordem, mais especificamente da ordem pública. Para isso, a Missão optou por considerar o governo como a única parte legítima da situação que se tinha no Haiti e classificar todos os grupos armados urbanos como ‘gangles’, criminalizando-os como um todo e deixando de lado tanto as diferenças entre eles quanto a complexidade das relações que eles tinham com a população mais pobre e com a elite política e econômica.

A criminalização dos grupos permitiu a adoção de uma abordagem única, baseada no uso da força e na prisão de pessoas que foram apontadas como líderes e membros das ‘gangles’. Assim, enquanto o estabelecimento do Estado de direito se deu, principalmente, através da aplicação da lei e do fortalecimento da Polícia Nacional Haitiana (PNH), as reformas do sistema judiciário e das instituições penitenciárias não avançaram e a consequência foi o aumento da superlotação das prisões e de detenções mais longas que o permitido por lei. Dessa forma, ainda que se reconhecesse o envolvimento da elite no financiamento dos grupos, a lógica de manutenção da ordem levou a Missão a tomar decisões que não só favoreciam a permanência dessa elite no poder, mas também a continuidade de suas ações corruptas, principalmente, através da sua influência sobre o sistema judiciário.

As operações de segurança, que viabilizaram as prisões e amenizaram as críticas à MINUSTAH, foram realizadas, principalmente, nos bairros mais pobres e populosos de Porto Príncipe e através da combinação de ações militares e civis baseadas em táticas de contrainsurgência e pacificação. Como foi abordado, as forças da ONU realizaram as operações ofensivas e, simultaneamente, se aproximaram da população, buscando conquistar seus “corações e mentes” e coletar informações que poderiam dar base para mais operações. No entanto, a MINUSTAH considerava essas localidades como inerentemente perigosas, o que, combinado com discursos estigmatizantes, fez com que toda a população que residia nesses bairros fosse criminalizada. Assim, para a MINUSTAH, ao mesmo tempo que os residentes desses bairros tinham enorme valor para a Missão, como preciosa fonte de inteligência humana (HUMINT), eles também foram considerados uma ameaça à ordem que precisava ser monitorada e mantida sob controle.

Dessa forma, compreendendo que a MINUSTAH, como uma operação de estabilização, fez escolhas visando o estabelecimento e a manutenção da ordem pública e, portanto, do *status quo*, neste estudo procuramos compreender como a atividade de inteligência foi conduzida para apoiar esse mandato de estabilização, evidenciando como as noções de ordem e estabilidade se traduziram nessa atividade. Primeiramente, demonstramos que as operações lideradas por inteligência permitiram um maior direcionamento contra “alvos” e a diminuição de mortes de civis em comparação a operações que não tinham o mesmo acesso à informação. Também foi possível verificar que no período de maior uso da força, houve pontos de conexão entre a atividade de inteligência em operações de contrainsurgência e o que foi realizado pelas células de inteligência da MINUSTAH, com destaque para o JMAC. Vimos a precisão das informações coletadas sobre os líderes de ‘gângues’ que foram avaliados como as principais fontes de insegurança e que, pela lógica de estabelecimento da ordem, precisavam ser eliminadas.

Como vimos no capítulo “A atividade de inteligência da MINUSTAH” (4), a captura de pessoas específicas e o alto número de prisões fez com que as operações fossem classificadas imediatamente após o seu fim como um grande sucesso da MINUSTAH, ainda que não fosse possível saber as especificidades dos casos, uma vez que não havia ocorrido nenhum julgamento e que não havia uma previsão de quando os julgamentos aconteceriam. Cabe lembrar que a reforma do judiciário era um ponto crítico naquele momento e continuou sendo ao longo de toda a Missão, tendo avançado muito pouco para que fosse possível um funcionamento adequado dessa esfera de poder. A corroboração dessa assertiva está no fato da missão que substituiu a MINUSTAH, ter sido direcionada para o apoio à justiça (Missão das Nações Unidas para o Apoio à Justiça no Haiti - MINUJUSTH). Além disso, ainda que esse

projeto de reforma tivesse progredido, não podemos perder de vista que estamos abordando um conflito social e político que possui raízes históricas e uma lógica bastante própria e que não seria resolvido apenas com o funcionamento fluido do judiciário.

Este estudo também evidenciou que os encontros de pacificação que viabilizaram a coleta de HUMINT também legitimaram diversas formas de violência em nome do controle da segurança. A partir da rotinização de abordagens das forças da ONU, que amalgamaram ações de força com ações civis e humanitárias, foi possível atribuir legitimidade aos encontros dos agentes da Missão com os residentes, o que abriu caminho para que a MINUSTAH instrumentalizasse a população que residia em determinadas regiões em prol da coleta de informações para fins de estratégia militar, ao mesmo tempo que investia esforços para sua pacificação, pois como vimos essa mesma população também era considerada um risco à ordem.

Por outro lado, as manifestações também foram objeto de análise das células de inteligência da MINUSTAH. Ao serem classificadas como “ameaças”, a ocorrência de manifestações foi tida como indicador de segurança, ao lado de crimes como estupro e assassinato. Essa classificação, junto com uma visão negativa construída desde o treinamento das forças policiais que têm a função de lidar com esses eventos, contribuiu para que elas fossem despolitizadas e criminalizadas, o que resultou em abordagens de dissuasão e repressão. Como vimos, a abordagem de dissuasão estava ligada à intenção de prevenir que as manifestações no Haiti se tornassem violentas, no entanto, constatamos que essa visão estava baseada, antes de tudo, em noções negativas que reforçam a deslegitimação e criminalização do ato de protestar e que estão ligadas a abordagem de escalada de força, que favorece e até mesmo incita a ocorrência de atos violentos em manifestações.

É notório também que, embora o treinamento das polícias da ONU seja voltado para visões negativas sobre protestos e, portanto, essas forças já estejam predispostas a adotar abordagens violentas, no Haiti essa perspectiva foi ampliada e as narrativas de despolitização e criminalização foram ainda mais reforçadas pela vinculação da camada social mais pobre às ‘ganges’ de forma geral e também pela associação automática do Lavalas, um partido com amplo apoio popular, aos *chimères*, como se todo militante do partido necessariamente tivesse algum envolvimento com os *chimères*. Como demonstramos, os principais motivos que levavam os haitianos às ruas eram reivindicações e queixas que tinham suas raízes na desigualdade social e política imposta à população, assim, o monitoramento que coloca os protestos como eventos indesejáveis ou como ameaças reforça que a ordem era um objetivo supremo da MINUSTAH, independente de direitos como a livre expressão.

Observando como a MINUSTAH procurou implementar seu mandato de estabilização foi possível constatar que todos os seus esforços foram voltados para a manutenção da ordem pública e a atividade de inteligência não fugiu disso. Os conhecimentos que envolvem as práticas da atividade de inteligência foram mobilizados para preconizar a ordem na tomada de decisões exatamente porque, ao longo de toda a Missão, essa era principal demanda. Dessa forma, a atividade de inteligência teve o papel de dar suporte à eliminação dos que foram classificados como fontes de insegurança, fornecendo um direcionamento às operações de captura de líderes e membros de ‘gângues’ e também de apoiar a manutenção da ordem pública através do monitoramento de ameaças, isto é, o que a MINUSTAH entendia como ameaça, que era qualquer obstáculo à consecução do mandato de estabilização.

A atividade de inteligência pode ser entendida enquanto um processo conduzido a partir de determinadas práticas, por agentes que possuem um conhecimento específico e é organizado em estruturas próprias para servir de apoio à tomada de decisão. Em operações de paz da ONU, a atividade de inteligência se desenvolveu de forma vagarosa até culminar na proposição de políticas, diretrizes e estruturas que foram elaboradas especificamente para as operações de paz. No entanto, é necessário compreender a atividade de inteligência de operações de paz da ONU para além dos seus aspectos técnicos e estruturais, considerando também o contexto em que essa atividade é desempenhada e a quais objetivos ela serve, para assim entender quais foram as lógicas que influenciaram na sua condução.

Dessa forma, no presente estudo procuramos investigar a atividade de inteligência da MINUSTAH considerando as especificidades do Haiti e da própria Missão, para então entender como essa atividade foi conduzida para apoiar o mandato. Foi possível perceber que a atividade de inteligência se desenvolveu a partir de uma lógica de controle que estava incutida na Missão como um todo. Assim, evidenciamos como as escolhas para delimitar as análises de inteligência se conectaram de forma mais ampla com o mandato de estabilização e com a manutenção da ordem e do *status quo*.

REFERÊNCIAS

- ABILOVA, Olga; NOVOSSELOFF, Alexandra. **Demystifying Intelligence in UN Peace Operations: Toward an Organizational Doctrine**. New York: International Peace Institute, 26 p., 2016.
- AGUILAR, Sérgio L. C. A coordenação civil-militar nas operações de paz e o Brasil: algumas considerações. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, v. 3, n. 2, p. 25-39, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://rbed.abedef.org/rbed/article/view/72068/42022>. Acesso em: 7 fev. 2021.
- AGUILAR, Sérgio L. C. **Gerenciamento de Crises: o terremoto no Haiti**. São Paulo: Porto de Ideias, 2014.
- ANDREWS, Kyrstin Mallon. Protest in the time of cholera: disease and the metaphors of health and politics. **Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies**, v. 40, n.1, p. 63-80, 2015.
- BANTON, Michael Parker; WALSH, William Francis Walsh; BRODEUR, Jean-Paul. **Methods of crowd policing**. Britannica. 2021. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/police/Methods-of-crowd-policing>. Acesso em: 26 fev. 2021.
- BARON, Ilan Z. et al. Liberal Pacification and the Phenomenology of Violence. **International Studies Quarterly**, v. 63, p. 199–212, 2019.
- BELLAMY, Alex J.; WILLIAMS, Paul D. **Understanding Peacekeeping**. Cambridge: Polity Press, 2010.
- BELLAMY, Alex J. The ‘next stage’ in peace operations theory? **International Peacekeeping**, v. 11, n. 1, p. 17-38, 2004. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/1353331042000228436>. Acesso em: 21 abr. 2021.
- BEER, David. Haiti: The Gangs of Cité Soleil. In: M. Hughes & M. Miklaucic (Eds.), **Impunity: Countering Illicit Power in War and Transition**. Washington, DC: Center for Complex Operations. 2016. p. 69-98.
- BERG, Louis-Alexandre. All Judicial Politics Are Local: The Political Trajectory of Judicial Reform in Haiti. **The University of Miami Inter-American Law Review**, v. 45, n. 1, p. 1-32, Fall 2013.
- BERTELSMANN STIFTUNG (BTI). **Haiti Country Report 2020**. BTI Transformation Index. 2020. Disponível em: <https://www.bti-project.org/en/reports/country-report-HTI-2020.html#pos5>. Acesso em: 28 abr. 2021.
- BIGATÃO, Juliana de Paula. **Do fracasso à reforma das operações de paz das Nações Unidas (2000-2010)**. 2015. 191 f. Tese (doutorado) - UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa San Tiago Dantas, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/128006>. Acesso em: 07 fev. 2021.

BONAVITA, Tathiany B. de A. 2016. **A Atividade de Inteligência nas Operações das Nações Unidas** – Uma Perspectiva Brasileira sobre a Minustah. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares), Instituto Meira Mattos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares, Escola de Comando e Estado Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2016.

BRAGA, Carlos Chagas Vianna. Uso da Força nas Operações de Paz: o caso da MINUSTAH. In: BRAGA, Carlos Chagas Vianna; FERREIRA, Adler Cardoso (Org.). **13 anos do Brasil na MINUSTAH: lições aprendidas e novas perspectivas**. Rio de Janeiro: Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo, 2019. p. 111-132.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Portaria Normativa no.034-EME-RES. de 24 de maio de 2002**. Instruções Provisórias IP 85-1 - Operações de Garantia da Lei e da Ordem. 2002.

BRASIL. Marinha do Brasil. **MANUAL DE OPERAÇÕES DE PAZ DOS GRUPAMENTOS OPERATIVOS DE FUZILEIROS NAVAIS, CGCFN-1-8**. Rio de Janeiro, RJ, 2009. Disponível em: http://biblioteca.f59.com.br/documentos/CGCFN-1-8%20-%20Operacoes%20de%20Paz_Rev.1.pdf. Acesso em: 26 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Portaria Normativa no.9/GAP/MD, de 13 de janeiro de 2016**. Glossário das Forças Armadas, MD35-G-01. Brasília, D.F. 2016. Disponível em: https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/141/1/MD35_G01.pdf. Acesso em: 26 fev. 2021.

BRISSON-BOIVIN, Kara; O'CONNOR, Daniel. The rule of law, security-development and penal aid: The case of detention in Haiti. **Punishment & Society**, v. 15, n. 5, p. 515–533, 2013.

CAVALCANTI, Carlos Alberto de Moraes. **Os 10 anos da MINUSTAH e o CCOPAB**. 2016. Disponível em: <http://www.ccopab.eb.mil.br/pt/repositorio-de-arquivos/category/3-os-10-anos-da-minustah-e-o-ccopab>. Acesso em: 13 mar. 2021.

CEPIK, Marco; KUELE, Giovanna. Inteligência em Operações de Paz da ONU: Déficit Estratégico, Reformas Institucionais e Desafios Operacionais. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 59, n. 4, p. 963-993, 2016. Disponível: https://www.researchgate.net/publication/316307976_Inteligencia_em_Operacoes_de_Paz_da_ONU_Deficit_Estrategico_Reformas_Institucionais_e_Desafios_Operacionais. Acesso em: 07 fev. 2021.

COCKAYNE, James. The Futility of Force? Strategic Lessons for Dealing with Unconventional Armed Groups from the UN's War on Haiti's Gangs. **Journal of Strategic Studies**, v. 37, n. 5, p. 736-769, 2014.

COCKAYNE, James. Winning Haiti's Protection Competition: Organized Crime and Peace Operations Past, Present and Future. **International Peacekeeping**, Londres, v. 16, n. 1, p. 77-99, 2009.

COMMISSION ON HUMAN SECURITY. **Human Security Now**. New York. 2003. Disponível em:

<https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/91BAEEDBA50C6907C1256D19006A9353-chs-security-may03.pdf>. Acesso em: 05 out. 2020.

COUGHLIN, Dan; IVES, Kim. EUA atuaram contra aumento de mínimo no Haiti para 5 dólares. **A Publica**, 29 jul. 2011. Disponível em: <https://apublica.org/2011/07/wikileaks-eua-atuaram-contr-aumento-de-minimo-no-haiti-para-5-dolares/>. Acesso em: 24 abr. 2021.

CORUM, James S. Development of Modern Counterinsurgency Theory and Doctrine. In: KASSIMERIS, George; BUCKLEY, John. **The Ashgate Research Companion to Modern Warfare**. London: Routledge, 2010. p. 31-48.

DELVA, Joseph G. Protests over food prices paralyze Haitian capital. **Reuters**. World News. 8 Apr. 2008. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-haiti-idUSN0835816120080409>. Acesso em: 4 abr. 2021.

DELVA, Joseph G. Haiti rioters attack U.N. troops, one protester killed. **Reuters**. Healthcare & Pharma. 16 Nov. 2010. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-haiti-cholera-idUSTRE6AA5PC20101116>. Acesso em: 16 abr. 2021.

DEPARTMENT OF PEACEKEEPING OPERATIONS (DPKO). POL/2006/3000/04. **DPKO JOC-JMAC Policy Directive**. Jul. 2006.

DEPARTMENT OF PEACEKEEPING OPERATIONS (DPKO); DEPARTMENT OF FIELD SUPPORT (DFS). **Peacekeeping Intelligence Policy**. New York: United Nations. 2017.

DEPARTMENT OF PEACEKEEPING OPERATIONS (DPKO); DEPARTMENT OF FIELD SUPPORT (DFS). **Community-Oriented Policing in United Nations Peace Operations**. New York: United Nations. 2018. Disponível em: <https://police.un.org/en/manual-community-oriented-policing-in-peace-operations>. Acesso em: 22 abr. 2021.

DORN, A. W. Intelligence-led Peacekeeping: The United Nations Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH), 2006–07. **Intelligence and National Security**, v. 24 n. 6, p. 805-835, 2009.

DORN, A. W. Protecting civilians with force Dilemmas and lessons from the UN stabilization mission in Haiti. In: NADIN, Peter (ed.). **The Use of Force in UN Peacekeeping**, Routledge, Abingdon, UK, New York, NY, 2018, Chapter 6.

DOUCET, Marc. **Reforming 21st Century Peacekeeping Operations: Governmentalities of Security, Protection, and Police**. Abingdon: Routledge, 2018.

DUFFIELD, Mark. Global Civil War: The Non-Insured, International Containment and Post-Interventionary Society. **Journal of Refugee Studies**, v. 21, n. 2, 2008.

DUFFIELD, Mark. The Liberal Way of Development and the Development–Security Impasse: Exploring the Global Life-Chance Divide. **Security Dialogue**, v. 41, n. 1, 2010.

DZIEDZIC, Michael; PERITO, Robert M. **Haiti: Confronting the Gangs of Port-au-Prince**. US Institute of Peace, 2008. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/resrep12272>. Acesso em: 27 jan. 2020.

FAGANELLO, Priscila L. F. **Operações de manutenção da paz da ONU**: de que forma os direitos humanos revolucionaram a principal ferramenta internacional da paz. Brasília: FUNAG, 2013. 372 p. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/1078-operacoes-de-manutencao-de-paz.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2021.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968, 275 p.

FERGUSON, James A. et al. Haiti. **Encyclopædia Britannica**. Mar, 2020. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Haiti>. Acesso em: 10 jan. 2021.

FERRARO, Tristan. **Occupation and Other Forms of Administration of Foreign Territory**. International Committee of the Red Cross (ICRC). 2012. Disponível em: <https://www.icrc.org/en/doc/assets/files/publications/icrc-002-4094.pdf>. Acesso em: 29 maio 2021.

FINAZZI, João Fernando. **A transformação da Reforma do Setor de Segurança nos contextos de operações de paz da ONU**: o caso do Haiti. 2016. 113 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP/UNICAMP/PUC-SP), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/142005>. Acesso em: 10 jan. 2021.

FONSECA, Danilo F. Colonialismo, independência e revolução em Frantz Fanon. **Revista África e Africanidades**, v. 7, p. 1-19, 2015.

FONSECA, Melody. ‘We Must Kill the Bandits’: Identidad, alteridad y estado de excepción en Haití (2004-2006). **Relaciones Internacionales**, n.29, p. 11-31, Jun./Sep. 2015.

FONSECA, Melody; JERREMS, Ari. Pensamiento decolonial: ¿una ‘nueva’ apuesta en las Relaciones Internacionales?. **Relaciones Internacionales**, n. 19, p. 103-121, feb. 2012. Disponível em: https://repositorio.uam.es/bitstream/handle/10486/668333/pensamiento_fonseca_relin_2012.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 26 maio 2021.

FONTOURA, Paulo Roberto C. T.; UZIEL, Eduardo. A MINUSTAH, o Brasil e o Conselho de Segurança das Nações Unidas. In: HAMANN, Eduarda Passarelli; TEIXEIRA, Carlos Augusto Ramires. (Org.). **A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017)**: percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões. Rio de Janeiro. 2017. p. 9-14. Disponível em: <https://igarape.org.br/brasil-na-minustah-2004-2017/>. Acesso em: 19 jan. 2021.

FRIIS, Karsten. Peacekeeping and Counter-insurgency – Two of a Kind?, **International Peacekeeping**, v. 17, n.1, p. 49-66, 2010.

FUND FOR PEACE. **Country Dashboard**. Disponível em: <https://fragilestatesindex.org/country-data/>. Acesso em: 25 abr. 2021.

GALULA, David. **Counterinsurgency warfare: theory and practice**. Westport: Praeger Security International, 2006.

GILDER, Alexander. **The Effect of ‘Stabilization’ in the Mandates and Practice of UN Peace Operations**. *Netherlands International Law Review*, v. 66, p. 47-73, 2019.

GORDON, Grant M.; YOUNG, Lauren E. Cooperation, information, and keeping the peace: Civilian engagement with peacekeepers in Haiti. **Journal of Peace Research**, v. 54, n. 1, p. 64-79, 2017.

GORDON, Robert; LOGE, Peter. Strategic Communication: A Political and Operational Prerequisite for Successful Peace Operations. **INTERNATIONAL FORUM FOR THE CHALLENGES OF PEACE OPERATIONS, Occasional Papers**, nº 7, nov. 2015, 20 p.

GORUR, Aditi. Defining the Boundaries of UN Stabilization Missions. **Stimson Center**, Dec. 2016. Disponível em: <https://www.stimson.org/wp-content/files/file-attachments/Defining-Boundaries-UN-Stabilization-Missions.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2021.

GOULDING, Marrack. The Evolution of United Nations peacekeeping. **International Affairs**, v. 69, No. 3, p. 451-464, 1993.

GROWING evidence of a Massacre by UN Occupation Forces in Port-au-Prince Neighborhood of Cite Soleil: Summary of Findings of the US Labor and Human Rights Delegation to Haiti. **GLOBAL RESEARCH**. 14 July 2005. Disponível em: <https://www.globalresearch.ca/growing-evidence-of-a-massacre-by-un-occupation-forces-in-port-au-prince-neighborhood-of-cite-soleil/693>. Acesso em: 13 mar. 2021.

GUERRA, Lucas. Raça, racismo e operações de paz: uma análise crítica da MINUSTAH. **Neiba**, v. 7, n. 1, p. 1-19, 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/neiba/article/view/39130>. Acesso em: 16 mar. 2021.

GUERRA, Lucas; BLANCO, Ramon. A Construção da Paz no Cenário Internacional: Do Peacekeeping Tradicional às Críticas ao Peacebuilding Liberal. **Rev. Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 13, n. 2, p. 5-30, 2018.

HAITI. **1987 Constitution de la République d’Haïti**. 2011. Disponível em: <http://pdba.georgetown.edu/Constitutions/Haiti/haiti1987.html>. Acesso em: 19 jan. 2021.

HAMANN, Eduarda Passarelli; TEIXEIRA, Carlos Augusto Ramires. (Org.). **A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões**. Rio de Janeiro, out. 2017, p. 9-14. Disponível em: <https://igarape.org.br/brasil-na-minustah-2004-2017/>. Acesso em: 19 jan. 2021.

HAMANN, Eduarda Passarelli. **Momento Oportuno: Revisão da Capacidade Brasileira para Desdobrar Especialistas Civis em Missões Internacionais**. Artigo Estratégico 03. Instituto Igarapé. Jan. 2013. Disponível em: https://igarape.org.br/pdf/Momento_Oportuno.pdf. Acesso em: 12 abr. 2021.

HAMMOND, Guy. Saving Port-au-Prince: United Nations Efforts to Protect Civilians in Haiti in 2006–2007. **Stimson Center**, Jun. 2012. Disponível em: <https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/minustah4.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2021.

HUNTER, Aaron. **IT STAYS WITH YOU: USE OF FORCE BY UN PEACEKEEPERS IN HAITI**. *Pluralities*, v. 1, 2019. Disponível em: <https://www.pluralities.org/volume-one#/01/02/>. Acesso em: 13 mar. 2021.

INSIDE Haiti's food riots Haitians warn that violence could erupt again if prices do not fall. **Al Jazeera**. 16 Apr. 2008. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2008/4/16/inside-haitis-food-riots>. Acesso em: 4 abr. 2021.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. **Spoiling Security in Haiti**. Latin America/Caribbean Report, n.13, p. 1-21, 2005. Disponível em: <https://d2071andvip0wj.cloudfront.net/13-spoiling-security-in-haiti.pdf>. Acesso em: 5 maio 2021.

JOHNSTON, Jake. The U.N.'s Legacy in Haiti: Stability, but for Whom? **World Politics Review**. Jul. 2017. Disponível em: <https://www.worldpoliticsreview.com/articles/22736/the-u-n-s-legacy-in-haiti-stability-but-for-whom>. Acesso em: 19 jan. 2021.

KALDOR, Mary. In Defence of New Wars. **Stability**, v. 2, n. 1, p. 1–16, 2013. Disponível em: <https://www.stabilityjournal.org/articles/10.5334/sta.at/>. Acesso em: 9 abr. 2021.

KARLSRUD, John. From Liberal Peacebuilding to Stabilization and Counterterrorism. **International Peacekeeping**, v. 26, n. 1, p. 1–21, 2019. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13533312.2018.1502040>. Acesso em: 20 maio 2021.

KENKEL, Kai Michael. Five generations of peace operations: from the "thin blue line" to "painting a country blue". **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 56, n. 1, p. 122-143, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292013000100007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 07 fev. 2021.

KIENSCHERF, Markus. A programme of global pacification: US counterinsurgency doctrine and the biopolitics of human (in)security. **Security Dialogue**, v. 42, n. 6, 2011.

KILCULLEN, David. Counterinsurgency. In: RICH, Paul B.; DUYVESTYEN, Isabelle. **The Routledge Handbook of Insurgency and Counterinsurgency**. London: Routledge. 2012. p. 128-153.

KLEIN, Jean-François. **La “pacification”, un processus impérial**. Encyclopédie pour une Histoire Nouvelle de l'Europe. 2016. Disponível em: <https://ehne.fr/en/article/europe-europeans-and-world/governing-populations-colonies/pacification-imperial-process>. Acesso em: 7 ago. 2020.

KOLBE, Athena R. **Revisiting Haiti's Gangs and Organized Violence**. Humanitarian Action in Situations Other Than War. Discussion Paper 4. Jun. 2013. Disponível em:

<https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2016/04/Revisiting-Haiti%C2%B4s-Gangs.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2021.

KUELE, G. M. **Atividade de inteligência em operações de paz da ONU: rumo à institucionalização**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

KUNREUTHER, Laura. 'Pacification of the Primitive': the problem of colonial violence. **Philosophia Africana**, vol. 9, n. 2, 2006, p. 67-81. Disponível em: <https://link-gale.ez87.periodicos.capes.gov.br/apps/doc/A165939710/AONE?u=capes&sid=AONE&xid=72dab89f>. Acesso em: 20 jul. 2020.

LAGUERRE, Michel S. **The Military and Society in Haiti**. The Macmillan Press, 1993.

LANTAGNE, Daniele et. al. The Cholera Outbreak in Haiti: Where and how did it begin? In: Nair G., Takeda Y. (Eds) **Cholera Outbreaks**. Current Topics in Microbiology and Immunology, v. 379. Springer, 2013.

LEAK, Andrew. A Vain Fascination: Writing fromand about Haiti after the Earthquake. **Bulletin of Latin American Research**, v. 32, n. 4, p. 394-406, 2013. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/blar.12072>. Acesso em: 20 maio 2021.

LEMAY-HÉBERT, Nicolas. Resistance in the Time of Cholera: The Limits of Stabilization through Securitization in Haiti. **International Peacekeeping**, v. 21, n. 2, p.198-213, 2014.

MAC GINTY, Roger. Against Stabilization. **Stability: International Journal of Security & Development**, v. 1, n. 1, p. 10-20, 2012.

MALAN, Mark. Peacekeeping in the New Millennium: Towards “Fourth-Generation” Peace Operations? **African Security Review**, v. 7, No. 3, 1998.

MATIJASCIC, Vanessa Braga. **A primeira operação de manutenção de paz das Nações Unidas no Haiti (1995-1996): dos antecedentes ao cumprimento do mandato**. 2008. 112 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP/UNICAMP/PUC-SP), Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/96293>. Acesso em: 19 jan. 2021.

MENDONÇA, Thaiane C. **PACIFICAÇÃO E CONTRAINSURGÊNCIA: AS FORÇAS DE PACIFICAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO NOS COMPLEXOS DO ALEMÃO E DA PENHA (2010-2012)**. 2017. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança) - Instituto de Estudos Estratégicos, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

MOLONEY, Anastasia. **A decade after U.N.-linked cholera outbreak, Haitians demand justice**. Thomson Reuters Foundation. 22 Oct. 2020. Disponível em: <https://news.trust.org/item/20201022172640-o4i9i>. Acesso em: 16 abr. 2021.

MONTENEGRO, Bruno Márcio Patrício. **Missão de estabilização das Nações Unidas no Haiti (2004-2011): problemas, progressos e desafios**. 2013. 116 f. Dissertação (Mestrado em

Relações Internacionais) - Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP/UNICAMP/PUC-SP), Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/96018>. Acesso em: 10 jan. 2021.

MORENO, Marta F.; BRAGA, Carlos C. V.; GOMES, Maíra S. Trapped Between Many Worlds: A Postcolonial Perspective on the UN Mission in Haiti (MINUSTAH). **International Peacekeeping**, v. 19, n. 3, p. 377-392, 2012.

MUGGAH, Robert. Reflexões sobre a contribuição da MINUSTAH à segurança e estabilidade (2004-2014). In: HAMANN, Eduarda Passarelli (Org.). **Brasil e Haiti: reflexões sobre os 10 anos da missão de paz e o futuro da cooperação após 2016**. Artigo Estratégico 13. Instituto Igarapé. Jan. 2015. p. 9-14.

MUGGAH, Robert. Introduction. In: **Stabilization Operations, Security and Development: States of fragility**. Abingdon: Routledge, 2013a. p. 1-14.

MUGGAH, Robert. Reflections on United Nations-led Stabilization: Late Peacekeeping, Early Peacebuilding or Something Else? In: **Stabilization Operations, Security and Development: States of fragility**. Abingdon: Routledge, 2013b. p. 15-34.

MUIR, Graham. **Oral History Program, Series: Policing**, Interview B6/Interviewer: A. Boutellis. Innovations for Successful Societies, Ottawa, 2008. Disponível em: https://successfulsocieties.princeton.edu/sites/successfulsocieties/files/interviews/transcripts/3405/Graham_Muir.pdf. Acesso em: 22 maio 2021.

NEOCLEOUS, M. "A Brighter and Nicer New Life": Security as Pacification. **Social & Legal Studies**, v. 20, n. 2, p. 191-208, 2011.

NEOCLEOUS, M.; RIGAKOS, G.; WALL, T. On Pacification: Introduction to the Special Issue. **Socialist Studies**, v. 9, n. 2, p. 1-6, 2013. Disponível em: <https://socialiststudies.com/index.php/ss/article/view/23502>. Acesso em: 27 ago. 2020.

ONU RECONHECE participação no início da epidemia de cólera no Haiti. **Folha de São Paulo**. 18 ago. 2016. Mundo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2016/08/1804632-onu-reconhece-participacao-no-inicio-da-epidemia-de-colera-no-haiti.shtml>. Acesso em: 19 de jan. 2021.

OS SISTEMAS prisionais mais superlotados do mundo. **FORBES**. 26 jan. 2018. Disponível: <https://www.forbes.com.br/listas/2018/01/os-sistemas-prisionais-mais-superlotados-do-mundo/>. Acesso em: 19 jan. 2021.

PAULA, Leonardo Dias de. **Solidariedade e violência: um estudo da participação de militares brasileiros na Mis-são das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti**. 2020. 172 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP/UNICAMP/PUC-SP), Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/191877>. Acesso em: 10 jan. 2021.

PARIS, Roland. International peacebuilding and the “mission civilisatrice”. **Review of International Studies**, v. 28, p. 637–656, 2002. Disponível em: http://aix1.uottawa.ca/~rparis/RIS_Oct_2002.pdf. Acesso em: 30 ago. 2017.

PUGH, Michael. Peacekeeping and critical theory. **International Peacekeeping**, v. 11, n.1, p. 39-58, 2004.

INTERVIEW William Gardner. Frontline. 11 Jan. 2011. Disponível em: <https://www.pbs.org/wgbh/pages/frontline/battle-for-haiti/interviews/william-gardner.html>. Acesso em: 12 maio 2021.

PEREIRA, Augusto Heleno Ribeiro. O Componente Militar da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti. **Military Review**, edição brasileira, Tomo LXXXVII, n. 1, p. 2-13, jan-fev 2007. Disponível em: <https://cgsc.contentdm.oclc.org/digital/collection/p124201coll1/id/1100/rec/1>. Acesso em: 9 maio 2021.

PESCHANSKI, João Alexandre. **ARISTIDE, JEAN-BERTRAND**. Enciclopédia Latino-Americana. Boitempo. 2015b. Disponível em: <http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/a/aristide-jean-bertrand>. Acesso em: 19 jan. 2021.

PESCHANSKI, João Alexandre. **LAVALAS**. Enciclopédia Latino-Americana. Boitempo. 2015a. Disponível em: <http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/l/lavalas>. Acesso em: 19 jan. 2021.

PINGEOT, Lou. **PROTECTING OR POLICING CIVILIANS? UNITED NATIONS PEACE OPERATIONS AND GLOBAL ORDER ENFORCEMENT**. 2019. Tese (Doutorado em Filosofia) - McGill University, Montreal, 2019.

PINHEIRO, Juliana Sandi. **A atuação militar brasileira na MINUSTAH: estratégias de enfrentamento das gangues no Haiti**. Orientador: Lytton Leite Guimarães. 2015. 237 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacio-nal) – Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/19957>. Acesso em: 2 jun. 2021.

RAMPIETTI, Alessandro. UN blamed for Haiti shootings. **Al Jazeera**. 17 Nov. 2010. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2010/11/17/un-blamed-for-haiti-shootings/>. Acesso em: 16 abr. 2021.

RHOADS, Emily Paddon; WELSH, Jennifer. Close cousins in protection: the evolution of two norms. **International Affairs**, v. 95, n. 3, p. 597-617, 2019. Disponível em: <https://academic.oup.com/ia/article/95/3/597/5460076>. Acesso em: 19 maio 2021.

RICHMOND, Oliver. **Maintaining Order, Making Peace**. New York: Palgrave, 2002.

RICHMOND, Oliver. A genalogy of peace and conflict theory. In: RICHMOND, Oliver (Ed.). **Palgrave advances in peacebuilding: critical developments and approaches**. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2010a, p. 14–38.

RICHMOND, Oliver. Introduction. In: RICHMOND, Oliver (Ed.). **Palgrave advances in peacebuilding**: critical developments and approaches. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2010b, p. 1-13.

SAINT-PIERRE, Hector Luis. **Fundamentos teóricos da guerra revolucionária**. 1996. Tese (Doutorado em Filosofia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 1996.

SAMPAIO, Cristiane. Haiti: tribunal popular denuncia violações de missão da ONU comandada pelo Brasil. **Brasil de Fato**. 20 out. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/10/20/haiti-tribunal-popular-denuncia-violacoes-de-missao-da-onu-chefiada-pelo-brasil>. Acesso em: 19 jan. 2021.

SANDERS, Richard. Afterword: Chimère, the "N" word of Haiti. **Press for Conversion!** September 2007, p. 50-51.

SANTOS CRUZ, Carlos Alberto.; PHILIPS, William R.; CUSIMANO, Salvator. **Improving Security of United Nations Peacekeepers**: we need to change the way we are doing business. 2017. Disponível em: https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/improving_security_of_united_nations_peacekeepers_report.pdf. Acesso em: 26 fev. 2021.

SCHUBERTH, Moritz. A transformation from political to criminal violence? Politics, organised crime and the shifting functions of Haiti's urban armed groups. **Conflict, Security & Development**, Londres, v. 15, n. 2, p. 169-196, 2015.

SCHUBERTH, Moritz. To engage or not to engage Haiti's urban armed groups? Safe access in disaster-stricken and conflict-affected cities. **Environment & Urbanization**, v. 29, n. 2, p. 425–442, 2017. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0956247817716398>. Acesso em: 15 fev. 2021.

SCHWEINGRUBER, David. Mob Sociology and Escalated Force: Sociology's Contribution to Repressive Police Tactics. **The Sociological Quarterly**, v. 41, n. 3, p. 371-389, Summer, 2000. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4121382>. Acesso em: 26 fev. 2021.

SHETLER-JONES, Philip. Intelligence in Integrated UN Peacekeeping Missions: The Joint Mission Analysis Centre. **International Peacekeeping**, v. 15, n. 4, p.517–527, ago. 2008.

SILVA, Josias Marcos de Resende. MINUSTAH: A Aplicação do Smart Power Brasileiro nas Operações de Paz das Nações Unidas. **Conjuntura Austral**, v.12, n.57, p. 38-50, jan./mar. 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/105925>. Acesso em: 20 maio 2021.

SUZUKI, N. Ex-comandante revela que deu permissão para tropa abrir fogo contra supostos bandidos. **Carta Maior**. 2006. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Pelo-Mundo/Ex-comandante-revela-que-deu-permissao-para-tropa-abrir-fogo-contrasupostos-bandidos/6/11485>. Acesso em: 20 maio 2021.

TEAMEY, Kyle; SWEET, Jonathan. Organizing Intelligence for Counterinsurgency. **Military Review**, p. 24-29, September-October, 2006.

TANNER, Samuel; DUPONT, Benoit. Police work in international peace operation environments: a perspective from Canadian police officers in the MINUSTAH. **Policing and Society**, v. 25, n.6, p. 663-680, 2015.

THAKUR, Ramesh; SCHNABEL. Cascading generations of peacekeeping: Across the Mogadishu line to Kosovo and Timor. In THAKUR, Ramesh; SCHNABEL, Albrecht (Eds.). **United Nations Peacekeeping Operations: Ad Hoc Missions, Permanent Engagement**. New York: United Nations University Press, p. 3–25, 2001.

THOMAS, Claire. Why don't we talk about 'violence' in International Relations? **Review of International Studies**, v. 37, n. 4, p. 1815-1836, 2011.

THOMPSON, Robert. **DEFEATING COMMUNIST INSURGENCY: The Lessons of Malaya and Vietnam**. 2. ed. New York: FREDERICK A. PRAEGER, 1967. 182 p.

TRINQUIER, Roger. **Modern Warfare: A French View of Counterinsurgency**. London: Pall Mall Press, 1964.

U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Haiti (10/19/11)**. 2011. Disponível em: <https://2009-2017.state.gov/outofdate/bgn/haiti/191075.htm>. Acesso em: 19 jan. 2021.

UK STABILISATION UNIT. National Security Council. Stabilisation Unit. **About us**. [201-]. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/organisations/stabilisation-unit/about>. Acesso em: 12 abr. 2021.

UK STABILISATION UNIT. **The UK Government's Approach to Stabilisation**. 2014. Disponível em: <https://issat.dcaf.ch/Learn/Resource-Library2/Policy-and-Research-Papers/The-UK-Government-s-Approach-to-Stabilisation-2014>. Acesso em: 12 abr. 2021.

UK STABILISATION UNIT. **The UK Government's Approach to Stabilisation**. 2019. Disponível em: https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/784001/The_UK_Government_s_Approach_to_Stabilisation_A_guide_for_policy_makers_and_practitioners.pdf. Acesso em: 12 abr. 2021.

UN APPEALS for calm after cholera riots in Haiti. **BBC**. 17 Nov. 2010. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-latin-america-11772283>. Acesso em: 16 abr. 2021.

UNITED NATIONS DEPARTMENT OF SAFETY AND SECURITY (UNDSS). **United Nations Security Management System: Security Policy Manual**. New York, NY: United Nations. [2019]. Disponível em: https://www.un.org/en/pdfs/undss-unsms_policy_ebook.pdf. Acesso em: 26 fev. 2021.

UN HUMAN RIGHTS COUNCIL. **The promotion and protection of human rights in the context of peaceful protests**. A/HRC/38/L.16. 29 Jun. 2018. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/1640461?ln=en>. Acesso em: 12 abr. 2021.

UNITED NATIONS. **2005 World Summit Outcome**. 16 Sep. 2005c. Disponível em: <https://undocs.org/en/A/RES/60/1>. Acesso em: 15 maio 2021.

UNITED NATIONS. **Charter of the United Nations**. 26 Jun. 1945. San Francisco. Disponível em: <https://www.un.org/en/charter-united-nations/index.html>. Acesso em: 07 fev. 2021.

UNITED NATIONS. **Quick Impact Projects (QIPs)**. Department of Peacekeeping Operations / Department of Field Support. Jan. 2013a. Disponível em: https://www.unocha.org/sites/unocha/files/dms/Documents/DPKO_DFS_revised_QIPs_2013.pdf. Acesso em: 19 jan. 2021.

UNITED NATIONS. **Report of the High-level Independent Panel on Peace Operations on uniting our strengths for peace: politics, partnership and people (HIPPO)**. A/70/95-S/2015/446. 17 jun. 2015a. Disponível em: https://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/2015/446. Acesso em: 07 fev. 2021.

UNITED NATIONS. **Report of the Panel on United Nations Peace Operations**. A/55/305-S/2000/809. 21 ago. 2000. Disponível em: <http://undocs.org/A/55/305>. Acesso em: 07 fev. 2021.

UNITED NATIONS. **The causes of conflict and the promotion of durable peace and sustainable development in Africa**. A/52/871 – S/1998/318. 13 Apr. 1998. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/252624?ln=en>. Acesso em: 24 abr. 2021.

UNITED NATIONS. **Report of the Secretary-General on the United Nations Stabilization Mission in Haiti**. S/2004/300. 14 Apr. 2004c. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/519750?ln=en>. Acesso em: 23 jan. 2021.

UNITED NATIONS. **Report of the Secretary-General on the United Nations Stabilization Mission in Haiti**. S/2004/908. 18 Nov. 2004d. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/535289?ln=en>. Acesso em: 23 jan. 2021.

UNITED NATIONS. **Report of the Secretary-General on the United Nations Stabilization Mission in Haiti**. S/2005/124. 25 Feb. 2005a. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/542277?ln=en>. Acesso em: 23 jan. 2021.

UNITED NATIONS. **Report of the Secretary-General on the United Nations Stabilization Mission in Haiti** S/2005/313. 13 May 2005b. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/549225>. Acesso em: 23 jan. 2021.

UNITED NATIONS. **Report of the Secretary-General on the United Nations Stabilization Mission in Haiti** S/2006/60. 2 Feb. 2006a. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/566571?ln=en>. Acesso em: 23 jan. 2021.

UNITED NATIONS. **Report of the Secretary-General on the United Nations Stabilization Mission in Haiti** S/2006/592. 28 Jul. 2006b. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/580120?ln=en>. Acesso em: 23 jan. 2021.

UNITED NATIONS. **Report of the Secretary-General on the United Nations Stabilization Mission in Haiti**. S/2006/1003. 19 Dec. 2006c. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/589869?ln=en>. Acesso em: 23 jan. 2021.

UNITED NATIONS. **Report of the Secretary-General on the United Nations Stabilization Mission in Haiti**. S/2007/503. 22 Aug. 2007. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/605698?ln=en>. Acesso em: 23 jan. 2021.

UNITED NATIONS. **Report of the Secretary-General on the United Nations Stabilization Mission in Haiti**. S/2008/202. 26 Mar. 2008c. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/623747?ln=en>. Acesso em: 23 jan. 2021.

UNITED NATIONS. **Report of the Secretary-General on the United Nations Stabilization Mission in Haiti**. S/2008/586. 27 Aug. 2008d. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/635697?ln=en>. Acesso em: 23 jan. 2021.

UNITED NATIONS. **Report of the Secretary-General on the United Nations Stabilization Mission in Haiti**. S/2009/129. 6 Mar. 2009b. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/649422?ln=en>. Acesso em: 23 jan. 2021.

UNITED NATIONS. **Report of the Secretary-General on the United Nations Stabilization Mission in Haiti**. S/2009/439. 1 Sep. 2009c. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/663743?ln=en>. Acesso em: 23 jan. 2021.

UNITED NATIONS. **Report of the Secretary-General on the United Nations Stabilization Mission in Haiti**. S/2010/200. 22 Feb. 2010c. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/681138?ln=en>. Acesso em: 23 jan. 2021.

UNITED NATIONS. **Report of the Secretary-General on the United Nations Stabilization Mission in Haiti**. S/2010/446. 1 Sep. 2010d. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/689319?ln=en>. Acesso em: 23 jan. 2021.

UNITED NATIONS. **Report of the Secretary-General on the United Nations Stabilization Mission in Haiti**. S/2011/183. 24 Mar. 2011a. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/700031?ln=en>. Acesso em: 23 jan. 2021.

UNITED NATIONS. **Report of the Secretary-General on the United Nations Stabilization Mission in Haiti**. S/2011/540. 25 Aug. 2011b. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/709990?ln=en>. Acesso em: 23 jan. 2021.

UNITED NATIONS. **Report of the Secretary-General on the United Nations Stabilization Mission in Haiti**. S/2012/128. 29 Feb. 2012a. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/721782?ln=en>. Acesso em: 23 jan. 2021.

UNITED NATIONS. **Report of the Secretary-General on the United Nations Stabilization Mission in Haiti**. S/2012/678. 31 Aug. 2012b. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/733475?ln=en>. Acesso em: 23 jan. 2021.

UNITED NATIONS. **Report of the Secretary-General on the United Nations Stabilization Mission in Haiti.** S/2013/139*. 8 Mar. 2013b. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/745554?ln=en>. Acesso em: 23 jan. 2021.

UNITED NATIONS. **Report of the Secretary-General on the United Nations Stabilization Mission in Haiti.** S/2013/493. 19 Aug. 2013c. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/755136?ln=en>. Acesso em: 23 jan. 2021.

UNITED NATIONS. **Report of the Secretary-General on the United Nations Stabilization Mission in Haiti.** S/2014/162. 7 Mar. 2014a. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/766743?ln=en>. Acesso em: 23 jan. 2021.

UNITED NATIONS. **Report of the Secretary-General on the United Nations Stabilization Mission in Haiti.** S/2014/617. 29 Aug. 2014b. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/778536?ln=en>. Acesso em: 23 jan. 2021.

UNITED NATIONS. **Report of the Secretary-General on the United Nations Stabilization Mission in Haiti.** S/2015/157. 4 Mar. 2015c. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/789138?ln=en>. Acesso em: 23 jan. 2021.

UNITED NATIONS. **Report of the Secretary-General on the United Nations Stabilization Mission in Haiti.** S/2015/667. 31 Aug. 2015d. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/801030?ln=en>. Acesso em: 23 jan. 2021.

UNITED NATIONS. **Report of the Secretary-General on the United Nations Stabilization Mission in Haiti.** S/2016/225. 8 Mar. 2016a. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/822638?ln=en>. Acesso em: 23 jan. 2021.

UNITED NATIONS. **Report of the Secretary-General on the United Nations Stabilization Mission in Haiti.** S/2016/753. 31 Aug. 2016b. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/839962?ln=en>. Acesso em: 23 jan. 2021.

UNITED NATIONS. **Report of the Secretary-General on the United Nations Stabilization Mission in Haiti.** S/2017/223. 16 Mar. 2017a. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/862341?ln=en>. Acesso em: 23 jan. 2021.

UNITED NATIONS. **Report of the Secretary-General on the United Nations Stabilization Mission in Haiti.** S/2017/604. 17 Jul. 2017b. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/1291290?ln=en>. Acesso em: 23 jan. 2021.

UNITED NATIONS. **Report of the Security Council mission to Haiti.** 6 May 2005d. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/548834?ln=en>. Acesso em: 20 maio 2021.

UNITED NATIONS. Secretary General. **An agenda for peace:** preventive diplomacy, peacemaking and peace-keeping: report of the Secretary-general pursuant to the statement adopted by the summit Meeting of the Security Council on 31 January 1992. A/47/277-S/74111. 17 June 1992. Disponível em: https://www.un.org/ruleoflaw/files/A_47_277.pdf. Acesso em: 07 fev. 2021.

UNITED NATIONS. Secretary General. **Supplement to an agenda for peace**: position paper of the Secretary-general on the occasion of the fiftieth anniversary of the United Nations. A/50/60-S/1995/1. 25 jan. 1995. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/168325#record-files-collapse-header>. Acesso em: 07 fev. 2021.

UNITED NATIONS. Security Council. **Resolution 867 (1993)**. S/RES/867/1993. 23 set. 1993. Disponível em: <http://unscr.com/en/resolutions/doc/867>. Acesso em: 19 jan. 2021.

UNITED NATIONS. Security Council. **Resolution 940 (1994)**. S/RES/940/1994. 31 jul. 1994. Disponível em: <http://unscr.com/files/1994/00940.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2021.

UNITED NATIONS. Security Council. **Resolution 1063 (1996)**. S/RES/1063/1996. 28 Jun. 1996a. Disponível em: <http://unscr.com/en/resolutions/doc/1063>. Acesso em: 19 jan. 2021.

UNITED NATIONS. Security Council. **Resolution 1085 (1996)**. S/RES/1085/1996. 29 Nov. 1996b. Disponível em: <http://unscr.com/en/resolutions/doc/1085>. Acesso em: 19 jan. 2021.

UNITED NATIONS. Security Council. **Resolution 1086 (1996)**. S/RES/1086/1996. 5 Dec. 1996c. Disponível em: <http://unscr.com/en/resolutions/doc/1086>. Acesso em: 19 jan. 2021.

UNITED NATIONS. Security Council. **Resolution 1123 (1997)**. S/RES/1123/1997. 30 Jul. 1997a. Disponível em: <http://unscr.com/en/resolutions/doc/1123>. Acesso em: 19 jan. 2021.

UNITED NATIONS. Security Council. **Resolution 1141 (1997)**. S/RES/1141/1997. 28 Nov. 1997b. Disponível em: <http://unscr.com/en/resolutions/doc/1141>. Acesso em: 19 jan. 2021.

UNITED NATIONS. Security Council. **Resolution 1529 (2004)**. S/RES/1529/2004. 29 Feb. 2004a. Disponível em: <http://unscr.com/en/resolutions/doc/1529>. Acesso em: 19 jan. 2021.

UNITED NATIONS. Security Council. **Resolution 1542 (2004)**. S/RES/1542/2004. 30 Apr. 2004b. Disponível em: <http://unscr.com/en/resolutions/doc/1542>. Acesso em: 19 jan. 2021.

UNITED NATIONS. Security Council. **Resolution 1840 (2008)**. S/RES/1840. 14 Oct. 2008b. Disponível em: <http://unscr.com/en/resolutions/doc/1840>. Acesso em: 19 jan. 2021.

UNITED NATIONS. Security Council. **Resolution 1892 (2009)**. S/RES/1892/2009. 13 Oct. 2009a. Disponível em: <http://unscr.com/en/resolutions/doc/1892>. Acesso em: 19 jan. 2021.

UNITED NATIONS. Security Council. **Resolution 1908 (2010)**. S/RES/1908/2010. 19 Jan. 2010a. Disponível em: <http://unscr.com/en/resolutions/doc/1908>. Acesso em: 19 jan. 2021.

UNITED NATIONS. Security Council. **Resolution 1927 (2010)**. S/RES/1927/2010. 04 Jun. 2010b. Disponível em: <http://unscr.com/en/resolutions/doc/1927>. Acesso em: 19 jan. 2021.

UNITED NATIONS. Security Council. **Resolution 2098 (2013)**. S/RES/2098. 28 Mar. 2013d. Disponível em: <http://unscr.com/en/resolutions/doc/1927>. Acesso em: 24 abr. 2021.

UNITED NATIONS. **Specialized Training Materials for Formed Police Units**. 2020. Disponível em: <https://research.un.org/en/peacekeeping-community/training/STMUNMU/fpupackage>. Acesso em: 26 fev. 2021.

UNITED NATIONS. **UN Peacekeeping PDT Standards for Formed Police Units**. 1st edition. Crowd Dynamics in Public Order OPs. 2015b. Disponível em: <http://dag.un.org/bitstream/handle/11176/387390/Crowd%20Dynamics%20in%20Public%20Order%20Operations.pdf?sequence=6&isAllowed=y>. Acesso em: 26 fev. 2021.

UNITED NATIONS. **United Nations Peacekeeping Operations: principles and guidelines**. 18 jan. 2008a. Disponível em: https://www.un.org/ruleoflaw/files/Capstone_Doctrine_ENG.pdf. Acesso em: 07 fev. 2021.

UN NEWS. **UN deplores ‘politically motivated’ violence in Haiti**. 16 Nov. 2010. Disponível em: <https://news.un.org/en/story/2010/11/359122-un-deplores-politically-motivated-violence-haiti>. Acesso em: 16 abr. 2021.

UN NEWS. **Haiti: Ban appoints four top medical experts to probe source of cholera epidemic**. 6 Jan. 2011a. Disponível em: <https://news.un.org/en/story/2011/01/363552-haiti-ban-appoints-four-top-medical-experts-probe-source-cholera-epidemic>. Acesso em: 16 abr. 2021.

UN NEWS. **UN to set up taskforce in wake of report into source of Haitian cholera outbreak**. 4 May 2011b. Disponível em: <https://news.un.org/en/story/2011/05/374052-un-set-taskforce-wake-report-source-haitian-cholera-outbreak>. Acesso em: 16 abr. 2021.

UNITED STATES ARMY. **The U.S. Army/Marine Corps counterinsurgency field manual**. Chicago: University of Chicago Press, 2007.

VARNER, Bill. Haiti's Cholera Epidemic Threatens National Security, UN Says. **Bloomberg**. 15 Nov. 2010. Disponível em: <https://www.bloomberg.com/news/articles/2010-11-15/haiti-cholera-epidemic-threatens-security-two-weeks-before-polls-un-says>. Acesso em: 16 abr. 2021.

WALBY, Kevin; MONAGHAN, Jeffrey. “Haitian Paradox” or Dark Side of the Security-Development Nexus? Canada's Role in the Securitization of Haiti, 2004–2009. **Alternatives: Global, Local, Political**, v. 36, n. 4, p. 273-287, 2011.

WIKILEAKS. **TEN DAYS IN APRIL: HAITI'S FOOD RIOTS**. 22 Apr. 2008. Telegrama diplomático da embaixadora dos EUA Janet A. Sanderson no Haiti para países membros da MINUSTAH. Disponível: https://search.wikileaks.org/plusd/cables/08PORTAUPRINCE583_a.html. Acesso em: 4 abr. 2021.

WIKILEAKS. **STUDENT DEMONSTRATIONS CONTINUE IN PORT-AU-PRINCE**. 05 Jun. 2009a. Telegrama diplomático da embaixadora dos EUA Janet A. Sanderson no Haiti para países membros da Minustah. Disponível: https://search.wikileaks.org/plusd/cables/09PORTAUPRINCE538_a.html. Acesso em: 4 abr. 2021.

WIKILEAKS. **MINIMUM WAGE DEMONSTRATIONS BECOME VIOLENT**. 19 Jun. 2009b. Telegrama diplomático de Thomas C. Tighe para países membros da MINUSTAH. Disponível: https://search.wikileaks.org/plusd/cables/09PORTAUPRINCE592_a.html. Acesso em: 4 abr. 2021.

WILLS, Siobhán. Use of Deadly Force by Peacekeepers Operating Outside of Armed Conflict Situations: What Laws Apply? **Human Rights Quarterly**, v. 40, n. 3, p. 663-702, Aug. 2018.

YEARMAN, Keith. The Cite Soleil Massacre Declassification Project. **Institute for Justice & Democracy in Haiti (IJDH)**. 24 June 2007. Disponível em: <https://www.ijdh.org/2007/06/archive/the-cite-soleil-massacre-declassification-project/>. Acesso em: 13 mar. 2021.

ZYCK, Steven A; BARAKAT, Sultan; DEELY, Seán. The Evolution of Stabilization Concepts and Praxis. In: MUGGAH, Robert (Ed.). **Stabilization Operations, Security and Development: States of fragility**. Abingdon: Routledge, 2013. p. 15-34.